

ESCATOLOGIA

E A VIDA DE SANTIDADE



EDISON NAVES

ESBOÇO DO LIVRO DE DANIEL, O PROFETA (Mt 24:15)

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO: A CONDIÇÃO MORAL - O CAMINHO E O CONSELHO DE DEUS - SEPARAÇÃO MANTIDA

Cap. II Tempo dos Gentios	Cap. III Culto Forçado à Imagem	Cap. IV Mabucodenez Humilhado	Cap. V A Escrita na Parede	Cap. VI Daniel Preservado na Cova dos Leões	Cap. VII Babilônia	Cap. VIII Medo-Persa	Cap. IX A Profecia das Setenta Semanas	Caps. X, XI, XII História Profética Detalhada
 Babilônia v.38 Medo Persa v.39 Grécia v.39b Roma v.40	Remanescente Preservado		 Babilônia Destruída Medo-Persa toma o Império Mundial	Tipo do Cuidado Divino	 Medo-Persa	 Grécia	7 = 49 Anos 7 = 490 Anos 7 = 4900 Anos	Cap. X Ministérios de Anjos e os Poderes Malignos do Malígio (El 6:12)
Tipo de Transgressão Assoladora e a Fidel Remanescente no Fim dos Tempos		Tipo da Subjugação do todo Poder Gentio no Fim dos Tempos	Tipo da Impiedade e Ruína do Poder Gentio no Fim dos Tempos	Remanescente de Israel no Fim dos Tempos	 Grécia Roma	 Grécia	69 Semanas - 483 Anos até Apresentação de Cristo - Rejeição	Cap. XI: 1-3 Império Mundial Persa para a GRÉCIA
					 Daniel 8:8 (Antico Profeta o Santuário) 2.300 Dias	Grécia	62 Semanas - 434 Anos	Cap. XI: 4-35 Guerra Proleptus vs Seleucidas (Egito e Síria)

A IDADE DA GRAÇA (OU DA IGREJA) DA CRUZ ATÉ O ARREBATAMENTO

Revelação do Ministério. Um parêntese (sem data) no Plano de Deus. Efésios 3:3-11

 Pés: Reino Militar no Fim dos Tempos	Mt. 24:15-24 Ap. 13:11-18	Is. 60:12-16	Ap. 18, 19 e 20	Jr. 30:7 Ap. 7 Ap. 13:8-9	 O Cito Pequeno Romano no fim dos Tempos	 O Cito Pequeno Grego no fim dos Tempos	1 Semana - 7 Anos O Tempo da Ira	3 = 3600 Anos	Cap. XI: 36-45 e XII ANTICRISTO e sua Derrota no Fim dos Tempos
---	--------------------------------------	---------------------	------------------------	--	--	---	---	----------------------	--

Domínio Gentio Abolido - Reino de Cristo Estabelecido - Justiça Triunfante. Cap. 7.13-14

A ESCATOLOGIA E A VIDA DE SANTIDADE

Uma Exposição de Daniel
e das Profecias do Velho e do Novo Testamento

Copyright © 2009 Edison Naves
Primeira Edição: 2009

Edison Naves

Revisão
Marilene

Editoração e Ilustração
Jackson Machado

Capa
Claudinei Machado

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do todo ou de parte sem a prévia autorização por escrito do autor, exceto em caso de breve citação, com indicação da fonte.

À minha esposa, Eliana
E aos meus Filhos, Karina, Pâmela e Rafael Que sempre me apoiaram
no ministério.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me chamado e me separado para o Ministério da Palavra. Agradeço à minha esposa Eliana e a meus filhos Karina, Pâmela e Rafael pelo apoio e compreensão, ainda que privados de minha presença e companhia, em muito nestes anos, enquanto me dedicava ao estudo e crescia no conhecimento da Palavra. Agradeço aos meus Mestres que investiram na minha formação. Agradeço à minha igreja, a Igreja Batista Maranata, que me incentivou para que estas páginas fossem escritas, dividindo com outros estas bênçãos. Um agradecimento especial ao Sacha e a Ana pelos dias que passei em sua casa, escrevendo o manuscrito, ao Claudinei pela capa tão inspiradora, ao Jackson pelas ilustrações e diagramação. Quero ainda fazer a menção de um trabalho árduo quase não notado que é a revisão - ao Eduardo que foi o primeiro a ler o manuscrito ainda bem bruto, à Karina pela revisão gramatical e à Marilene pela revisão editorial e final. Todos estes contribuíram de modo voluntário e pronto. E, finalmente, agradeço a todos que participaram direta ou indiretamente, possibilitando que este sonho se tornasse uma realidade!

CONTEÚDO

[Prefácio](#)

[Uma Palavra sobre Interpretação](#)

[Uma Palavra sobre a Teologia](#)

[Introdução](#)

[Parte I – O Livro de Daniel](#)

[1 - O Homem Daniel](#)

[2 – Visão Panorâmica do Livro de Daniel](#)

[3 – O Primeiro Sonho de Nabucodonosor](#)

[4 – A Primeira Visão de Daniel](#)

[5 – A segunda Visão de Daniel](#)

[6–A Terceira Visão de Daniel](#)

7 – A Última Visão de Daniel

Parte II – A Escatologia

8 – A Escatologia do Novo Testamento

9 – O Plano Escatológico de Deus

10 – Os Julgamentos Escatológicos

11- O Arrebatamento da Igreja

12 – A Tribulação

13 – O Milênio

14 – O Novo Céu, A Nova Terra e A Nova Jerusalém

Considerações Finais

Bibliografia

PREFÁCIO

Escatologia é um assunto que me fascinou desde a infância. Posso me lembrar dos hinos cantados, naquela pequena igreja da periferia de São Paulo, e tocados num alto-falante, antes dos cultos. Já na adolescência, durante as saídas para distribuir folhetos, fui impactado pela vida de um homem analfabeto, com deficiência na fala, que chamávamos de “Francês”. O folheto, embora de conteúdo evangelístico, tinha como título “Onde Você Passará a Eternidade?” Eu folheava a minha primeira Bíblia de capa dura, cujo versículo de dedicatória, escrito pela minha professora de adolescentes, era Eclesiastes 12.1: “Lembra-te do teu criador nos dias da tua mocidade...” Falava-se muito, naquela época, sobre o fim do mundo e a Tribulação, acredito que numa visão pós-milenista, na expectativa de que o mundo fosse acabar no ano 2000. Era o terror de uma terceira guerra mundial a todo instante.

No início de 1970, nos transferimos para uma Igreja Batista Regular, a igreja dos americanos, como a chamávamos, que tinha uma forte ênfase nas Escrituras. A leitura regular era incentivada por concursos e nas concentrações de jovens. A pregação era bíblica, e as conferências proféticas com o missionário Robert Brenan foram as primeiras pedras deste edifício.

Tudo era tão simples na minha mente. Cristo voltaria, arrebataria a sua

Igreja e seríamos julgados por Ele e, então, viveríamos mil anos com Ele, aqui na terra, no Milênio. Talvez seja esta a simplicidade de muitos crentes que foram convertidos numa igreja que tinha esta convicção e que desfrutava de tais verdades, sem a contaminação pelas disputas sem fim.

Porém, foi no Seminário Batista Regular de São Paulo, SEBARSP, nas matérias “O Porvir” e “O Reino”, que me despertei para a imensidão da Escatologia, sua abordagem sobre todos os assuntos da teologia e o seu funcionamento como um catalisador para as demais doutrinas das Escrituras e da vida cristã. Lembro-me de ouvir conferências proféticas, proferidas pelo irmão Sérgio Di Grazia, que também se relacionava com missionários que ministravam entre os judeus, em São Paulo; foram pedras importantes que formavam o alicerce no meu coração, a respeito do que as Escrituras realmente diziam sobre o futuro do povo de Deus, bem como de sua Igreja.

Em 1987, pastor da Igreja Batista Maranata, em São José dos Campos, completando quase o segundo ano de ministério, fui convidado pela liderança do Seminário Bíblico Palavra da Vida, na cidade de Atibaia, a lecionar a matéria “Daniel e Escatologia”, no programa CTL (Curso de Treinamento de Líderes). Aquela primeira turma foi meu grande desafio; louvo a Deus pela sinceridade daqueles alunos que não hesitaram em expressar suas impressões sobre uma Escatologia polêmica e confusa, que não tinha qualquer valor para a vida cristã. As matérias consistiam em três encontros, aos sábados; porém, aquela turma pediu-me para fazer um quarto encontro, a fim de concluir o assunto, tal foi a mudança deles em relação às profecias bíblicas!

A vida de Daniel me impressionava; as palavras de Paulo me consolavam e o estudo de Apocalipse me causava temor. Por todas estas coisas que estavam no meu coração, surgiu o título desta obra: “A Escatologia e a Vida de Santidade”. Cada nova turma de alunos pedia-me para escrever sobre o assunto; eu relutava. Não queria ser mais um a escrever sobre um assunto e ser mal compreendido e criticado. Relutei por mais de 20 anos, apesar das inúmeras vezes que minha esposa e meus alunos me pediram. Foi então, no ano de 2008, após uma série de palestras em minha igreja, em São José dos Campos, que, de forma desprendida, irmãos dispuseram-se a gravar estas palestras em DVD. Assim, elas foram pela primeira vez lançadas ao público evangélico de uma forma modesta. Mais uma vez, o impacto da Escatologia na vida deles os moveu a me incentivar e desafiar na publicação do livro “A Escatologia e a Vida de Santidade”. Precisei me retirar por alguns dias para que aquelas coisas, que estavam guardadas no meu coração por tantos anos, fossem organizadas e tomassem forma.

O livro “A Escatologia e a Vida de Santidade” tem o objetivo de despertar os crentes no Senhor Jesus a se debruçarem sobre as Escrituras, em atitude humilde de coração, com toda a oração e súplica, e a desfrutarem deste assunto que é a espinha dorsal de toda a teologia, que os motivará a uma vida de intimidade com Deus no aguardo do toque da trombeta, porque “... ressoada a trombeta... os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro; depois, nós, os vivos, os que ficarmos, seremos arrebatados juntamente com eles,... para o encontro do Senhor nos ares, e, assim, estaremos para sempre com o senhor. Consolai-vos, pois, uns aos outros com estas palavras” (1 Tessalonicenses 4.16-18). Foram estas as palavras que Deus usou através de Paulo para nos consolar diante de uma vida de renúncias e serviço, e que serão usadas neste livro para a exclusiva glória dEle e do Cordeiro. Amém.

Edison Naves Pastor da Igreja Batista Maranata
Janeiro de 2009

UMA PALAVRA SOBRE INTERPRETAÇÃO BÍBLICA

Uma vez que as divergências de posições quanto aos eventos futuros são mais hermenêuticas do que escatológicas, é importante que antes de entrarmos no assunto das profecias a questão da interpretação seja discutida.

“A palavra Hermenêutica é derivada da palavra grega hermeneutike que, por sua vez, é derivada do verbo hermeneuo. Platão foi o primeiro a usar hermeneutike como um termo técnico. Hermenêutica é, propriamente, a arte de hermeneuein, mas, agora, designa a teoria dessa arte. Podemos defini-la como a ciência que nos ensina os princípios, as leis e os métodos de interpretação” (Berkhof, Princípios de Interpretação Bíblica, p. 9).

Segundo Virkler, “muitas vezes se define a hermenêutica como a ciência e arte de interpretação bíblica. Considera-se a hermenêutica como ciência porque tem normas, ou regras, e essas podem ser classificadas num sistema ordenado. É

considerada como arte porque a comunicação é flexível, e, portanto, uma aplicação mecânica e rígida das regras às vezes distorcerá o verdadeiro sentido de uma comunicação” (Virkler, *Hermenêutica Avançada*, p. 9).

Geralmente é aceito que a história da interpretação bíblica começa no Velho Testamento, quando Esdras leu e interpretou a lei para o povo de Israel na volta do cativeiro babilônico: “Leram no Livro, na Lei de Deus, claramente, dando explicações, de maneira que entendessem o que se lia” (Números 8.8). A hermenêutica, portanto, refere-se quase que exclusivamente à interpretação da Bíblia. Se isto é de fato assim, aqui temos alguns elementos importantes que devem nortear a interpretação dos textos sagrados. O texto é a Bíblia, a lei de Deus; a leitura deve ser clara; interpretar é dar explicações de maneira que se entenda o que se lê.

Desde que a hermenêutica é a ciência de interpretar o texto bíblico, é fundamental que aquele que se aproxima desse texto tenha um pensamento correto a seu respeito. O texto objeto da interpretação veio com inspiração divina, ou seja, é a comunicação de Deus para o seu povo, livre de qualquer erro ou omissão nos seus originais em tudo o que está escrito, independentemente do assunto que se trate. “A Bíblia é divinamente inspirada – esse é o grande princípio que controla a Hermenêutica Sagrada. Ele não pode ser ignorado impunemente. Qualquer teoria de interpretação que o desconsidere é fundamentalmente deficiente e não pode ser útil para o nosso entendimento da Bíblia como a Palavra de Deus” (Berkhof, p. 33). A questão “interpretação” tem sido a grande desculpa das pessoas para justificarem a variedade de posições sobre determinadas passagens bíblicas. As várias denominações e religiões, que têm a Bíblia como base, se defendem com a mesma expressão “é uma questão de interpretação”, ou mesmo “esta é a sua interpretação” de tal passagem ou assunto. No entanto, nas palavras de Berkhof, “é extremamente importante que entendamos no início que a Escritura tem apenas um único sentido e é, por essa razão, suscetível à investigação científica e lógica” (p. 45). A sistematização das regras da hermenêutica é o resultado do estudo cuidadoso do escrito sagrado e baseado numa regra fundamental que afirma: “... a Escritura explicada pela Escritura, isto é: A Bíblia, sua própria intérprete” (Lund & Nelson, *Hermenêutica*, p. 32).

A comunicação entre duas ou mais pessoas pressupõe que aquilo que será comunicado deverá ser entendido. Por isso, as palavras que se tornam o veículo da comunicação devem ser tomadas e entendidas no seu sentido usual e comum, no contexto da frase, independentemente de que quando separadas elas tenham

mais de um significado. A comunicação de um pensamento transmitido implica naturalmente na tarefa do receptor de querer saber unicamente o que de fato e de verdade está na mente do transmissor. Alguém só pode dizer que entendeu o que foi escrito por outro alguém, se o que for entendido for exatamente o que o transmissor quis expressar.

A literalidade, o aspecto histórico gramatical e a teologia são elementos essenciais para uma interpretação correta e saudável para o entendimento das verdades reveladas por Deus na sua Palavra. Isto estabelece um limitador e inibidor para interpretações que dão vazão à fertilidade da mente do homem; interpretações que são de fato a transmissão daquilo que o homem queria que Deus tivesse dito, transformando a comunicação de uma única verdade na possibilidade de variadas supostas verdades. Essa é a característica da interpretação alegórica; o resultado múltiplo originado da mente de cada intérprete de um único texto que deveria ser entendido de uma única maneira. Um alerta oportuno nesta altura, para que não se entenda mal o que quero dizer, é o seguinte: Não se deve confundir a múltipla aplicação da verdade com a múltipla interpretação resultante de um método espiritualizante que torna subjetivo o entendimento da verdade, isto é, o intérprete dar o significado que “ele” quer à Escritura sem nenhuma forma de comprovação interna ou externa.

Se a hermenêutica é uma ciência com suas regras e normas a serem observadas, que garantem um entendimento correto daquilo que é a intenção do autor, tanto o divino como o humano, por que e desde quando a interpretação alegórica é tão amplamente aceita? A resposta a esta pergunta está na história. Quando buscamos na história, nas diversas épocas que nos precedem, podemos traçar a trajetória da mudança daquela que era a única forma de interpretação para uma forma alternativa.

O método alegórico de interpretação inexistia na Igreja até o início do 3º século da nossa era. A interpretação bíblica foi influenciada pela Escola de Alexandria, onde a religião judaica e a filosofia grega se encontraram, exercendo influência uma sobre a outra. “O método natural que ela encontrou para harmonizar religião e filosofia foi a interpretação alegórica, visto que: Os filósofos pagãos (estoicos) já haviam, por um longo tempo, aplicado o método na interpretação de Homero... Filo, que também era um alexandrino, emprestou ao método o peso da sua autoridade, reduziu-o a um sistema e aplicou-o até mesmo às mais simples narrativas” (Berkhof, p. 15).

Os principais expoentes dessa escola foram Clemente de Alexandria e Orígenes, que foi seu discípulo. “Clemente de Alexandria foi o primeiro a

aplicar o método alegórico à interpretação do Novo Testamento assim como à do Antigo” (p. 18).

Mas, ainda no final do 3º século, a escola de Antioquia foi fundada. Diodoro foi considerado seu fundador e dois dos seus discípulos, Teodoro de Mopsuéstia e João Crisóstomo marcaram a história da interpretação por defenderem a interpretação histórico-gramatical, em oposição ao método alegórico. Nas palavras de Berkhof, “Teodoro foi intitulado o Exegeta, enquanto João foi chamado de Crisóstomo (boca de ouro) por causa do esplendor da sua eloquência” (p. 18).

Sem dúvida, o grande popularizador do método alegórico foi Agostinho, no 4º século. Canonizado pela Igreja Católica e paradoxalmente considerada um dos pais da Igreja pelos evangélicos, “Agostinho cria que a Escritura tinha um sentido quádruplo – histórico, etiológico, analógico e alegórico” (Virkler, p. 45). Ainda nas palavras de Virkler, “na prática, Agostinho renunciou à maioria de seus princípios e inclinou-se para uma alegorização excessiva... Ele justificou suas interpretações alegóricas em 2 Coríntios 3.6 (“porque a letra mata, mas o espírito vivifica”), querendo com isto dizer que uma interpretação literal da Bíblia mata, mas uma alegórica ou espiritual vivifica” (p. 45).

Então, temos um quadro se formando que deve ser notado.

Pelos seus escritos, Agostinho deixa claro sua posição quanto aos eventos do futuro dentro de um ponto de vista “não milenista” (termo a ser entendido em páginas posteriores). Isto explica também o fato do grande número de adeptos ao amilenismo, que podemos caracterizar como um conceito escatológico decorrente do método alegórico de interpretação. Isto não quer dizer que os amilenistas alegorizem toda a Escritura. É comum entre os teólogos existir aqueles que interpretam a Bíblia literalmente, mas mudam o método quando se trata da profecia. Mesmo estes autores aqui citados (Berkhof, Dr. Lund e Virkler), quando classificam a hermenêutica, eles a dividem em duas partes: A Hermenêutica Geral e a Hermenêutica Especial, colocando a profecia dentro da Especial, pelo fato de não haver unanimidade entre eles, quanto à profecia ser tratada de forma diferente pela sua característica peculiar. Porém, nenhum deles dá embasamento científico para tal divisão.

Observaremos, quando estudarmos as profecias, que a hermenêutica tem regras satisfatórias para o entendimento dos textos e que, quando se trata da linguagem simbólica, a própria Escritura fornece o significado dos seus símbolos, prevalecendo a regra maior: “A Escritura interpreta a própria

Escritura”.

Para finalizar esta palavra sobre interpretação, quero destacar que diante do exposto acima (o que significa a hermenêutica e as regras que lhe são próprias, seguidas nas páginas desta obra) e, diante das informações históricas que podem ser ampliadas por estudo mais acurado pelo leitor nas obras citadas e outras à disposição no mercado, justifico a afirmação do primeiro parágrafo desta seção onde afirmo que as divergências quanto aos eventos futuros são de hermenêutica e não escatológicas propriamente.

Quero justificar também que o método histórico gramatical literal, com suas figuras de linguagem, onde a simbologia é uma das características, não foi uma escolha a priori e sim o reconhecimento de que este é o único método legítimo de se interpretar as Escrituras, usado pelos próprios autores sagrados quando se referiram a outros Escritos anteriores: “Dos trinta e nove livros do Velho Testamento, apenas nove não são expressamente mencionados no Novo” (Virkler, p. 39).

Sendo Jesus o próprio Autor divino do Velho Testamento, é de suma importância notar como Ele interpretou literalmente o Velho Testamento. Os apóstolos ao citarem as passagens do Velho Testamento de igual forma deram conotação literal às suas narrativas.

No decorrer das páginas que se seguirão, será encontrada uma “imitação” do que fez Esdras, o escriba no texto já citado: “Leram no Livro, na lei de Deus, claramente, dando explicações, de maneira que entendessem o que se lia” (Números 8.8). Leremos o Livro, no assunto da Escatologia, e daremos as explicações de maneira que possam entender o que se lê, lembrando que Deus escreveu o que Ele queria que entendêssemos.

UMA PALAVRA SOBRE A TEOLOGIA

Teologia é a área da ciência que trata com as coisas de Deus. Teologia no estrito senso da palavra é o estudo de Deus; é uma palavra composta de dois termos gregos: de θεός (Theos), Deus e λόγια (logia), estudo. Há uma variedade

de “teologias”, dependendo do modo de abordagem que se tenha das coisas concernentes a Deus. Por exemplo, a Teologia da Patrística trata da forma como os pais da Igreja interpretavam a revelação de Deus. Uma teologia pode ser o resultado de um ponto de vista como, por exemplo, a Teologia Aliancista, que aborda a teologia do ponto de vista das alianças feitas por Deus com os homens, descritas na revelação.

Charles Ryrie alista pelo menos três elementos importantes no conceito geral da teologia: (1) Teologia é inteligível. Ela pode ser compreendida pela mente humana de uma maneira racional ordenada. (2) Teologia requer explanação. Assim, ela envolve exegese e sistematização. (3) A fé cristã encontra sua origem na Bíblia, de forma que Teologia Cristã é um estudo baseado na Bíblia (Basic Theology: 1988, p. 13). Então, tocamos em um ponto importante que quero destacar na questão da explanação. A explanação e a sistematização da teologia também são variadas dependendo a que o teólogo se propõe. A Teologia Sistemática é a abordagem topical, onde toda a revelação é organizada em tópicos e explanada de forma sistemática. O teólogo, portanto, se aproxima da revelação e encontra em sua narrativa vários assuntos que podem ser vistos em muitos lugares distintos dela; sua tarefa, então, é classificá-los, organizá-los e apresentá-los de forma que cada assunto possa ser entendido de maneira eficaz. A Teologia Sistemática se preocupa não apenas com o estabelecimento da verdade em dado assunto, mas também com as razões pelas quais ela é uma verdade.

Contudo, nesta abordagem corremos o perigo de recorrer a versículos que estão separados por séculos e dentro de contextos distintos para dar sustentação a alguma afirmação de uma determinada doutrina. Porque sua preocupação primária é a sistematização das doutrinas, pode-se chegar a conclusões equivocadas, visto não ser da preocupação da teologia sistemática a exegese das passagens em questão. Vamos a alguns exemplos: Na teologia propriamente dita, que é a Doutrina de Deus, temos seus atributos e, dentre eles, temos que Deus é onipotente, cuja definição é que Deus pode fazer todas as coisas; dentre as referências podemos citar Mateus 19.26, nas palavras de Jesus: “Isto é impossível aos homens, mas para Deus tudo é possível”. Mas será que Jesus está dizendo que Deus pode fazer todas as coisas? Deus não pode mentir! Ele tem poder para fazer todas as coisas, mas não é seu propósito fazer todas as coisas. Outro exemplo, um pouco mais delicado, é quanto à Pneumatologia, a Doutrina do Espírito Santo. Na teologia Sistemática, fica estabelecido que Ele tinha uma forma de agir no crente do Velho Testamento diferente da forma de agir no Novo

Testamento. A conclusão, pela abordagem da Teologia Sistemática, é que o Espírito Santo habitava temporariamente no crente do Velho Testamento, enquanto habita permanentemente no crente da Igreja. A base está em Atos 2, no relato da descida do Espírito Santo para inaugurar a Igreja, e em mais três episódios no Velho Testamento: No tempo dos juízes, quando Sansão era juiz em Israel, há a expressão: “O Espírito... de tal maneira se apossou dele...” (Juízes 14.6); em 1 Samuel 16.14: “Tendo-se retirado de Saul o Espírito do Senhor...”; e, Salmo 51.11: “Nem me retires o teu Santo Espírito...”, palavras de Davi no seu cântico de arrependimento. Sem qualquer preocupação com o contexto histórico, ou o significado na economia do povo de Israel, a abordagem sistemática induz o teólogo a conclusões que não poderiam ser sustentadas de forma consistente. Neste caso, tomando-se como uma regra esta ação do Espírito Santo e contrastando com o que ocorre no Novo Testamento, estabelece-se a “teologia”. Se por outro lado, tomarmos os textos à medida que eles forem aparecendo na revelação, chegaremos às conclusões que manterão a consistência de uma Escritura que, embora escrita no tempo, não foi afetada pelo tempo. A “galeria da fé” de Hebreus 11, que relata personagens do Velho Testamento, é um nocaute na posição tradicional da habitação temporária do Espírito naquela época, pois alguém só pode exercer fé com a presença e ação do Espírito Santo dentro de si. Não há qualquer indício de que a fé operada no Velho Testamento seja diferente da do Novo, e mais, da fé que será operada na Tribulação e no Milênio! Os exemplos poderiam ser multiplicados, mas estes são suficientes para o entendimento da importância da abordagem teológica, quando se trata de se estabelecer verdades e não apenas de alistá-las.

Por isso, temos a Teologia Bíblica, que não quer dizer com sua nomenclatura que as demais não sejam bíblicas. Apenas que a Teologia Bíblica é uma abordagem da revelação que leva em conta vários aspectos que as demais teologias não levam.

O Dr. Ryrie define a Teologia Bíblica como aquela que “trata sistematicamente com a progressão histórica condicionada da auto revelação de Deus na Bíblia” e destaca quatro características emergentes da sua definição: (1) O resultado do estudo da Teologia Bíblica deve ser apresentado numa forma sistemática. Neste sentido, ela é como as outras áreas de teologia e estudos bíblicos. (2) A Teologia Bíblica se atenta ao solo da história em que a Revelação de Deus veio. Ela investiga as vidas dos escritores da Bíblia, as circunstâncias que os impeliram a escrever e a situação histórica dos recipientes dos seus escritos. (3) A Teologia Bíblica estuda a revelação na sequencia progressiva em

que ela é dada. Ela reconhece que a revelação não foi completada num simples ato da parte de Deus, mas desdobrada numa série de sucessivos estágios e usando uma variedade de pessoas. (4) A Teologia Bíblica encontra sua fonte de material na Bíblia. Não significa que a Teologia Bíblica ou a Sistemática não possam trazer, ou não tragam, material de outras fontes, porém, a teologia ou doutrina em si não vem de nenhum outro lugar, apenas da Bíblia (Basic Theology: 1988, p. 14).

Na minha experiência, como professor de disciplinas teológicas por mais de duas décadas, tenho me deparado com a dificuldade de expor certos assuntos das Escrituras aos alunos pelo fato de que os cursos teológicos estão invariavelmente alicerçados na Teologia Sistemática, matéria que ocupa metade dos cursos teológicos. A Teologia Bíblica é ministrada apenas como uma disciplina complementar, onde são dados somente os seus conceitos. Não é desmerecer a Teologia Sistemática, ou torná-la sem valor, ou até responsabilizá-la pelo quadro teológico em que vivemos. Por outro lado, a teologia reflete um povo, reflete uma época e temos sido caracterizados nesta geração pela superficialidade teológica. Poderíamos até ser caracterizados pela “teologia dos sentimentos”! Os sentimentos e as sensações têm ocupado o lugar da exegese e da hermenêutica. A interpretação das Escrituras e seu estudo aprofundado têm sido trocados pelo “eu sinto”, “eu vi” e o “eu acho”. Necessitamos de um despertar do Espírito para o valor daquilo que nos foi revelado nas Escrituras; elas têm o poder de transformar vidas à semelhança de Jesus.

Isto tem tudo a ver com as profecias. Deus deu a revelação ao longo de 1600 anos, onde o Velho Testamento ocupa cerca de 1500 anos. Como desprezar tal fato? Como colocar lado a lado textos que estão a séculos de distância, sem considerar as épocas? A Escatologia (doutrina das últimas coisas) que dentro da Teologia Sistemática é apenas uma das várias doutrinas da Bíblia, junto com Cristologia e Eclesiologia (doutrina da igreja); Hamartiologia (doutrina do pecado); Angelologia (doutrina dos anjos), e outras, sofrem de forma mais acentuada a ausência da ênfase na Teologia Bíblica. Considere a realidade de que Escatologia é sinônimo da volta de Cristo para muitos dentro dessa abordagem sistemática da doutrina, mas logo em Genesis 3.15, lá no início de tudo, temos a promessa da vinda do descendente da mulher que pisaria a cabeça da serpente. Para Adão e Eva era uma profecia, base de toda a teologia do Messias no Velho Testamento, que se desdobraria em duas vindas e apontaria para o final dos tempos, isto é, para a Escatologia!

É exatamente o que tem ocorrido. A Escatologia tem sido tratada como

apenas uma doutrina das coisas do porvir. Faz-se um levantamento das passagens que tratam do assunto e sistematiza-se o material, e apresentam-se as conclusões: Cristo virá outra vez! Então, as questões começam a surgir: Quando? Como? Onde? Para quem? Como se estas fossem as informações mais importantes. A Escatologia Bíblica merece um tratamento bíblico. Como o exposto acima sobre a Teologia Bíblica, deve-se analisar as intenções dos escritores, suas histórias, suas motivações e a progressão das informações reveladas por Deus quanto ao seu plano eterno.

Na Teologia Bíblica, a primeira referência em termos cronológicos é de vital importância. Com isso, o conteúdo de uma doutrina deve ser elaborado paulatinamente pelas referências bíblicas, respeitando-se essa cronologia, de forma que tal doutrina seja o resultado das informações da revelação e não produto da mente do intérprete. A exegese é fundamental nesse processo, de forma que as conclusões são resultadas de um estudo profundo dos textos. É vital ainda que se entenda a informação revelada como o escritor a recebeu e entendeu. E, finalmente, uma revelação em tempo posterior não anula uma revelação anterior, ao contrário, expande, elucida, esclarece e, muitas vezes, detalha. É a única forma de se evitar o perigo das deduções e das convicções pré-concebidas.

Estas palavras de esclarecimentos sobre a teologia visam estabelecer as diretrizes que serão observadas nas páginas a seguir. A Bíblia é a fonte da revelação; a exegese, a ferramenta; a Teologia Bíblica, a abordagem e a hermenêutica da palavra anterior, estabelecendo o método literal. O autor tem como um dos propósitos com esta obra contribuir para este despertar do crente de volta às Escrituras como revelação final de Deus para os seus filhos.

INTRODUÇÃO

Na minha experiência, como pastor e professor, tenho visto a reação dos crentes quanto à Escatologia de duas formas opostas: fascinação e repulsa. A fascinação pelos acontecimentos do fim e a repulsa devido ao cenário confuso e controvertido. Sem ser simplista e demagogo, as revelações da Bíblia são difíceis, escritas numa linguagem simbólica, mas foram nos dadas para entendimento e para fazerem efeito em nossa vida cristã.

As duas palavras anteriores foram dadas com vistas a determinar os parâmetros, na verdade para delimitar a estrada que vamos seguir no entendimento das profecias das Escrituras. Seguindo o método de interpretação literal e a abordagem da Teologia Bíblica que, como vimos, também é sistemática na sua organização, vamos examinar as profecias com suas visões e narrativas para formar os conceitos e convicções quanto aos acontecimentos por serem cumpridos que estão à nossa frente, os eventos do Porvir.

A exposição não visa defender uma escola escatológica, ou mesmo exibir uma posição pessoal, embora algumas das conclusões a que chegaremos e a forma de explicar os assuntos sejam de cunho pessoal. Também quero ressaltar que, embora a apologética (refutação aos ataques à teologia) possa ser vista em todo o livro, ela não é o foco principal em termos de estilo; ela se torna necessária visto que o cenário teológico da Escatologia não é caracterizado por unanimidade.

A exposição apresentada em duas partes dá-se ao fato de que podemos ver em Daniel tanto um quadro profético que forma o alicerce para a Escatologia do Novo Testamento, que será a abordagem a ser seguida, como também pode ser visto como um conjunto de profecias para serem estudadas à parte. Começar por Daniel é reconhecer que ele é um marco na profecia do Velho Testamento; a sua clareza, abrangência e organização nas informações dão a ele um lugar singular no Canon. Jesus, quando respondeu aos seus discípulos as perguntas sobre as coisas que haveriam de acontecer a Jerusalém (pois estavam perplexos com a informação inesperada de que o Templo de Herodes seria destruído), declarou que o ponto de partida das coisas do fim é o que havia falado o profeta Daniel (Mateus 24). Num crescente de informações, ele diz, no verso 6 daquela passagem: "... mas ainda não é o fim"; no verso 8: "...tudo isto é o princípio das dores"; e, no verso 14: "Então virá o fim". Deste ponto, Jesus passa a explicar os acontecimentos, dizendo: "Quando, pois, virdes o abominável da desolação

de que falou o profeta Daniel...” (v. 15).

Visto que esta passagem citada por Jesus estava dentro de um contexto profético, entendo que Ele motivava os seus discípulos a lerem todo o livro do profeta Daniel, a fim de que entendessem o que seria este “abominável da desolação” e em que circunstâncias ele se manifestaria. É exatamente o que faremos. Vamos estudar a profecia de Daniel de maneira bem detalhada, no seu contexto histórico e cronológico, entendendo o quê e como Daniel entendeu. Uma vez que as profecias de Daniel se edificam umas sobre as outras, compararemos as visões e profecias para que as conclusões sejam corretas e não tendenciosas.

Logo na abertura da primeira parte teremos uma descrição biográfica da pessoa do profeta, extraída das páginas do seu livro. Esta é uma parte que deve ser vista com cuidado e atenção, porque é o reflexo do verdadeiro propósito da profecia na vida dos filhos de Deus. Exibir um conhecimento das profecias pode tornar o crente arrogante, intolerante e até intransigente; ao contrário disto, vemos naquele homem uma atitude humilde, um coração contrito, uma verdadeira testemunha de Deus, levando pessoas do seu convívio a renderem-se aos pés de Jeová; ao mesmo tempo, podemos ver uma ousadia que impressiona. Aliás, ousadia característica de homens e mulheres que têm como meta de vida deixar evidente que há um Deus e que a comunhão e a intimidade com esse Deus é uma realidade.

Mesmo que a profecia do capítulo 9, “As Setenta Semanas de Daniel”, seja a grande profecia, é necessário que se compreenda e se dê a devida atenção e esmero para o entendimento das profecias que vêm antes. As formas como Deus revela a Daniel o futuro próximo e distante são fundamentais para realçar a beleza e a magnitude das “Setenta Semanas”. O capítulo que me extasia e que caracteriza a singularidade de Daniel, juntamente com o capítulo 9, é o capítulo 11. Deus antecipou toda a história de cerca de 500 anos para o profeta, trazendo efeitos físicos de debilitação nele. O peso da revelação sobre o profeta! Assim, a profecia de Daniel é edificada até apontar para o Messias na sua primeira vinda. A morte do Messias é antecipada; veremos que não apenas Isaías 53 falava do Messias sofredor, mas a profecia de Daniel apontava à sua morte. A segunda vinda do Messias estava todo tempo ali, mas de certa forma escondida por causa do mistério que era a Igreja, a ser revelada somente no Novo Testamento.

Todas as visões do livro de Daniel apontavam para o Reino eterno entregue aos santos; antes, porém, focalizavam-se no Anticristo, esse abominável da desolação, que só recebe este título no capítulo 9 (v. 27) e, depois, no capítulo 11

(v. 31).

Na segunda parte deste estudo, na Escatologia do Novo Testamento, teremos uma visão descritiva das várias posições escatológicas; visão esta superficial, sendo que informações mais específicas de cada escola podem ser encontradas em autores próprios. Contudo, as informações são fidedignas, em quantidade suficiente para mostrar o cenário escatológico. Nesta parte há um gráfico ilustrativo, organizando os eventos do plano de Deus pelos séculos, tendo como ponto de partida as 69 semanas já cumpridas da profecia de Daniel. Está demonstrado com riqueza de detalhes esse cumprimento, ponto que vale a pena uma demora no estudo para um entendimento completo.

Da mesma forma que a Escatologia de Daniel era construída passo a passo, nesta segunda parte construiremos a Escatologia do Novo Testamento, expondo as passagens e buscando no celeiro do Velho Testamento as explicações dos símbolos e figuras. Essa reflexão é um dos aspectos surpreendentes de “A Escatologia e a Vida de Santidade”, visto que o Velho Testamento tem sido para a Igreja somente uma parte histórica da Revelação com suas histórias interessantes, algumas à beira da ficção, haja visto muitos crentes encararem assim o Velho Testamento, desde a história de Adão, Noé e Jonas, somente para citar alguns. Porém, a ênfase aqui é que Deus selecionou as histórias narradas com o propósito de fornecer os elementos necessários para o entendimento das profecias do Novo Testamento.

Proponho que os capítulos desta segunda parte sejam de grande interesse para nós, os crentes, porque nos dizem respeito; eles tratam sobre Arrebatamento, Tribulação, Milênio, Novo Céu e Nova Terra e Julgamentos Escatológicos. Alguns dos personagens merecerão destaque: o Anticristo, as Duas Testemunhas, os 24 Anciãos e os quatro seres vivos.

O capítulo do Arrebatamento é uma das tônicas do material porque nos diz respeito; ele é a bendita esperança do crente. Por isso, será explanado com cuidado, edificando a partir de cada pedra como um construtor cuidadoso com seu prumo e linha para que as paredes sejam sólidas e bem edificadas, a fim de suportarem a construção. Não será apenas a defesa de um pensamento, e sim a exposição bíblica de várias passagens com uma explanação sobre a distinção que os autores da Bíblia fizeram entre o Arrebatamento da Igreja e a Segunda Vinda de Cristo. A ausência desta distinção é uma das causas de toda a confusão sobre o tempo em que o Arrebatamento ocorrerá.

O estudo sobre a Tribulação será, na sua maior parte, uma explanação dos capítulos 4 a 18 de Apocalipse, livro que é grandemente mistificado no seio da

Igreja. Neste estudo, será feita uma exposição dos textos proféticos dos vários profetas, desde a primeira ocorrência de tribulação no Velho Testamento. O objetivo é realçar o grande plano de Deus para o seu povo Israel, distinto da Igreja, plano esse de um Deus que não pode esquecer a sua aliança com os pais da nação, expressão usada pelo próprio Deus. Essa expressão justifica porque Ele intercederá em favor da nação e virá em seu socorro a despeito de sua rebeldia e incredulidade, características também nossas no seu plano no Novo Testamento, o que nos mostra que tudo que Deus faz é por causa dEle, por meio dEle e para Ele mesmo. O conceito da fidelidade de Deus tem sido ameaçado por aqueles que querem ver cumpridas na Igreja as promessas feitas no Velho Testamento, alegando que a Igreja é o Israel espiritual e que Deus não tratará mais com o Israel literal, a nação. Deus diz que o dia que Ele fizer isto, será o mesmo que romper com o acordo com o dia e com a noite, estabelecido por Ele no princípio de tudo!

E, por fim, o Milênio! O Reino de Cristo aqui na terra com vara de ferro sobre as nações. A explanação de uma teologia não popular entre os crentes, a Teologia do Reino, mostrando que Deus reina desde Adão e reinará nesta terra através do segundo Adão. Enquanto toda a questão entre as escolas teológicas tem girado em torno da existência ou não de um Milênio literal, ou seja, um período de 1000 anos aqui na terra, a explanação neste estudo girará sobre a realidade do Reino em todos os tempos, demonstrando assim que o Milênio não é uma posição escatológica de uma escola e sim que ele faz parte de um plano único do Reino de Deus.

O Milênio passa a ser, desta forma, algo totalmente necessário, com todas aquelas características descritas nas Escrituras, Velho e Novo Testamentos. O Milênio é o jardim que não aconteceu; visto que o pecado que já estava planejado, entrava no cenário. O Milênio tem uma ligação com esse pecado, pois será a época em que Deus deixará claro para o homem que o pecado está dentro do coração dele, tirando-lhe todos os álibis.

Posso garantir que a leitura e estudo deste material serão como uma grande aventura de viagem no tempo. Iniciando por uma viagem ao passado; e, de lá, obtendo uma visão do futuro, como os habitantes de então tiveram; depois, uma volta para o presente, ao ponto de vista de Jesus a respeito de sua Igreja; e, logo, indo para o futuro, fim de ver como as coisas acontecerão e como será o fim de tudo. Peço-lhe que venha com uma atitude de oração, com humildade de coração, permitindo que, sobretudo, o Espírito Santo de Deus ministre e o resultado seja a sua edificação e a completa glória para Ele.

Parte I

O Livro de Daniel

CAPÍTULO UM

O HOMEM DANIEL

Daniel tem sido um livro negligenciado pela maioria dos crentes, até pelos pastores, devido a seu conteúdo intrincado, difícil de interpretar, pelos seus símbolos, somados a uma metodologia alegórica de interpretação, fazendo com que o seu conteúdo tenha uma aplicação quase que exclusiva ao seu próprio tempo. No entanto, está nele o alicerce da Escatologia, por assim dizer, sendo que o próprio Senhor Jesus Cristo fez menção de Daniel no chamado pequeno Apocalipse, em Mateus 24.

Ao ler e estudar o livro de Daniel podemos ver não somente o conteúdo profético, mas também a vida pessoal, o caráter do seu autor. No transcorrer do livro de Daniel encontramos traçada a sua pessoa; podemos dizer que a Escatologia de Daniel está ligada à sua devoção pessoal. Daniel não era um profeta, não esteve numa escola de profetas; a sua profecia foi resultado de seu relacionamento e compromisso com Deus e com o povo de Deus, Israel. Usar estes termos, “povo de Deus, Israel”, não é redundância e sim uma ênfase de que Israel é separado da Igreja, que hoje é o povo de Deus, e, desde já, deixa-se este em destaque porque parte dos argumentos interpretativos deste livro está embasada nesta premissa: A interpretação literal das profecias, e Israel sempre será distinto da Igreja, com planos, promessas, posições futuras e relacionamentos diferentes com Jeová, teologicamente falando.

Daniel viveu numa época muito especial da nação de Israel. Viveu na época do sítio e tomada de Jerusalém por Nabucodonosor, rei babilônio, que governou de 605 a.C. a 562 a.C. Nabucodonosor fez três investidas contra Jerusalém, nas quais transportou o povo judeu para a Babilônia (605 a.C.; 597 a.C. e 586 a.C.)! Na primeira investida, em 605 a.C., levou apenas os da nobreza, dentre os quais Daniel, Hananias, Misael e Azarias.

Estando na Babilônia, Daniel foi usado por Deus como um instrumento para registrar a profecia de restauração de Israel para tempos muito distantes! Algo que fica claro nas Escrituras era o relacionamento deste homem com Deus, e até mesmo um anjo dá testemunho do que Deus pensava a respeito dele. Assim, Deus revela a este homem todo o seu plano, não somente para o povo de Israel como para toda a humanidade, com detalhes impressionantes. A revelação foi tão específica que críticos querem datar este livro no 2º século depois de Cristo, devido à sua precisão. A revelação era tão específica que creio ter transformado

a vida deste homem e que, por isto, seu caráter irrepreensível e sua vida espiritual desafiante sobressaltam nas páginas do seu livro. Não podia ser diferente. O resultado de tal tipo de vida foi a oportunidade de levar pelo menos dois reis ao conhecimento e conversão a Jeová, Nabucodonosor e Ciro e, ainda, um terceiro com certa dúvida, Dario, do capítulo 6!

Daniel é um exemplo de crente e um modelo a ser seguido. O desafio que ele traz para nós, crentes do terceiro Milênio, vai além das informações escatológicas, que veremos detalhadamente, incluindo também a sua vida espiritual. Ao conviver com ele no seu livro (e eu digo que o estudo do seu livro é isto mesmo: uma convivência com ele no seu relacionamento com Deus), você é desafiado a transparecer qualidades no seu viver a tal ponto de serem percebidas pelos de fora.

Quero destacar algumas destas qualidades mostrando por que a Escatologia está ligada à vida de santidade!

Daniel foi um homem fiel. Fidelidade a Deus é o assunto de sempre. Que luta! Desafiar os crentes a terem vidas fiéis. Nos primeiros versos de seu livro, já encontramos um adolescente, com cerca de apenas 14 anos, recusando-se a comer os manjares do rei (1.8). Tenho chamado isto de ser fiel no pouco. O que esperar dos nossos adolescentes?

Mas a sua fidelidade não pára aí. Lá, no capítulo 6, talvez o episódio mais conhecido de sua vida, a cova dos leões, encontramos novamente o nosso modelo fiel. Daniel está com cerca de 82 anos de idade, um ancião, e ele confiantemente demonstra a sua fidelidade ao seu Deus. Isto para contrariar a crença popular de que um homem à medida que envelhece se torna mais flexível e que a pujança é característica da juventude; não para este homem, cuja mesma fidelidade aos seus 14 anos pode ser vista na sua velhice, aos 82!

Qual seria uma evidência clara e segura da fidelidade de um homem, senão o testemunho do próprio Deus! Pois é isto o que lemos no profeta Ezequiel, um contemporâneo de Daniel junto com os exilados na Babilônia. Deus afirma diante da infidelidade de Israel, que ainda que estes três homens: Daniel, juntamente com Noé e Jó estivessem no meio dela, apenas eles se salvariam pela sua justiça (Ezequiel 14.14). Este é um texto que me desafia e que não posso deixar de comentar: Deus cita Daniel na mesma condição de Noé e Jó, e visto que Daniel era contemporâneo de Ezequiel, ao ouvir do Senhor Deus aquelas palavras, isto lhe soava forte, pois sabia que Ele falava de uma pessoa que estava próxima dele, há apenas alguns quilômetros. Daniel estava colocado numa galeria seleta, juntamente com Noé e Jó, duas “feras” espirituais!

A fidelidade deste homem é vista em todo o seu ministério, que durou cerca de 70 anos, onde os reis caíam, mas Daniel permanecia no reino porque fora colocado ali pelo Senhor de toda a terra. Daniel era um embaixador de Deus, falava o que via e o que Deus lhe mandava, e era sustentado por Deus mesmo, sem temor de homens, mesmo os mais poderosos como os reis que comandavam o mundo.

Isto nos leva a outra qualidade deste homem: ousadia. Daniel era um homem ousado. Em tempos em que os políticos comprometem seu caráter, e até seu testemunho, é desafiador aprender com este homem. Nossos políticos crentes, em todas as instâncias, precisam meditar na conduta deste nosso irmão do passado.

Ainda na adolescência, como vimos anteriormente, rejeitou os manjares do rei. Que decisão! Que ousadia! Isto podia lhe custar a vida; e quem rejeitaria os manjares do rei? Avançando no seu livro, vemos no capítulo 4 este crente confrontando Nabucodonosor com sua arrogância e prepotência, aconselhando-o a por termo aos seus pecados: “Portanto, ó rei, aceita o meu conselho, e põe termo em teus pecados pela justiça, e às tuas iniquidades usando de misericórdia para com os pobres; e talvez se prolongue a tua tranquilidade” (4.27). Certamente, ele não tinha medo de perder sua posição no reino!

No final do período babilônico, agora sob a regência de Belsazar (capítulo 5), Daniel rejeitou de maneira enfática o suborno do rei, para que ele lesse a inscrição na parede: “Os teus presentes fiquem contigo, e dá os teus prêmios a outrem; todavia lerei ao rei a escritura, e lhe farei saber a interpretação” (5.17). E, após ter lido a escritura na parede, disse palavras duras ao rei, relatadas no verso 22: “Tu, Belsazar, que és seu filho, não humilhaste o teu coração, ainda que sabias tudo isto”. Uma verdadeira confrontação, munido de toda a autoridade vinda do Senhor de toda a terra, o verdadeiro soberano e Senhor. Estes relatos nos mostram um homem comprometido exclusivamente com Deus.

Diante disto, que outra qualidade poderia ter este homem, senão a de ser amado por Deus? Daniel era um homem amado. Três vezes no seu livro está escrito que este homem era amado por Deus. Mas, os relatos se revestem de um colorido especial quando olhamos para os detalhes da narrativa e quem está falando. Por três vezes, o anjo viera para lhe dar a entender a profecia. Note: “No princípio das tuas súplicas, saiu a ordem, e eu vim, para to declarar, porque és mui

amado...” (9.23). Ainda: “Ele me disse: Daniel, homem muito amado...” (10.11). E mais: “...e disse: Não temas, homem muito amado” (10.19). Como o anjo sabia? Então, isto me faz inevitavelmente pensar no que Deus pensa a meu respeito! Ser amado de Deus tem um preço, tem um custo: uma vida de santidade. Isto me lembra Jó: “Perguntou ainda o SENHOR a Satanás: Observaste a meu servo Jó? “Porque ninguém há na terra semelhante a ele, homem íntegro e reto, temente a Deus, e que desvia do mal” (Jó 1.8). Quando expomos a salvação para alguém, logo dizemos que o sangue de Cristo é aplicado a nós espiritualmente de forma que quando Deus olha para nós, Ele vê o sangue de Cristo vertido em nós, e é verdade! Mas, temo que descansemos nesta verdade teológica e não cuidemos da contrição e da santidade. Sim, tenho me preocupado com o que Deus pensa de mim, quando ele fala com seus anjos! Observas- te meu servo Edison...? Daniel era um homem amado; Abraão era amigo de Deus; Davi era o rei segundo o seu coração. A Escatologia Bíblica desperta esse senso, essa necessidade de querer fazer parte ativa deste plano de resgate daqueles que pertencem ao Senhor.

Logo, quando se abre este grande livro, nos deparamos com uma qualidade que é uma dádiva de Deus, a sabedoria. Daniel era um homem sábio. A sabedoria é a inteligência acompanhada do temor de Deus e isto fica evidente pela sua conduta no capítulo 1.17, 20. A sabedoria fica evidenciada pela posição de destaque de Daniel nos reinos Babilônico e Medo Persa; mesmo quando da queda de vários reis e reinos. Logo que o poder era assumido por um rei, este se impressionava com Daniel e passava a ter um relacionamento pessoal com ele, uma amizade se desenvolvia; Daniel era alguém com quem o rei podia se aconselhar; seus conselhos não eram tendenciosos ou lisonjeiros, eram de alguém que detinha em si, pelo Espírito de Deus, a sabedoria de Deus. Sem dúvida alguma, isto aconteceu pela mão de Deus, pelo propósito que Deus tinha em revelar o futuro de maneira segura, e, desta forma Deus o introduziu no cenário, forma essa específica nos detalhes narrados e ao mesmo tempo abrangente, por se tratar do mundo inteiro durante mais de dois milênios de história por vir.

Antes, porém, de entrarmos nos assuntos escatológicos, que certamente nos fascinarão, quero ressaltar outra qualidade que não poderia faltar em um homem como Daniel. Daniel era um homem espiritual. As marcas que tornam esta qualidade evidente são marcas simples, que devem aparecer na vida de qualquer filho de Deus. Daniel estudava a Escritura (9.2): “No primeiro ano do seu

reinado, eu, Daniel, entendi, pelos livros, que o número de anos, de que falara o SENHOR ao profeta Jeremias, em que haviam de durar as assolações de Jerusalém, era de setenta anos” (negrito meu). Daniel não apenas lia, mas estudava, meditava a ponto de entender. Daniel também orava; logo no capítulo 2, diante do decreto de Nabucodonosor de matar todos os magos e encantadores do reino, depois de ter pedido um tempo para o soberano, reuniu-se com seus amigos com o fim de buscar o Deus dos céus em oração; esta é a primeira menção de uma reunião de oração na Bíblia! No capítulo 6, mesmo com o risco de perder a vida, esse homem mantém seu costume de orar três vezes ao dia, numa posição voltada para Jerusalém porque acreditava na restauração por parte de Deus, levando seu povo de volta para aquela que era a cidade de Davi. No capítulo 9, a partir do verso 3, temos a transcrição de sua oração de confissão por si e pela nação, depois de entender o tempo determinado do cativeiro que estava para terminar. Ele via-se diante de uma nação que não havia refletido sobre o porquê de estarem tão longe da sua pátria e suplica a Deus que perdoe a nação e aja, “porque a tua cidade e o teu povo são chamados pelo teu nome” (9.19). Daniel jejuava (10.2,3): “Naqueles dias eu, Daniel, pranteei durante três semanas. Manjar desejável não comi, nem carne nem vinho entraram na minha boca, nem me untei com óleo algum, até que passaram as três semanas inteiras”. O texto mostra intensidade por parte de Daniel que já estava no final da sua vida. Esta era a última visão dele e a narrativa é tão viva quanto a primeira. A forma com que ele interagiu com os mensageiros era de uma grande intimidade e reverência, com perguntas de alguém envolvido com os acontecimentos. Sem dúvida alguma, um homem separado por Deus para uma tarefa especial, mas com as características básicas de espiritualidade que podem ser encontradas em todo o filho de Deus.

Gastar este espaço para ressaltar estas qualidades tem como propósito exemplificar, com a própria Escritura, que uma Escatologia Bíblica e equilibrada não é danosa, ambígua, polêmica e sim uma ferramenta de Deus para promover uma vida de santidade. Durante todo este livro, destacarei e chamarei a atenção do amado leitor para este fato. Foi este o propósito de Deus ao antecipar para o seu povo o futuro; foi este também o propósito do Senhor Jesus Cristo ao antecipar aos seus discípulos os acontecimentos vindouros. Saber do futuro por saber do futuro, nunca foi o propósito do nosso Soberano Deus. Ele tem um propósito convergente com o único propósito de ter nos dado toda a Escritura, ou seja, levar-nos a uma vida de santidade, sem a qual ninguém verá o Senhor.

CAPÍTULO DOIS

VISÃO PANORÂMICA DO LIVRO DE DANIEL

Antes de interpretarmos as visões e sonhos contidos no livro de Daniel, é necessária uma compreensão do livro como um todo. O livro de Daniel não é apenas o relato isolado de uma série de visões e sonhos; ele narra toda a trajetória deste homem de Deus durante um período de cerca de 70 anos, nos reinos da Babilônia e Medo Persa.

A disposição das revelações de Deus a Daniel mostra um plano perfeito e preparado para atingir o objetivo último que é a restauração completa da nação de Israel. Ao mesmo tempo, vemos Deus agindo de forma a manifestar a rebeldia das nações gentílicas e sua revolta contra o Criador, derramada sobre o povo escolhido. Então, o quadro que se forma é o da restauração do povo de Deus e o juízo sobre os povos pagãos.

A narrativa do livro aparece em duas línguas, o hebraico e o aramaico. Elas estão visivelmente arrançadas, destacando o povo a que se referem. O hebraico, quando se trata de Israel, e o aramaico, quando se trata das nações gentílicas. Cabe aqui explicar que gentio é todo o povo além de Israel. Podemos dividir o livro por estas duas línguas, de forma que a primeira porção, em hebraico, contendo a narrativa da primeira investida de Nabucodonosor ao levar a nobreza no ano 605 a.C., compreende o texto de 1.1 a 2.4 na expressão: “Os caldeus disseram ao rei”. A segunda porção, em aramaico, iniciando em 2.4 com a frase: “Em aramaico”, estendendo-se até 7.28 com a narrativa de sete acontecimentos, cobrindo todo o tempo que Daniel permaneceria na Babilônia, onde o último destes é o episódio de Daniel, com cerca de 82 anos de idade, na cova dos leões. O capítulo 7 é a narrativa da primeira visão de Daniel, a qual ocorreu cerca de 50 anos depois do primeiro sonho de Nabucodonosor (capítulo 2). A terceira porção, novamente em hebraico, compreende o restante do livro, contendo outras visões de Daniel sobre o povo de Israel neste cenário profético.

Então, a consistência que se pode ver é que as línguas estão ligadas aos povos em questão, isto é, quando se trata do povo de Israel, usou-se o hebraico, e quando se trata dos povos gentios, usou-se o aramaico.

O livro está dividido naturalmente em duas partes, sendo a primeira nos capítulos de 1 a 6, contendo informações históricas desde a chegada de Daniel na Babilônia até sua velhice, no reinado medo-persa; a segunda, nos capítulos 7 a 12, contendo visões e sonhos de Daniel durante o mesmo período. Isto significa

que o livro não está escrito numa ordem cronológica nos seus capítulos e sim organizado em duas partes distintas: história e profecia. Isto é facilmente visto pelos primeiros versículos dos capítulos da segunda parte. Assim, as visões contidas nos capítulos 7 a 12 estão dentro do tempo compreendido nos capítulos 1 a 6. Seguindo as indicações do primeiro versículo de cada capítulo, podemos organizar o livro pelos reis a que tais versículos se referem. Os primeiros quatro capítulos acontecem no reinado de Nabucodonosor, compreendido de 605 a.C. a 562 a.C. Então, temos os capítulos 7, 8 e 5 no reinado de Belsazar, filho de Nabonido, o último rei da Babilônia, nos anos de 556 a.C. a 539 a.C. Os capítulos 9, 10 a 12 e 6 no reinado de Ciro, o persa, e Dario, o medo, de 539 a.C. a 529 a.C., nesta ordem: o capítulo 9 no primeiro ano de Dario, os capítulos 10 a 12 no terceiro ano de Ciro, e o capítulo 6 sem um ano definido no texto sagrado. O livro de Daniel é um livro atual. Podemos tirar dele princípios de vida cristã ao notarmos o controle de Deus sobre os reis e governos no mundo antigo. Deus colocou o seu servo no cenário do mundo para assistir diante dos líderes do mundo antigo, e isto deve nos estimular a confiança em nosso Deus, nestes dias de tanta incerteza na política, na vida profissional e mesmo no dia-a-dia do crente comum. Daniel era um crente comum colocado numa alta posição para fazer diferença. É possível viver na mais alta roda e não se corromper! Os reis caíam, mas Daniel permanecia. Daniel não tinha medo de se expressar diante da mais alta autoridade existente, quando se tratava de dar um recado recebido do Senhor de toda a terra. Vimos isto anteriormente nas suas palavras a Nabucodonosor e a Belsazar, descritas nos episódios da visão da árvore e da mão na

caiadura, nos capítulos 4 e 5 do texto sagrado, respectivamente.

Portanto, antes de analisarmos com detalhes as visões e sonhos contidos neste livro, convém destacar os episódios que não fazem parte da porção profética, construindo um ambiente propício para uma melhor compreensão daquilo que Deus quis nos revelar através deste seu servo.

O capítulo 1 é a introdução de Daniel no cenário do mundo, assim como o capítulo 2 é a introdução de Daniel no cenário profético. O capítulo 1 inicia com as palavras: “No ano terceiro do reinado de Jeoaquim, rei de Judá, veio Nabucodonosor, rei de Babilônia, a Jerusalém e a sitiou”. Isto quer dizer o ano 605 a.C., quando Nabucodonosor fez sua primeira investida, em seu primeiro ano de reinado. O rei pediu que “trouxesse alguns dos filhos de Israel, assim da linhagem real como dos nobres” (v. 3). Mas a informação mais contundente deste primeiro capítulo está no início do verso 4: “Jovens...” יְדָמִים (He.

Yeladhim); a palavra significa adolescente, com o que podemos afirmar que Daniel contava com aproximadamente 14 anos. Isto dá um colorido diferente ao conteúdo do capítulo. A impressão que se tem ao ler acerca da firmeza de Daniel diante da dieta do rei para ele é que Daniel fosse um adulto. Aliás, é bem essa a impressão que é passada na maioria das lições de Escola Dominical e em muitas mensagens pregadas, que Daniel era um adulto. No verso 8, temos a declaração: “Resolveu Daniel firmemente não contaminar-se...” Que firmeza! Não posso deixar de salientar aqui o ensino nas igrejas e nas palestras sobre adolescentes, sem nenhuma base nas Escrituras Sagradas, de que a adolescência é uma idade problemática. De onde se tem tirado tal informação? De algum verso da Bíblia? Quantas páginas escritas sobre um assunto tão delicado sem uma base bíblica. Ao contrário, toda a base está nas evidências aparentes da rebeldia observada naquela idade; observa-se o produto e se forma o diagnóstico.

Convém lembrar que a Bíblia é um livro de princípios. Se ela não afirma, declara ou descreve, não se pode concluir ou diagnosticar apenas pela observação, pela amostragem ou pela estatística. Podemos encontrar na Bíblia a menção de apenas 3 adolescentes e os 3 casos são extremamente positivos: Este de Daniel e seus amigos; a serva de Naamã, em 2 Reis 5.2: “Uma menina cativa...” que deu o testemunho da existência de um profeta que podia curar Naamã, onde a sua palavra era tão forte que envolveu o rei da Síria para mandar cartas ao rei de Israel para curar Naamã. Certamente, o caráter e o comportamento desta menina, que tinha tudo para ser uma adolescente revoltada nos moldes atuais, não eram de rebeldia e instabilidade e sim de uma fé genuína. E a outra menção é a de Timóteo, quando encontrado pelo apóstolo Paulo em sua segunda viagem missionária: “Dele davam bom testemunho os irmãos em Listra e Icônio” (Atos 16.2). Há uma dúvida quanto à idade de Timóteo aqui, podendo ser de mais de 20 anos de idade, mas era um jovem para os moldes da época.

O que ocorre então com a adolescência? Ela é colheita de toda uma infância de disciplina de acordo com a Palavra ou a falta dela. Embora pareça que tenha me desviado do assunto, enfatizo com muita consciência que a Escatologia da Bíblia toca em todos os aspectos da vida do homem e não podia ser diferente. Por que Cristo falou tanto do futuro para seus discípulos? Porque as informações do futuro nos fazem refletir sobre o presente que estamos vivendo. O capítulo 1 de Daniel traz o precioso ensinamento de que Daniel era fiel no pouco e o seria no muito, quando amadurecesse. Um simples prato de comida, mas que tinha algo espiritual por trás; Daniel não comeria uma comida sacrificada aos ídolos. Sem contar o detalhe da dieta que ele pediu, mostrando que se preocupava em

ter um corpo saudável e uma mente ativa. Esse é outro princípio que podemos tirar deste livro que tem como escopo a Escatologia.

Antes de prosseguir, quero salientar mais um destaque deste rico primeiro capítulo. Depois de narrar o resultado do teste de Nabucodonosor para os jovens, no qual Daniel se destacou em todos os quesitos, o capítulo encerra com uma informação: “Daniel continuou até ao primeiro ano do rei Ciro”. Poderia ser uma informação trivial, se Ciro fosse um rei sem expressão; se fosse apenas uma informação para indicar o tempo de ministério de Daniel. Porém, vejo aqui outra informação sobre a vida deste homem, a qual nos desafia. A sua vida e devoção eram contagiantes. As pessoas que conviviam com ele eram impactadas pela sua vida séria com Deus, pela inflexibilidade quando os princípios estavam em jogo.

Ciro foi o primeiro rei Persa que assumiu o poder em cerca de 539 a.C. Ciro foi usado por Deus para decretar a volta do povo de Israel para sua terra, quando completou o tempo do cativeiro determinado por Deus. Israel tinha de retornar! Alguns estudiosos querem diminuir esta atitude do monarca do ponto de vista teológico, visto que ele libertou não somente Israel, mas todos os povos que haviam sido conquistados pelos caldeus, querendo com isto dizer que a volta de Israel foi casual, porque Ciro tinha este fato como uma estratégia política. Somente uma pessoa desavisada não enxergaria as inúmeras intervenções de Deus na história, tanto para cumprir suas promessas ao seu povo quanto para impedir os inimigos de exterminarem os seus escolhidos.

Ciro aparece pela primeira vez na profecia em Isaías 44.28, no contexto da promessa de Deus que Jerusalém voltaria para sua terra e a habitaria novamente. É grandemente significativo, visto que todo este texto profético está sendo dado a Israel cerca de 700 anos antes de Cristo. Isto implica dizer que a revelação divina vem 100 anos antes de Israel ser levado cativo por Nabucodonosor, um rei caldeu; implica também que Deus está consolando seu povo numa revelação futura para mais de 150 anos com o nome exato do governante mundial. As revelações são normalmente com símbolos e detalhes que se comprovam no tempo e na história, mas aqui Deus revela o nome para não haver dúvidas na nação de que tanto a ida para o cativeiro quanto a volta seriam ações diretas de Deus, e não o resultado de esforço humano. Mais uma vez, intérpretes e estudiosos com uma interpretação espiritualizante querem entender que Ciro, em Isaías, é um nome aplicado a Cristo profeticamente e que não se referia ao Ciro literal, interpretação essa descabida nesta abordagem plenamente literal da Escatologia, como destacado na introdução deste livro. Como entender de outro modo um texto tão claro? “Que confirmo a palavra do meu servo, e cumpro o

conselho dos meus mensageiros; que digo a Jerusalém: Ela será habitada; e das cidades de Judá: Elas serão edificadas; e, quanto às suas ruínas: Eu as levantarei; que digo à profundidade das águas: Seca-te, e eu secarei os teus rios; que digo de Ciro: Ele é meu pastor, e cumprirá tudo o que me apraz; que digo também de Jerusalém: Será edificada; e do templo: Será fundado” (Isaías 44.26-28 - negrito meu). Acrescente-se a isso tudo o texto de 2 Crônicas 36.23: “Assim diz Ciro, rei da Pérsia: O SENHOR, Deus dos céus, me deu todos os reinos da terra e me encarregou de lhe edificar uma casa em Jerusalém, que está em Judá, [fazendo menção a profecia de Isaías acima citada]; quem entre vós é de todo o seu povo, que suba, e o SENHOR seu Deus seja com ele”.

Ciro aparece bruscamente na profecia de Isaías, mas não aparece casualmente na história! É fruto certamente do testemunho deste homem Daniel. Eis a razão da informação: Daniel serviu no reinado de Ciro e foi através deste relacionamento que Ciro se converteu a Jeová podendo cumprir a profecia. Como não ser desafiado por tão grande exemplo? Quando vemos nossos líderes políticos evangélicos se corrompendo, dizendo ser impossível permanecer sem os acordos, como reconhecer serem eles homens que estão ali colocados por Deus, quando temos o exemplo de Daniel? Não foi encontrado nele delito algum nem na lei dos homens nem na lei de Deus. Ainda mais sendo um instrumento para levar governantes à conversão a Jeová, como foi o caso de Nabucodonosor, no capítulo 4, e provavelmente Dario, no capítulo 6.

Os capítulos 2, 3 e 4 de Daniel serão tratados em capítulo posterior deste livro, na parte profética. Mesmo não sendo de conteúdo profético imediato, esses capítulos estão ligados às visões proféticas dadas por Deus com respeito aos acontecimentos futuros, assim como ilustram a preservação do remanescente fiel no tempo do fim, a Tribulação, que será tratada em capítulo específico.

O capítulo 5 é particularmente especial; é um dos meus prediletos no Velho Testamento. Durante muito tempo, o mais atacado pela crítica por alguns detalhes da narrativa. Primeiramente pelo rei ali descrito, Belsazar, afirmando a crítica nunca ter havido um rei na Babilônia com tal nome, seguros de que tinham todas as informações sobre a Babilônia. Em segundo lugar, a promessa do rei de que aquele que interpretasse a inscrição seria o terceiro no reino, (v. 16) algo totalmente estranho para a época em que os reis davam metade do reino ou a posição abaixo da sua, como foi no caso de José no Egito. Toda a narrativa se torna estranha por estarem num banquete, totalmente despreocupados, e terem seu território invadido subitamente: “Naquela mesma noite foi morto Belsazar, rei dos caldeus” (v. 30), numa época em que as invasões eram por terra,

podendo-se ver o inimigo à longas distâncias pelos atalaias, com tempo suficiente para se prepararem.

Porém, a arqueologia se encarregou de desvendar os “mistérios” contidos na narrativa! Convém ressaltar que o valor da arqueologia não é o de provar a narrativa sagrada, porque ela não necessita de prova, ela é a Palavra de Deus incontestável. É importante que isso seja salientado, porque muitos crentes descansam nesta posição esquecendo o que Hebreus 11.1 diz a respeito da Fé: “A fé é a certeza das coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não veem”. Temos de acreditar no texto sagrado por ser ele a Palavra de um Deus que não pode mentir (Tito 1.2); se o homem desfruta de tal palavra é outra história. Devemos lembrar também de que estas informações são ocultadas dos incrédulos, porque os olhos da fé foram dados aos seus filhos apenas. Eu digo que o valor da arqueologia é muito mais para nós os filhos de Deus do que para os incrédulos; eles continuarão incrédulos a despeito da arqueologia ou da ciência descobrirem fatos que confirmem o relato bíblico. A propósito, tudo que é verdadeira ciência e tudo que é verdade só podem confirmar ou coincidir com o relato das Escrituras. Neste sentido, a arqueologia se torna um instrumento de Deus para os seus filhos, permitindo de tempos em tempos que o passado seja desenterrado e a verdade da Palavra seja vista saindo do estágio da fé para o estágio dos fatos, a serem considerados para dar suporte a nossa vida cristã diária.

É assim com Daniel 5. As descobertas da arqueologia mostraram que eles não tinham as informações completas sobre a Babilônia. Hoje se sabe que o último rei da Babilônia foi Nabonido, cujo palácio foi descoberto, sendo provavelmente o rei de quem se tem mais informações. Ele tinha um filho chamado Belsazar, que se tornava um rei regente na sua ausência, o que ocorria por várias vezes em função de seu “hobby” de arqueólogo, e que numa destas viagens permaneceu ausente por mais de 10 anos; seu reinado foi de 556 a.C. a 539 a.C., cerca de 17 anos, dos quais a maior parte exercida por seu filho. Isto justifica não somente a veracidade da existência de Belsazar como também explica o porquê da recompensa para Daniel de ser o terceiro no reino, visto que Belsazar era o segundo por ser um rei regente. O aspecto súbito fica comprovado pelas informações históricas hoje indiscutíveis sobre a maneira estratégica brilhante com que os medos-persas tomaram a Babilônia. É de se destacar também que todo orgulho e soberba dos caldeus caíram por terra naquela invasão. Belsazar podia beber com seus súditos porque a Babilônia, segundo eles, era impenetrável; ela estava sitiada por 13 anos! Mas quem precisava sair

para alguma coisa? Era cortada ao meio pelo rio Eufrates que fornecia terra fértil para tudo que se precisava consumir na cidade. Os inimigos ficariam lá fora até se cansarem e desistirem. Os muros estavam bem guardados, assim como os portões, e qualquer aproximação seria facilmente rechaçada. É bem típico da arrogância humana achar que “estou seguro por aquilo que eu mesmo criei”. Profeticamente era sem dúvida um desafio a Deus, porque Deus havia antecipado para o próprio Nabucodonosor que seu reino passaria para outros povos e que Deus o dá a quem quer e o tira de quem quer; que o Deus do céu é quem reina!

A história aponta que os medos-persas cavaram uma trincheira em volta da cidade e desviaram o leito do rio entrando subitamente pelo leito através dos muros; como está no relato sagrado.

O capítulo 5 ainda constrói a coesão do livro no tocante ao papel dos magos e encantadores na vida cotidiana do reino e de seu rei. Nesta altura, Daniel, com cerca de oitenta anos de idade, estava esquecido, e seu papel maior, até então, teria sido na vida do grande Nabucodonosor e nas visões proféticas. Mas Deus tinha ainda mais para este seu servo. No capítulo 2, diante do sonho de Nabucodonosor, que será tratado em detalhes posteriormente, ao serem introduzidos os magos e encantadores, estes foram surpreendidos com o pedido inédito do rei de que eles deveriam lhe dar o sonho e a devida interpretação, visto o rei estar perturbado e ter se esquecido do sonho. Tudo era expediente de Deus para colocar Daniel no cenário profético. Os magos, por mais que se defendessem e tentassem persuadir o rei a mudar o seu pedido, foram condenados a morte e todos os aprendizes com eles, dentre os quais Daniel e seus amigos. Mas Daniel interpreta o sonho e torna-se o chefe dos magos. Sessenta e cinco anos mais tarde ocorre o relato do capítulo 5 e, novamente, são introduzidos os magos e encantadores sem a presença de Daniel. E por que não interpretaram a escritura da parede? No capítulo 2, a desculpa foi o rei não contar o sonho, mas aqui a escritura estava ali na caiadura da parede e onde havia iluminação suficiente, acrescentado de que todas as palavras estavam escritas em aramaico, a língua dos caldeus! É maravilhoso como o nosso Deus age. Ele reduz a nada os grandes e honra aos seus pequenos. Você se sente pequeno diante deste mundo tão imenso e sofisticado? Mas, se você é filho de Deus, tem as informações que só os filhos dEle têm! Compare-se com Daniel. Ele era o único no reino que sabia tudo sobre os reinos futuros, quem subiria, quem cairia; não é assim conosco também? Quem sabe o futuro desta terra com detalhes? Nós! As informações estão aqui na Palavra, por isso a interpretação

não é espiritual e aleatória e sim literal, como foi nos dias de Daniel.

Os magos não interpretaram porque sabiam que não tinham a capacidade de entender verdadeiramente o que significavam as palavras; era o respeito a Daniel e seu caráter. Ninguém arriscaria dar um palpite, com Daniel ali no reino; se a rainha mãe se lembrava dele, os magos muito mais, pois quem esqueceria o feito daquele adolescente de apenas 16 anos, que ousadamente pedira um tempo para o grande Nabucodonosor, para revelar de forma inequívoca e firme o sonho que o rei havia esquecido e sua interpretação, mesmo sendo uma informação contra o rei, em certo aspecto.

A escritura na parede consistia basicamente em três palavras em aramaico, numa frase completa: מֶנֶּה מֶנֶּה טֶקֶל וּפְרָסִים (MENE, MENE, TEQUEL UPHARSIM, como está na versão revista e corrigida). As três palavras tinham dois significados na sua etimologia, o que poderia por dúvidas nos magos. Mas, na verdade, a razão é que eles, na maioria das vezes, em se tratando de sonho e visões, inventavam palavras de elogio ao rei com o fim de receberem presentes valiosos. Digo “na maioria das vezes” por existirem outros dois aspectos. O primeiro é que havia o aspecto místico de feitiçaria, quando se tratava de enfrentar os inimigos com a magia; os povos antigos sempre foram supersticiosos e envolvidos com idolatria, acrecendo-se o aspecto bíblico de que satanás é o príncipe deste mundo e revela seus ardis usando aquele tipo de recurso. O segundo é o aspecto científico dos astrólogos, hoje na astronomia. As informações que temos com toda a tecnologia ampliaram aquelas recebidas dos gregos e dos povos antigos.

As três palavras compunham a sentença que Deus havia determinado sobre os caldeus, antecipada para Habacuque. Ele usaria os caldeus (“Pois eis que suscito os caldeus, nação amarga e impetuosa, que marcha pela largura da terra, para apoderar-se de moradas não suas” - Habacuque 1.6) para disciplinar Israel, o seu povo, mas Ele mesmo destruiria os caldeus pela arrogância e soberba deles: “Visto como despojaste a muitas nações, todos os mais povos te despojarão a ti, por causa do sangue dos homens, e da violência contra a terra, contra a cidade e contra todos os seus moradores” (Habacuque 2.8), onde a terra se refere a Palestina e a cidade a Jerusalém, expressões essas proféticas, como veremos mais adiante. Ao mesmo tempo em que as palavras tinham dois significados cada uma, ambos os significados faziam parte da sentença: MENE, numerar e determinar, ambas as ideias; TEQUEL, pesado e achado leve, da mesma forma ambas as ideias; e PERES, quebrado e dividido, essencialmente

igual a PERSA. Por que a inscrição era UPHARSIM e a tradução foi PERES? Somente uma questão de gramática. “U” é a conexão “e”, e PHARSIM é o plural de PERES. Na língua hebraica não há vogais, somente consoantes; as vogais foram acrescentadas posteriormente, através de sinais, para benefício dos estrangeiros. Observe que as consoantes são exatamente as mesmas, formando um trocadilho com os Persas: “Dividido foi o teu reino, e dado aos medos e aos persas” (5.28). Era o fim do reinado da Babilônia; era o primeiro cumprimento da visão da estátua no capítulo 2; era a troca da cabeça de ouro que representava Nabucodonosor para o peito e braços de prata “um reino, inferior ao teu”.

O capítulo 6 é cheio de emoções que ressaltam a firmeza de um homem de Deus que ama o seu Deus, que confia no seu Deus a despeito da própria vida. Um capítulo que nos desafia a uma vida de santidade e compromisso exclusivos com o nosso Deus mesmo que as pessoas que nos cercam se voltem contra nós, armem ciladas contra nós, nos caluniem e nos traiam, colocando em risco a nossa vida física. Isto digo porque se tem ensinado hoje que as circunstâncias podem determinar e justificar as atitudes e reações que teremos nos relacionamentos com os que nos cercam; que somos dotados de sentimentos, que corre sangue em nossas veias e que somos seres normais, e que, afinal, somos seres humanos.

O ambiente do capítulo 6 é o mesmo que vivemos hoje no campo profissional, um ambiente de inveja, competição, sobrevivência, partidarismo e preferências com vantagens pessoais, o que faz do livro de Daniel um livro atual. Daniel pela sua vida íntegra e devotada, tanto a Deus como ao rei, se destacava dos demais que desempenhavam bem seus papéis, mas que trabalhavam em favor próprio, em benefício próprio onde a prosperidade e projeção pessoal eram o alvo último da vida. Precisavam denegrir Daniel perante o rei para removê-lo do caminho. Procuraram nas leis e na sua conduta, sem nenhum êxito. Chegaram finalmente à conclusão que somente conseguiriam, se fosse uma armação usando a sua própria crença e apelando para o orgulho do próprio rei. Elaboraram um decreto que proibia a todo súdito do reino fazer qualquer pedido a qualquer deus ou a qualquer homem, a não ser ao rei, senão tal súdito seria lançado na cova dos leões.

O rei, cegado pelo elogio que vinha por trás de tal decreto, que o elevava a uma posição tão superior a ponto de não se justificar uma petição a nenhum outro governante, nem mesmo a um deus, assinou-o sem perceber a armadilha feita contra seu amigo. Um professor no seminário descreveu esse dia de Daniel: Madrugada de devoção; manhã de decepção; meio dia de decisão; tarde de

provação; noite de libertação e madrugada de adoração.

Daniel 6 nos fornece ainda outro elemento importante na profecia bíblica sobre a lei dos medos e persas, ela não podia ser revogada (6.8). Essa lei vai ser usada por Deus em benefício do seu povo na volta do cativo, quando Neemias seria forçado a parar a obra da construção pela oposição de Sambalá, Tobias e Gezém. Estes, ao procurarem no decreto de Ciro, encontraram a autorização para a obra e, não podendo a ordem ser revogada, a construção pôde continuar; foram pagos inclusive os atrasados. Contudo neste momento, bem como no episódio de Ester, na lei assinada por Assuero para a matança dos judeus induzida por Hamã, o agagita, o soberano se tornava escravo da sua própria assinatura ficando totalmente impotente, mesmo em caso de fraude como nesses dois relatos. Como é diferente a situação do filho de Deus em tais circunstâncias! Se pudéssemos comparar a situação de Dario e Daniel naquele momento, veríamos essa diferença. Esse mesmo professor citado acima, o missionário Ernest Cuthbert, descreveu: Dario sem paz, Daniel com a paz de Deus; Dario sem segurança, Daniel seguro; Dario trabalhou o dia inteiro, Daniel descansou; Dario sem poder, Daniel com o poder de Deus; Dario escravo da situação, Daniel rei da situação; Dario dormiu num travesseiro de plumas e Daniel num travesseiro de pedra.

Há dois textos que quero destacar neste capítulo, antes de prosseguir. O primeiro é o verso 10: “Daniel, pois, quando soube que a escritura estava assinada, entrou em sua casa, e, em cima, no seu quarto, onde havia janelas da banda de Jerusalém, três vezes no dia se punha de joelhos, e orava, e dava graças, diante do seu Deus, como costumava fazer”. Daniel não hesitou por causa do decreto; ele sabia das implicações da sua atitude e ainda o conteúdo de sua oração era de gratidão a Deus por aquilo que ia acontecer. Ele não mudou o seu hábito, por haver uma conspiração contra ele; não mudou o lugar de oração que era diante da janela que dava para a banda de Jerusalém, de onde ele podia ser visto pelos seus acusadores. Precisamos de crentes assim como Daniel que não deixam nada afetar a sua devoção. O outro é o texto de 20 a 22a:

“Chegando-se ele [Dario] à cova, chamou por Daniel com voz triste; disse o rei a Daniel: Daniel, servo do Deus vivo, dar-se-ia o caso que o teu Deus, a quem tu continuamente serves, tenha podido livrar-te dos leões? Então Daniel falou ao rei: Ó rei, vive para sempre! O meu Deus enviou o seu anjo... porque foi achada em mim inocência diante dele; também contra ti, ó rei, não cometi delito algum”. Que cena! Que testemunho! Que confiança! Muitas vezes caímos na cilada do inimigo ao pensar que Deus só agia assim no passado, nos tempos bíblicos e vivemos na dependência de pessoas, vidas sem poder ou (em outro extremo) a

buscar poder para realizar feitos que trariam somente engrandecimento pessoal e não para o reino de Deus. Deus tinha uma obra a ser realizada através deste homem, e Ele o preservaria enquanto essa obra não fosse efetuada. Isto nos põe a refletir sobre os objetivos de nossa vida; por que Deus nos pouparia de situações semelhantes? Para realizar o quê? Somente para que pessoas soubessem que somos poderosos, enquanto nossa vida diária não evidencia nenhum poder? A vida de Daniel não é marcada apenas pelos momentos milagrosos, ao contrário, eles são o corolário de uma vida dedicada, comprometida e de fé; uma vida a ser buscada e imitada na sua inteireza e não apenas nos aspectos espetaculares. Peçamos a Deus a graça de vivermos com propósitos e úteis nas mãos do nosso eterno e soberano Senhor e para sua exclusiva glória.

CAPÍTULO TRÊS

O PRIMEIRO SONHO DE NABUCODONOSOR

A visão da Estátua no Capítulo 2

Como visto na introdução, Daniel é a base da Escatologia. Mesmo tendo informações desde o livro de Gênesis quanto às coisas do futuro, na revelação progressiva de Deus, o cânon, encontramos o livro de Daniel como um marco escatológico, onde Deus revela o seu plano futuro com detalhes vívidos.

Daniel e seus amigos foram levados para a Babilônia na primeira investida de Nabucodonosor contra Jerusalém em cerca de 605 a.C., quando ele levou somente alguns da nobreza, conforme relatado no capítulo um deste livro, permanecendo durante os setenta anos de cativeiro na corte, mantido por Deus por um propósito específico e importante. Ele permaneceu até o primeiro ano do rei Ciro (1.21). Nestes capítulos que se seguem, trataremos detalhadamente das visões e sonhos do livro, formando uma base para entendermos posteriormente as passagens do Novo Testamento nos evangelhos, nos ensinamentos de Jesus, nas epístolas de Paulo, Pedro e João. É importante o entendimento destas visões e sonhos, porque nelas encontramos os elementos, as figuras e os símbolos que serão usados no Novo Testamento. O Senhor Jesus mesmo quando de seu discurso de Mateus 24, conhecido como pequeno apocalipse, tomou como partida o profeta Daniel: “Quando, pois, virdes o abominável da desolação de que falou o profeta Daniel, no lugar santo (quem lê, entenda)” (Mateus 2.15).

De certa forma, podemos comparar o desenvolvimento do livro com um funil tomando como base as visões e os sonhos. As primeiras informações são mais genéricas e à medida que o tempo se passa as informações vão se tornando mais específicas, até chegar à pessoa do Anticristo. A explanação desta primeira parte no livro de Daniel seguirá este raciocínio. Caminharemos no livro destacando os sonhos e as visões e relacionando-os com o plano de Deus para o mundo. A revelação de Deus a Daniel foi progressiva, mas não gradativa, abrangendo um período de 65 anos aproximadamente. Quero dizer que logo no segundo ano na Babilônia, Daniel foi introduzido no cenário ao interpretar um sonho de Nabucodonosor. Houve, então, um silêncio de cerca de 50 anos, quando ele mesmo, Daniel, teve duas visões no primeiro e terceiro ano de Belsazar, ainda no reinado de Babilônia: a profecia das Setenta Semanas do

capítulo nove, no primeiro ano de Dario, e a última visão abrangendo os capítulos 10 a 12, no terceiro ano de Ciro, sendo esta a mais minuciosa, e um capítulo inteiro (capítulo 11) descreve com muitos detalhes os acontecimentos, desde os seus dias até Antíoco Epifânio (Ca. 175

a.C. a 164 a.C.), como um tipo do Anticristo, passando a profetizar sobre o próprio Anticristo no final dos tempos.

Quando tratarmos do sonho de Nabucodonosor no capítulo 2, também interpretaremos o capítulo 3 como um reflexo da reação do rei diante das informações dadas por Daniel na interpretação do seu sonho. De igual forma, quando interpretarmos a visão dos quatro animais, no capítulo 7, daremos uma atenção ao segundo sonho de Nabucodonosor no capítulo 4, ligando aquele sonho com o primeiro animal. Antes de interpretarmos a profecia das setenta semanas, haverá um gráfico comparando as três revelações, mostrando suas relações e que as profecias se referiam aos mesmos reinos futuros, com figuras distintas, mas com semelhanças visíveis para não haver equívocos. Deus estava dando a mesma informação em tempos distantes, com figuras distintas, com um detalhe importante: um intervalo entre o penúltimo reino e o último, intervalo esse onde vivemos o tempo da Igreja!

A PRIMEIRA REVELAÇÃO DE DEUS – UM SONHO DE NABUCODONOSOR

Lembrando que Daniel é a base de toda a Escatologia, nossa primeira tarefa é o entendimento deste sonho tido por Nabucodonosor no segundo ano do seu reinado, como dito no verso um. Se Daniel tinha cerca de 14 anos no primeiro capítulo ele está agora com cerca de 16 anos. Este é um fator importante porque, em tempos de declínio espiritual na nação, Deus usa meios não convencionais para manifestar sua vontade. Foi assim nos dias dos juízes, quando Ele levantou Samuel, ainda um menino, para ser o Sumo Sacerdote e agora faz o mesmo usando esse jovem no meio da corte. Daniel não era um profeta de ofício, e sim um estadista vivendo as emoções políticas nos impérios que dominaram o mundo do seu tempo, mas escreveu sobre o domínio mundial até os dias do Messias, que dominará o mundo num reino eterno que não passará jamais.

AS CIRCUNSTÂNCIAS DO SONHO (2.1-13)

São dignos de nota os métodos do nosso Deus. O sonho foi grandemente usado na economia do Velho Testamento, expediente pelo qual Deus comunicava sua vontade e plano para o seu povo e para a humanidade. Deus apareceu em sonho para Jacó, mas não se comunicou com ele, apenas lhe deu consciência da sua onipresença e que, apesar da forma reprovável que sua mãe e ele agiram, estava dentro da vontade permissiva de Deus. O primeiro a ter sonhos com informações relevantes sobre o plano de Deus foi José, antes de ser vendido pelos seus irmãos e descer para o Egito. Aquele sonho do sol, a lua e as onze estrelas é de grande significado escatológico, sendo a chave para destrancar portas no Apocalipse. Mas é aqui, neste capítulo 2 de Daniel, que temos algo inédito, o rei sonhar e esquecer-se do seu sonho e ficar perturbado a ponto de convocar os magos e encantadores, feiticeiros e caldeus para que declarassem ao rei quais foram os seus sonhos. Foi a forma como Deus agiu para garantir que a sua mensagem chegasse ao seu destinatário com segurança, ou seja, ao rei Nabucodonosor.

“ No segundo ano do reinado de Nabucodonosor teve este sonho; o seu espírito se perturbou, e passou-se-lhe o sono. Então o rei mandou chamar os magos, os encantadores, os feiticeiros e os caldeus... disse-lhes o rei: Tive um sonho; e para sabê-lo está perturbado o meu espírito... uma coisa é certa: se não me fizerdes saber o sonho e a sua interpretação, sereis despedaçados, e as vossas casas serão feitas monturo.” (2.1-5).

O que vemos aqui? Algo incrivelmente diferente. O rei teve um sonho e chamou à sua presença os magos, encantadores e feiticeiros; aqueles que no reino eram os indicados para resolver estas questões. Apenas uma pequena novidade; o rei esquecera o sonho e estava perturbado e queria saber o sonho e, conseqüentemente, a sua devida interpretação! Os caldeus insistiam sem êxito em que o rei deveria lhes declarar o sonho para então poderem dar a interpretação, a ponto de o rei ficar irritado e pronunciar tal sentença: A morte de todos, inclusive dos aprendizes.

Embora o rei estivesse desconfiado do malogro nesse processo de lhe interpretar os seus sonhos: “Se não me fazeis saber o sonho, uma só sentença será vossa; pois combinastes palavras mentirosas e perversas para as proferirdes na minha presença, até que se mude a situação; portanto dissei-me o sonho, e saberei que me podeis dar- lhe a interpretação” (v. 9), sem dúvida nenhuma era a incrível manifestação de Deus; aquele não era um simples sonho, como outros. Deus havia se comunicado com Nabucodonosor! Mas como garantir que a mensagem chegasse com segurança? Criou uma situação que tornava impossível

qualquer interferência na comunicação. Levou aqueles caldeus a reconhecerem que eles eram totalmente incapazes de dar ao rei aquilo que pedia, a ponto de dizerem não haver nenhum mortal capaz de tal feito, apenas os deuses e que estes não moravam com os homens. A propósito, esta é uma filosofia deísta, a mesma que declara que Deus é apenas um arquiteto, que criou o universo e o deixou a sua própria sorte sem nenhuma interferência pessoal. No entanto, o que ficaria claro é exatamente o contrário, Deus se comunica com os homens, Deus usa os próprios homens e Deus mora dentro dos homens.

A INTRODUÇÃO DE DANIEL NO CENÁRIO PROFÉTICO (2.14-30)

Com o decreto da matança de todos os magos e encantadores, Daniel foi procurado para ser morto e, como o texto nos mostra, Daniel pede um tempo designado pelo Rei para dar-lhe o que ele pedia: o sonho e a devida interpretação. Daniel convoca seus amigos para orarem a Deus (vv. 17, 18) pedindo misericórdia, para que não perecessem.

Desta forma, a segurança estava mantida e a mensagem chegaria definitivamente ao seu destinatário. Deus revelou o mistério a Daniel numa visão durante a noite. Daniel pediu uma audiência com o rei e declarou-lhe, não apenas o que o rei queria, mas o que Deus queria! Daniel dá um show de humildade; declarou ao rei que havia um Deus nos céus e também declarou ao rei o que haveria de acontecer nos últimos tempos. Não posso passar adiante sem ser mais contundente e declarar o fato que nestes nossos dias os mensageiros de Deus têm mais proeminência que o próprio Deus; são mais importantes no processo do que o Deus que os capacita e envia. Vejo aqui repetido a atitude daquele jovem que fora levar alimento para seus irmãos na batalha contra os filisteus e se depara com um gigante, que confiava apenas no fato de ser alto e grande, e por isso dava-se o direito de afrontar o exército do Deus vivo. A sua reação foi pronta: “Quem é, pois, esse incircunciso filisteu, para afrontar os exércitos do Deus vivo?” (1 Samuel 17.26b). E, na sequência a sua resposta histórica: “Hoje mesmo o Senhor te entregará na minha mão... e toda a terra saberá que há Deus em Israel” (1 Samuel 17.46).

Daniel disse para o rei Nabucodonosor: “O mistério que o rei exige, nem encantadores, nem magos, nem astrólogos o podem revelar ao rei; mas há um Deus nos céus, o qual revela os mistérios; pois fez saber ao rei Nabucodonosor o que há de ser nos últimos dias” (2.27b, 28a). Daniel testemunha da existência de

um único Deus soberano, que domina os reinos do mundo, declaração esta feita a não outro, mas àquele que humanamente dominava todo o mundo de então. Daniel colocava Nabucodonosor diante dAquele que havia concedido ao rei tal posição. Eis o motivo do sonho: “Estando tu, ó rei, no teu leito, surgiram-te pensamentos a respeito do que há de ser depois disto. Aquele, pois, que revela mistérios te revelou o que há de ser” (v. 29). Daniel deixa claro também que tudo o que aconteceu foi o método de Deus para que a mensagem chegasse em segurança. “... E a mim me foi revelado este mistério, não porque haja em mim mais sabedoria do que em todos os viventes, mas para que a interpretação se fizesse saber ao rei, e para que entendesses as cogitações da tua mente” (v. 30).

A VISÃO PROPRIAMENTE DITA (2.31-35)

A visão era de “... uma grande estátua; esta, que era imensa e de extraordinário esplendor, estava em pé diante de ti; e a sua aparência era terrível”, em que as partes do corpo eram de diferentes metais: “A cabeça era de fino ouro, o peito e os braços de prata, o ventre e os quadris de bronze; as pernas de ferro, os pés em parte de ferro, em parte de barro” (2.32, 33).

Havia mais um detalhe nesta visão, aliás, o detalhe mais importante: “Quando estavas olhando, uma pedra foi cortada sem auxílio de mãos, feriu a estátua nos pés de ferro e de barro, e os esmiuçou... Mas a pedra, que feriu a estátua, se tornou em grande montanha que encheu toda a terra” (2.34, 35).



A INTERPRETAÇÃO (2.36-45)

Agora chegamos num ponto crucial, onde o leitor, principalmente o leitor que vislumbra a Escatologia, pode cair num engano capaz de comprometer todo o seu entendimento sobre a doutrina da Escatologia: Fazer o texto dizer o que ele não está dizendo. Assim, nesta primeira profecia como nas demais devemos nos limitar tão somente àquilo que o texto realmente diz, na interpretação real dada pelo próprio autor sagrado. Este é um cuidado básico que se fosse observado por todos, não seria a Escatologia a confusão que tem sido. É comum nos livros que tratam desta passagem (mesmo aqueles que têm essa mesma linha de interpretação) autores se precipitarem e interpretarem as partes da estátua com os nomes dos povos que governariam sucessivamente, pelo fato de termos hoje essa informação na história. Isto pode parecer simples, mas é uma prática extremamente danosa na interpretação de profecia. Não se pode dizer do texto o que não se pode provar no texto ou no contexto de uma passagem.

Neste ponto, quero destacar a função da Teologia Bíblica, que leva em consideração a progressão da revelação na história; a profecia vai se edificando à medida que Deus vai revelando no decorrer do tempo, não trazendo para uma

profecia informações de profecias posteriores. É a busca de entender o que o profeta entendeu com o que ele tinha disponível naquele momento.

Com isto em mente, podemos prosseguir no relato bíblico salientando o que Daniel interpretou para o rei. Lembrem-se: Deus queria dar informações a Nabucodonosor. Quais eram estas informações? “Tu, ó rei, rei de reis,... tu és a cabeça de ouro. Depois de ti se levantará outro reino, inferior ao teu; e um terceiro... o quarto reino será forte como o ferro... quanto ao que viste dos pés e dos dedos, em parte de barro de oleiro e em parte de ferro, será isso um reino dividido... mas, nos dias destes reis, o Deus do céu suscitará um reino que não será jamais destruído... como viste que do monte foi cortada uma pedra, sem auxílio de mãos, e ela esmiuçou o ferro, o bronze, o barro, a prata e o ouro” (2.37-45).

Esta primeira profecia no livro de Daniel nos dá três informações básicas. É importante ressaltar a tendência que alguns intérpretes têm de interpretar além do conteúdo da profecia, dada no tempo, quando estudam textos como este, que trazem uma profecia que aparece também em outros capítulos no mesmo livro. O capítulo dois está distante dos capítulos sete e oito cerca de 50 anos. O que quero dizer é que o propósito desta profecia é dar apenas algumas informações básicas que seriam expandidas nas demais que viriam posteriormente.

A cabeça de ouro se referia a Nabucodonosor, a mudança de metal implicava naturalmente na mudança de reino; haveria um reino inferior ao de Nabucodonosor; haveria um terceiro reino como o bronze; o quarto seria forte como o ferro. Havia ainda uma informação de que os dedos da estátua eram parte de ferro e parte de barro, que seria uma união de reinos que fariam aliança de casamento, mas não se ligariam um ao outro. A informação mais importante aqui era que nos dias dos reinos dos pés de ferro e barro, uma pedra seria lançada sem auxílio de mãos, representando um reino que não seria jamais destruído, esmiuçaria e consumiria todos os reinos e ele mesmo subsistiria para sempre.

O que me deixa perplexo é que Nabucodonosor entendeu perfeitamente a mensagem, o que não acontece em nossos dias! Ele entendeu literalmente que o grande reinado da Babilônia não seria para sempre; que haveria uma sucessão de reinos e que haveria um reino eterno que não era o seu! Por outro lado, os intérpretes querem dar um significado todo espiritual às profecias, quando elas devem ser entendidas assim de maneira simples e direta. A compreensão de Nabucodonosor foi tão exata que ele teve uma reação retardada. Primeiramente, ele honrou Daniel, reconheceu que o Deus de Daniel era Deus dos deuses, e

Senhor dos reis, e revelador de mistérios, e, então, promoveu Daniel, colocando-o como governador de toda a província de Babilônia, como também chefe supremo dos sábios. A sua reação retardada é o que está narrado no capítulo 3, em que o rei mandou fazer uma imagem de ouro de cerca de 27 m de altura por 2,70 m de largura, e convocou toda a província para se prostrarem diante da estátua e a adorarem, com a pena de serem lançados na fornalha de fogo ardente, se não o fizessem.

O capítulo 3 não contém qualquer profecia direta sobre o futuro, mas traz ricas lições de vida cristã. No entendimento claro de que, no seu sonho lhe fora anunciado que o Império da Babilônia não permaneceria e que a mudança de metal na estátua ilustrava exatamente isso, Nabucodonosor manda construir esta imagem gigantesca numa atitude de desafio a Deus. Convém lembrar que, até então, Nabucodonosor não conhecia o Senhor; Deus era apenas o Deus de Daniel, o Deus de Israel, uma nação conquistada como qualquer outra daquela época. O que podemos entender é que Deus soberanamente quis se revelar a este rei, dando-se a conhecer no sonho, mas muito mais pelo convívio e relacionamento com Daniel no palácio. É assim com muitos no processo de conversão; de imediato, a rebelião contra a revelação de Deus, mas numa batalha inglória onde o vencedor sempre é o Senhor. Quem lhe pode frustrar os desígnios?

A revolta de uma pessoa neste processo de conhecer o Senhor é normalmente contra os instrumentos que Deus usa, os seus filhos, as suas testemunhas; isto quando os filhos de Deus se posicionam do lado do Senhor. É o que sempre digo, o povo de Deus tem medo da perseguição, mas ela não virá! A perseguição não depende de partidos políticos que sobem ao governo, não depende do querer de um governante, porque Deus o remove, se ele se opuser contra o plano de Deus. A perseguição é sim o resultado de uma vida de posicionamento ao lado do Senhor, uma vida de não compromisso com o mundo, se os princípios de Deus estiverem em jogo. Foi o caso aqui, quando Nabucodonosor, numa reação de fúria, medindo forças com aquilo que ele não conhecia, resolve deixar claro para todo o império quem era o soberano. É realmente uma marca daquele que está num processo de se render ao nosso Deus. Se Deus era apenas mais um deus, porque ele se incomodou tanto? O seu sonho o tinha afetado porque tinha sido diferente dos tantos outros que ele tinha tido. Por que os seus encantadores não puderam revelar para ele os seus sonhos, por que aquele jovem cativo podia falar com tamanha segurança de um Deus que parecia conhecer e se relacionar tão intimamente? Havia algo de misterioso e o

rei não queria correr riscos; ele estava num campo de batalha da mesma forma quando saíra para conquistar os povos que conquistou. Mas era uma batalha diferente; era contra o invisível, contra forças desconhecidas que se mostravam poderosas. Então, ele entra em campo com todas as armas: o poder soberano que lhe era de direito, intimidando a todos com aquilo que o homem mais teme, a morte.

O decreto sai, a banda é chamada, o povo é convocado, o trono itinerante é trazido e armado em lugar estratégico, as regras são dadas para não haver equívocos nem injustiças. Então, começa a parada: “Portanto, quando todos os povos ouviram o som da trombeta, do píforo, da harpa, da cítara, do saltério, e de toda sorte de música, se prostraram os povos, nações e homens de todas as línguas, e adoraram a imagem de ouro que o rei Nabucodonosor tinha levantado” (3.7). De repente, o rei é novamente surpreendido com uma atitude inesperada quando recebe o relato dos seus súditos de que uns judeus, três para serem precisos, não obedeceram, não se curvaram e não adoraram a imagem! Um detalhe na linguagem é que os co-governantes de Nabucodonosor não estavam totalmente satisfeitos com a sua decisão de colocar aqueles jovens judeus sobre os negócios da Babilônia, somente porque o rei teve seu sonho revelado, aliás, numa situação que expunha toda a estrutura da corte. Note o verso 12: “Há uns homens judeus, que tu constituíste sobre os negócios da província de Babilônia... estes homens, ó rei, não fizeram caso de ti, a teus deuses não servem, nem adoram a imagem de ouro que levantaste”.

A parte mais empolgante do capítulo é agora, quando aqueles jovens são chamados à presença do rei. Como você iria? Apavorado, certamente! Mas não aqueles jovens que tinham como líder alguém como Daniel, um inspirador dos seus liderados pelo seu relacionamento com Jeová, alguém que transpirava confiança. Tal era este fato que Daniel mesmo não estava presente nesta cerimônia, provavelmente porque estivesse a serviço do rei em outra localidade, fato esse também digno de nota. Não seria por esse motivo que o rei faria tal parada? Qual seria a atitude de Daniel se estivesse presente? Os jovens estavam confiantes no poder de Jeová. O rei grandemente irado os intimida com perguntas no campo espiritual, chamando-os pelos nomes babilônicos: “É verdade, ó Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, que vós não servis a meus deuses nem adorais a imagem de ouro que levantei?” (3.14). Antes que viesse a resposta, uma atitude real de suposta generosidade; uma segunda chance com uma ameaça adicional, típica de quem reconhece no íntimo que está perdendo terreno: “E quem é o deus que vos poderá livrar das minhas mãos?” (3.15b).

Precisamos de mais crentes como Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, nestes nossos dias em que as pessoas são abordadas e desafiadas a seguirem o nosso Deus apenas porque Ele pode fazer grandes milagres, dar livramento, mudar situações financeiras transformando falência em riqueza, curando pessoas dos seus males físicos, como um grande gênio da lâmpada, que é só esfregar e ser atendido nos seus desejos. Sim, precisamos de crentes que creiam como aqueles jovens: “Responderam Sadraque, Mesaque e Abede-Nego ao rei: Ó Nabucodonosor [notar a ausência do título “rei”], quanto a isto não necessitamos de te responder. Se o nosso Deus, a quem servimos, quer livrar-nos, ele nos livrará da fornalha de fogo ardente, e das tuas mãos, ó rei. Se não, fica sabendo, ó rei, que não serviremos a teus deuses, nem adoraremos a imagem de ouro que levantaste” (3.16-18 - **negrito meu**). Eles não serviam a Deus por causa do que Ele podia fazer e sim por quem Ele era, o soberano Deus de todo o universo, e Nabucodonosor nada podia fazer contra eles, sem a permissão desse Deus. “Se ele quer” foi a expressão; não era uma questão de poder e sim de querer. Será que Deus quer mesmo fazer estas coisas todas que os pregadores e líderes têm dito que Ele faz?

Nabucodonosor deu então sua última cartada. Mandou aquecer sete vezes mais a fornalha; uma medida de garantia por estar lidando com jovens tão seguros de suas convicções! Oh! amados, como gostaria de ver nossos jovens e velhos com tal testemunho de proclamar nosso amado Deus com tamanha confiança, diante dos grandes e poderosos. Nossos políticos precisam meditar nestes jovens. Será que Deus não age mais assim hoje? É só mesmo exibição de poder nas curas e na prosperidade?

Toda precaução foi tomada: “Ordenou aos homens mais poderosos que estavam no seu exército, que atassem a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, e os lançassem na fornalha de fogo ardente... a palavra do rei era urgente e a fornalha estava sobremaneira acesa, as chamas do fogo mataram os homens que lançaram de cima para dentro a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego” (3.20-22).

Tudo estava acabado, para exemplo a outros que desafiassem o rei! Mas Deus não tinha acabado ainda, afinal quem determina o fim das coisas é Ele! Nabucodonosor se espantou e levantou-se, porque não podia acreditar no que os seus olhos viam: “Não lançamos nós três homens atados dentro do fogo?... Eu, porém vejo quatro homens soltos, que andam passeando dentro do fogo... e o aspecto do quarto é semelhante a um filho dos deuses” (3.24, 25 **ênfases minhas**). Deus viera pessoalmente livrar aqueles jovens! Esse é o nosso Deus! Que cuidado, que tratamento pessoal! Nabucodonosor acrescentava na

construção do relacionamento com Jeová que o verdadeiro Deus se relaciona, se importa com seus servos, defende-os e preserva-os segundo o seu querer, plano e vontade.

Nabucodonosor deu mais um passo: “Não há outro Deus que possa livrar como este” (v. 29). Esse capítulo, embora não tenha um conteúdo profético direto com visões e revelações, está aqui para garantir ao povo de Deus, Israel, que quando Deus trouxer grande e terrível perseguição sobre seu povo, Ele os livrará dela. Isto está claro em Deuteronômio 4, que é a primeira referência, a mais antiga cronologicamente, sobre a Tribulação, com todos os elementos necessários que serão destacados em capítulo posterior.

CAPÍTULO QUATRO

A PRIMEIRA VISÃO DE DANIEL

A visão dos Quatro Animais - Capítulo 7

O capítulo 7 inicia a segunda parte do livro de Daniel, contendo suas visões e revelações que são num total de quatro, formando um crescente de informações sobre o futuro e toma como partida o domínio de Babilônia até o final dos tempos, com a aparição do Anticristo. Como tem sido afirmado, Daniel forma a base da Escatologia porque nestas visões e sonhos encontramos os símbolos que são fundamentais para o pleno entendimento das profecias do Novo Testamento. Cinquenta anos se passaram, desde o sonho da estátua de Nabucodonosor no capítulo 2; estamos aqui no ano 556 a.C., no primeiro ano do reinado de Belsazar (v. 1).

É como se Deus tivesse ficado em silêncio todos esses anos e novamente voltasse a se comunicar com Daniel, que agora contava com cerca de 66 anos. Nabucodonosor já havia morrido. Seu filho, Evil Merodaque (Amel Merodaque- 2 Reis 25.27-30), governou apenas 2 anos, de 562 a.C. a 560 a.C., e foi assassinado pelo seu cunhado, Neriglissar, que governou por 4 anos (560 a.C. a 556 a.C.), deixando seu filho, Labashi Merodaque (Nergal Sarezer – Jeremias 39.13), em seu trono. Este foi morto por conspiradores liderados por Nabonido, pai de Belsazar (Daniel 5.1), que provavelmente era filho de Nabucodonosor. Nabonido governou de 556 a.C. a 539 a.C. e foi o último rei da Babilônia derrotado por Ciro.

Não somente era o fim do governo dos caldeus na Babilônia, mas também era o fim da vida e ministério de Daniel. As suas visões e sonhos acontecerão neste período de 20 anos, com uma gama de informações detalhadas do futuro estarrecedor. Temos não somente a quantidade, mas sobretudo a precisão das informações, com detalhes minuciosos e intrincados dos reis que sucederiam o trono depois da queda da Babilônia. É sem dúvida a parte mais fascinante do seu livro. A Igreja não tem sido justa com esse homem de Deus que tem sido lembrado com mais frequência pelo incidente da cova dos leões. A justiça do texto sagrado para com esse servo de Deus é ter sido um homem grandemente usado por Ele para receber revelações importantes e únicas em toda a profecia. Sua vida foi um reflexo dessas informações; um homem sustentado pela mão e

poder de Deus para permanecer vivo e ativo durante mais de 70 anos entre homens poderosos e cruéis, que não hesitavam em tirar a vida daqueles que se lhes opunham e impediam o avanço. Um exemplo real de ministério poderoso, longo e de grandes emoções, e com um resultado glorioso no cânon das Escrituras.

O objetivo destes capítulos que se seguem é desvendar e explanar estas visões e revelações, para que elas tenham na vida do leitor o mesmo efeito que tiveram na vida de quem as recebeu e escreveu. A visão do capítulo 7 é complementada e expandida pela visão do capítulo 8; elas foram dadas a Daniel num espaço de 2 anos, no mesmo reinado de Belsazar. É uma profecia importante porque determina e estabelece os reinos que surgiriam no mundo, até o final dos tempos, antes do reino eterno, ao mesmo tempo em que deixa um espaço de tempo em aberto, no último reino, que ocorreria em duas partes, em dois momentos distintos, com as características próprias para serem identificados os seus inícios e movimentos. Quando ao final das 3 revelações (as dos capítulos 2, 7 e 8), observaremos num gráfico que todas têm o mesmo esboço, contendo um intervalo de tempo no último reino. Isso faz dele o mais importante por ser o último e porque nele se levantará o opositor de Cristo, o Anticristo, personagem que aparece nestas duas visões que se seguirão.

Mais uma palavra imprescindível, antes de avançarmos na interpretação. Essas visões servirão como exercício para o estabelecimento dos critérios de interpretação, fornecendo os elementos e figuras para todas as profecias do Novo Testamento. Por isso, é muito importante a observação dos detalhes desta profecia. Uma premissa indispensável é que a própria Escritura interpretará a Escritura.

QUATRO ANIMAIS REPRESENTANDO OS QUATRO IMPÉRIOS MUNDIAIS ATÉ O TEMPO DO FIM

Daniel estava no seu leito, como ele mesmo relata no verso um, quando teve uma visão onde os quatro ventos do céu agitavam o grande mar. Temos aqui as primeiras informações que merecem nossa atenção. A expressão indica que a visão tinha aplicação mundial; é a mesma coisa que dizemos hoje na expressão “os quatro cantos da terra” para expressar que abrange todo o globo. Mesmo que a terra é redonda, temos esta expressão como se a terra tivesse cantos. O fato é que a expressão “quatro ventos do céu” está nos indicando que a visão não era para um lugar e sim para toda a terra. Os quatro ventos do céu agitavam o

Grande Mar que é o Mar Mediterrâneo. Se olharmos um mapa daquela região, veremos que em toda a região havia mais de um mar; o Mar Cáspio, no extremo nordeste; o Golfo Pérsico, a sudeste; o Mar Negro, no extremo norte; o Mar Egeu, a noroeste; e o Mar Vermelho, ao sul. Mas, todos eles eram pequenos comparados com o Mediterrâneo, que liga o Oriente próximo com a Europa.

A informação de Daniel é extremamente relevante, porque aquilo que era mundial, expressado pelos quatro ventos, tinha uma influência local, o Mar Mediterrâneo. A fé se torna um elemento indispensável para o entendimento de tais profecias principalmente porque, passados cerca de 2600 anos, quando olhamos para o cenário mundial atual, o poder não está mais naquela região. O mundo expandiu-se para o ocidente, o novo mundo tem tomado a dianteira. Contudo, na profecia bíblica, o foco é o lugar geográfico do mundo antigo. Por outro lado, com estas coisas em mente, não é difícil de reconhecer que, de certa forma, os países do mundo antigo detêm um controle indireto da economia mundial, pelas suas reservas e riquezas naturais. A economia moderna está investindo fortemente no oriente, com suas fábricas migrando para aquela região e tornando-se de certa forma dependentes novamente daqueles países, sem contar que o mercado atraente em termos de consumo é o oriente, onde está boa parte da riqueza do mundo.

A visão era de quatro animais grandes e diferentes uns dos outros que subiam do mar. Daniel ficou alarmado, como ele mesmo narra. As visões o perturbaram e ele quis saber a verdade a respeito de tudo aquilo. A resposta que obteve foi simples: “Estes grandes animais, que são quatro, são quatro reis, que se levantarão da terra. Mas os santos do Altíssimo receberão o reino, e o possuirão para todo o sempre, de eternidade em eternidade” (v. 18). Mas ele quis saber a respeito do quarto animal, que era diferente dos outros.

O próprio texto nos dá as primeiras informações; os animais eram quatro reis. Os animais eram diferentes uns dos outros e grandes. Isto nos indica que cada animal, por serem diferentes uns dos outros, era um rei de um reino diferente; como surgiram um após outro, podemos entender que são reinos subsequentes e os animais nos dão as características destes reis. Mas há um elemento na profecia que precisa ser entendido, que é o mar aqui mencionado. Já vimos que era o Mar Mediterrâneo, o Grande Mar. Contudo, o mar na profecia tem um significado, isto é, se a narrativa fosse de uma descrição de um lugar, a informação de ser o Mediterrâneo seria suficiente, mas em se tratando de uma profecia, o mar passa a ter um significado simbólico. O mar, profeticamente falando, representa as nações gentias e isto pode ser visto em dois textos, como

prova. Em Isaías 57.20, encontramos: “Mas os perversos são como o mar agitado, que não se pode aquietar, cujas águas lançam de si lama e lodo”. Perverso aqui é o ímpio, aquele que não pertence ao Senhor. A outra passagem é Apocalipse 17.15: “Falou-me ainda, as águas que viste, onde a meretriz está assentada, são povos, multidões, nações e línguas”. No verso 1 de Apocalipse 17, temos: “O julgamento da grande meretriz que se acha sentada sobre muitas águas”. A expressão “muitas águas” é o mar, o mesmo mar Mediterrâneo de Daniel 7. Isto implica então que aqueles reis subiriam de nações gentias e governariam toda a terra. Encontramos em Apocalipse 13 a mesma simbologia, quando fala da besta que surgiu do mar.

Vejamos o primeiro animal: “O primeiro era como leão, e tinha asas de águia; enquanto eu olhava, foram-lhe arrancadas as asas, foi levantado da terra, e posto em dois pés como homem; e lhe foi dada mente de homem” (7.4). A descrição de Daniel nos mostra que ele não estava vendo um animal conhecido, porquanto ele usa a partícula de comparação “como” introduzindo uma figura de linguagem. As características detalhadas estão associadas ao rei que ele representa e da mesma forma como fizemos no capítulo dois, o faremos aqui. Apenas destacaremos essas características identificando os reis em questão.

Para podermos identificar esse rei, voltemos um pouco para o capítulo quatro que é o único dos anteriores que não foi comentado. No capítulo quatro, encontramos o segundo sonho de Nabucodonosor. É um capítulo que traz indagações, por ter o próprio Nabucodonosor como narrador; tudo indica que Daniel transcreveu seu testemunho do que Deus, o Altíssimo, fez para com aquele rei. A visão era de “... uma árvore no meio da terra, cuja altura era grande... crescia... se tornava forte... chegava até o céu e era vista até os confins da terra... todos os seres viventes se mantinham dela” (4.10-12). Na sequência da visão, um vigilante, um santo que descia do céu, ordenou que se derrubasse a árvore, mas que fosse deixada a cepa com as raízes na terra, atada com cadeias de ferro. Mas note, no verso 16, que a figura muda inesperadamente para falar de coração de homem, coração de animal e que passariam sete tempos. O objetivo era que se soubesse que o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens e o dá a quem quer.

Mais uma vez Daniel é chamado para interpretar o sonho e ele declara que a árvore em questão era o próprio rei: “A árvore que viste... és tu, ó rei”. E a interpretação era que o rei seria expulso de entre os homens, moraria com os animais comendo ervas como os bois, durante sete tempos (sete anos), até que ele reconhecesse que o Altíssimo tem domínio. Isto me levanta uma questão.

Como um homem que nas suas plenas faculdades mentais não reconhece que Deus, o Altíssimo, tem domínio, pode reconhecer este mesmo fato estando num estado de loucura? Tudo isto aconteceu com o rei Nabucodonosor. O texto nos mostra que doze meses depois, quando o rei admirava e se gabava do que havia construído, ouviu uma voz do céu que pronunciou a sentença e foi expulso de entre os homens e, passando a viver com animais, teve o orvalho sobre si e cresceram-lhe pelos no corpo. Mas o verso 34 é esplendoroso! “Mas ao fim daqueles dias, eu, Nabucodonosor, levantei os olhos ao céu, [notar o verbo] tornou-me a vir o entendimento, e eu bendisse o Altíssimo” (4.34). Quando o entendimento lhe tornou a vir, já veio reprogramado! É somente assim que uma pessoa pode enxergar o Senhor, se o próprio Senhor lhe abrir o entendimento e os olhos para ver! Assim, desde o capítulo um vemos os passos deste homem em direção a Jeová.

Com estas informações, podemos entender que a descrição do primeiro animal (voltando para o capítulo 7) era do rei Nabucodonosor. Veja um detalhe daquela visão que deixei para destacar aqui. Na descrição dada do cumprimento da sentença sobre ele, na sua aparência “...cresceram os cabelos como as penas da águia, e as suas unhas como as das aves” (4.33). Podemos entender, então, porque Daniel viu um animal como leão com asas de águia... levantado da terra e posto em dois pés como homem e lhe foi dada mente de homem (7.4); é a descrição de quando Nabucodonosor foi restaurado e restabelecido no seu reino. Além disso, ambos os animais representam REALEZA: O leão é o rei dos animais e a águia é a rainha dos céus.



O segundo animal era “semelhante a um urso, o qual se levantou sobre um dos seus lados; na boca, entre os dentes, trazia três costelas; e lhe diziam:

Levanta-te, devora muita carne” (7.5). Se cada animal era um rei e de um povo diferente, o urso representa um rei do segundo reinado que viria depois da Babilônia. O urso aqui descrito está numa posição não comum para um urso, que geralmente está sobre as quatro patas ou na posição de ataque, em pé, sobre as duas patas traseiras; o texto diz: “sobre um dos seus lados”, ou seja, sobre uma pata dianteira e outra traseira. O que podemos concluir deste reino é que ele é caracterizado pela INSTABILIDADE, mas ainda com a ferocidade de um urso faminto, que estava num estado de descanso e lhe é ordenado levantar-se e devorar muita carne; as costelas são outros três reis devorados pelo urso. Obviamente, como estamos depois da história ocorrida, poderia ver mais semelhanças, mas eu o farei mais tarde, no quadro comparativo, para ser consistente com o texto bíblico.



Daniel continua olhando e “eis aqui outro, semelhante a um leopardo, e tinha nas costas quatro asas de ave; tinha também este animal quatro cabeças, e foi-lhe dado domínio” (7.6). A característica do leopardo é a VELOCIDADE, as quatro asas de ave acentuam ainda mais essa característica. A aparência dele contava ainda com mais um detalhe que é as quatro cabeças introduzidas pelo conectivo “também”. Daniel ressalta que a este animal foi dado domínio. Isto é uma constante na história do Velho Testamento quando estamos lendo suas páginas. Os homens, os líderes e governantes saíam para as suas campanhas, conquistavam, destruíam, mas a grande verdade é que Deus é quem controlava tudo. Isto é bem claro quando Senaqueribe anunciou que invadiria Judá nos dias do rei Ezequias, relatando com toda soberba as suas conquistas: “Já tens ouvido

o que fizeram os reis da Assíria a todas as terras, como as destruíram totalmente; e crês tu que te livrarias? Porventura os deuses das nações livraram os povos que meus pais destruíram: Gozã, Harã e Rezefe, e os filhos de Éden, que estavam em Telassar? Onde está o rei de Hamate, e o rei de Arpade, e o rei da cidade de Sefarvaim, de Hena e de Iva?” (2 Reis 19.11-13). E qual foi a resposta divina?

“ Acaso não ouviste que já há muito dispus eu estas coisas, já desde os dias remotos o tinha planejado? Agora, porém, as faço executar, e eu quis que tu reduzisses a montões de ruínas as cidades fortificadas. Por isso os seus moradores, debilitados, andaram cheios de temor... eis que porei o meu anzol no teu nariz e o meu freio na tua boca, e te farei voltar pelo caminho por onde vieste... Não entrará nesta cidade, nem lançará nela flecha alguma... mas nesta cidade não entrará, diz o Senhor” (Isaías 37.26-34). Aqui cabe uma palavra de alerta para que muitos não pensem que estamos falando a mesma coisa, ou seja, Deus não antecipa estas informações sobre os reinos e domínios porque Ele é onisciente! Ele está dizendo aqui que Ele é quem estabelece os reis e remove os reis e que o futuro deste mundo já está determinado. Ele está antecipando o seu plano para Daniel, para seu próprio povo, e a nós, conseqüentemente. Deus avisou Nabucodonosor que o seu reino passaria a outro povo que seria inferior ao dele, mas passaria, e haveria um terceiro reino e, ainda, um quarto reino. Pois bem, Deus repete, 50 anos depois, nesta visão para Daniel, as mesmas informações com outros símbolos.



Daniel viu ainda um quarto animal, “terrível, espantoso e sobremodo forte, o qual tinha grandes dentes de ferro; ele devorava e fazia em pedaços, e pisava aos pés o que sobejava; era diferente de todos os animais que apareceram antes dele, e tinha dez chifres” (7.7). Daniel não conseguiu associar este animal a nenhum outro conhecido por ele; a palavra que mais o caracteriza é TERRÍVEL. O que se pode destacar deste animal são as próprias palavras do texto: Terrível, sobremodo forte, dentes de ferro e pisava aos pés. Se fosse descrito nos tempos medievais provavelmente o associariam a um dragão. Aparece algo novo na figura que são os chifres em número de 10. A visão tem continuidade, quando Daniel vê que se levanta outro chifre, um pequeno que derrota três dos primeiros; havia olhos neste chifre e uma boca que falava com insolência.



Assim como no sonho da estátua de Nabucodonosor, que uma pedra foi lançada sem auxílio de mãos, destruiu a estátua, tornou-se uma montanha e encheu a terra num reino que não teria fim, nesta visão dos quatro animais, o último reino é dominado por alguém chamado de Filho do Homem, que se dirigiu ao Ancião de dias e recebeu o domínio, a glória e o reino “para que os povos, nações e homens de todas as línguas o servissem; o seu domínio é domínio eterno, que não passará, e o seu reino jamais será destruído” (7.13b, 14).

Daniel quis saber a verdade sobre este quarto animal, que era diferente dos demais, bem como do significado dos dez chifres e do outro que subiu por último, diante do qual caíram três e que falava com insolência; acrescenta que na sua visão esse chifre pequeno fazia guerra contra os santos e prevalecia contra eles, até que o Ancião de dias fez justiça aos santos do Altíssimo e os santos

possuíram o reino. A interpretação muda ligeiramente; o animal é declarado ser um reino e não apenas um rei. Isto lança luz a toda a visão; os animais eram ao mesmo tempo reis e os reinos a que eles pertenciam. Os chifres serão dez reis que se levantarão daquele reino. Depois se levantará outro que será diferente dos demais e abaterá três reis, fará guerra contra os santos do Altíssimo e os santos lhe serão entregues nas mãos por um tempo, dois tempos e metade de um tempo. Finalmente, o reino e o domínio e a majestade dos reinos debaixo do céu serão dados ao povo dos santos do Altíssimo.

Nesse desejo de conhecer mais detalhes do quarto animal, Daniel recebe novas informações com elementos novos, como esse tempo em que os santos serão perseguidos pelo pequeno chifre, que será um rei do quarto reino. É a primeira vez que este símbolo aparece; ele vai aparecer novamente na última visão, no capítulo 12, também com a sua interpretação em dias, ou seja, 1260 dias correspondendo a 3 anos e meio: um tempo, um ano; dois tempos, mais dois anos; e metade de um tempo, meio ano; somando os 3 anos e meio. Notar que não estou antecipando conclusões, o que bem poderia fazê-lo pelo fato de termos toda a revelação do Novo Testamento; evito as conclusões com a finalidade de caminharmos na revelação progressivamente como o próprio Daniel fez, à medida que recebia as visões. Até aqui o que ele tinha? Haveria quatro reinos mundiais com as características descritas pelos animais. O quarto teria esses dois momentos distintos, sendo que no segundo momento prevaleceria sobre os santos do Altíssimo por 3 anos e meio para, finalmente, ser derrotado pelo Filho do Homem, que dominaria e daria o reino ao povo dos santos do Altíssimo para sempre. Daniel sabia somente que o primeiro rei era Nabucodonosor, mas as informações da visão o abateram profundamente; mesmo assim, guardou as coisas no coração, sabendo que Deus ainda revelaria mais detalhes sobre este plano grandioso. Os reinos seriam caracterizados pela REALEZA, INSTABILIDADE e VELOCIDADE, respectivamente, e o último sendo TERRÍVEL.

CAPÍTULO CINCO

A SEGUNDA VISÃO DE DANIEL

A visão do Carneiro e do Bode - Capítulo 8

No ano terceiro do reinado do rei Belsazar eu, Daniel, tive uma visão depois daquela que eu tivera a princípio” (8.1). O capítulo oito traz a segunda visão de Daniel, que ocorreu dois anos depois da primeira, complementando as informações tanto do sonho de Nabucodonosor como da visão dos quatro animais, e revelam exatamente o mesmo cenário, apenas com símbolos diferentes. Vimos nas duas narrativas somente o que o texto nos informava como que acompanhando, juntamente com o profeta, a progressão histórica das revelações, o que nos livra de interpretações precipitadas e tendenciosas a qualquer posição tomada de antemão. Desta forma, a própria profecia nos direciona à sua interpretação de modo seguro, formando o quadro profético que o Senhor queria revelar tanto ao seu profeta como ao seu próprio povo.

O que Daniel tinha até aqui? Ele sabia pela Sabedoria Divina que o primeiro reino era o de Nabucodonosor, na Babilônia, mas que este seria dominado por um outro reino inferior ao dele, que existiria um terceiro reino de bronze que teria domínio sobre toda a terra, e ainda haveria um quarto reino forte como o ferro. Desse quarto reino, num segundo momento, visto que os pés da estátua eram também de ferro, mas misturado com o barro, se levantariam dez reis numa aliança fraca que governaria o mundo. Nos dias destes reis surgiria um reino, não por forças humanas, que dominaria e passaria para o povo de Deus para todo o sempre. Daniel também, 50 anos depois, recebeu outros detalhes daquele tempo na sua visão dos quatro animais; detalhes sobre as características de cada reino, como eles apareceriam e se desenvolveriam. Os dois símbolos usados revelam aspectos diferentes dos reinos. A estátua é imóvel e exibe apenas qualidades ligadas aos materiais usados nela como a riqueza do ouro, a inferioridade da prata, a versatilidade do bronze e a dureza do ferro e também a fraqueza da mistura do ferro com o barro. Já na visão dos quatro animais podemos ver movimento, estratégia, agressividade em níveis diferentes e investidas de um contra o outro. Os animais têm características próprias e eram na realidade não um animal, mas uma montagem com partes de mais de um animal, dando ao animal visto o conjunto de características de tal reino. Contudo, nenhuma

informação sobre quem seriam os reinos.

Embora hoje saibamos com toda a clareza quem eram aqueles reis, tenho insistido na ênfase de não nomeá-los até que o texto sagrado o faça, porque a clareza que aqui pode ser vista não é vista em outras profecias adiante. Mas muitos intérpretes querem afirmar haver a mesma clareza, sem nenhuma prova nas Sagradas Escrituras, sendo simplesmente parte de uma posição pré-estabelecida e tendente. A premissa básica que tenho perseguido é que a Escritura interpreta a própria Escritura.

Vamos refletir por um momento sobre a inspiração das Escrituras que dizemos ser plenária, verbal e inerrante, o que quer dizer que toda a Escritura foi dada por inspiração e não apenas parte dela ou os princípios espirituais nela contidos e que as demais informações são assessórios, podendo inclusive conter erros. Esse foi o grande veneno injetado na veia do cristianismo por Carl Bart, afirmando que a Bíblia apenas contém a palavra de Deus. O texto de 2 Timóteo 3.16 é claro ao afirmar que “toda a Escritura é inspirada por Deus e útil...”, na versão Revista e Atualizada, que gramaticalmente é a tradução correta; em vez de “toda Escritura inspirada por Deus é útil...” na versão Revista e Corrigida. E mesmo assim, por mais que se tentem encontrar erros em outros assuntos, as tentativas têm sido sem êxito algum.

A inspiração é verbal, o que implica em dizer que palavra por palavra foi exalada por Deus e aqui temos em destaque a beleza da língua que Deus escolheu, no seu mover e controle da história, para ser escrito o Novo Testamento, o grego. Em 2 Pedro 1.21, o apóstolo declara que “homens santos falaram da parte de Deus movidos pelo Espírito Santo” (grifo meu). Pense numa embarcação grande como os grandes navios do passado que transportavam as pessoas do oriente para a Europa! Tal embarcação tinha uma rota traçada que sairia de certo porto e chegaria num outro porto determinado. Os passageiros tinham toda a liberdade dentro do navio para preencher o seu tempo durante a viagem, mas sem alterar o curso do navio. Duas coisas podem ser afirmadas: Os passageiros tinham toda liberdade dentro do navio, e o navio chegaria de qualquer forma ao porto determinado. Esse é o significado do vocábulo φερόμενοι (pheromenoi), “movidos” usado por Pedro. Os escritores tinham toda a liberdade de escrever o que estava em sua mente e coração, mas seria exatamente o que Deus queria que fosse escrito. Isto é especialmente visto no Novo Testamento, nas cartas bem como nas narrativas dos evangelhos, podendo-se ver estilos literários, preferência de palavras e até limitações de instrução, mas sem alterar o produto que Deus queria deixar com o seu povo, um “manual do

fabricante”!

E a inspiração é inerrante nos autógrafos (termo usado para os originais que saíram da pena do autor). Isso significa que o Espírito os livrou de qualquer erro ou omissão em qualquer assunto que fosse tocado, dando aos Escritos autoridade canônica, ou seja, passando a ser o padrão exigido por Deus para conduzir o seu povo naquilo que Ele quis revelar.

Por que estamos refletindo sobre isto aqui? Porque, à medida que avançamos no exercício para manter a premissa básica de que a Escritura interpreta a Escritura, é exigido do leitor, do aprendiz, do filho de Deus um conhecimento de toda a Escritura. A Escatologia é a espinha dorsal de toda a teologia. Não se pode entender corretamente a Escatologia da Bíblia apenas lendo certas passagens, como se fosse um caminho de pedras no oceano! O oceano, mesmo que assuste pela sua imensidão e poder, traz nele uma infinidade de belezas nos seres que nele habitam, nas suas profundezas e nos seus mistérios. Portanto, o ponto exato de tudo isto é que todas as informações dadas no Velho Testamento, ao longo do desenvolver da história da humanidade, da história narrada, tornam-se elementos vitais para o entendimento das profecias quanto ao futuro e fim de todas as coisas. As histórias intrincadas com todo o seu colorido e humor constituem até um grande armazém que provisiona um grande arquivo de dados relevantes e indispensáveis. Por que José teve aqueles sonhos? Por que a narrativa do Dilúvio? Por que Davi matou o gigante? Por que Jonas foi engolido por um peixe, para citar apenas alguns dos mais conhecidos. O triste é que essas histórias são apenas materiais para serem usados na Escola Bíblica Dominical para serem contados para as crianças e que os adultos há muito não se lembram. Não, elas são mais do que isto, são elementos chaves para um entendimento saudável e verdadeiro da profecia bíblica.

A VISÃO DO CARNEIRO E DO BODE – OS IMPÉRIOS FUTUROS

Como já afirmado anteriormente, a visão do capítulo oito de Daniel complementa as visões anteriores, trazendo novas revelações. No verso dois, Daniel dá uma informação importante por onde podemos começar. Ele diz: “Quando a visão me veio, pareceu-me estar na cidadela de Susã, que é província de Elão, e vi que estava junto ao rio Ulai”. A cidade de Susã foi a capital do Império Persa desde os dias de Ciro, que assumiu o poder em 550 a.C. Daniel está no terceiro ano de Belsazar (554 a.C.), portanto, Susã ainda não era capital,

dai ser referida como cidadela. A informação de Daniel demarca o ponto de partida da sua visão. Ele foi transportado em espírito para a Pérsia, junto ao rio Ulai, onde viu “que um carneiro estava diante do rio, o qual tinha dois chifres, e os dois chifres eram altos, mas um mais alto do que o outro; e o mais alto subiu por último. Vi que o carneiro dava marradas para o ocidente, e para o norte e para o sul... ele, porém, fazia segundo a sua vontade, e assim se engrandecia” (8.3, 4). Estando Daniel ainda a observar, eis que surge um outro animal; agora um bode “vinha do ocidente sobre toda a terra, mas sem tocar no chão; este bode tinha um chifre notável entre os olhos; dirigiu-se ao carneiro que tinha os dois chifres... correu contra ele com todo o seu furioso poder... lhe quebrou os dois chifres, pois não havia força no carneiro para lhe resistir...” (8.5-7).



Na continuidade da visão, “o bode se engrandeceu sobremaneira e na sua força quebrou-se-lhe o grande chifre, e em seu lugar saíram quatro chifres notáveis, para os quatro ventos do céu”. Daniel observa ainda que “de um dos chifres saiu um chifre pequeno, e se tornou muito forte para o sul, para o oriente e para a terra gloriosa”. Este chifre pequeno tirou o sacrifício costumeiro durante um período de 2300 tardes e manhãs, se referindo a 2300 dias, (ver que é a mesma expressão dos dias da criação “tarde e manhã” em Gênesis 1), e o santuário foi purificado.

Daniel quis entender a visão e o anjo Gabriel foi enviado para lhe dar o entendimento e logo lhe disse que a visão se referia ao tempo do fim. Pode ser uma explicação que provavelmente a profanação do templo é que tenha espantado Daniel e o deixado sem forças. A insistência de Gabriel em dizer para Daniel que a profecia se referia ao tempo do fim era com respeito ao seu cumprimento completo, visto nos detalhes dados sobre o pequeno chifre. Isso porque logo a partir do verso 20 ele revela para Daniel que o carneiro com dois chifres eram os reis da Média e da Pérsia e que o bode peludo era o rei da

Grécia, sendo o chifre grande entre os olhos o primeiro rei. Na continuidade da revelação, ele explica para Daniel que do reino da Grécia, no fim do reinado, surgiria um rei de feroz catadura e entendido em intrigas; esta é a interpretação dada pelo anjo, a respeito do chifre pequeno, do verso nove. Mas o cenário muda no verso vinte e cinco ao mencionar a revolta deste rei contra o Príncipe dos príncipes, que quebrará o chifre sem esforço de mãos, que é uma referência a Cristo, sem qualquer dúvida, na sua segunda vinda no Monte das Oliveiras. Então, esse pedaço da profecia se refere ao Anticristo tipificado por esse governante grego.

A profecia mantém a consistência das duas anteriores mostrando no final das revelações sempre esse aspecto duplo do último reino, aqui mencionando os dois governantes, o primeiro no Império Grego e o Anticristo no tempo do fim. O pequeno chifre é mencionado em ambas as visões e pode facilmente confundir o intérprete, ou o leitor, o estudioso, enfim, aquele que lê a profecia. Pela regra, a mesma figura deve ter a mesma interpretação em ambas as passagens, ou seja, referindo-se à mesma pessoa, e de certa forma é, mas para que não haja uma acusação de se forçar os significados, e o estudioso atento logo notará, observa-se que há certas diferenças evidentes.

O chifre pequeno do capítulo sete (7.8) saía do quarto reino ainda não identificado na profecia, mas que sabemos ser o Império Romano na sua segunda fase, que chamamos de Império Romano restaurado; governo que será estabelecido no fim dos tempos e de onde surgirá o Anticristo, que é o chifre pequeno ali descrito. O chifre pequeno do capítulo oito (8.9), como estamos vendo aqui, surge do terceiro reino que acaba de ser revelado como o Império Grego. Desta forma, este chifre pequeno é um rei do Império Grego que será um tipo do Anticristo. Tipo é o termo teológico usado para uma pessoa na história passada que tem as mesmas características ou atitudes de um personagem futuro e importante. É muito comum e são muitos os tipos de Cristo no Velho Testamento. Aqui, temos um tipo do Anticristo. Tipo é de fato uma figura de linguagem. Assim ambos os chifres pequenos se referem, no final, à mesma pessoa, o Anticristo; mas a explicação destas diferenças, mesmo que pareça cansativa ou sem valor, faz-se necessária para demonstrar que não há tendência quando se interpreta utilizando-se a própria Escritura.

Aqui temos algo digno de ser mencionado que ilustra o perigo de interpretações aleatórias, espiritualizantes e alegóricas. Este verso de Daniel 8.14 foi usado por Guilherme Miller (1782-1849) que, numa interpretação totalmente pessoal, entendeu “as 2300 tardes e manhãs” significar 2300 anos; e, tomando

como partida o ano de 457 a.C. chegou ao ano de 1843, concluindo que a volta de Cristo seria entre as primaveras de 1843 e 1844, o que não ocorreu. Depois de marcar uma data para a volta de Cristo em 22 de outubro de 1844, o que não ocorreu, ficou conhecido por esse grande desapontamento que teve repercussões inimagináveis. A história mostra que na insistência, numa hermenêutica toda equivocada, um grupo de pessoas num estudo mais acurado para explicar o acontecido, conclui baseado em Hebreus, que Guilherme Miller estava certo quanto às datas, mas errado quanto ao lugar, tendo confundido o aspecto terreno e celestial do santuário. Justiça seja feita que Guilherme Miller que não quis mais envolvimento com a situação, voltando para sua Igreja onde permaneceu até sua morte. Mas fato é que desta interpretação surgiu o Adventismo do Sétimo Dia. Este é um perigo de uma interpretação não literal, eu diria, não sendo aprovado por aqueles que defendem uma interpretação espiritualizante e alegórica. Mas se a abordagem não for literal, no que Guilherme Miller estava errado, a não ser na coragem de estabelecer uma data para a volta de Cristo? O que ele fez é exatamente o que se faz em interpretações proféticas que estabelecem um significado sem comprovação alguma, a não ser na mente do próprio intérprete. As interpretações modernas e antigas destas profecias são tão fantasiosas quanto às de Guilherme Miller nesta em particular!

O texto de Gênesis 1 nos mostra que eram dias, pela expressão “tarde e manhã”. Mas como usar como prova um texto no qual não há consenso, se os dias da criação eram de 24 horas como os temos hoje! A premissa desta obra é a da literalidade na interpretação bíblica, por isso podemos usá-la com segurança! O acontecimento de Daniel 8.11, de tirar o costumado sacrifício, ocorreu no tempo do governo de Antíoco Epifânio (175 - 164 a.C.) que profanou o templo ao fazer sacrifícios ilícitos e usando-o para cultos a deuses pagãos, obrigando os judeus a participarem de tais sacrifícios; nesta época acontece a revolta dos Macabeus, liderados por Judas Macabeu, filho de Matatias, que morreu no ano 166 a.C. Embora os adventistas queiram negar que o texto seja uma referência a Antíoco IV, o Epifânio, com arrazoados e datas, o capítulo onze que trás um relato detalhado dos reis, tanto da Média e Pérsia como dos reis gregos, confirma que o profanador do templo foi Antíoco IV: “Dele sairão forças que profanarão o santuário, a fortaleza nossa, e tirarão o sacrifício costumado, estabelecendo a abominação desoladora” (11.31). Uma explanação deste capítulo de Daniel será feita posteriormente.

As profecias do livro de Daniel são particularmente especiais e com uma riqueza de detalhes que impressiona aquele que se dedica em estudá-las e

entendê-las. Na sua descrição dos dois animais, o carneiro e o bode, Daniel dá detalhes sobre eles que, quando se conhece a história, vê-se um cumprimento minucioso e suscita-nos a admiração de como Deus o levou a relatar esses detalhes. Não é por acaso que os críticos querem colocar sua escrita para o segundo século depois de Cristo, como sendo um livro histórico. Comparar com a história é ter dois relatos exatamente iguais, apenas que um está escrito em símbolos. Mas ele de fato é um livro profético, porque quem deu as informações para Daniel é Aquele que tudo sabe e tudo governa.

Tenhamos em mente que Daniel acaba de receber uma informação que era para mais de 200 anos à sua frente. Os Medo-Persas dominariam o mundo 14 anos após esta revelação. Significava que o sítio que já estava se iniciando (considerando que a Babilônia ficou sitiada por mais ou menos 13 anos), resultaria em invasão e domínio. Mas os Gregos só assumiriam o poder em 336 a.C. com Alexandre, o Grande. Daniel era o único homem na face da terra que detinha tal informação! Mas os detalhes dados por Deus são magníficos.

A visão do carneiro foi descrita como “um carneiro estava diante do rio, o qual tinha dois chifres, e os dois chifres eram altos, mas um mais alto do que o outro; e o mais alto subiu por último”. Os Medos conquistaram os assírios invadindo Nínive em 612 a.C. ocupando o território que hoje é o Irã, a Ásia menor e a Lídia. Ciro, que era um Persa em 550 a.C., derrotou os medos e tomou o trono. Persas e Medos pertenciam à mesma raça; a ascensão de Ciro pode ser vista como uma revolta interna. Ciro tornou-se senhor dos territórios que estavam sujeitos ao Império Medo e o reinado passou a ser Medo-Persa; sempre havia um rei persa e um rei medo. Em palavras simples: Um dia a Media governava a Pérsia; um rei persa poderoso se libertou da Media e passou a governar a Media e estabeleceram um reino conjunto. Exatamente como descrito pela figura do carneiro. Também podemos agora entender a instabilidade simbolizada pelo urso, no capítulo sete!

Da mesma forma, a visão do bode que “vinha do ocidente sobre toda a terra, mas sem tocar no chão; este bode tinha um chifre notável entre os olhos... na sua força quebrou-se-lhe o grande chifre, e em seu lugar saíram quatro chifres notáveis, para os quatro ventos do céu”. Alexandre, o Grande, governou poucos anos e morreu um mês antes de completar 33 anos de idade. Mas, aos 23 anos chorou por não ter mais nada que conquistar. A rapidez com que ele conquistou o mundo é algo pelo qual ele é conhecido; podemos entender claramente porque, no capítulo sete, o animal que o simbolizava era o leopardo, ainda com 4 asas de aves; e, aqui no capítulo oito, pelo bode peludo que vinha sem tocar no

chão. O chifre notável simbolizava o primeiro rei do Império Grego (8.21). O ter sido quebrado em quatro significa que, depois da sua morte, por não ter herdeiro ao trono, seu reino foi dividido entre quatro generais: Lísimaco, Cassandro, Ptolomeu e Seleuco. Isto explica as quatro cabeças no animal do capítulo sete; e os quatro chifres aqui, no capítulo oito. No capítulo onze, que veremos posteriormente, os detalhes são ainda mais impressionantes. Tudo revelado duzentos anos antes dos fatos! Quem poderia antecipar toda a história da humanidade, com tantas informações e tão precisas? Somente Aquele que detém todo poder, o Soberano e Senhor, o nosso Deus. A Ele seja a glória, o domínio, a majestade e o louvor pelos séculos dos séculos, Amém!

Daniel ficou enfraquecido e esteve enfermo durante alguns dias. Essa é a carga do profeta. Na versão Revista e Corrigida, em português, no verso primeiro de Naum encontramos assim: “Peso de Nínive, Livro da visão de Naum, o elcosita.” É exatamente assim a profecia para o profeta, peso. As informações tornam-se uma carga pesada para o profeta, ele é afetado pela gravidade daquilo que ele é instrumento para transmitir. Sabe por quê? Porque ele tem intimidade com aquele que revela e sabe que a sua mão é pesada e o juízo é certo. Mas Deus sustenta os seus profetas! Daniel se levantou e tratou dos negócios do rei, mas a visão ainda o espantava e não havia quem a entendesse. Nós temos a história para compararmos e vemos os ricos detalhes, mas para Daniel tudo era uma porção de símbolos, mas ele possuía a confiança que Deus cumpriria cada palavra; pois, esse é o nosso Deus!

Antes de avançarmos para o capítulo nove de Daniel temos um quadro comparativo das três revelações dadas por Deus quanto aos reinos futuros: O sonho de Nabucodonosor no capítulo dois; A visão de Daniel dos quatro animais no capítulo sete, cerca de cinquenta anos depois e a visão de Daniel no capítulo oito no terceiro ano de Belsazar. O quadro mostra a relação entre as revelações e os detalhes de cada visão e sonho; detalhes estes que caracterizariam tais reinos vindouros considerando o tempo de Daniel. Lembrando ainda que nas três revelações encontramos o intervalo profético entre o 4º reino e o reino do anticristo no tempo do fim.

O quadro é apenas uma forma de visualizar melhor as três revelações, mostrando que se referem ao mesmo tempo com figuras distintas. Destacar também o cuidado de Deus em especificar a visão com detalhes vívidos e criativos para uma compreensão inequívoca a quem Ele se referia.

Daniel 2 – A Visão da Estátua 2º. Ano reinado de Nabucodonosor 603 a.C.	Daniel 7 – A Visão dos 4 Animais 1º. Ano de Belsazar – 556 a.C.	Daniel 8 – A visão do Carneiro e do Bode 3º. Ano de Belsazar – 554 a.C.	Datas Aproximadas
A Cabeça de Ouro – Nabucodonosor	O primeiro era como LEÃO com asas de águia; foram arrancadas as asas; levantado da terra; posto em dois pés como homem e dado mente de homem. REALEZA		605 a.C. – 539 a.C.
O Peito e Braços de Prata – Reino Inferior	O segundo animal, semelhante a um URSO, o qual se levantou sobre um dos seus lados; na boca, trazia 3 costelas... INSTABILIDADE	Cidadela de Susã; Um CARNEIRO o qual tinha dois chifres, e os dois eram altos, mas um mais alto do que o out- ro; e o mais alto subiu por último. MÉDIA E A PERSIA v. 20	539 a.C. – 333 a.C.
O Quadril de Bronze – Outro reino	Outro semelhante a um LEOPARDO, e tinha nas costas 4 asas de ave; tinha também 4 cabeças e foi-lhe dado domínio. RAPIDEZ	Um BODE vinha do ocidente, sem tocar no chão; tinha um chifre notável entre os olhos; quebrou os dois chifres do carneiro e o lançou por terra. Na sua força quebrou-se-lhe o grande chifre e em seu lugar sairam 4 chifres notáveis. GRÉCIA v. 21	333 a.C. – 146 a.C.
As pernas de Ferro – Reino duro como o Fé.	O quarto animal, TER- RÍVEL, ESPANTOSO e SOBREMODO FORTE; tinha grandes dentes de Ferro; era diferente de todos os outros animais. - TER- RÍVEL.		146 a.C. – 1476 d.C.
Os pés e os dedos em parte de Ferro e em parte de Barro – Reino dividido – parte forte como o ferro e parte frágil como o barro.	Tinha 10 chifres falava com insolência; entre eles subiu outro pequeno diante do qual 3 dos primeiros chifres foram arran- cados	De um dos chifres saiu um chifre pequeno e se tornou muito forte para o sul e para o oriente e para a terra gloriosa v. 9	???
A pedra lançada sem auxílio de mãos – Reino Eterno (nos dias destes reis – observar o plural referindo-se aos dedos...)	Veto o Filho do homem; foi-lhe dado domínio e glória e o reino; o seu domínio é domínio eterno que não passará e o seu reino jamais será destruído.	...Se levantará contra o Príncipe dos príncipes, mas será quebrado sem esforço de mãos humanas. V. 25b.	???

CAPÍTULO SEIS

A TERCEIRA VISÃO DE DANIEL

As Setenta Semanas de Daniel - Capítulo 9

Estamos diante da profecia mais importante do Velho Testamento que abrange os dois momentos do Messias nas suas duas vindas, primeira e segunda, mesmo não sendo isto uma convicção estabelecida no Velho Testamento. É facilmente compreensível que os santos do Velho Testamento não conseguissem enxergar nas profecias a eles dadas quanto ao Messias que tudo se cumpriria em dois momentos distintos e distantes um do outro por cerca de 2000 anos. Acrescente-se a isso, todos os seus pensamentos e convicções sobre o Messias ser Deus mesmo; como passaria pela mente deles que o Messias morreria? Nos escritos do Velho Testamento, tudo parecia indicar que Ele era um grande rei e libertador da nação de Israel, um libertador físico, político nos moldes de Davi, o padrão de rei, e que realmente detinha a linhagem predita do Messias; Ele seria filho de Davi.

A ideia do Messias sofredor não está somente em Isaías, na segunda parte da sua profecia, nos cânticos do Servo do Senhor. A realidade é que a mente dos judeus ficara ofuscada pela situação em que viviam de constante subserviência aos povos em redor e aos dominantes do mundo. Eles não focalizavam que o seu relacionamento com Jeová era afetado pelos pecados da nação e que esse sim era o verdadeiro cativo no qual o povo sempre esteve, não somente Israel como todo homem na face desta terra. Toda a história bíblica revela esta tendência humana de desvio do seu Deus, trocando-O por outros, vistos em suas imagens, ou trocando-O por líderes poderosos das nações que detinham o poder do mundo, tais como o Egito, os assírios, e os vassalos deles que cercavam Israel.

A cegueira era espiritual desde a sua origem. Os teólogos falham ao afirmarem que os profetas não podiam ver a profecia em seus dois momentos porque isto era oculto no Velho Testamento e que somente quando Cristo veio, na sua primeira vinda, deixou isto claro. Deus nunca teve um “plano B”. As suas informações sempre foram entendidas pela fé e Ele nunca negou revelar seu plano àqueles que perguntaram ou pediram. O seu povo não queria ver a verdade revelada, pois o seu grande problema era o pecado e este impedia o Senhor de lhes abençoar; não era uma incapacidade divina e sim como uma escolha

humana; o homem sempre preferiu e prefere o visível, o fácil, o humano em vez do divino, do espiritual.

Era, então, uma incapacidade espiritual de ver e não a falta de informação profética, porque com as informações da história decorrida, voltamos para as mesmas profecias, para as mesmas informações e conseguimos ver claramente o plano traçado do nosso Deus. O mesmo ocorre hoje quando nos aproximamos do texto sagrado para entendê-lo. Não é a falta de clareza, não é a ambiguidade, porque não há ambiguidade no texto sagrado. Não é a simbologia, porque a própria Escritura se encarrega de interpretá-la naquilo que é suficiente. É sim, e continua sendo, a dureza do coração do homem e sua arrogância com suas tendências que o impedem de desfrutar as profecias num âmbito maior e verdadeiro.

Assim, nessa profecia do capítulo nove de Daniel não seria diferente, Deus lhe revelou com detalhes o seu plano até aos dias da Tribulação. Algumas conclusões que tiraremos desta revelação serão de fundamental valor no entendimento das profecias do Novo Testamento com respeito à Igreja no que se relaciona à Segunda Vinda de Cristo.

Como nas duas visões anteriores, Daniel abre o assunto registrando a data em que recebeu a revelação; era o primeiro ano de Dario, filho de Assuero, da linhagem dos medos (ano 539 a.C.), quando Daniel estudava os livros e entendeu “que o número de anos de que falara o Senhor ao profeta Jeremias, em que haviam de durar as assolações de Jerusalém, era de setenta anos” (grifo meu 9.2). Isto levou Daniel a buscar o Senhor em oração e súplicas, com jejum, pano de saco e cinza, numa atitude de completa humilhação, porque ele olhava para o povo e não via arrependimento, não via sintonia do povo com Deus e isto refletia o porquê de estarem tanto tempo tão longe de sua terra, mesmo sendo o povo de Deus. Esse capítulo me fascina, não somente no aspecto profético como também no resultado que o entendimento profético traz na vida do servo de Deus que se aproxima das revelações com um coração contrito e não meramente com o propósito intelectual de entendimento. A informação levou Daniel a uma atitude de contrição e confissão por si e pelo seu povo.

As suas palavras revelam um homem em total sintonia com Deus, podendo expressar nas suas palavras as inúmeras intervenções de Deus para alertar o povo do seu caminho desviado; um Deus que enviou profetas para falar aos pais e aos príncipes da nação e que, pela rebeldia de não darem ouvidos, trouxe aquele mal sobre o povo. A oração de Daniel é uma verdadeira adoração a Deus no reconhecimento dos seus atributos de justiça, misericórdia e poder ao tirar o

povo do Egito com mão forte. Então, Daniel apela para a justiça de Deus nas suas promessas, suplicando que Deus aparte de Jerusalém sua ira, e ele o faz numa linguagem de humildade e confiança, como uma criança que suplica ao pai que o atenda: “Agora, pois, ó Deus nosso, ouve a oração do teu servo... Inclina ó Deus meu, os teus ouvidos, e ouve, abre os teus olhos e olha para a nossa desolação...porque não lançamos as nossas súplicas perante a tua face fiados em nossas justiças, mas em tuas muitas misericórdias. Ó Senhor, ouve; ó Senhor perdoa; ó Senhor atende-nos e age... porque a tua cidade e o teu povo são chamados pelo teu nome” (9.17-19).

Daniel falava ainda quando viu o anjo Gabriel vindo rapidamente, voando, e o tocou à hora do sacrifício da tarde para instruí-lo e lhe disse: “Daniel, agora sai para fazer-te entender o sentido. No princípio das tuas súplicas, saiu a ordem, e eu vim... considera, pois, a cousa, e entende a visão” (9.22, 23). O livro de Daniel é cheio de riquezas, as quais não podem passar sem serem consideradas porque são de aplicação à nossa vida cristã. O anjo Gabriel diz para Daniel que no princípio das suas súplicas saiu a ordem e ele foi enviado para lhe declarar as indagações do seu coração. Quer dizer que antes mesmo de Daniel começar a suplicar, saíra a resposta da parte de Deus. O anjo lhe disse que considerasse e entendesse a visão.

“Setenta semanas estão determinadas sobre o teu povo, e sobre a tua santa cidade...” Tanto quanto se reconhece que esta é uma das maiores passagens proféticas de toda a Bíblia, também se reconhece ser um desafio exegético o seu entendimento. Ambos os grupos de intérpretes, os amilenistas e os pré-milenistas têm este desafio diante de si, o de interpretar a visão das setenta semanas dada a Daniel.

Toda a questão está em torno do termo “semanas” usado por Daniel ao escrever a visão. Daniel usou a palavra שָׁבְּׁעִים (shabhuim) no hebraico, o plural de שָׁבְּׁעָ (shabhua). שָׁבְּׁעָ (Shabhua) aparece vinte vezes no Velho Testamento; três vezes ela significa unidade de sete, seguida da palavra (yomim) “dias” (Ezequiel 45.21; Daniel 10.2,3); onze vezes ela significa “semanas”, uma unidade semanal de sete dias (Gênesis 29.27, 28; Êxodo. 34.22; Levítico 12.5; Números 28.26; Deuteronômio 16.9 duas vezes, 10, 16; 2 Crônicas 8.13; Jeremias 5.24); e seis vezes ela significa “unidade de sete” sem especificar o tempo a que se refere (Daniel 9.24, 25 duas vezes, 26 e 27 duas vezes). Portanto, o seu significado é determinado pelo contexto.

Algumas considerações sobre a palavra שָׁבְּׁעָ (shabhua) são pertinentes neste momento porque o seu significado influencia na interpretação da profecia; eu

diria que determina o significado da visão de Daniel, visto que todos os intérpretes se preocupam em defender suas posições quanto ao significado dela, como o faz H.C. Leopold (Grand Rapids: 1969).

Primeiramente, a não uniformidade do uso da palavra nas suas ocorrências no Velho Testamento deixa evidente que não se pode defini-la como significando obviamente “sete” dias, ou o período semanal. Isto porque tanto Ezequiel quanto Daniel no capítulo 10. 2, 3 usam a palavra שַׁבְּחָהּ (shabhua) seguida do termo יָמִים (yomim) “dias” para significar a “unidade de sete” dias. Em segundo lugar, a interpretação da palavra שַׁבְּחָהּ (shabhua) no texto de Gênesis 29.27, 28, na história de Jacó com Raquel e Lia, não é resultado de uma exegese gramatical e sim de uma informação cultural de que a festa de casamento nos dias dos patriarcas durava sete dias. Gramaticalmente, o termo semana está se referindo aos sete anos trabalhados por Jacó para se casar com Raquel, o qual ainda estava por terminar. Isto fica mais evidente ainda quando Labão promete dar-lhe definitivamente Raquel pelo trabalho de mais sete anos e Jacó recebeu, enfim, Raquel antes de completar o segundo “sete” de anos! Em terceiro lugar, há uma particularidade que passa despercebida por muitos intérpretes e que C. H. Leopold ressaltava na sua discussão desta passagem, mas que ele mesmo não explora por razões pessoais. A palavra שַׁבְּחָהּ (shabhua), sendo do gênero feminino, tem como plural a forma שַׁבְּחוּתָהּ (shabhuoth), forma essa usada pelos diversos escritores que a usaram no Velho Testamento, como Moisés, o escritor de Crônicas, Jeremias e Ezequiel consistentemente. A questão é que Daniel é o único que usou a palavra שַׁבְּחָהּ (shabhuim), plural masculino absoluto. Por que Daniel usaria uma palavra do gênero feminino no plural masculino? Creio que Daniel estava escrevendo exatamente o que ele tinha entendido das palavras do anjo Gabriel; o período a que o anjo se referia está ligado com os setenta anos do verso dois, onde o termo setenta aparece na mesma forma, masculino, plural absoluto. Com a mesma intenção, Daniel ao escrever sobre seu jejum no capítulo 10, mesmo que contextualmente ninguém entenderia que ele jejuou por 21 anos, reforçou sua narrativa usando o termo שַׁבְּחָהּ (shabhuim), masculino, plural, acompanhado do termo יָמִים (yomim), “dias” que tem a forma masculina, plural.

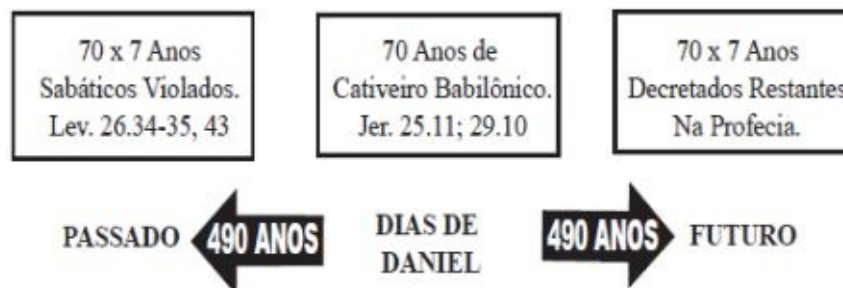
Com as considerações sobre o vocábulo usado por Daniel, a conclusão é que Daniel está se referindo a uma unidade de “sete” de anos pelas razões que passo a alistar. Daniel recebeu as informações do anjo após ter entendido pelos livros que o cativo de Israel na Babilônia era de setenta anos; ele não podia entender o termo שַׁבְּחָהּ (shabhuim) em termos de dias, porque não teria ligação

nenhuma com a descoberta que motivara a sua oração em confissão pelos seus pecados e os do povo.

Os textos nos quais Daniel se baseou, em Jeremias, para entender o tempo do cativeiro foram Jeremias 25.11: “Toda esta terra virá a ser um deserto e um espanto; estas nações servirão ao rei da Babilônia setenta anos”; e Jeremias 29.10: “Assim diz o Senhor: Logo que se cumprirem para a Babilônia setenta anos...” Notar que Daniel está dizendo no início do seu texto que entendeu pelos livros, então inclui certamente a informação de 2 Crônicas 36.21, que diz: “Para que se cumprisse a palavra do Senhor, por boca de Jeremias, até que a terra se agradasse dos seus sábados; todos os dias da desolação repousou, até que os setenta anos se cumpriram”. Daniel entendeu que o número setenta estava ligado ao ano sabático em que a terra deveria “repousar”, conforme a instrução do Senhor na lei, em Levítico 25.3-5: “Seis anos semearás o teu campo e seis anos podarás a tua vinha... porém no sétimo ano haverá sábado de descanso solene para a terra, um sábado ao Senhor... ano de descanso solene será para a terra”.

Um aspecto que impressiona e que certamente chamou a atenção do profeta para que ele ficasse em total contrição, é que no capítulo seguinte de Levítico, 26.33,34,35,43, Deus previne o povo de que ele seria exilado por não observar estas leis: “Espalhar-vos-ei por entre as nações... então a terra folgará nos seus sábados todos os dias da sua desolação, e vós estareis na terra dos vossos inimigos; nesse tempo a terra descansará, e folgará nos seus sábados”. Em todos estes textos, a unidade em questão são anos e não dias; como Daniel poderia entender que a revelação do Senhor se referia a 490 dias, ou seja 1 ano e 4 meses?

A profecia dos “setenta setes” de anos é uma espécie de trocadilho associativo, como podemos ver no diagrama abaixo:



A nação havia transgredido “setenta setes” de anos sábaticos, o que perfazia

um período total de 490 anos, e Deus estava fazendo esta associação para Daniel entender que ele havia estabelecido para a nação outros “setenta setes” de anos. Qual a forma mais segura de expressar para o profeta poder “entender a visão”? Usando uma palavra que o seu significado dependesse do contexto em que ela se encontrasse, **שַׁבְּחָא** (shabhua)! Portanto, Daniel só poderia entender a visão se entendesse a palavra naquele contexto do ano sabático de descanso da terra.

Podemos ainda alistar mais três objeções para o entendimento da palavra em “setes” de dias: Primeiramente que 490 dias não seria um tempo suficiente para cumprir o que foi dito pelo anjo a Daniel: “... fazer cessar a transgressão... dar fim aos pecados... para expiar a iniquidade... para trazer justiça eterna... para selar a visão e a profecia... e para ungir o Santos dos Santos” (9.24). Em segundo lugar, existe o fato de sabermos que estas coisas não ocorreram um ano após a profecia. Mesmo que Daniel pudesse ventilar a possibilidade de serem 490 dias, ele mesmo viveu por mais tempo do que isto e, além disto, recebeu sua última visão dois anos depois desta. Ele teria por certo mencionado o cumprimento destes “490 dias” (se esse fosse o caso) ainda no seu próprio livro antes de receber a última visão.

E, em terceiro lugar, que a profecia dos “setenta setes” foi dividida pelo anjo Gabriel em três partes: (7 + 62 + 1); sete, mais sessenta e duas e mais uma, e no verso 27 é dito que na metade deste “sete” o príncipe de um povo que haveria de vir faria cessar o sacrifício e a oferta de manjares. Mesmo que o ponto de partida predito no verso 25, como veremos adiante (data da aliança feita com muitos), fosse tomado corretamente por aqueles que interpretam os “setes” como sendo dias, a cessação do sacrifício deveria ocorrer 486 dias e meio após a dita aliança (se o termo **שַׁבְּחָא** (shabua) se referisse a “sete dias” — 490 (dias) menos 3,5 (dias) — metade do último sete), o que nunca aconteceu na história. Sei que o argumento parece confuso, mas simplesmente quero dizer que o termo **שַׁבְּחָא** (shabua) definitivamente não pode ser interpretado como “sete dias” nesta profecia de Daniel!

Estabelecido, portanto, que o termo usado por Daniel **שַׁבְּחָא** (shabhua), refere-se a sete anos, precisamos, antes de detalhar a profecia, apenas definir o termo “anos” a que ele se refere. O ano profético é o ano lunar usado em todo o Velho Testamento porque era o calendário dos povos antigos. O calendário lunar era baseado na lua nova com meses de 30 dias, fazendo um total de 360 dias lunares. Podemos ver isto demonstrado na narrativa do Dilúvio. Na narrativa do Dilúvio, em Gênesis 7.11; 8.3 e 4, temos: “No ano seiscentos da vida de Noé, aos dezessete dias do segundo mês, nesse dia romperam-se todas as fontes do

grande abismo, e as comportas dos céus se abriram... As águas iam-se escoando continuamente de sobre a terra, e minguiaram ao cabo de cento e cinquenta dias. No dia dezessete do sétimo mês, a arca repousou sobre as montanhas de Ararate”. O texto por si só nos mostra que os meses eram de trinta dias, consequentemente os anos de eram 360 dias.

Com todas estas considerações estamos prontos para interpretar as palavras do anjo a Daniel na profecia dos “setenta setes”. “Setenta setes” de anos lunares perfaziam o tempo da profecia, o que podemos traduzir em números da seguinte forma: $70 \times 7 \times 360$. Mas o anjo no verso 25, como já vimos de passagem antes, dividiu o período em três partes, a saber, $7 + 62 + 1 = 70$. Esta parte pode parecer complicada e até enfadonha, se não for acompanhada com atenção e cuidado. Basta acompanhar o texto sagrado na sua literalidade: “Sabe e entende: desde a saída da ordem para restaurar e para edificar Jerusalém, até ao Ungido, ao Príncipe, $[(7 \times 7 + 62 \times 7) \times 360]$, ou seja:] sete semanas e sessenta e duas semanas [de anos lunares]: as praças e as circunvalações se reedificarão, mas em tempos angustiosos” (Jeremias 9.25 - acréscimos meus). Temos neste versículo três informações: O ponto de partida da profecia; o tempo da profecia em termos de extensão e o ponto final da profecia que é o Ungido, o Príncipe, uma menção sem dúvida alguma ao Senhor Jesus Cristo na sua primeira vinda. A fórmula acima, que é o tempo da profecia em termos de extensão, perfaz um total de 173.880 dias, portanto, da saída da ordem para edificar Jerusalém até o ungido haveria 173.880 dias! Que informação! Mais contundente ainda do que a revelação das nações que dominariam depois da Babilônia revelada no capítulo oito.

O próximo desafio é saber qual seria essa ordem para restaurar e edificar Jerusalém. Haveria tal informação nas Escrituras? Daniel não veria em vida esse dia, isso ficaria claro para ele na última visão que Deus lhe daria, que veremos no próximo capítulo.

Podemos encontrar nas páginas do Velho Testamento, nos tempos pós-cativeiro, quatro decretos: (1) O decreto de Ciro no primeiro ano do seu reinado em 539 a.C. (2 Crônicas 36.22,23; Esdras 1.1-4; 6.3-5) para reedificar o templo; (2) o decreto de Dario Histaspes no segundo ano do seu reinado 519 a.C. (Esdras 5.3-17) para reedificar o templo, uma confirmação do decreto de Ciro; (3) o decreto de Artaxerxes Longanimus no oitavo ano do seu reinado, 457 a.C., para Esdras, para a reconstrução do templo e sua consequente adoração; e, (4) o decreto do mesmo Artaxerxes no vigésimo ano do seu reinado, 444 a.C., para Neemias.

Destes quatro decretos, o único que satisfaz os detalhes da profecia de Daniel é o último, o de Artaxerxes para Neemias, que ocorreu no vigésimo ano do seu reinado, o ano 444 a.C. Há direta referência de reconstrução da cidade, portões e muros (Neemias 2.3,5,8); Artaxerxes escreveu para Asafe para fornecer materiais (2.8); o livro de Esdras e Neemias indicam com certeza a reconstrução dos muros em tempos angustiosos, conforme predito pelo anjo a Daniel, e não há outro decreto dado por outro rei persa para restauração e reconstrução de Jerusalém.

Temos ainda, antes de finalizar a interpretação da profecia, mais um detalhe a ser explanado que é o ano desse decreto de Neemias. O Dr. Alva J. MacClain, no seu livro “As Setenta Semanas de Daniel”, (Editora Batista Regular), usa a contagem clássica de Anderson (The Coming Prince, 10th ed., 1915, p. 67-75), tomando como partida Nisan 1 do 20º ano de Artaxerxes, com a data de ascensão ao trono por Artaxerxes, no ano 465 a.C., como 14 março de 445 a.C. e chegou a data do Ungido em 6 de abril de 32 d.C. Contudo, há um detalhe na narrativa de Neemias, não considerado pelos autores acima citados, que é o fato de Neemias ter recebido a notícia da situação de Jerusalém pelo seu irmão Hanani, no mês de Quisleu, no ano vigésimo, no nosso calendário novembro/dezembro, e mais tarde ter entrado triste na presença do rei Artaxerxes, no mês de Nisã (março/abril) do mesmo ano vigésimo. Como pode Quisleu (novembro/dezembro, data em que Neemias ouviu da situação de Jerusalém) estar antes de Nisã (março/abril, data em que Neemias entrou triste na presença do rei) no mesmo ano? Para ter Nisan (março/abril) mais tarde do que Quisleu (novembro/dezembro) no mesmo ano, somente se o calendário que foi usado por Neemias era o de Tishri (setembro/outubro) a Tishri e não o calendário judaico de Nisan a Nisan.

De fato, a ascensão de Artaxerxes ocorreu no ano 464 a.C. porque Artaxerxes subiu ao trono logo após a morte de seu pai, Xerxes, a qual ocorreu perto de 17/12/465 a.C.. Uma vez que foi usado o sistema “ano de ascensão”, o primeiro ano do reinado de Artaxerxes, utilizando o calendário Persa, de Nisan-a-Nisan, deveria ser Nisan 464 a Nisan 463 a.C., e no calendário Judaico, que era de Tishri-a-Tishri, seria Tishri 464 a Tishri 463 a.C. (H. W. Hoehner, p. 127). O 20º ano de Artaxerxes, seguindo o calendário judaico de Tishri-a-Tishri, teria começado em setembro/outubro de 445 a.C., quando Neemias, ouvindo sobre a situação de Jerusalém em novembro/ dezembro de 445 a.C. e entrando na presença do rei Artaxerxes, receberia a autorização para reedificar Jerusalém em março/abril de 444 a.C. ainda no vigésimo ano de Artaxerxes. O ponto de partida

da profecia então, assume-se, ser Nisan 1 do 20º ano de Artaxerxes, que no nosso calendário foi 5 de março de 444 a.C.

Com isto, temos todos os elementos da profecia para podermos entender como Daniel entendeu a visão. A visão em números é: $\{(7 \times 7 + 62 \times 7) \times 360\}$ o que resulta em 173.880 dias. De acordo com a moderna astronomia (USP, INPE), o ano solar é calculado pelo coeficiente 365,24219879 que representa, 365 dias, 5 horas, 48 minutos e 45,975 segundos, que são em números redondos os nossos 365 dias e 6 horas. A profecia então, em termos de anos solares, no nosso sistema de calcular, seria de 476 anos e 25 dias, veja: $476 \times 365,24219879 = 173.855$ dias 6 horas 52 minutos e 44 segundos, faltando para 173.880 dias, em termos redondos, 25 dias; isto nos leva a 30 de março de 33 d.C., o 10º dia de Nisan, quando o cordeiro era separado para ser sacrificado no 14º dia (Êxodo 12.3). Isto cumpre a profecia de Zacarias 9.9, quando Cristo entrou em Jerusalém montado num jumentinho e foi aclamado rei pelos seus discípulos.

A entrada triunfal de Cristo em Jerusalém ocorreu, portanto, no 10º dia de Nisan que, no ano 33, foi uma segunda-feira! A informação nos traz alguns desconfortos: primeiro: tradicionalmente, a Igreja comemora o domingo de ramos, uma semana antes da páscoa que, mesmo sendo uma data católica, muitos evangélicos também observam, dia esse em que Cristo entrou em Jerusalém. O segundo, é com respeito à última semana de Jesus, na qual muitos teólogos afirmam haver um silêncio nos evangelhos quanto ao que ocorreu na quarta-feira. Domingo, de ramos; segunda-feira, a maldição da figueira; terça-feira, a figueira seca é observada pelos discípulos; quinta-feira, a ceia no cenáculo e a prisão de Jesus no Getsemani: e, na sexta-feira, a crucificação e morte de Jesus.

Então, se a entrada triunfal foi no 10º dia, segunda-feira, não há silêncio de informação: a maldição da figueira ocorreu na terça; ela foi vista seca no dia seguinte, na quarta; o cenáculo e a prisão, na quinta; e a crucificação e morte, na sexta!

Sendo uma data tão importante e uma profecia tão exata, que marca o dia do Messias, não haveria alguma pista nos evangelhos, mesmo na entrada triunfal de Cristo? Vejamos com atenção o relato de Lucas (19.41-44). Nos versos anteriores temos o relato da entrada triunfal com a aclamação: “Bendito é o Rei que vem em nome do Senhor!” e a reação dos fariseus, dizendo a Jesus: “Mestre, repreende os teus discípulos. Mas ele lhes respondeu: Asseguro-vos que se estes se calarem, as próprias pedras clamarão”. Jesus está dizendo para os fariseus que Ele tinha de ser aclamado naquele dia, pois estava profetizado! Mas o ponto

culminante do momento foi quando Cristo chegou e “vendo a cidade, chorou, e dizia: Ah! se conheceras por ti mesma ainda hoje, o que é devido à paz! Mas isto está agora oculto aos teus olhos...” (ênfase minha). Cristo então profere outra profecia, corroborando a de Daniel sobre a destruição da cidade para dias num futuro próximo: “ Pois sobre ti virão dias em que os teus inimigos te cercarão de trincheiras e, por todos os lados, te apertarão o cerco; e te arrasarão dentro de ti; não deixarão pedra sobre pedra...” E finalmente Jesus dá o motivo: “...porque não reconheceste a oportunidade da tua visita” (ênfase minha). Israel estaria esperando o Messias, se tivesse acreditado na profecia de Daniel, mas estava oculto aos olhos deles, não reconheciam o dia da visitação deles pelo tão esperado Messias.

Tudo se torna tão claro, quando se interpreta a Escritura literalmente, deixando que ela mesma se interprete. Na profecia de Daniel 9, Deus separa a última semana (v. 27), afirmando que o príncipe de um povo que viria, destruiria a cidade. Autores como Keil, Leupold, Payne e outros dizem que a 70ª semana se cumpre imediatamente a 69ª, uma vez que não há intervalo entre as semanas 7 e 62 do verso 24. Quero dar uma palavra sobre o intervalo, na profecia.

Na própria profecia, se lermos atentamente, ele destaca as primeiras 7 semanas, mas liga-as com as outras 62, fazendo um total sem interrupção de 69 semanas. Esta separação indica possivelmente o tempo que o povo gastaria para edificar o templo, com Zorobabel. O anjo separa a última semana para falar de uma aliança com muitos, que seria feita pelo príncipe que haveria de vir e que, no meio da semana, faria cessar os sacrifícios. Esta semana refere-se à Tribulação futura de sete anos lunares que são 3520 dias. A questão levantada pelos amilenistas é quanto a esse intervalo, colocado entre a 69ª e a 70ª semanas, afirmando ser uma forma de forçar uma posição tribulacionista.

O intervalo entre aquelas duas semanas está colocado naturalmente por Deus ao destacar dois eventos entre essas semanas. Estes eventos estão separados um do outro na história, veja o verso 26: “Depois das 62 semanas será morto o Ungido e já não estará; e o povo de um príncipe que há de vir, destruirá a cidade e o santuário...”, ou seja, após os 173.880 dias, aconteceriam dois eventos: a) Será morto o ungido, e já não estará; e b) o príncipe de um povo que há de vir, destruirá a cidade e o santuário...

Os dois eventos estão separados um do outro em 37 anos, porque o Ungido foi morto no ano 33 d.C. e a cidade foi invadida e destruída no ano 70 d.C. Isto faz com que entre a 69ª semana e a 70ª houvesse um intervalo que duraria pelo menos estes 37 anos. Porém o término do intervalo está descrito no verso

seguinte: “Ele fará aliança com muitos por uma semana” (a semana restante das 70), o que quer dizer que a última semana só começaria com a aliança do Anticristo por 7 anos com os povos, que será quebrada por ele na metade da semana, como profetizado por Daniel.

O intervalo na profecia não é novidade. Cristo quando interpretou Isaías 61.1,2, na sinagoga em Cafarnaum (Lucas 4.16- 21), leu apenas parte da profecia, parando no meio da sentença e declarando que havia se cumprido, naquele dia, apenas a profecia que eles tinham acabado de ouvir; o restante da profecia não havia se cumprido ali, mas ficava para sua segunda vinda. Ele colocava entre duas palavras um intervalo de cerca de 2000 anos! Isto é, a primeira parte lida se cumpriu naquele dia e o que não foi lido se cumprirá na sua segunda vinda, a qual estamos aguardando por quase 2000 anos.

Da mesma forma, nas visões de Daniel e na interpretação do sonho de Nabucodonosor, no capítulo 2, nas passagens dos reinos da Babilônia até o Romano, não havia interrupção. Mas quando passava da perna de Ferro para os pés de Ferro e barro já havia um intervalo que se estende por cerca de 2000 anos. O mesmo acontece na descrição dos animais no capítulo 7, em relação ao animal terrível que tinha os dentes de ferro, referindo-se ao Império Romano. Quando são descritas as 7 cabeças com os 10 chifres, a referência é a um governo no tempo do fim que não se levantou ainda, que denominamos Romano Restaurado. O mesmo ocorre no capítulo 8, quando é descrita a sucessão grega de poder, partindo de Alexandre, passando para seus quatro generais, dos quais Seleuco era um e de quem também viria Antíoco Eufriates; tudo isto numa sequência, sem interrupção (narrado nos versos 5 ao 12). Mas na interpretação, a partir do verso 23, ele fala da atuação do Anticristo exemplificada por Antíoco, numa extensão tremendamente maior e numa época distante de Antíoco Epifânio mais de 2100 anos.

Portanto, a importância desta profecia é dupla. Ela dava com precisão o dia da vinda do Messias, que se cumpriria na entrada triunfal em Jerusalém, fato ocorrido no 10º dia de Nisan, dia em que o animal que seria sacrificado no 14º dia era separado do rebanho (Cf. Êxodo 12.3). Também, a profecia estabelece de modo claro o intervalo entre a primeira e a segunda vinda de Jesus, estabelecendo o tempo da Tribulação para 7 anos lunares (de 360 dias).

No Novo Testamento, no tempo da vida do Senhor Jesus, Ele fez menção a esta profecia no seu discurso em Mateus 24, conhecido como o Pequeno Apocalipse. Ele mencionou o profeta Daniel e o abominável da desolação, referindo-se ao Anticristo.

Para nós isto é bem claro, visto que Antíoco já havia morrido cerca de 200 anos antes. Jesus também coloca a profecia para o futuro: “Quando virdes o abominável da desolação do qual falou o profeta Daniel, quem lê entenda...” (Mateus 24.15). A profecia teve seu primeiro cumprimento com Antíoco e teria seu cumprimento final com o Anticristo.

Cristo mencionou ainda que o tempo da Tribulação estava abreviado, isto é, de 7 anos para 3 anos e meio. Jesus fazia menção a Daniel 9.27, que diz: “Na metade da semana fará cessar o sacrifício e a oferta de manjares, sobre as asas das abominações virá o assolador, até que a destruição, que está determinada, se derrame sobre ele.”

O Anticristo só agiria metade do tempo, senão não sobrariam nem os eleitos (palavras de Jesus). O mesmo período é referido como 42 meses ou 1260 dias em Apocalipse 11.2, 3.

Então, no verso 27 de Daniel fica esclarecido que o Anticristo fará aliança com muitos no início do seu domínio, que durarão 3 anos e meio; ele romperia sua aliança com Israel na metade da semana tirando os sacrifícios exatamente como fez Antíoco e passaria a persegui-los durante os 3 anos e meio restantes.

Ao mesmo tempo em que essa clareza toda pode nos fascinar, não devemos julgar o povo de Israel por não ter crido porque temos a revelação completa no Velho e Novo Testamentos, e os teólogos não conseguem concordar com o significado das passagens proféticas com tantos recursos e tantas informações. A profecia deve nos levar ao temor e ao reconhecimento que definitivamente carecemos da graça de Deus e da direção do seu Santo Espírito, para não termos um coração de incredulidade. O objetivo desta exposição é simplesmente dar oportunidade aos filhos de Deus de O adorarem e pedirem misericórdia ao Deus dos céus, a fim de não termos um coração como aquele que Daniel encontrou na nação, no fim do cativeiro babilônico. Que esta profecia nos leve a buscar ainda mais a vida de santidade para a glória do nosso Deus.

CAPÍTULO SETE

A ÚLTIMA VISÃO DE DANIEL

A Sucessão dos Reis Persas e Gregos e o Tempo do Fim - Capítulos 10-12

Se a profecia das Setenta Semanas é a mais importante, esta última visão de Daniel é a mais detalhada, a mais minuciosa. É uma das porções mais impressionantes de toda a Escritura no Velho Testamento, porque nela Deus antecipa para o seu povo, através de Daniel, toda a história do mundo em termos dos líderes que surgiriam, por um espaço de quase 400 anos. A riqueza de detalhes na narrativa do capítulo onze é de impressionar, a tal ponto que os críticos não podem aceitar o relato como profético, mas histórico, colocando-o no segundo século depois de Cristo.

Os três capítulos finais de Daniel fazem parte de uma só visão que Daniel recebeu no terceiro ano de Ciro, 537 a.C., bem perto do fim de sua vida. O capítulo dez é uma espécie de visão preparatória para a grande visão dos capítulos onze e doze. Estes compreendem um tempo tão vasto quanto dos dias de Daniel até o fim dos tempos no fim da Tribulação, início do Milênio, com uma menção às ressurreições dos salvos e dos perdidos, que distam uma da outra mil anos. Essas visões abateram grandemente o profeta pelo seu teor, por aquilo que revelavam e pela idade avançada de Daniel.

Essas visões não podiam ser diferentes das demais, anteriores. Elas também se edificam umas sobre as outras, formando um grande quadro completo do futuro do mundo, do futuro do povo de Deus e do triunfo final dos santos sobre as forças do mal, evidentes nos impérios mundiais dirigidos e nutridos pelo príncipe deste mundo, mas sob total controle do Soberano Deus, criador e mantenedor das suas promessas para o seu povo.

A VISÃO PREPARATÓRIA DO CAPÍTULO 10 – O HOMEM VESTIDO DE LINHO

Este capítulo é uma preparação para a profecia propriamente dita, no próximo capítulo, tendo a conclusão no capítulo doze. Assim uma divisão natural do texto deveria ser: A preparação para a visão, de 10.1 a 11.1; a profecia

dos reis futuros até o Anticristo, de 11.2 a 11.45; e uma conclusão, com os últimos acontecimentos do fim e o tempo do Milênio, no capítulo 12.

Os primeiros versos de Daniel 10 são extremamente difíceis de interpretar, mas as informações contidas nele são grandemente edificantes do ponto de vista do relacionamento do Senhor com este homem de Deus, observado pelas atitudes do anjo para com Daniel. O texto do capítulo 10 pode ser dividido em três partes naturais pelo seu conteúdo. Na primeira parte, temos a porção mais difícil de interpretar, a saber, essa palavra revelada a Daniel mencionada no verso primeiro. Muitos não dão atenção a isto por entenderem que seria um relato resumido do que será descrito no capítulo seguinte, ou por acharem irrelevante o conteúdo de tal revelação. De certa forma, as revelações estavam ligadas; “... era verdadeira e envolvia grande conflito; ele entendeu a palavra, e teve a inteligência da visão”. A palavra certamente era sobre o povo de Israel ao voltar para Jerusalém e suas invasões, até ser restaurado por Deus no final dos tempos. Isto porque, após a revelação, Daniel se pôs a jejuar e ficou abatido por vinte e um dias.

Logo após o seu jejum, Daniel teve uma visão que lhe causou grande sofrimento, dor e perda de suas forças. A data que ele fornece é importante para um entendimento do momento em que ele recebe estas visões seguidas. O primeiro mês, que é Nisan, iniciava com a festa da lua nova nos dois primeiros dias (1 Samuel 20.18, 19, 34). Quando Daniel recebe a palavra especificada no verso primeiro, ele começa o jejum por 21 dias. Isto implica na inclusão do tempo da páscoa, no 14º dia, e da festa dos pães asmos. No vigésimo quarto dia, ele teve a visão descrita nos versos 5 e 6. A identidade do homem visto aqui por Daniel tem sido objeto de muitas páginas. Alguns pensam ser Gabriel, porque o homem foi enviado para dar entendimento a Daniel das coisas do futuro, tal como Gabriel fizera nos capítulos 8 e 9. Outros, que é o Anjo do Senhor numa teofania, (aparição da segunda pessoa da trindade no Velho Testamento, antes da encarnação), por causa da descrição no verso 6 com semelhanças com a de Apocalipse 1. Notar que assim como há semelhanças, há diferenças que não são levadas em consideração; também é difícil pensar que Deus pediria a ajuda de Miguel, um anjo, por não conseguir derrotar um demônio (v. 13). Portanto, não é Gabriel e nem o Anjo do Senhor e sim um anjo glorioso e poderoso nos moldes de Miguel, que fora ajudado aqui, mas que também ajudou Miguel anteriormente no capítulo 9, como mencionado nos versos 10.21-11.1: “Mas eu te declarei o que está na escritura da verdade; e ninguém há que esteja ao meu lado contra aqueles, a não ser Miguel, vosso príncipe. Mas eu, no primeiro ano de Dario, o

medo, me levantei para o fortalecer e animar” (ênfase do autor). Como na nossa divisão de capítulos (que não é inspirada), esta porção inicia um capítulo, parece ser a indicação do tempo em que Daniel recebeu a visão descrita em todo o capítulo 11. Mas, de fato, o verso 21 do capítulo 10 e o verso 1 do capítulo onze fazem parte do relato do anjo poderoso a Daniel, sobre algo ocorrido no passado, mas não relatado no livro.

Daniel perdeu as forças por causa da visão, seu rosto mudou de cor e se desfigurou, perdendo literalmente todas as forças; ouvia as palavras do anjo e caiu sem sentido. Sem dúvida, era muita informação para um homem só, mas Deus queria usá-lo para escrever a revelação.

Na segunda porção deste capítulo, encontramos o anjo glorioso falando com Daniel. As palavras deste anjo glorioso a Daniel são de grande importância para os nossos dias, porque muito se tem falado de batalha espiritual, a ponto de se chegar ao extremo de transferir aos demônios e anjos caídos a responsabilidade sobre as situações de crise vividas pelo crente, e que é só dele. As batalhas espirituais existem; Daniel participou de uma grande batalha espiritual. Contudo, a sua participação foi sem nenhuma consciência do fato e sem nenhuma interferência na parte que diz respeito aos anjos e demônios. O mesmo ocorre hoje. Somos parte de uma batalha espiritual, conforme o apóstolo Paulo nos ensina em Efésios 6.12, mas, tal como Daniel, precisamos somente ter ciência dela; temos nossa parte na luta contra o mal com a Palavra, como o fez Jesus no deserto, e os anjos têm sua participação num âmbito que não alcançamos ou interferimos.

O anjo diz para Daniel que, como da outra vez, a resposta veio no princípio das suas súplicas, mas que foi resistido por 21 dias pelo príncipe da Pérsia e conseguiu vencer com a ajuda de Miguel, o príncipe de Israel. Isto nos dá também uma informação inédita, que os governantes do mundo estão diretamente sob a influência do maligno. Satanás, por não ser onipresente, nem onipotente e nem onisciente, governa esse mundo como seu príncipe pelo auxílio dos seus anjos caídos no número de 1/3 de todos os anjos (Apocalipse 12.4).

Daniel, numa linguagem bastante melancólica, diz para o anjo que ele não podia ser usado naquele estado, sem forças nem fôlego e ainda com dores; Daniel foi fortalecido pelo anjo. Esta é uma parte especial do capítulo. Como foi que o anjo o fortaleceu? O anjo não o tocou com toque de poder. O abatimento físico de Daniel era resultado direto do desgosto de alma por causa do seu povo e das informações recebidas; Daniel precisava de paz! A paz do Senhor que excede todo entendimento, e foi isto que o anjo lhe deu. Acalmou seu coração,

encorajando-o: “Não temas, homem muito amado, paz seja contigo; sê forte, sê forte” (v. 19). Muitas vezes, na nossa caminhada encontramos pessoas abatidas, desfalecidas, sem esperança, crentes que estão desanimados com o que veem ao seu redor e no mundo, eles precisam de encorajamento, da força do Senhor e da paz do Senhor, que são encontradas somente na Palavra do Senhor.

Finalmente, o anjo consola Daniel revelando a ele a sua missão. Ele viera para declarar a Daniel o que estava na Escritura da verdade; reforçou a informação de que a Grécia seria o próximo governo mundial, e que ele e Miguel estavam encarregados de lutarem contra as forças do mal naqueles governos. O que tudo isto significa? Que o diabo, no seu plano de frustrar os planos de Deus, quer destruir Israel, o povo de Deus e estas foram as informações que Daniel recebeu que o abateram até deixá-lo sem forças e sem sentido. Mas tanto Miguel quanto ele, o anjo glorioso, juntos se animavam e fortaleciam mutuamente nesta missão para com o povo de Deus.

Apenas a título de reforço, o verso primeiro do capítulo onze faz parte da visão do capítulo 10 e não é uma visão distinta, fora de ordem, como alguns interpretam. A menção ao primeiro ano de Dario se refere ao fortalecimento do anjo glorioso para Miguel por ocasião da profecia das Setenta Semanas. Este fato não é descrito ali no capítulo 9, sendo aqui a única menção. O capítulo onze começa realmente no verso 2 com as informações do anjo sobre os reis futuros.

A VISÃO DA SUCESSÃO DOS REIS PERSAS E GREGOS – CAPÍTULO 11 – O ANTICRISTO

Este é sem dúvida um capítulo ímpar em toda a Escritura profética, tendo um estilo totalmente próprio. Normalmente as profecias, mesmo com toda exatidão por virem de um Deus que tudo sabe, não usam de detalhes nem tão pouco cobrem períodos longos da história. A profecia deste capítulo é tão importante que tem um capítulo inteiro de preparação para o seu conteúdo, apesar desta ser a porção menos conhecida de todo o livro de Daniel. Esta parte foi colocada aqui, mesmo sendo extensa e para muitos sem valor, pela quantidade de informações históricas, com o objetivo de demonstrar a clareza da profecia de Daniel e despertar definitivamente o crente a buscar entender as profecias que estão nas Escrituras por serem cumpridas. É um trecho que me fascina e me motiva a continuar estudando este assunto.

É a quarta e última revelação de Daniel e abrange a mesma história do capítulo 8 – os reinos Medo-Persa, Grego e a Tribulação futura. A linguagem

não é simbólica (animais) e sim em palavras que narram os principais fatos de cada governante do norte, os Antíocos e Seleucos, e do sul, os Ptolomeus. O capítulo todo está dividido em quatro partes distintas: a) O futuro próximo até a divisão do império de Alexandre (vv. 2 - 4); b) A história dos reinos do norte e do sul até Antíoco Epifânio (vv. 5 - 20); c) A história do tempo de Antíoco Epifânio (vv. 21 - 35); e d) A narrativa do tempo do Anticristo (vv. 36 - 45).

A.O Futuro Próximo Até a Divisão do Império de Alexandre (vv. 2 a 4).

As informações deste período da história futura próxima são sucintas e servem apenas como ponte para chegar ao tempo do reino Grego dividido, focalizando os reis da Síria e do Egito. Cobre um período de cerca de 200 anos, de Ciro 539 a.C. a Alexandre, o Grande, 323 a.C. “Agora eu te declararei a verdade: ... ainda três reis se levantarão na Pérsia, e o quarto será cumulado de grandes riquezas...” (v. 2). Sendo que Daniel está no terceiro ano de Ciro (539 a 529 a.C.), os três reis seriam: Cambises (529 a 522); Smerdis (522 a 521) e Dario Hystaspes (521 a 486). O quarto tem de ser Xerxes, que é também o Assuero, de Ester, que começou a reinar em 486 a.C. e reinou até 465 a.C. sobre 127 províncias. A descrição no livro de Ester combina com as riquezas aqui mencionadas e também seu poderio descrito no banquete de 180 dias (Ester 1). Ele empreendeu uma batalha contra a Grécia, mas foi derrotado.

“ Depois se levantará um rei, poderoso, que reinará com grande domínio e fará o que lhe aprouver” (v. 3). É Alexandre, o Grande, (336 a 323 a.C.); ele conquistou toda a Pérsia para a Grécia (cf. Daniel 8.5-8). Alexandre mantinha seu exército debaixo do seu controle em milhares de quilômetros de viagens, dominando o mundo de então. “Mas, no auge, o seu reino será quebrado, e repartido para os quatro ventos do céu; mas não para a sua posteridade, nem tão pouco segundo o poder com que reinou... passará a outros fora dos seus descendentes” (v. 4). A sua morte foi inesperada, quando pegou a febre e morreu na Babilônia aos 32 anos; jamais voltou à Grécia. Ele tinha três sucessores ao trono: um meio irmão, Filipe, deficiente mental; um filho, Alexandre, nascido de Roxana depois de sua morte; e um filho ilegítimo, Hércules, de Barsine, filha de Dario.

Filipe foi assassinado em 317 a.C.; Alexandre, assassinado em 310 a.C; e Hércules, assassinado em 309 a.C; desta forma, não restou sucessor legítimo para Alexandre. Então, terminando suas conquistas, seu reino foi dividido entre seus generais, Lisímaco, Cassandro, Ptolomeu e Seleuco, levando alguns anos para ser consolidado em quatro divisões.

B.A história dos reinos do norte e do sul até Antíoco Epifânio (vv. 5 – 20).

Das quatro divisões do império de Alexandre, o anjo fala somente de duas: Egito e Síria, entre os quais localiza-se Israel. Na sucessão dos reis da Síria viria Antíoco Epifânio, o chifre pequeno do capítulo oito, o qual é um tipo do Anticristo, que por sua vez é o chifre pequeno de capítulo sete, como já visto anteriormente. “O rei do sul será forte, como também um de seus príncipes; este será mais forte do que ele, e reinará e será grande o seu domínio” (v. 5). “O rei do sul será forte...” é Soter, um general de Alexandre que, posto nesta posição em 323, se proclamou rei em 304 e reinou até 283 a.C. “Um dos seus príncipes... será mais forte...”, é Seleuco Nicator, nomeado sátrapa sobre a Babilônia em 321 a.C.; este fugiu para o Egito onde ficou até 312 a.C., quando o outro pretendente foi derrotado em Gaza. Então, Nicator voltou para a Babilônia. “... será grande o seu domínio...” Nicator consolidou o território de Babilônia, Síria e Média sob o seu controle, tornando-se assim mais forte do que Sóter do Egito.

“ Mas ao cabo de anos, eles se aliarão um com o outro; a filha do rei do Sul casará com o rei do Norte, para estabelecer a concórdia ... ele não permanecerá, nem o seu braço, porque ela será entregue, e bem assim os que a trouxeram, e seu pai, e o que a tomou por sua naqueles tempos” (v. 6). A história revela que o Egito e a Síria fizeram uma aliança em cerca de 250 a.C., quase trinta anos após a morte de Ptolomeu (283 a.C.) e Seleuco (281 a.C.). Esta aliança se deu após várias disputas de território entre ambos. Ptolomeu II – Filadelfos do Egito tinha uma filha, Berenice que se casou com Antíoco II

– Téos; um casamento de conveniência para garantir a aliança. O pai de Berenice, Ptolomeu II, morreu dois anos após o casamento, permitindo dessa forma a Antíoco II voltar para sua primeira mulher Laodice, afastando-se assim de Berenice, removendo a força do braço dela. Laodice, a primeira mulher desconfiava e o envenenou; matou também a Berenice e proclamou rei o seu filho Seleuco II – Calinicius. Laodice matou também os que atenderam a Berenice e o filho infante de Berenice.

“ Mas de um renovo da linhagem dela um se levantará em seu lugar, e avançará contra o exército do rei do Norte e entrará na sua fortaleza, agirá contra eles, e prevalecerá. Também aos seus deuses com a multidão de suas imagens fundidas, com os seus objetos preciosos de prata e ouro, levará como despojo para o Egito; por alguns anos ele deixará em paz o rei do Norte.” (vv. 7, 8). Berenice tinha um irmão que se tornou o sucessor do pai; Ptolomeu III Euvergetes (246 a 221 a.C.). Euvergetes queria se vingar dos eventos na Síria,

mas chegou tarde demais para salvar sua irmã. Conseguiu a morte de Laodice, que havia matado sua irmã, e continuou suas conquistas até o Rio Tigre. Ptolomeu fez o que bem queria quase sem oposição, enquanto o rei Seleuco II Calinicius fugiu para a Ásia Menor. Quem levava os objetos religiosos humilhava de vez o inimigo. Jerônimo disse que ele voltou com 40.000 talentos de prata e 2.500 vasos preciosos; foi por isso que recebeu o nome de “Euvergetes”, o Benfeitor. Euvergetes não perdeu nenhuma batalha contra a Síria.

“ Mas depois este avançará contra o rei do Sul, e tornará para sua terra. Os seus filhos farão guerra, e reunirão numerosas forças; um deles virá apressadamente, arrasará tudo e passará adiante; e, voltando à guerra, a levará até a fortaleza do rei do Sul” (vv. 9, 10). Seleuco II Calinicius de fato conseguiu retornar ao reinado da Síria, depois da volta de Euvergetes para o Egito. Seleuco não foi bem sucedido e voltou para seu palácio; seu filho mais velho tornou-se Seleuco III Ceraunus (227-223 a.C.) e foi morto numa campanha na Ásia menor, depois de poucos anos. O filho mais novo, depois da morte do irmão mais velho, tornou-se Antíoco, o Grande (223-187 a.C.), com apenas 18 anos. Ambos quiseram restaurar o prestígio perdido pelo pai. Antíoco, o Grande, atacou o Egito e certamente é ele visto aqui. Antíoco derrotou o Egito, em 219 a.C. (depois de uma tentativa fracassada), que até o momento dominava da Palestina até Antioquia, na Síria.

“ Então este se exasperará, sairá e pelejará contra ele, contra o rei do Norte; este porá em campo grande multidão, mas a sua multidão será entregue nas mãos daquele. A multidão será levada, e o coração dele se exaltará; ele derrubará miríades, porém não prevalecerá” (vv. 11, 12). Tem de ser Ptolomeu IV Filópator (221-204 a.C.), filho de Euvergetes; um homem de vida luxuosa, orientado por ministros sem escrúpulos e que normalmente não era homem de guerra. Mas perturbado pelo pouco sucesso de seu exército, na campanha de 219, e para garantir um resultado melhor, em 217 a.C., Ptolomeu atacou com 72.000 soldados, 5.000 cavaleiros e 73 elefantes; Antíoco chegou com 75.000 soldados, 6.000 cavaleiros e 102 elefantes, mas foi derrotado. Ptolomeu venceu, matando 10.000 soldados, 300 cavaleiros e 50 elefantes, além de levar 4.000 presos. E, em vez de consolidar sua vitória, preferiu voltar para seu palácio e sua vida luxuosa.

Todo o texto do verso 13 até o verso 19 trata-se ainda de Antíoco, o Grande, que não revidou imediatamente, mas expandia seu reino; primeiro ao norte e depois até a Índia. Em 203 a.C., Ptolomeu Filopáter e sua esposa morreram no

Egito; seu filho Ptolomeu V Epifanio, de apenas cinco anos, foi nomeado rei (204 a 180 a.C.); a hora era madura para sua vingança.

“ Naqueles tempos se levantarão muitos contra o rei do Sul; também os dados à violência dentre o teu povo se levantarão para cumprirem a profecia, mas cairão. O rei do Norte virá, levantará baluartes, e tomará cidades fortificadas; os braços do Sul não poderão resistir, nem o seu povo escolhido, pois não haverá força para resistir. O que, pois, vier contra ele, fará o que bem quiser, e ninguém poderá resistir a ele; estará na terra gloriosa, e tudo estará em suas mãos” (vv. 14-16). Antíoco não lutou sozinho desta vez, juntou-se com Filipe V, da Macedônia, para dividir o espólio. A profecia prevê que os judeus iam juntar forças contra o Egito, que dominou seu país desde o tempo de Alexandre, o Grande, salvo a breve história de Antíoco, 14 anos antes. Josefo indica que os judeus receberam Antíoco em Jerusalém, fornecendo seu exército e mantimentos, julgando que o futuro seria melhor com a Síria, mas a paz não veio a Jerusalém. O verso 14 é na verdade um parêntesis; o assunto retorna nos versos 15 e 16, pois a história mostra que Antíoco foi bem sucedido de 203 até 199 a.C., dominando praticamente toda a Palestina. Em 198 a.C. Antíoco conquistou a cidade de Sidon por meio de baluartes (máquinas de guerra) e findou o domínio dos Ptolomeus na Palestina. A realidade da Palestina era triste porque em todas as campanhas entre o Norte e o Sul ela era atingida e, mesmo na vitória de um ou de outro, sofria os efeitos da guerra na sua terra.

“ Resolverá vir com a força de todo o seu reino, e entrará em acordo com ele, e lhe dará uma jovem em casamento, para destruir o seu reino; isto, porém, não vingará, nem será para a sua vantagem” (v. 17). “Resolverá vir”, significa que determinou propositadamente, para dominar de vez o Egito. Antíoco não invadiu o Egito, então a expressão “com a força de todo o seu reino” tem de ser entendida como o poder de negociar por ter uma posição forte. Haveria uma aliança entre os dois: Antíoco deu sua filha, Cleópatra, a Ptolomeu em casamento, e Ptolomeu Epifânio concordou. Isto foi em 197 a.C, mas o casamento só se realizou em 193 a. C., pois Ptolomeu V Epifanio só tinha 10 anos nesta ocasião. Antíoco procurou ganhar a confiança de Ptolomeu desta maneira, pois já tinha planos para conquistar Roma e não quis ser perturbado na sua fronteira no sul. Além de garantir a fronteira do Sul com a estratégia, Antíoco esperava que sua filha anexasse o Egito ao seu domínio sem o recurso da guerra. O que não aconteceu, pois sua filha o traiu; não apenas não conseguiu seus fins com o Egito, como de fato o Egito juntou-se com os Romanos contra Antíoco.

“ Depois se voltará para as terras do mar, e tomará muitas; mas um príncipe fará cessar-lhe o opróbrio, e ainda fará recair este opróbrio sobre aquele. Então voltará para as fortalezas da sua própria terra; mas tropeçará e cairá, e não será achado” (vv. 18, 19). Antíoco foi bem sucedido nas suas atividades, indo para os lados da Ásia menor; em 198 a.C. conquistou partes do reino de Pérgamo e, no ano 196 a.C., conquistou a Trácia. Esta invasão levou-o a ter problemas com Roma, que exigia a retirada de Antíoco da Europa, o que este se recusou a fazê-lo. Para piorar a situação, Antíoco acolhe Aníbal, inimigo de Roma, na sua corte, e a quem se juntou para invadir a Grécia. Mas um general de Roma, chamado Lucius Cornélius Scipio, foi mandado pelos Romanos para acabar com a vitória de Antíoco na Grécia. Em 191 a.C., Antíoco foi expulso de Termópolis, na Grécia; Em 190 a.C., Antíoco foi expulso de Lídia, da Ásia menor, e, em 188 a.C., pela aliança de paz de Apameia teve de abandonar toda Ásia menor, deixando-a para os romanos. Assim os romanos devolveram-lhe o opróbrio e Antíoco, diante das derrotas, teve de voltar para a Síria. Antíoco foi assassinado em 187 a.C., num templo de Baal, onde se tinha dirigido para tentar conseguir parte do dinheiro que tinha de pagar aos romanos; todos os seus planos grandiosos falharam.

“ Levantar-se-á, depois, em lugar dele, um que fará passar um exator pela terra mais gloriosa do seu reino; mas em poucos dias será destruído, e isto sem ira nem batalha” (v. 20). Este é Seleuco IV Filopátor, 187-176 a.C., filho e sucessor de Antíoco, o Grande. Veja bem, o reino não era pequeno; tinha Síria, Palestina, Mesopotâmia, Babilônia e o Medo-Persa. Ele herdou a tesouraria exaurida e tinha de pagar tributo aos romanos. Heliodorus era o primeiro ministro de Filopátor, e fiscal de impostos; foi até a terra gloriosa, a Palestina, para confiscar os fundos da tesouraria do templo (cf. II Macabeus 3), mas não foi bem sucedido. Filopátor morreu em 176 a.C., depois de reinar somente 11 anos, o que era realmente pouco à luz dos 37 anos do reinado de seu pai. A sua morte é um mistério, mas provavelmente foi assassinado, pois seus filhos foram levados cativos a Roma e seu primeiro ministro, Heliodorus, evidentemente foi o executor e se declarou rei.

C.A história do tempo de Antíoco Epifânio (vv. 21 – 35)

O anjo passa a falar agora de Antíoco IV Epifânio que reinou de 175 a 164 a.C.; é o pequeno chifre do capítulo 8, o tipo do Anticristo. Foi o sucessor de Antíoco, o Grande, e era irmão mais novo de Seleuco IV Filopátor. Os outros reis, cujas histórias já foram apresentadas, não são muito importantes em si, mas

a história coletiva deles nos mostra o vai-e-vem das guerras que assaltaram a terra de Israel. Embora tenha sido mencionado no capítulo 8, há a necessidade de se apresentar mais informações sobre ele e suas atitudes para com o povo de Israel, especialmente por ser o tipo do Anticristo.

“Depois se levantará em seu lugar um homem vil, ao qual não tinham dado a dignidade real; mas ele virá caladamente, e tomará o reino com intrigas” (v. 21). Desde o início, Antíoco Epifânio é apresentado como desprezível; ele se chamou Epifanes, (transliterado) “ilustre”, e seu apelido dado por outros era Epinames, “o alienado”. Antíoco Epifânio não herdou o trono e sim sequestrou o mesmo, pois o trono pertencia a Demetrius Soter, o sobrinho de Antíoco Epifânio, mas Demétrius era um refém em Roma. Antíoco Epifânio estava em Atenas quando seu irmão mais velho foi assassinado por Heliodorus; quando soube, foi direto para Antioquia da Síria e se proclamou rei. Antíoco Epifânio ganhou apoio de Eumenes, rei de Pérgamo, por meio de lisonjas; fez o mesmo com outros, da Síria, e tornou-se rei com o acordo do Senado Romano.

“As forças inundantes serão arrasadas de diante dele; serão quebrantadas como também o príncipe da aliança. Apesar da aliança com ele, usará de engano; subirá e se tornará forte com pouca gente” (vv. 22, 23). Os exércitos esmagadores seriam por sua vez esmagados por ele, especialmente o Egito (cf. v. 25ss). Esta parte é de difícil interpretação, mas uma possibilidade é a aliança entre os pais de Antíoco Epifânio e Ptolomeu Filometor, mantida pelo sumo sacerdote em Jerusalém, Onias III. Este foi assassinado logo no início do reinado de Antíoco Epifânio (no quarto ano, 171 a.C.), executado pelo seu próprio irmão (de Onias), Menelau (cf. 8.24). A questão era com o Egito, pois quando Antíoco estava fraco ofereceu amizade e depois de se tornar forte, renunciou a esta amizade; Antíoco, o Grande, pai de Antíoco Epifânio, ofereceu a Síria e a Palestina ao Egito como dote para Cleópatra, quando esta casou-se com Ptolomeu Epifânio. Certamente, Antíoco Epifânio reiterou esta promessa quando foi empossado. Sabemos que no ano 170 a.C. retirou sua promessa e invadiu os territórios em preparação para atacar o próprio Egito.

“Virá também caladamente aos lugares férteis da província, e fará o que nunca fizeram seus pais, nem os pais de seus pais; repartirá entre eles a presa, os despojos e os bens; maquinará os seus projetos contra as fortalezas, mas por certo tempo” (v. 24). O engano foi sempre o *modus operandis* dele; sem aviso prévio veio aos lugares frutíferos e apropriou-se do produto, repartindo o mesmo com os pobres, cultivando desta maneira favor para si. As fortalezas aqui mencionadas podem ser as fortalezas do seu próprio reino, para diminuir as

possibilidades de rebeliões contra seu reinado. Mas isto durou certo tempo, apenas o tempo permitido por Deus; Ântioco Epifânio morreu inesperadamente depois de 12 anos.

“Suscitará a sua força e o seu ânimo contra o rei do Sul à frente de grande exército; o rei do Sul sairá à batalha com grande e mui poderoso exército, mas não prevalecerá, porque maquirarão projetos contra ele” (v. 25). Seu próprio reino estava seguro, mas quis explorar o exterior e investiu contra o Egito, contra Ptolomeu Filometor, (181-145 a.C.), um dos dois filhos de Cleópatra, seu próprio sobrinho. Ptolomeu desconfiou que Antíoco Epifânio não fosse cumprir sua “aliança” (promessa) e lançou sua campanha para dominar o território. Decidiu demonstrar seu poder e marchou com grande exército para uma batalha que se deu em Pelusim, perto do delta do Nilo. Observe que Antíoco Epifânio conseguiu chegar até a própria fronteira do Egito! O Egito estava com a maior força, mas Antíoco foi derrotado pela decepção do seu próprio exército e preso por seu sobrinho.

“Os que comerem os seus manjares o destruirão, e o exército dele será arrasado, e muitos cairão traspassados. Também estes dois reis se empenham em fazer o mal, e a uma só mesa falarão mentiras; porém isso não prosperará, porque o fim virá no tempo determinado” (vv. 26, 27). O versículo se refere aos próprios conselheiros de Ptolomeu. Seu exército foi arrasado e até o próprio Ptolomeu foi cativo. Antíoco Epifânio pretendeu ser seu grande amigo, pois eram parentes. Algo necessário, pois na ausência de Antíoco Epifânio, que estava na batalha contra o Egito, o irmão de Ptolomeu, Ptolomeu VII Euvergetes, foi empossado pelos de Alexandria. Para agora avançar contra o novo rei, Antíoco Epifânio fingiu sua amizade com Ptolomeu Euvergetes. Os dois na mesa planejaram como juntos poderiam reconquistar o trono do Egito; Antíoco Epifânio fazendo promessas que não pretendia cumprir e Ptolomeu concordando, mas desconfiando de tudo. Decepcionar debaixo da própria mesa era considerado decepção das mais baixas. Antíoco Epifânio esperava conquistar todo Egito com a ajuda do sobrinho, mas certamente Ptolomeu Filometor tinha seus planos secretos e ocupava de novo seu trono. Antíoco Epifânio conseguiu uma boa vitória em Mênfis, mas seu ataque contra Alexandria não foi bem sucedido. Agora Ptolomeu Filometor foi instalado rei em Mênfis. Logo que Antíoco Epifânio saiu, Filometor fez uma aliança com seu irmão; foi consagrada pelo casamento de Filometor com sua irmã em comum com Euvergetes, chamada Cleópatra II, nome da mãe.

“Então tornará para a sua terra com grande riqueza; o seu coração será

contra a santa aliança, fará o que lhe aprouver, e tornará para a sua terra” (v. 28). Antíoco Epifânio voltou levando o espólio para não perder crédito com sua derrota (cf. I Macabeus 1.19). Na volta para a Síria, parou em Jerusalém. Menelau conseguiu ser o sacerdote por ter oferecido uma gorjeta maior que o outro para Antíoco Epifânio. Diante de uma rebelião do povo judeu contra a posse de Menelau, Antíoco Epifânio descontou nos judeus sua frustração e danificou bastante o templo (cf. I Macabeus 1.20-24); os judeus não podiam resistir a Antíoco Epifânio.

“ No tempo determinado tornará a avançar contra o Sul; mas não será nesta última vez como foi na primeira, porque virão contra ele os navios de Quitim, que lhe causarão tristeza; voltará, e se indignará contra a santa aliança, e fará o que lhe aprouver; e, tendo voltado, atenderá aos que tiverem desamparado a santa aliança” (vv. 29, 30) “No tempo determinado...” O tempo determinado por Deus; Antíoco Epifânio soube da aliança entre Ptolomeu Filometor com seu irmão em Alexandria; se sentindo traído, Antíoco Epifânio decidiu retornar ao Egito. Isto ocorreu em 168 a.C., dois anos depois da primeira batalha, que desta vez seria diferente, pois foi bem sucedido na primeira vez, mas seria derrotado na segunda. Navios de Quitim era um termo usado para indicar Chipre, as ilhas e Roma. As tropas dos romanos juntaram-se com o Egito quando Antíoco chegou perto de Alexandria. A história revela que ele realmente não entrou em combate porque um embaixador de Roma, Poplios Laenas, deu-lhe uma carta que o proibia de atacar Alexandria. Dizem que, quando Antíoco hesitou, o embaixador marcou um círculo em redor dele e disse que ele tinha de responder antes de deixar o círculo; em silêncio, tinha de concordar que não atacaria o Egito. A humilhação e a longa viagem do exército sem resultado algum deixou-o aborrecido. Isso o levou a cair sobre os judeus para pacificar sua ira. Com tão grande exército quem lhe podia resistir? Antíoco Epifânio procurou o apoio dos judeus que já tinham abandonado as observâncias da lei (chefiados naturalmente por Menelau, que conseguiu subornar Antíoco para receber a posição de sumo sacerdote); juntos, agora, podiam acabar de vez com a adoração praticada pelos judeus.

“ Dele sairão forças que profanarão o santuário, a fortaleza nossa, e tirarão o sacrifício costumeiro, estabelecendo a abominação desoladora. Aos violadores da aliança ele, com lisonjas, perverterá, mas o povo que conhece o seu Deus se tornará forte e ativo” (vv. 31, 32). Seus exércitos profanariam o santuário e a fortaleza. Poderia estar se referindo as tropas militares, mas provavelmente está se referindo ao próprio templo como a fortaleza da sua vida espiritual. Antíoco

Epifânio queria desenvolver entre os judeus os costumes religiosos dos gregos que havia aprendido em Atenas, antes de se tornar rei, (cf. Macabeus 1.41-50). Antíoco simplesmente proibiu os sacrifícios, declarando-os ilegais, sob a penalidade de morte. A abominação desoladora aqui é o mesmo de Daniel 9.27, podendo ter sido uma estátua de Júpiter no lugar do altar de bronze ou mesmo um altar substituto. Certamente um passo desolador, pois com tal objeto no templo nenhum fiel entraria. Ele perverteria aqueles duvidosos que ainda não haviam abandonado a Jeová, oferecendo prêmios para quem abandonasse a religião e o apoiasse (1 Macabeus 1.61,62).

“ Os entendidos entre o povo ensinarão a muitos; todavia cairão pela espada e pelo fogo, pelo cativo e pelo roubo, por algum tempo” (v. 33). Aqueles que conheciam as leis judaicas ajudariam outros a conhecerem-nas e observá-las. Esses fiéis teriam de pagar sua fidelidade com a sua vida; foi o caso de Matatias Macabeu, pai de cinco filhos, que recusou oferecer sacrifícios ilícitos; eles fugiram para as montanhas, o que deu início a uma ação militar do tipo guerrilha; tiveram certo sucesso por um pouco de tempo. Antíoco descobriu que os judeus não lutariam no sábado e os atacou nesse dia.

“ Ao caírem eles, serão ajudados com pequeno socorro; mas muitos se ajuntarão a eles com lisonjas. Alguns dos entendidos cairão para serem provados, purificados e embranquecidos, até ao tempo do fim, porque se dará ainda no tempo determinado” (vv. 34, 35). Os entendidos aqui pode ser uma referência nacional aos macabeus, que auxiliaram muitos, ou se referir a outros, desconhecidos por nós. De qualquer forma temos a informação histórica de que procuraram se juntar aos macabeus. “Até ao tempo do fim...” É uma referência dupla; para Antíoco Epifânio e o Anticristo. Os próximos versículos tratam do Anticristo. Há uma transição de uma época para outra, ambas estavam no futuro para Daniel. É uma expressão usada para indicar o fim dos tempos (v. 40; 12.4, 9). Não pode ser o fim de Antíoco, pois a purificação não terminou na época dele, mas a perseguição terminou em parte com ele que prefigura o Anticristo, a qual terminará somente no fim da 70ª semana do capítulo 9.

D.A narrativa do tempo do Anticristo (vv. 36 – 45).

A divisão entre os versos 35 e 36 é difícil, pois poderia ser argumentado que não há razão para mudar a personagem em questão, mais uma vez sendo feito para forçar uma posição escatológica. Contudo nos versos 36 a 39, Daniel dá características “deste rei”, características essas desnecessárias, visto que já havia dado anteriormente. Além do que, os fatos da vida do rei dos versos 40 a 45 não

correspondem aos de Antíoco Epifânio, mas cabem perfeitamente nas descrições dadas ao Anticristo, em outros trechos bíblicos. Acrescente-se ainda mais que no verso 40 esse rei é distinto do rei do Sul e do rei do Norte; Antíoco Epifânio era um rei do Norte e esse termo foi usado no verso 15 e na sucessão que chega a Antíoco, no verso 21. A forma de expressar “Este rei”, introduzida no verso 36, não foi usada nenhuma vez para Antíoco, em toda a narrativa sobre seu reinado dos versos 21 a 35.

O que temos aqui, novamente, é o que tem se repetido em cada profecia desde a do capítulo 2, em que há uma transição entre a história imediata futura e a história remota futura sobre a pessoa do Anticristo. Nas três visões anteriores de Daniel pudemos notar esse fato de forma consistente, determinando que haveria um intervalo de tempo entre o cumprimento das profecias em termos de tipo, de exemplificação em alguma personagem futura imediata e o seu cumprimento final e total na pessoa do Anticristo num futuro distante, sempre usando a expressão “no tempo do fim” ou no “fim dos dias”.

Então, toda esta narrativa se refere às atividades do Anticristo no futuro, quando agirá no mundo nos moldes de Antíoco Epifânio, tanto em relação às conquistas dos povos e nações que estão alistados nos versos 42 a 44, quanto contra o povo de Deus, onde fixará seu trono para reinar em Jerusalém.

A expressão “No tempo do fim” do verso 40 tem duplo sentido, significando tanto a época “no fim”, como o fim do seu reinado, porque estes versos finais descrevem suas campanhas militares em que tanto o reino do Norte quanto o reino do Sul se voltarão contra ele. Visto que entre estes dois reinos fica a Palestina, com Jerusalém como capital, é provável que o Anticristo, como fez Antíoco, estabeleça seu reino ali por ser um lugar estratégico.

“Os rumores do Norte” bem podem ser o cumprimento da profecia de Ezequiel 38 e 39, de Gogue e Magogue, que se dará no início da segunda metade da “semana”, dando início a Batalha do Armagedom, que será descrita em capítulo posterior. Esta invasão do Norte provavelmente será o motivo da quebra do pacto do Anticristo com Israel e “os rumores do oriente” podem significar um grande exército do oriente, marchando contra ele, e o rio Eufrates será seco (Apocalipse 16.12) para facilitar sua passagem, isto tudo descrito no Apocalipse 9.15-17.

“Mas chegará o seu fim. E não haverá quem o socorra” (v. 45). Nesse tempo, os olhos do povo de Deus serão abertos e “olharão para mim, a quem traspassaram; pranteá-lo-ão como quem pranteia por um primogênito, e chorarão por ele, como se chora amargamente pelo primogênito” (Zacarias 12.10); e na

sequência do texto profético de Zacarias temos: “Naquele dia estarão os seus pés sobre o Monte das Oliveiras, que está defronte de Jerusalém para o oriente; o Monte das Oliveiras será fendido pelo meio... e haverá um vale muito grande... O Senhor será rei sobre toda a terra; naquele dia um só será o Senhor, e um só será o seu nome” (Zacarias 14.4-9). O Senhor aparecerá e destruirá o Anticristo com a espada que sai da sua boca e o reino será do seu povo para todo o sempre.

A CONCLUSÃO DA PROFECIA – CAPÍTULO 12 – A RESSURREIÇÃO

Os primeiros três versos do capítulo 12 fazem parte da porção anterior e são uma espécie de resumo da Tribulação futura, com uma parte que não era novidade sobre a angústia e também que ela viria sobre o povo de Israel (Deuteronômio 4.30; Jeremias 30.7, etc.). A outra parte, nova, é que Miguel defenderia o povo e que naquele tempo seria salvo todo o que for achado inscrito no livro. O livro não era uma novidade porque ele já tinha sido mencionado por Moisés: “... perdoa-lhe o pecado, se não, risca-me, peço-te do livro que escreveste... disse o Senhor a Moisés: Riscarei do meu livro todo aquele que pecar contra mim” (Êxodo 32.32, 33). A ligação da Tribulação futura com o livro era uma informação nova, que Paulo nos fala em termos de remanescente, citando o profeta Isaías (Isaías 10.22,23) no contexto desta passagem de Êxodo.

O anjo, então, revela para Daniel que haveria uma ressurreição para a vida eterna e outra para vergonha e horror eterno, sem dar até aqui detalhes de tempo, o que ele fará na conclusão no verso 13. Conclui esta sessão no verso 3 (como que numa linguagem poética), aquilo que estava revelado nas profecias anteriores em cada visão e sonho, que os santos reinariam eternamente e que o seu reino jamais passaria a outro povo.

A VISÃO DE DANIEL DOS DOIS HOMENS – DANIEL 12.3-13 – O TEMPO DO MILÊNIO

O anjo dá a Daniel a ordem de encerrar as palavras e selar o livro para o tempo do fim. Ele antecipa que muitos o esquadrihariam, isto é, muitos esmiuçariam as revelações para poderem entender os detalhes revelados. Antecipa também que o conhecimento se multiplicaria, um termo mal interpretado por muitos, que entendem como se o anjo estivesse falando de

tecnologia, “ciência”, quando de fato se refere ao conhecimento. Neste momento, Daniel, ao olhar, vê em pé em ambas as margens do rio dois homens; Deus tinha mais algumas informações a serem reveladas a Daniel antes de encerrar.

A conversa entre aqueles três anjos era uma espécie de diálogo indutivo para que as informações fossem dadas a Daniel. O homem vestido de linho tem uma atitude que definitivamente o classifica como um ser criado e não uma aparição do Anjo do Senhor; essa discussão é feita anteriormente, quando da sua primeira aparição no capítulo 10. Ele jura, por Aquele que vive eternamente, que as maravilhas aconteceriam depois de 3 tempos e meio, o que quer dizer a metade da semana de Daniel 9.27. A destruição completa do poder do povo santo se dará quando o Anticristo quebrar o pacto com Israel e passar a persegui-los por todo o mundo, detalhado por Cristo em Mateus 24. O povo de Deus passaria por tempos de tribulação inigualável e sem precedentes.

Daniel não entendeu o significado, porque se referia à destruição do seu próprio povo. Ao mesmo tempo em que falava de restauração, Deus reforçava com informações de maior crueldade, martírio e perversão que pareciam ficar impunes. Mas a resposta de Deus era de definir um tempo, para consolo final de Daniel. Então, o anjo volta ao ponto de Daniel 8.11 e 11.31, sobre a abominação desoladora e a retirada do sacrifício costumado, mas com a ênfase de 12.9: “... seladas até ao tempo do fim”, para enfatizar que não estava falando mais de Antíoco e sim do Anticristo. O anjo dá mais duas informações quanto ao tempo: “Depois do tempo em que o costumado sacrifício for tirado e posta a abominação desoladora, haverá ainda mil duzentos e noventa dias. Bem aventurado o que espera e chega até mil trezentos e trinta dias” (vv. 11, 12). Desde que a grande Tribulação descrita em Daniel 9.27 é de três anos e meio, ou 1260 dias, os 1290 dias ditos pelo anjo ultrapassam 30 dias, nos quais deverá acontecer o julgamento das nações, descrito em Mateus 25 (a ser analisado em capítulo próprio). Qual é a bem aventurança do povo de Israel prometida em todo o Velho Testamento? É o reino do Messias que será instalado quando Jesus voltar pela segunda vez. Então, 1335 dias correspondem ao tempo exato do Milênio, a bem aventurança do povo de Israel. Isto implica em haver um espaço de 75 dias entre o fim da Tribulação e o início do Milênio, quando acontecerá o julgamento das nações (1 Coríntios 6.2), a preparação para o Milênio, e a instauração do governo de Cristo e seus governantes, que veremos com detalhes no capítulo do Milênio.

O livro de Daniel é encerrado quando o profeta recebe de Deus a revelação

de que ressuscitaria no fim dos dias, para receber sua herança, o Milênio. Isto coloca a ressurreição dos santos do Velho Testamento após o término da última semana de Daniel 9. O termo “te levantarás” é o mesmo de “ressuscitar”. Este era o grande consolo de Deus àquele que tinha sido seu instrumento para trazer estas revelações ao mundo, num ministério de cerca de 70 anos. Que esta exposição possa nos motivar a viver uma vida de santidade, “sem a qual ninguém verá o Senhor” (Hebreus 12.14).

Parte II

A Escatologia

CAPITULO OITO

A ESCATOLOGIA NO NOVO TESTAMENTO

Escatologia é um assunto abordado por todos os escritores do Novo Testamento e aparece em quase todos os livros; é impossível falar das coisas espirituais sem incluir o futuro, seja na promessa da vida eterna, seja no julgamento que haverá ou no seu tema maior, a volta do Senhor Jesus Cristo, nos ares. Jesus não ensinava a Escatologia, Ele vivia a Escatologia, uma vez que a sua vinda era a Escatologia do Velho Testamento; Ele era o Messias prometido pelos profetas, pré-anunciado a Adão no jardim, promessa aguardada pelos patriarcas e tão sonhada pelo povo de Israel.

A Escatologia não se trata de uma doutrina específica, sequer das coisas do futuro ou do Apocalipse. A Escatologia é o estudo das últimas coisas concernentes a volta do Senhor Jesus, e desse estudo surgem divergências dentro do cristianismo. A questão da interpretação já foi abordada na introdução desta obra, deixando claro o método utilizado e as convicções deste autor. Nesta parte introdutória da Escatologia do Novo Testamento, apenas por uma questão ética, quero abordar as diversas posições e tendências que existem, sem a pretensão de exaurir o assunto, e somente descrever em linhas gerais suas definições, principais passagens utilizadas e alguns expoentes, sem contudo entrar no campo da crítica, pelo fato deste trabalho ser desenvolvido dentro de uma premissa pré-estabelecida e definida.

A descrição será de forma simples, a título informativo. O leitor, se assim o desejar, poderá aprofundar-se através de obras que tenham tais premissas. O objetivo é beneficiar o leitor, principalmente aqueles que não conhecem o assunto mais detalhadamente, e aqueles que, por uma razão ou outra, concordam com a posição aqui defendida, evitando o pensamento simplista de que tudo seja assim tão unânime. Por outro lado, é meu desejo alertar também não ser minha pretensão nem objetivo refutar os demais pontos de vista, embora nas explanações dos diversos assuntos da Escatologia sejam realçados aqui e acolá os pensamentos contrários. A linha que tem sido seguida é a de uma interpretação histórico gramático literal das Escrituras, onde as conclusões são tiradas dos textos que são analisados, e de uma exposição exegética das passagens, sempre que necessário, como já visto na exposição de Daniel no capítulo anterior.

As posições escatológicas, por assim dizer, estão divididas em dois assuntos maiores dos quais dois assuntos menores são derivados e consequentes. Os dois assuntos maiores são: O Arrebatamento da Igreja em relação à Tribulação e o Milênio. O primeiro assunto, o Arrebatamento, pode ser aceito como: Parcial; Mid-tribulacional; Pós-tribulacional ou Pré-tribulacional, onde a grande questão que as define é, se a Igreja passará ou não pela Tribulação, e, se a Tribulação é um período específico de tempo ou não. Quanto ao Milênio, a questão se divide em: se a volta do Senhor Jesus Cristo será antes do Milênio, um período literal de mil anos; ou, se realmente não haverá esse período específico, tendo como convicção de que o Milênio é simplesmente o período compreendido entre as duas vindas de Cristo, a primeira, e a segunda, no futuro.

Há um grupo que será mencionado (e é quase extinto por assim dizer), dos pós-Milenistas, que acreditavam que Cristo viria após o Milênio somente para julgar a humanidade e estabelecer novos céus e nova terra.

O autor não se sente confortável com essa questão de diversas posições, uma vez que a origem das informações é uma só, a Bíblia, e a questão real são hermenêuticas e exegéticas e não temática, isto é, as divergências não giram em torno dos acontecimentos futuros na sua verdade; se haverá um Arrebatamento ou não; se Cristo vai de fato voltar; se haverá julgamento; se há um céu para os salvos e um inferno para os perdidos na eternidade; se a terra será destruída com fogo; se haverá ou não ressurreição, como era a questão nos dias de Jesus, entre os judeus. A questão é hermenêutica e exegética porque tem como base a interpretação das Escrituras. Se a interpretação da profecia for feita pelo método alegórico e espiritualizante, as conclusões serão inevitavelmente de um Arrebatamento pós-tribulacional, visto que a Tribulação é apenas uma intensificação do que há a todo instante na vida do crente. O Milênio passa a ser apenas um número simbólico de um espaço longo de tempo entre as duas vindas. Por outro lado, se a interpretação for literal, o pré-milenismo e o pré-tribulacionismo serão as convicções, sem discussão alguma. O ponto de disputa, então, é em relação a qual o melhor método, ou o método adequado de se interpretar a profecia, o que cada grupo sabe defender muito bem. Por isso, o desconforto não impede o autor de respeitar os autores e teólogos das posições divergentes e o fato de citá-los e refutar suas interpretações será sempre em torno de informações verazes e fiéis aos fatos, acrescido de grande respeito.

QUANTO AO ARREBATAMENTO

Quanto ao Arrebatamento, existem quatro grupos distintos, todos crendo nos relatos bíblicos quanto ao fato de ser o arrebatamento a bendita esperança do crente da Igreja. Todos creem que será conforme narrado nos escritos de Paulo, de forma rápida como um abrir e fechar de olhos e que haverá o som da trombeta. As divergências ocorrem em relação ao tempo em que ele vai ocorrer e também sobre quem vai realmente participar, no caso particular do primeiro grupo citado acima, os parcialistas. A lista abaixo não está organizada em ordem alguma, a não ser o pré-tribulacionismo, deixado por último por ser a posição do autor.

OS PARCIALISTAS

A posição parcial existe há mais ou menos 100 anos; seus expoentes Robert Govett e C. H. Lang, tomam passagens como 1 Tessalonicenses 5.1-11; Lucas 21.36; Tito 2.12,13, entre outras, para defender que somente aqueles que estiverem vigiando quando da vinda do Senhor Jesus é que serão arrebatados. O termo parcialista na realidade é uma dedução da convicção de que, os que não estiverem vigiando, ficarão para atravessar a Tribulação como disciplina pela vida sem vigilância, de forma que somente os fiéis serão arrebatados na 2ª vinda. Normalmente, os grupos pentecostais e avivados creem desta forma e seus desafios de vida cristã normalmente incluem esta ênfase, como motivação para os crentes terem vidas consagradas e santificadas.

Desta forma, não se preocupam com o aspecto escatológico de tempo do Arrebatamento e sim quanto aos participantes, ou seja, os que estão aptos a serem arrebatados. Na prática, significa que os que não estiverem vivendo vidas consagradas não ouvirão a trombeta soar. Há conceitos não-unânicos entre eles de que durante a Tribulação aqueles que se santificarem serão arrebatados ou martirizados durante aquele tempo. Há também atitudes de simplicidade teológica de deitarem-se vestidos, para não serem pegos de surpresa por um Arrebatamento súbito, durante o sono da noite, não sendo isto parte da convicção de todo o parcialista, mas, como dito, é uma atitude de simplicidade teológica de alguns menos esclarecidos sobre as Escrituras. A base para os Arrebatamentos parciais durante a Tribulação são as passagens do Apocalipse 7.9, 14; 11.2; 12.5 e 16.15. Interpretam que a ressurreição, após o Milênio, no julgamento dos incrédulos, do Trono Branco de Apocalipse 20.12, 13, também será de crentes

que não participaram das ressurreições como recompensa por vigiarem, isto por causa do livro da vida citado ali.

Há quem cite o desaparecimento de pessoas no reavivamento na Coréia!

OS MID-TRIBULACIONISTAS

O mid-tribulacionismo é a posição mais recente de todas. Foi popularizada por Harrison, em 1941. “Harold John Ockenga num breve testemunho pessoal em *Christian Life* (“Vida Cristã”) (fev. de 1955) quando citou certas dificuldades com alguns aspectos da posição pré-tribulacionista tradicional, dentre elas, o aspecto secreto do Arrebatamento, o reavivamento a ser experimentado durante a Tribulação e a redução da importância da Igreja envolvida na escatologia dispensacionalista” (Rossi).

Eles mesmos não se denominam assim; o termo foi dado por aqueles que têm posições escatológicas diferentes, identificando-os pela sua convicção do Arrebatamento na metade da Tribulação.

A premissa, de qualquer forma, é pré-tribulacionista. Tomando como base Apocalipse 7.14; Mateus 24.21 e Daniel 9.27, os mid-tribulacionistas entendem a Tribulação como sendo tão somente nos 3 anos e meio restantes pelos quais a Igreja não passará. Na sua cronologia do Apocalipse, como de outros autores, entendem a sétima trombeta (Apocalipse 11.15) acontecendo exatamente no meio da Tribulação, associando-a à última trombeta, mencionada por Paulo em 1 Coríntios 15.52. Este sinal da trombeta atrairá a atenção das pessoas não-salvas e, quando estas perceberem que os cristãos desapareceram, virão para Cristo em números tão grandes que haverá um reavivamento em grande escala descrito em Apocalipse 7.9, 14 (Clouse); desta forma contraria o aspecto secreto do Arrebatamento da visão pré-tribulacionista.

OS PÓS-TRIBULACIONISTAS

O pós-tribulacionismo é uma posição tão antiga quanto o amilenismo e o pós-milenismo. Interpreta a profecia de forma figurada e alegórica e argumenta que o povo de Deus sempre viveu em angústia e Tribulação e que, no fim dos tempos, ela será intensificada, cumprindo o que está nas profecias. Seus defensores usam textos como João 16.33, Atos 14.22, e outros, para fundamentar sua posição e acreditam que a intensificação está estabelecida em Mateus 24.21, antes da Segunda Vinda de Cristo. Mas, como visto na introdução deste capítulo,

seu fundamento não está em informações tiradas de textos bíblicos escatológicos e sim na forma de interpretar os textos escatológicos. Muitos deles são literalistas quando se trata de todas as demais Escrituras, mas entendem que pela linguagem simbólica, a Escatologia deva ser interpretada figuradamente.

Dentre os seus conceitos básicos está a identificação da Igreja com Israel como sendo um só o povo de Deus mencionado na Bíblia. Interpretam a expressão “Israel de Deus” de Gálatas 6.16 como sendo um termo para a Igreja no Novo Testamento.

A questão levantada é: Como saber se as Escrituras nos textos escatológicos estão falando de Israel ou estão falando da Igreja? A maneira mais simples de ver, segundo eles, é que os “santos” citados nestas passagens se referem ao povo de Deus, tanto a Israel como à Igreja como sendo o “Israel de Deus” já mencionado. Alegam que os ensinamentos quanto ao Arrebatamento no Novo Testamento não são claros.

Segundo o pós-tribulacionismo, Cristo virá na “parusia” para arrebatá-los os santos e estabelecer o Milênio, tudo ao mesmo tempo. Argumentam que não há sentido para alguns avisos e recomendações nas Escrituras, se a Igreja não for passar pela Tribulação. Citam como exemplo Mateus 24.15-20, onde a ordem é fugir para as montanhas, quando do estabelecimento do abominável da desolação no lugar santo.

Mais uma vez fica evidente a questão hermenêutica porque, se entendermos que Israel e a Igreja formam um único povo, o texto de Mateus 24 ficaria sem valor, se a Igreja não fosse passar por aquele tempo. Por isso o tema “povo de Deus” é um dos fundamentos da posição. Mas a posição fica numa zona de conforto por não ter de defender seu ponto de vista sobre Israel e a Igreja. É uma premissa levantada como certa, como se fosse um postulado, porém não pode ser sustentada quando se parte para os textos do Velho Testamento e se requer um cumprimento literal das promessas feitas a Israel que não se cumpriram ainda. Onde está a prova de que as promessas feitas a Israel no Velho Testamento se cumprirão na Igreja no Novo Testamento?

Creem ainda que a ressurreição será uma só no final de tudo para crentes e incrédulos, usando como base o texto de Apocalipse 20.11-15, o Trono Branco. A presença do livro da vida certamente é o detalhe da visão que dá o fundamento para tal convicção.

Portanto, a Igreja passaria pela Tribulação, não havendo um motivo justificável para que ela fosse livre daquele período. O texto de Apocalipse 3.10, “... te guardarei da hora da provação que há de vir sobre o mundo inteiro...”,

usado pelos pré-tribulacionistas como um dos argumentos da Igreja não passar pela Tribulação, eles interpretam como um guardar “durante”, visto que a palavra grega pode ser ilustrada pela figura de um “forte”. Isto será tratado posteriormente na parte sob o tema “A Igreja Não Passará pela Tribulação”.

OS PRÉ-TRIBULACIONISTAS

Uma palavra importante neste momento é o esclarecimento de que a posição pré-tribulacionista não é necessariamente uma prerrogativa do dispensacionalismo, isto é, que ser pré-tribulacionista torna alguém dispensacionalista automaticamente. Posso ver as épocas da história que são defendidas pelo dispensacionalismo, mas não compartilho das definições e nomenclatura exatamente como são estabelecidas ali.

O meu receio é que um equívoco destes possa impedir a abertura dos olhos para ver e entender o significado das passagens escatológicas, simplesmente por rejeitar conceitos que provavelmente este autor mesmo rejeite. Minha motivação é deixar as Escrituras falarem por si, e que aquilo que Deus revelou seja desfrutado pelos seus servos e que o seu povo viva o que Deus planejou ao inspirar os escritores sagrados para os seus escritos. Quero lembrar ainda que esta parte da obra é algo que julgo necessário apenas por definição. Tente esquecer os rótulos e desfrutar do aroma e sabor do conteúdo!

Os pré-tribulacionistas entendem que a Tribulação é a 70ª Semana de Daniel 9.24-27. Conforme esta profecia, seriam 70 setes de anos (70 grupos de 7 anos = 490 anos), dos quais 69 Semanas, ou 483 anos, se cumpriram com a Entrada triunfal de Jesus em Jerusalém (Lucas 19), havendo um intervalo entre a 69ª e a 70ª Semanas. A premissa básica é a interpretação histórica gramático-litera das Escrituras, inclusive nas profecias, usando as figuras de linguagem. Os pré-tribulacionistas fazem uma distinção forte entre Israel e a Igreja com promessas distintas, cumprimentos distintos e posições distintas no reino milenar. Defendem por inúmeras passagens que, sendo a Tribulação a 70ª Semana de Daniel, profetizada para o povo de Daniel (Israel), a Igreja será arrebatada antes deste período começar. Daí origina-se o termo pré-tribulacionista que, ao contrário dos demais grupos, não foi dado pelos seus oponentes; é um termo que define a posição.

Baseiam-se no termo “IRA” usado no Velho Testamento (Jeremias 30.7) para se referir à Tribulação como um termo técnico teológico e que foi usado pelo apóstolo Paulo nas suas cartas, quando afirmou que a Igreja não fora instituída para tal tempo e seria livre dele (Romanos 5.9; 1 Tessalonicenses 1.10;

5.9).

Esta posição leva fortemente em consideração o aspecto da iminência proposta por Cristo em Mateus 24.36 e explanada por Paulo em 1 Tessalonicenses 5.1-11, que defende não haver sinais para o cumprimento da promessa do Arrebatamento. Paulo deixa claro, em 1 Tessalonicenses 4.13-18, que ele esperava acontecer o Arrebatamento ainda em seus dias. Argumenta ainda que, se a Igreja estiver na terra quando o Anticristo se manifestar, ela poderá saber de antemão quando Cristo voltará. Isso deixa sem sentido a afirmação de Jesus que diz que ninguém sabe quando será o dia da sua volta; nem mesmo Ele no estado de humilhação que se encontrava.

Os pré-tribulacionistas entendem que a Segunda Vinda de Cristo será em duas fases distintas: a primeira fase apenas para a Igreja, nos ares, e a segunda fase no Monte das Oliveiras, a “parousia”, palavra que significa “presença”. Os opositores ridicularizam esta posição, dizendo que os pré-tribulacionistas acreditam em três vindas... A argumentação completa sobre esta “acusação” será feita em tempo oportuno. Portanto, Arrebatamento seria a partida da Igreja para se encontrar com Cristo, nos ares, a fim de ser levada aos céus para ser julgada e voltar após a Tribulação para o estabelecimento do reino Milenar.

QUANTO AO MILÊNIO

São três os grupos que se dividem quanto ao Milênio. O primeiro a ser definido é um grupo que praticamente deixou de existir, após a segunda guerra mundial, por não conseguir sustentar sua premissa básica. Foi uma posição com muitos adeptos até então, que aderiram ao amilenismo pela afinidade de convicção e base de interpretação. Na questão do Milênio, o elemento hermenêutico fica bem evidente, porque as duas posições restantes são totalmente opostas quanto ao significado do Milênio, no aspecto do tempo compreendido, assim como nos aspectos de propósito e conteúdo.

O PÓS-MILENISMO

Os pós-milenistas são aqueles que creem que o reino de Deus está presentemente sendo estendido pelo mundo através da pregação do evangelho e da obra redentora do Espírito Santo nos corações dos indivíduos. O pós-milenismo afirma ainda que o mundo será eventualmente cristianizado e que o retorno de Cristo acontecerá ao fim de um longo período de justiça e paz comumente chamado MILÊNIO; a segunda vinda será imediatamente seguida por uma ressurreição geral, por um julgamento geral e pela introdução do céu e do inferno em toda sua plenitude. Interpretam as parábolas do grão de mostarda e do fermento, em Mateus 13, como sendo o evangelho. Na parábola do grão de mostarda, onde Cristo fez menção de ser a menor semente, mas que se tornaria uma grande árvore, os pós-milenistas associam a semente ao evangelho que abrangeria toda a terra. De igual forma, interpretam a parábola do fermento e acreditam que o mesmo efeito que o fermento provoca ao levedar a massa toda, o evangelho influenciaria o mundo ao ponto de transformar este mundo no ambiente descrito nas passagens escatológicas do Milênio. O interessante é que ao mesmo tempo em que interpretavam as parábolas de forma tão alegóricas, a interpretação do Milênio era na sua literalidade como um reino de paz e governado pelo povo de Deus.

Os teólogos que assim criam ganhavam força à medida que acontecia a reforma do século XVI, o desenvolvimento da Europa com a Revolução Francesa (século XVIII), os grandes reavivamentos do século XVIII e as grandes invenções do final do século XIX. Este tem sido um dos perigos da escatologia, buscar apoio nos acontecimentos para confirmar interpretações de textos e formular posições; devemos fugir de tais procedimentos. Tudo parecia correr

bem até que, em 1914, foi deflagrada a Primeira Grande Guerra Mundial, o que abalou os que criam numa melhora do mundo. Mas isto não foi suficiente para abatê-los de todo, o que certamente aconteceu ao se dar a Segunda Grande Guerra Mundial, em 1939. Os adeptos de tal posição, abandonando a premissa básica da influência do evangelho para um aperfeiçoamento do mundo até as condições do Milênio, aderiram ao amilenismo, devido as suas semelhanças na abordagem dos textos escatológicos.

O AMILENISMO

São aqueles que, com base numa hermenêutica espiritualizante e figurada, negam o conceito de um reino literal a ser estabelecido na terra, com a duração de 1000 anos literais. O Milênio é, portanto, o período compreendido entre a primeira e a Segunda Vinda de Cristo. Haverá um aumento da impiedade ao final da era da Igreja, seguido pela Segunda Vinda de Cristo, ressurreição e julgamentos gerais, novos céus e nova terra.

Orígenes, usando o método alegórico de interpretação, espiritualizou o reino futuro e entendeu-o como sendo a atual era da Igreja desde Adão. Este sistema inexistia até Orígenes; foi popularizado por Agostinho que, da mesma forma, espiritualizou o reino e entendeu-o como sendo o período de tempo entre a 1ª e a 2ª vinda de Cristo. Escritos dele dão a entender que Cristo voltaria no ano 1000.

Embora possamos ligar o amilenismo moderno a Orígenes e Agostinho, o termo amilenismo é relativamente recente como designação de uma posição escatológica.

Inclusive os amilenistas acusam o pré-milenismo de ser uma posição recente lançada pelos irmãos Darby, que de fato eram dispensacionalistas. A verdade é que as pessoas que tinham a posição amilenista eram conhecidas por “não-milenistas” com as convicções descritas acima; não eram em grande número, porque o pós-milenismo era mais popular, juntamente com o pré-milenismo.

O termo inexistia até a década de 30 do século passado, é o que mostra um artigo de Deventer sobre a história do amilenismo; dentre outras informações temos que “um panfleto de 1921, intitulado Nonmillennialism vs. Pre-Millennialism [Não-Milenismo vs. Pré-Milenismo], declara que os “pós-milenistas [estavam] rapidamente mudando para não-milenistas”, onde a posição não-milenista era certamente a doutrina que mais tarde seria chamada de amilenismo. Erickson escreveu que grande número de pós-milenistas mudaram suas posições para o amilenismo. (Chicago: The Bible Institute Colportage Association, 1921, p. 3)”.

A Wikipédia traz uma definição interessante porque, ao mesmo tempo em que define, aplica os conceitos básicos da hermenêutica do amilenismo. É certamente um exemplo do uso da interpretação figurada: “O amilenismo clássico crê num Milênio que se iniciou com a primeira Vinda de Cristo, representando o período do Evangelho, que segue entre a Ressurreição de Cristo e a Segunda Vinda de Cristo. Entende, assim, a primeira ressurreição de modo espiritual: se a segunda morte é a separação de Deus no lago de fogo, a primeira ressurreição é a união com Cristo até a ressurreição dos justos, para o juízo final. Logo, espiritualmente, os mortos em Cristo já estariam participando do Milênio no Paraíso, encontrados no Terceiro Céu, onde Deus habita. Durante esse período, Satanás estaria preso de modo não total, ficando inerte, mas teria seu poder limitado com a morte e ressurreição de Cristo, de modo que não poderia impedir o crescimento do evangelho... culminando com a Volta de Cristo e com o Juízo Final e único, iniciando a Eternidade”.

Os reformadores eram via de regra amilenistas, visto terem vindo da Igreja Católica que assim o era e é, desde Agostinho. Eles nunca se preocuparam em reformar a Escatologia, apenas a Soteriologia (Doutrina da Salvação)!

O PRÉ-MILENISMO

Os pré-milenistas são aqueles que, com base numa interpretação literal da profecia, creem que a Segunda Vinda de Cristo ocorrerá antes de um período literal de 1000 anos, no qual Cristo governará a terra pessoalmente de Jerusalém.

Embora os amilenistas afirmem ser o pré-milenismo uma posição recente, como visto anteriormente, não expressa a realidade histórica. O pré-milenismo vem desde os primeiros dias do cristianismo, por todo o conteúdo das profecias do Novo Testamento com relação ao reino; este é o reino prometido pelo Senhor Jesus Cristo aos seus discípulos. Este era também o teor da mensagem de João Batista, quando batizava no Jordão: “Arrependei-vos porque é chegado o reino de Deus”. Os amilenistas usam esta passagem para afirmar que o reino ao qual João se referia era a Igreja, porque foi o que ocorreu logo após a ressurreição de Cristo. Contudo, um estudo acurado do Evangelho de Mateus mostrará que o discurso de Jesus mudou, ao ser Ele rejeitado por parte da nação quando atribuíram seus milagres a Belzebu, no capítulo 12, passando imediatamente a falar em parábolas, a partir do capítulo 13, com o fim de ocultar deles a mensagem (cf. Jesus mesmo afirma ao explicar as parábolas aos seus discípulos, Mateus 13.13). Quando na crucificação, o ladrão pediu a Jesus que se lembrasse dele quando viesse no seu reino, logo foi corrigido por Cristo de que ele estaria

com Cristo naquele mesmo dia; isto porque o reino não seria estabelecido, senão na sua volta.

O fato de Orígenes e Agostinho ensinarem o “não-Milênio”, com sua interpretação alegórica da escola de Alexandria, aconteceu porque a interpretação que se tinha até então era a histórica gramática literal na interpretação das Escrituras, bem como das profecias. Dentro desta abordagem havia o milenismo, definindo que o Milênio era um período literal de 1000 anos, o reino de Cristo na terra, antes da Eternidade. Eles que, com uma convicção de que as profecias deveriam ser interpretadas figuradamente por causa dos seus símbolos, introduziram esse “novo” método de interpretação. Os termos vão se formando à medida que os grupos vão divergindo. O “não-Milênio” era uma reação ao “milenismo” que passou a ser pré-milenismo por conta do “pós-milenismo” que surgiu, defendendo uma influência do evangelho para a cristianização do mundo.

Muitos dos amilenistas interpretam as Escrituras literalmente, mas mudam o método quando se trata de profecias. Exemplo vivo: são os próprios reformadores, que sustentaram a reforma em cima da literalidade dos textos originais sobre a soteriologia e outras doutrinas, mas mantiveram a Escatologia de Agostinho.

Algo que entristece é que os teólogos estão mais preocupados em defender sua “escola” teológica do que se debruçar nas Escrituras e estudá-las para extrair delas os princípios de Deus. Praticam uma “eisegese” (a prática de se colocar os pensamentos e convicções pré-estabelecidos nas páginas das Escrituras), e não uma “exegese” (a prática de diagramar os textos das Escrituras para extrair os seus princípios e significados). A razão de mencionar isto é pelo fato de que as informações sobre as “escolas” de pensamentos diferentes não são definidas com exatidão; são definidas do ponto de vista da tendência à sua própria escola. Fazem uma mistura, por exemplo, do pré-milenismo ou do pré-tribulacionismo com o dispensacionalismo que, de fato, é relativamente recente.

O dispensacionalismo é a “escola” que defende que a história da humanidade está dividida em sete épocas distintas. Definem as dispensações como sendo um período em que Deus agiu de forma peculiar na humanidade, terminando com um juízo sobre ele e dando início a uma nova “dispensação”. As dispensações são: Inocência; Consciência, Governo Humano, Promessa, Lei, Graça e Milênio. Como se pode notar, o Milênio é apenas uma dispensação ou época dentro do pensamento dispensacionalista. Esta forma de ver a Bíblia não é exatamente a forma de ver de uma pessoa que é pré-milenista ou pré-

tribulacionista.

O dispensacionalista é pré-milenista, mas o pré-milenista não é dispensacionalista, porque transcende a visão simplificada das dispensações. O pré-milenismo é o resultado de uma interpretação consistente histórico gramatical literal de toda a Escritura. O fato, se é que o foi, de os dispensacionalistas acomodarem os sete tempos na sua doutrina, não invalida o pré-milenismo. A visão deste autor sobre a Escatologia não é dispensacionalista. Toda a obra até aqui tem sido de interpretar as passagens proféticas de forma única, seguindo a premissa de que as Escrituras se interpretam por si. Por isso ela foi dada por Deus num período tão extenso de cerca de 1600 anos.

Há coincidências entre as duas escolas, eu diria que elas aqui e acolá são parecidas nas suas conclusões, mas as construções são distintas. Eu posso ter duas estradas que inicialmente levam ao mesmo lugar, porém as intempéries do tempo podem danificar uma e revelar que a outra era de fato a estrada original! Uma destas é a distinção entre Israel e a Igreja. Outra vez, isto não é uma propriedade exclusiva ou de marca dispensacionalista. Ali, a distinção é feita para se ter a consistência das épocas; aqui, porque veremos os textos bíblicos que mostram isto com clareza pelas passagens proféticas.

A afirmação de que os pré-milenistas são pós-tribulacionistas e os dispensacionalistas são pré-tribulacionistas é outra falácia. Novamente, o aspecto pré-tribulacionista dos dispensacionalistas é só a consistência com respeito aos juízos ao final de cada época, sendo a Tribulação o juízo no final da era da Igreja. Mas, se seguirmos o seu raciocínio, a consistência estaria em a Igreja passar pela Tribulação, se fosse um juízo de Deus ao final do seu período, como o foram supostamente nos anteriores, onde o juízo era sobre o povo que estava no foco. Ao contrário, a era da igreja seria a única que terminaria com uma bênção, que é o Arrebatamento.

Numa visão pré-milenista e pré-tribulacionista, que será demonstrada nos capítulos seguintes, a Tribulação é um período preparado e antecipado por Deus para o povo de Israel; esta distinção é vista na profecia e aceita naturalmente, passando a fazer parte da convicção; elas são dedutivas do texto da Bíblia.

O mesmo ocorre em relação às ressurreições que estão divididas em duas, a primeira e a segunda ressurreição, onde a primeira é a ressurreição dos crentes em algumas fases distintas, e, a segunda, a dos ímpios no final do Milênio, no julgamento do Trono Branco. Os julgamentos serão vários também.

UMA PALAVRA DE CONCLUSÃO

Toda esta divergência de opiniões e convicções deve-se também, creio, pela abordagem teológica que via de regra tem sido utilizada. A teologia que prevalece nos seminários como base dos seus cursos é a teologia sistemática e cada grupo tem o seu seminário, cada denominação tem a sua teologia, que na prática é a sistematização das doutrinas encontradas que as caracterizam. O ponto de partida é a lista de doutrinas a ser desenvolvida, buscando-se nos livros da Bíblia, de forma aleatória, as bases delas. Bibliologia, Teologia, Cristologia, Pneumatologia, etc., para citar algumas, são os assuntos de preocupação da teologia sistemática. Para se entender melhor, comparemos com o sermão. Um sermão pode ser topical, textual ou expositivo; o sermão topical é aquele em que o pregador parte de um tópico, independente mente de um texto; é equivalente à teologia sistemática que parte dos tópicos teológicos, sem a preocupação com a organização da revelação. O sermão expositivo é a exposição de um texto, dentro do seu contexto, levando-se em conta a cultura do autor, o tempo em que o autor estava escrevendo e sua relação com outros escritos de outros autores. Na teologia isto seria a Teologia Bíblica, que se preocupa com a progressão histórica da revelação (vide capítulo específico no início).

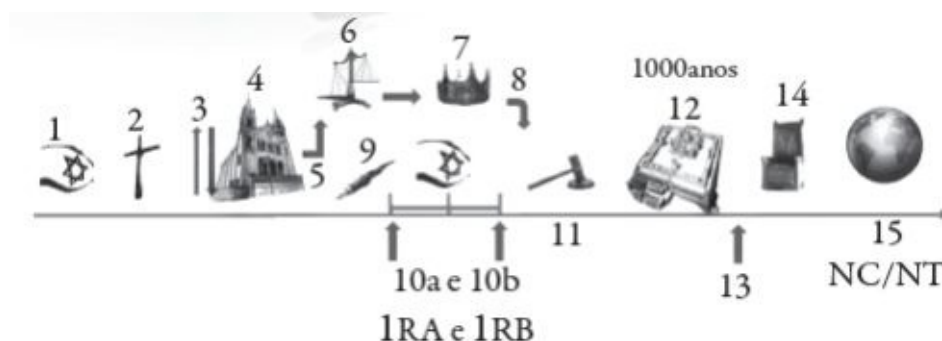
Muitas das afirmações feitas nestas escolas escatológicas não podem ser sustentadas na Teologia Bíblica, a qual tem sido a base dos argumentos formulados para os assuntos da Escatologia tanto do Velho Testamento quanto do Novo.

CAPÍTULO NOVE

O PLANO ESCATOLÓGICO

DE DEUS

Os Eventos Futuros



- 1.As Setenta Semanas de Daniel – Israel – VT. - Dn 9.24-27
- 2.A Cruz de Cristo – A Transição!
- 3.A Ascensão e o Pentecostes – O Início da Igreja At. 2
- 4.A Era da Igreja - Época Atual - Apoc. 2 e 3
- 5.O Arrebatamento - I Ts. 4. 13-18
- 6.O Tribunal de Cristo (BEMA) - II Cor. 5.10
- 7.As Bodas do Cordeiro - Ap. 19.7
- 8.A Segunda Vinda de Cristo - Ap. 19. 11-16
- 9.O Anticristo – A Assinatura do Pacto - Dn 9.27- O Início da 70ª. Semana
- 10a. A 1ª. Parte da Tribulação – 3 ½ Anos de Paz – Apoc. 6.2
- 10b. A 2ª. Parte da Tribulação – A Grande Tribulação Mat. 24.15-28
- 1RA. A Primeira parte da Primeira Ressurreição - I Ts. 4.16 (Igreja)
- 1RB. Segunda parte da Primeira Ressurreição - Dn. 12.13 (Israel)
- 11.O Julgamento das Nações - Mat. 25.31-46
- 12.O Milênio - Ap.20.11-15
- 13.A Segunda Ressurreição - Ap. 20.5,13,14 (Incrédulos)
- 14.O Grande Trono Branco - Ap. 20. 11-15

15. Novos Céus e Nova Terra – Apocalipse 21 e 22.

O gráfico da página anterior nos mostra detalhadamente os eventos do plano de Deus, a partir da profecia das 70 semanas de Daniel 9. Este será o conteúdo dos capítulos que se seguirão nesta segunda parte, onde analisaremos as passagens da Bíblia que contêm as profecias com respeito a cada evento. Os eventos estão demonstrados numa linha do tempo, numa sequência cronológica, até os novos céus e a nova Terra, de Apocalipse 21 e 22. O gráfico é resultado da análise e estudo das passagens sobre a premissa de que as Escrituras não se contradizem e sim se harmonizam; estas passagens serão interpretadas uma a uma para justificar o evento no quadro.

O que quero ressaltar é que não estamos seguindo um roteiro clássico de Escatologia e sim organizando o material escatológico neste gráfico do tempo. Essa harmonização pode ser exemplificada com o assunto da segunda vinda. O Senhor Jesus advertiu os seus discípulos que convinha que Ele sofresse, morresse e ressuscitasse e que Ele voltaria para buscá-los, a fim de estarem para sempre com Ele. Jesus lançou o fato da segunda vinda, mas nunca disse para os seus discípulos como os levaria para estarem com Ele. O apóstolo Paulo ao escrever aos Tessalonicenses, na primeira carta, fala do Arrebatamento. Ao escrever aos coríntios, diz que alguns não dormirão, mas serão “transformados”. Desse modo, juntando as passagens, entendemos que na sua segunda vinda transformará os vivos, arrebatando-os. Neste sentido, há uma questão a ser levantada que é a do reino, pois, se seremos arrebatados, quando reinaremos com ele, visto que essa foi outra promessa dEle aos mesmos discípulos? Essa é a razão de alguns acreditarem que já estamos no reino! Então, surgem as passagens que falam desse reino, como um tempo de paz, onde os animais serão mansos com longevidade, etc. A solução é ir montando as informações como se fosse um grande quebra-cabeça que formará, ao final, não uma paisagem, mas um gráfico do seu plano.

No gráfico podemos ver três tempos distintos: O plano passado, já cumprido; o plano presente em cumprimento e o plano futuro por se cumprir, objeto dos capítulos seguintes. No entanto, as informações do plano passado, bem como o entendimento correto do plano presente, nos impedirão do erro na interpretação do plano futuro.

O PLANO PASSADO, A PARTE JÁ CUMPRIDA

No gráfico, vemos essa parte do plano passado representada pelas 69 semanas, a morte de Cristo e sua ascensão, e a descida do Espírito Santo, para inaugurar a Igreja em Atos 2. Destaco, a título de lembrança, que o tempo abrangido pelo Velho Testamento compreende os Livros do Velho Testamento e os Evangelhos; o Novo Testamento, em questão de época, só começa em Atos 2 com a inauguração da Igreja, cinquenta dias depois da morte de Jesus, cumprindo a festa de Pentecostes (Levítico 23.15-21).

Na exposição das visões de Daniel, vimos que as 69 semanas levavam ao Ungido, o Messias que seria morto depois destas 69 semanas. Isso está detalhado nas narrativas dos quatro evangelhos, que terminam com a narrativa da ressurreição e as aparições de Jesus durante 40 dias. O livro de Atos começa com a ascensão de Cristo diante dos seus discípulos, no momento em que o anjo, diante da perplexidade deles, os adverte de que Ele voltaria do mesmo modo que eles estavam vendo-O subir. Esta informação é de suma importância para o entendimento da segunda vinda; sua vinda seria corpórea e visível, semelhantemente como estavam presenciando sua subida!

O PLANO PRESENTE, A PARTE QUE ESTÁ SENDO CUMPRIDA

No gráfico, o plano presente é a era da Igreja que começou em Atos 2, com a manifestação do Espírito Santo, inaugurando o corpo de Cristo, a fim de continuar o ministério que Jesus iniciou no seu próprio corpo. Apesar de alguns teólogos aliancistas enxergarem a Igreja no Velho Testamento, o apóstolo Paulo deixa claro que a Igreja era um mistério oculto: “... a favor do seu corpo, que é a igreja... o mistério que estivera oculto... aos quais Deus quis dar a conhecer qual seja a riqueza da glória deste mistério entre os gentios, isto é, Cristo em vós, a esperança da glória” (Colossenses 1.24-27). O mesmo ele escreveu aos Efésios: “... foi-me dado conhecer o mistério... o qual em outras gerações não foi dado a conhecer aos filhos dos homens,... a saber, que os gentios são co-herdeiros, membros do mesmo corpo... e manifestar qual seja a dispensação do mistério, desde os séculos oculto em Deus... para que, pela igreja, a multiforme sabedoria de Deus se torne conhecida...” (Efésios 3.3-10).

Esse mistério dá-se pelo fato de que nas profecias do Velho Testamento, as quais descreveram o futuro, o quarto reino que viria era descrito em dois momentos. Isto foi detalhado na primeira parte deste livro, sobre as profecias de Daniel. O Senhor Jesus ao interpretar o texto de Isaías 61, colocou um intervalo no meio do verso 2, revelando em primeira mão que, aquilo que estava

profetizado em Isaías se cumpriria em dois tempos diferentes e distantes dois Milênios um do outro. O mistério, então, é que a Igreja estava prevista para esse intervalo; intervalo esse que não é uma invenção dos pré-milenistas e sim uma realidade profética integrante do plano único do soberano Deus.

Como o Novo Testamento foi escrito no início deste momento que estou chamando de plano presente, o livro do Apocalipse se refere a ele com a expressão “as coisas que são”, descritas nos capítulos 2 e 3 pelas sete cartas enviadas às sete igrejas da Ásia. As cartas eram de Cristo para os pastores de cada uma daquelas sete igrejas, responsabilizando-os pelo estado das suas igrejas, ao mesmo tempo em que formavam um quadro de toda a era da Igreja.

Intérpretes têm olhado para estas igrejas como representativas de sete épocas na era da Igreja. Éfeso, a Igreja apostólica; Esmirna, a Igreja perseguida pós-apostólica; Pérgamo, a Igreja grega oriental; Tiatira, a Igreja papal ocidental; Sardes, a Igreja morta protestante ortodoxa; Filadélfia, a Igreja missionária do século XIX; Laodicéia, a Igreja da apostasia antes do Milênio.

Mas esta não é uma interpretação que encontre base no relato, pois todas eram igrejas existentes nos dias de João. Assim, elas formam o todo da Igreja, sendo cada uma delas parte deste todo com suas características. Isto quer dizer que em todas as épocas haverá igrejas como Éfeso, Esmirna, Pérgamo, Tiatira, Sardes, Filadélfia e Laodicéia. Além do mais, ao final de cada carta há uma promessa para aquela igreja, por exemplo: “Ao vencedor, dar-lhe-ei que se alimente da árvore da vida que se encontra no paraíso de Deus”. Se cada igreja representa uma época da era da Igreja, então, a promessa só seria para aquela época. Mas olhando para o teor das promessas, sem dúvida, elas se aplicam a todas as igrejas.

Dentro da visão do Apocalipse de João, esta segunda parte refere-se à era da Igreja, daí o significado de “as coisas que são”. Portanto, tudo que está contido nestes dois capítulos diz respeito à Igreja. Isto deveria levar cada pastor, cada líder, uma vez conhecendo seu rebanho, a se confrontarem com estas cartas e aplicarem a mensagem de Jesus dirigida a eles.

O conteúdo destas cartas segue um padrão. Em cinco delas Jesus reconhece virtudes, mas também condena certas práticas ou doutrinas e encerra com uma promessa. Para duas (Esmirna e Filadélfia) há apenas o reconhecimento das virtudes e a promessa ao final. A grande aplicação, então, é que devemos cultivar as características que agradam o Senhor Jesus e abolir do nosso meio aquelas que Ele condena.

A CARTA À IGREJA DE ÉFESO 2.1-7

Esta era uma igreja que tinha como característica a perseverança, o labor. Provava aqueles que se diziam terem sido enviados pelo Senhor, mas que não traziam as marcas do verdadeiro apóstolo.

Mas o grande destaque desta igreja esta na asseveração que Jesus fez sobre terem abandonado o primeiro amor. Tomando como base a carta do apóstolo Paulo aos Efésios podemos imaginar que tipo de igreja era aquela, naqueles primeiros dias!

O versículo 5 reveste-se de um dos princípios mais práticos na vida cristã bem sucedida. O processo do esquadrinhamento do coração. “Lembra-te, pois onde caíste... arrepende-te... e volta à prática das primeiras obras”. O crente pode aplicar este princípio a qualquer situação da sua vida onde há pendência diante de Deus ou mesmo das pessoas. Quantas vezes o crente sofre com tantas doenças emocionais pelo simples fato de nunca, ou mesmo por um período longo de tempo, ter feito o esquadrinhamento do seu coração que é composto destes três passos: lembrar, arrepender e voltar; que receita divina!

Ao final desta, como das demais, a recompensa AO VENCEDOR. Aqui cabe uma explanação mesmo que breve. Quem é o vencedor? Aquele que vence ao final de uma batalha? Então, seria possível um crente não ser um vencedor e ser desqualificado ao final? É certo que não! O verbo grego aqui é nikwn (nikon) um particípio, literalmente “aquele que vence” que, se fossemos criar uma palavra que realmente traduzisse o significado deste tempo chamado particípio, esta palavra seria “o vidente”. O particípio grego é um adjetivo verbal, o que quer dizer que ele tem a ação como o verbo e qualifica como o adjetivo, portanto, aqui, é a pessoa caracterizada pela ação de vencer. Não está colocando a vitória como uma possibilidade e sim como a certeza de ser um vitorioso, porque esta vitória foi alcançada por Cristo na cruz, sendo outorgada a nós gratuitamente, passando a ser uma qualidade inerente de todo o verdadeiro salvo.

A CARTA À IGREJA DE ESMIRNA 2.8-11

Esta é a igreja que sofre com perseverança a perseguição, tendo como recompensa a coroa da vida que está descrita no final do texto. O grande destaque desta igreja é que não há condenação contra ela por parte de Jesus. Isto nos mostra que uma igreja debaixo de perseguição tem como característica a

santidade. Para se vencer a provação é necessário estar vivendo uma vida de íntima comunhão com Deus. Não há lugar para os luxos de pecados sem tratamento adequado.

Diante do sofrimento temos a ordem divina de não temer. Esta é a palavra de um Deus Eterno, de um Deus Onisciente e de um Deus galardoador. O grande consolo é que a provação pode nos tirar quase todas as coisas, mas ela é controlada pelo Senhor (“lançar... alguns dentre vós”); ela também tem seu limite de tempo (aqui, apenas 10 dias) e tem uma coroa especial para os vitoriosos, a coroa da vida!

A CARTA À IGREJA DE PÉRGAMO 2.12-17

O verso 13 bem caracteriza esta igreja. Uma igreja que habitava numa cidade que “era um centro legal para o distrito e ao mesmo tempo um velho lugar de culto ao imperador, onde já em 29 a.C. um templo foi erguido para o divino Augusto e a deusa Roma, que era servida por um poderoso sacerdócio. Especialmente aborrecedor para os cristãos era o culto local de Esculápio, cujo símbolo era uma serpente chamada ‘o deus de Pérgamo’ mas que para os crentes era o símbolo da serpente do Éden”. (Lenski’s). Daí, os detalhes do verso 13, como trono de satanás... onde satanás habita, etc.

Por outro lado, a condenação de Jesus aqui não é pouca. Doutrina de Balaão, armar ciladas para os filhos de Deus. O que Balaão fez no Velho Testamento foi dar conselhos a Balaque, no sentido de levar os filhos do seu povo a desposar as filhas de Israel, o que desagradaria a Deus e Deus mesmo disciplinaria seu povo.

Ainda a doutrina dos nicolaítas, que provavelmente era um tipo de gnosticismo desenvolvido por Nicolau, discípulo de Cerinto, no final do primeiro século.

O que aqui está em foco na igreja é o casamento misto, tão praticado pelos crentes dos nossos dias. A mistura do povo de Deus com o povo do mundo, com seu sistema dirigido pelo inimigo, que tem feito muitos do povo de Deus se desviar e feito muitos outros sofrerem por viverem num lar dividido, com consequências profundas nos filhos.

Interessante também nesta carta é a forma como o Senhor se apresenta: “Aquele que tem a espada afiada de dois gumes”. Hebreus 4.12 nos diz que a Escritura é como a espada de dois gumes. Isto implica que a Igreja se apartou dos ensinamentos contidos nas Escrituras e será julgada pela Escritura, conforme o

verso 16.

Finalmente a recompensa. O maná escondido que também está ligado com a Palavra, aqui na forma de alimento. O maná alimentou o povo por 40 anos no deserto. O pão que veio do céu provido pelo próprio Deus. Há também uma segunda recompensa, o nome novo, uma prática vista tanto no Velho Testamento como no Novo, pois os nomes eram dados segundo alguma característica da pessoa ou por algo relacionado com seu nascimento. Foi assim com o nome Abrão, que foi mudado para Abraão; Jacó, que foi mudado para Israel; e, no Novo Testamento, o nome Pedro, o grego de Cefas, que em aramaico significava “Pedra”, que foi dado a Simão, o irmão de André. Assim receberemos um novo nome que nos valerá eternamente; será o nosso nome celestial!

A CARTA À IGREJA DE TIATIRA 2.18-29

Tiatira era a cidade de Lídia, a primeira convertida na Europa (Atos 16.14). Ao contrário de Éfeso, Tiatira mantinha vivo o amor associado à fé e serviço que aqui é palavra para designar o serviço cristão dentro do corpo de Cristo, na ministração do cuidado mútuo, além do fato de ter as últimas obras mais numerosas do que as primeiras.

É a carta mais longa das sete. Seu conteúdo mostra o desagrado de Jesus para uma área que tem sido cada vez mais afetada na Igreja de hoje, a liderança. Aqui Jesus foi veemente e duro ao tratar deste assunto. Usa palavras pesadas e sentenças drásticas para igrejas que têm esta característica.

É de impressionar que as igrejas que mantêm profetisas no seu seio não sejam confrontadas com esta passagem. Aqui está um sinal visível da negligência para com este livro e mesmo da interpretação inadequada que ofusca asseverações como as encontradas aqui nesta carta.

Qual era, então, a repreensão? A tolerância da liderança e o ensino da mulher! (v. 20) Veja nas próprias palavras de Jesus: Ele a chama de Jezabel para ligá-la com a personagem do Velho Testamento; se declara profetisa; não somente ensina; mas seduz os meus servos a praticarem a prostituição (espiritual) e a comerem carne sacrificada aos ídolos.

Jezabel era a esposa de Acabe, rei de Israel. Mulher que liderava o seu marido e reinava praticamente em seu lugar. Mulher temida, que o próprio Elias, após tremenda vitória sobre centenas de profetas de Baal, temeu, quando ela o ameaçou de morte. Mulher que mandou matar Nabote, porque seu marido cobiçou a sua vinha e não conseguiu comprá-la.

Na sua carta, Jesus a identifica como profetisa, aquela que exerce a

liderança espiritual sobre o povo de Deus.

Na sua sentença, o Senhor promete que vai aniquilá-la para que ela não mais exerça sua influência sobre os seus servos. Também promete que Ele não permitirá frutos da sua atitude de se prostituir espiritualmente com doutrinas contaminadas. No Velho Testamento este termo “prostituição” estava ligado ao culto aos deuses pagãos por parte dos israelitas.

Como é tão igual ao que vivemos nestes nossos dias! Até mesmo a expressão “as coisas profundas”, que Jesus completa, de Satanás. O povo de Deus é cegado por doutrinas falsas com rótulos de coisas profundas, mas que são isto mesmo: as coisas de Satanás. Que Deus nos livre de abrimos mão da liderança que é tão clara em toda a sua Escritura. Como é o seu estilo, Jesus dá uma recompensa ligada ao conteúdo da carta. “Ao vencedor, eu lhe darei autoridade sobre as nações e com cetro de ferro as regerá...” Este é o verdadeiro reino e a verdadeira autoridade, aquela que está baseada na Palavra de Deus, recebida do próprio Deus.

Muito se tem discutido em torno do significado de “a estrela da manhã”, em Isaías 14.12. O diabo, antes da queda, é chamado de estrela da manhã; Em Daniel 12.1-3 é prometido aos filhos de Deus brilharem como as estrelas eternamente; e em Apocalipse 22.16, o Senhor Jesus Cristo é chamado de “A Estrela da Manhã”. O diabo tinha proeminência entre os anjos e assistia junto ao Deus Triuno, mas perdeu esse esplendor ao querer ser igual a Deus, conforme a narrativa. Jesus é de fato a original estrela da manhã com sua primazia. O que é comum a todas estas passagens? O esplendor, a glória. A característica da estrela da manhã é o seu brilho intenso. Então, creio eu que uma das recompensas do crente será a glória que teremos eternamente!

A CARTA À IGREJA DE SARDES 3.1-6

Eu sei o que é uma igreja morta! É um quadro muito triste. Pessoas que fazem parte do corpo, vivendo vidas sem sentido. Mas pior do que este quadro é o de aparentar vida, quando se está morto.

Alguns têm comparado esta igreja à época da reforma, como exemplo de algo que aparentou um reavivamento, mas que trouxe muito do sistema romano, do catolicismo para dentro do evangelho, tais como batismo infantil, e um sistema de governo elitista. Aqui não é nenhum ataque a qualquer igreja ou denominação, apenas uma referência a dados históricos. As igrejas chamadas “protestantes” trazem no seu corpo doutrinário doutrinas e práticas semelhantes às do catolicismo, mas com um significado “reformado”. É o caso do batismo

infantil, que tem sido ligado com a circuncisão do Velho Testamento, como um sinal da aliança feita com Deus pelos pais.

Esta igreja de Apocalipse tem uma particularidade: é a única à qual Jesus não fez nenhum elogio, apenas advertências. Nas advertências a esta igreja Jesus os confrontou com a iminência da sua vinda e, na recompensa, fez a promessa de uma purificação completa, em reconhecimento da pureza e integridade alcançadas aqui por aqueles poucos que restavam fiéis naquela igreja.

A CARTA À IGREJA DE FILADÉLFIA 3.7-13

Esta carta é muito encorajadora nas palavras de Jesus. Oportunidade, poder, controle e, ao mesmo tempo, dependência da graça de Deus. Jesus declarou que abriu uma porta àquela igreja e que ninguém a fecharia. Declarou ainda que aquela era uma igreja sem muita expressão ou força, mas que tinha uma grande virtude: “Guardaste a minha palavra, e não negaste o meu nome”.

Um destaque desta igreja é o verso 10, onde Jesus lhe faz uma promessa: que ela não passaria pela Tribulação que viria ao mundo inteiro. É uma referência ao Arrebatamento, embora muitos intérpretes traduzam o verbo “guardar” como sendo uma fortaleza, ou seja, “cercar em volta por um muro”, para dar a ideia de “proteger em meio a”. Este texto será explanado em capítulo posterior com mais detalhes, mas posso afirmar com toda a certeza que, se houvesse apenas esse versículo sobre o Arrebatamento, eu ainda acreditaria que a Igreja seria arrebatada antes da Tribulação vindoura!

A CARTA À IGREJA DE LAODICÉIA 3.14-22

Nesta carta o destaque é o verso 20, onde os intérpretes se dividem quanto à aplicação dele, se é para crentes ou descrentes. É evangelístico ou de reconciliação? A questão toda é: por que Jesus pregaria o evangelho para a sua Igreja?

Mas o grego aqui é enfático. Literalmente é: “... se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, entrarei nele...” Só há uma possibilidade de Jesus entrar numa pessoa: para salvá-lo! Então, a triste realidade desta igreja é que o mundanismo era tão forte que ela precisava ser evangelizada. Não é difícil reconhecer que há igrejas com estas características. Vivem sob um sistema todo alterado e adaptado que não atende mais às exigências bíblicas para a salvação.

Com isto, a visão de João na sua segunda parte se encerra. Cabe a cada igreja ser confrontada com sua realidade e permitir a ação do Espírito Santo de

Deus, para uma retomada para a glória de Deus.

O PLANO FUTURO: A PARTE POR SE CUMPRIR

No gráfico da página inicial deste capítulo, esta parte do plano de Deus começa com o Arrebatamento da Igreja, o próximo evento futuro a se cumprir. Nos capítulos que se seguem, cada um daqueles eventos será descrito e explanado, mas quero antes, porém, justificar aquela sequência. Unicamente por motivo de espaço, a exposição do livro do Apocalipse não fará parte deste livro como o fez a de Daniel. Mas quero destacar que no livro do Apocalipse temos o seu esboço dado por inspiração divina, descrito num dos seus versos, logo no primeiro capítulo: “Escreve, pois, as coisas que viste, e as que são, e as que hão de acontecer depois destas” (Apocalipse 1.19). Este esboço foi dado no último livro do cânon, fechando-o e, de certa forma, dando uma ordem dos eventos que se seguiriam. Embora não tenhamos descritos ali explicitamente todos os eventos do quadro dado aqui, todos eles podem ser vistos em Apocalipse. Os eventos futuros para o apóstolo João eram “o que deve acontecer depois destas coisas”, e estão descritas com detalhes a partir do capítulo 4 até o fim do livro. Logo no primeiro verso daquele capítulo, temos uma espécie de ilustração do Arrebatamento; observe: João teve a visão do que ele descreve no capítulo 1 como “as coisas que viste”; os capítulos 2 e 3, “as coisas que são”, que trata da era da Igreja, e nestes dois momentos da revelação João estava literalmente na terra, na ilha de Patmos. Mas antes de iniciar a terceira parte, “o que deve acontecer depois destas coisas”, que trata do futuro, ele relata que viu uma porta aberta no céu e uma voz dizendo para ele subir para o céu: “Depois destas coisas olhei, e eis não somente uma porta aberta no céu, como também a primeira voz que ouvi, como de trombeta ao falar comigo, dizendo: Sobe para aqui, e te mostrarei o que deve acontecer depois destas coisas” (Apocalipse 4.1 - ênfase minha). Notar o detalhe da voz lhe dizendo para subir. Por que João não podia continuar a visão onde ele estava, na ilha de Patmos? Ele podia! Mas o Senhor o arrebatou em espírito... e tudo que está narrado para frente, no livro, João vê de lá de cima. Não é maravilhoso? Como podem estas coisas não serem relevantes?

Sendo os relatos dos capítulos de 4 a 22 de Apocalipse referentes aos eventos futuros, podemos esboçá-los como estão descritos no próprio livro. A visão se refere a um período longo, de 1007 anos, ou seja, os 7 de Tribulação mais o Milênio, ainda com informações sobre o julgamento dos povos; dos demônios; a Segunda Vinda de Cristo; a segunda ressurreição e os novos céus e a nova terra, sendo que a maior parte das informações corresponde aos 7 anos de

Tribulação que é a 70ª Semana de Daniel, capítulo 9.

O estilo de Apocalipse não é de uma narrativa sequencial dos eventos. Os eventos descritos no Apocalipse formam dois conjuntos distintos: Um conjunto forma uma sequência cronológica; o outro conjunto é formado por situações que ocorrerão em momentos específicos da Tribulação, que não é exatamente aquele momento em que está narrado, considerando-se o conjunto cronológico.

Exemplo: Os selos do capítulo seis marcam o início da Tribulação e se estenderá até pouco depois da metade da Tribulação. Ao chegar ao capítulo onze encontramos a visão das Duas Testemunhas. O ministério das Duas Testemunhas não começará no tempo das trombetas, que foi a última visão descrita no capítulo 9, que já adentra quase a metade da segunda metade da Tribulação. O ministério das Duas Testemunhas terá início na abertura da Tribulação, pois são os dois primeiros convertidos daqueles sete anos!

Tenho classificado os eventos das visões do Apocalipse em dois grupos denominados INFORMAÇÃO e PROGRESSÃO NO TEMPO. A figura à frente torna mais fácil a compreensão. O esboço, portanto é: a) A Tribulação, 4-18; b) A Segunda Vinda de Cristo, 19; c) A segunda parte da primeira ressurreição, o aprisionamento de Satanás por mil anos, e o Milênio, 20.1-6; d) A segunda ressurreição e o julgamento do Trono Branco – os incrédulos de todos os tempos, 20.11-15; e) O novo céu e a nova terra, 21 e 22.

Procurando ser consistente com as revelações bíblicas, à medida que elas vão acontecendo no tempo (Teologia Bíblica), esta é a sequência que os eventos serão tratados no restante deste livro.

CAPÍTULO DEZ

OS JULGAMENTOS ESCATOLÓGICOS

Um aspecto pouco tratado da Escatologia é o dos Julgamentos de Deus sobre a sua criação. Por isso, antes de explanar os eventos escatológicos clássicos como Arrebatamento, Tribulação, Milênio, Novos Céus e Nova Terra, quero dedicar este capítulo para abordar esse assunto que envolve praticamente todos aqueles eventos. Os julgamentos formam o aspecto judicial do plano de Deus, visto que a desobediência e a rebeldia passaram a fazer parte da natureza do homem caído. Julgamento é um processo que exige um juiz, um réu, um promotor, um advogado de defesa e o objeto, o fato jurídico, mais conhecido como “causa” ou até demanda. Deus tem pronunciado julgamentos ao longo da história do Velho Testamento e estão profetizados vários outros futuros, sendo os julgamentos escatológicos propriamente ditos.

Em se tratando do plano de Deus descrito nas Escrituras, julgamento pode ser qualquer intervenção de Deus diante de um ato ou um estilo de vida pecaminoso pelo homem, individual ou coletivo, em que ele pronuncia uma pena. Essa pena pode ser aplicada de duas formas: (1) Em forma corretiva, disciplinar, que é aplicada sobre os seus filhos; ou: (2) Em forma punitiva, que é aplicada aqueles que se mantêm na rebeldia e se negam a aplicar a solução estabelecida por Deus, o juiz.

O plano de Deus pode ser visto por este prisma de julgamento. Encontramos várias passagens em ambos os testamentos com a conotação de julgamento. Nas narrativas bíblicas encontramos todos os elementos de um tribunal: (1) O Juiz, que é Deus (Salmo 50.6);

(2) O acusador, que é o diabo (Apocalipse 12.10); (3) O Advogado de defesa, que é Jesus (1 João 2.1); (4) Os réus, que são: pessoas, nações, anjos, etc. Temos alguns exemplos: É o caso do livro de Jó nos dois primeiros capítulos que, embora não existam detalhes na narrativa, o texto afirma que os filhos de Deus se apresentaram perante Deus e veio entre eles Satanás. Romanos, capítulo oito na sua parte final, tem toda uma linguagem forense: “Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus?” Ainda o mesmo apóstolo Paulo, admoesta os coríntios diante da atitude de levar outros ao tribunal humano, que era uma atitude reprovável, visto que julgaremos os anjos e o mundo! Na primeira carta do apóstolo João, ele afirma que temos um Advogado junto ao Pai. E o livro do Apocalipse abre com o cenário de um julgamento, com tronos estabelecidos para

julgar (Apocalipse 4).

Há mais um aspecto que precisa ser ressaltado, pois é de grande importância dentro do cenário escatológico futuro. Há duas palavras diferentes para distinguir o caráter do julgamento, as quais já foram mencionadas anteriormente e que serão examinadas mais profundamente neste capítulo, que são as palavras βῆμα (bema), tribunal, e a palavra θρόνος (thronos), trono. São usadas em contextos específicos, e denotam o caráter do julgamento descrito naquelas passagens.

Os julgamentos podem ser classificados em dois grupos, considerando-se o tempo. Podem ser classificados de outras formas: pela distinção acima de disciplina ou punição, ou pelos réus envolvidos. Para efeito de explicação, eles serão classificados pelo tempo e subdivididos pelo seu teor, ou pelos réus envolvidos.

JULGAMENTOS PASSADOS NO ÉDEN

Seguindo a revelação progressiva do Velho Testamento, o primeiro julgamento ocorrido foi no Jardim do Éden, quando a mulher foi enganada pela serpente, desobedecendo à ordem de Deus de não comerem da árvore do conhecimento do bem e do mal. O relato está em Gênesis 3.14-19. A sentença incluía um juízo de maldição sobre a serpente (animal) entre todos os animais, ela foi sentenciada a rastejar sobre o próprio ventre e a comer pó todos os dias da sua vida (v. 14).

A sentença sobre a mulher incluiu o sofrimento na gravidez, dor no parto e o domínio do marido sobre ela. Esse domínio aqui é exclusivamente na área íntima, interpretação esta não aceita universalmente. Deus estava dizendo que ela seria despertada no seu desejo numa dependência do marido. Não é o objetivo de o autor exaurir esse conceito, mas convém enfatizar que esse relacionamento de dependência sexual, com as exceções dentro da regra, era simultaneamente uma forma de proteger a raça da promiscuidade.

A sentença sobre o homem foi a fadiga no trabalho e o suor para obter o seu pão, assim como a volta ao pó da terra de onde fora tomado, sentença essa estendida à terra que passaria a produzir cardos (uma espécie de planta espinhosa da família dos cactos) e abrolhos (uma planta herbácea de fruto espinhoso).

Por fim, para que o homem não comesse da árvore da vida naquele estado de caído, passando a viver eternamente, Deus os expulsou do jardim para que eles se multiplicassem e enchessem a terra (Gênesis 3.22-24).

DO DILÚVIO AO CATIVEIRO BABILÔNICO

Outros julgamentos ocorreram, como o Dilúvio, em Gênesis 6.11-13; a confusão das línguas em Babel, quando o homem, num ato de rebelião contra Deus decide construir uma torre para chegar até ele. Ali foi o início da Babilônia, que passou a ser o símbolo da cidade em rebeldia espiritual, marcada pela idolatria, que será julgada política e espiritualmente no final da Tribulação (Apocalipse 17, 18).

Ainda no período histórico do Velho Testamento o povo de Israel foi julgado por três vezes: (1) A escravidão no Egito (Êxodo 1, 2), resultado da desobediência de Jacó ao descer para aquele país, diante da fome na Palestina. O Egito era símbolo do mundo; descer ao Egito significava recorrer a meios mundanos para resolver os problemas divinos, como ocorreu diversas vezes na história da nação, na época da monarquia.

Israel foi liberto do Egito por mão forte, mas se rebelou contra Deus no deserto, permanecendo naquele lugar por 40 anos, até que toda aquela geração maior de 21 anos quando saíram do Egito morresse, exceto, Josué e Calebe (Deuteronômio 1.33-40).

E quando a monarquia de Israel atingiu seu ponto de maior desvio de Deus, foram julgados pelo cativeiro de ambas as nações, Israel e Judá. A primeira, Israel, em 722 a.C., invadido pela Assíria e a segunda, Judá, por Nabucodonosor, em três investidas: 605, 597 e 586 a.C.

O JULGAMENTO DOS PECADOS NA CRUZ

Do ponto de vista do plano eterno provavelmente o julgamento mais importante que nos diz respeito ao pecado é o julgamento de Cristo na cruz, onde ele encravou os nossos pecados e cancelou a dívida que estava sobre nós. Na carta aos Colossenses, o apóstolo Paulo declara que na cruz também os principados e potestades foram expostos ao desprezo e derrotados (Colossenses 2.13-15).

A cruz é o ponto mais alto do plano; tudo apontava para a cruz. Ali Cristo triunfou sobre a serpente. O juízo do jardim era uma sentença secundária, enquanto que o pecado que gerou a morte precisava ser vencido. No futuro, ao final de tudo, o último inimigo a ser vencido será a morte.

JULGAMENTOS FUTUROS

Estão determinados ainda sete julgamentos no futuro, considerados

juízos escatológicos. Pela ordem: (1) O Tribunal de Cristo, o julgamento dos crentes da Igreja (2 Coríntios 5.10); (2) O julgamento de Israel, a Tribulação, que é também a 70ª Semana de Daniel (Ezequiel 20.33-38); (3) O julgamento das nações, que ocorrerá quando Cristo na sua segunda vinda descer no Monte das Oliveiras (Mateus 25.31-46); (4) O julgamento de Satanás, que ocorrerá no final do Milênio (Apocalipse 20.7-10); (5) O dos anjos, que ocorrerá no julgamento do Trono Branco (1 Coríntios 6.3; Judas 6; 2 Pedro 2.4); (6) O grande Trono Branco depois do Milênio, o julgamento dos incrédulos de todos os tempos (Apocalipse 20.11-15); (7) O julgamento da criação, a destruição da terra e céus para o surgimento do Novo Céu e a Nova Terra (2 Pedro 3.10; Apocalipse 21.1).

Alguns destaques e considerações se fazem necessários. Embora Israel tenha sido julgado parcialmente várias vezes no Velho Testamento e com a dispersão no Novo, seu julgamento definitivo, quando ele será restaurado completamente, ocorrerá nos sete anos de Tribulação, assunto que será amplamente tratado no capítulo sob o título “Tribulação”. O julgamento com menos informação é o dos anjos; alguns estão aprisionados e serão soltos na Tribulação. Se o diabo estará aprisionado durante o Milênio eles também estarão, sendo todos libertos ao final daquele período, para o seu julgamento final. A Igreja participará desse julgamento como juízes menores conforme 1 Coríntios 6.3. Serão todos lançados no Lago de Fogo, o estado eterno deles e dos que os seguiram pelos séculos da história da humanidade.

Dois destes sete julgamentos são os que nos chamam mais a atenção: O julgamento dos crentes, que nos inclui e o julgamento do Trono Branco, que é o último julgamento. Para os amilenistas, o julgamento do Trono Branco é o único julgamento que haverá, onde serão julgados tanto crentes quanto incrédulos, mas pelo exposto a seguir, concluiremos se tratarem de dois julgamentos distintos em todos os seus aspectos.

O TRIBUNAL DE CRISTO

O apóstolo Paulo usa essa palavra, βῆμα (bema), tribunal, duas vezes (Romanos 14.10; 2 Coríntios 5.10) para se referir ao julgamento do crente. O mesmo apóstolo se refere ao julgamento do crente também em 1 Coríntios 3.10-15, onde não aparece o termo, mas o ilustra numa linguagem comparativa de materiais combustíveis e não combustíveis e preciosos.

Quando o apóstolo Paulo estava usando esta palavra, estava dando a este

juízo um caráter diferente do juízo final para os incrédulos. Uma vez que o termo era usado para o lugar em que os juizes dos jogos olímpicos ficavam para coroar os atletas vencedores, o caráter deste tribunal é recompensatório e não punitivo. Nas palavras de Paulo, as obras serão testadas pelo fogo e, se permanecerem, serão recompensadas com galardões. Se elas se queimarem, sofrerá ele dano, mas o mesmo será salvo (1 Coríntios 3.15).

Em Efésios 2.10, Paulo nos ensina que Deus preparou obras de antemão, para que andássemos nelas. Essas obras são o que fazemos depois que nos convertemos a Cristo, incluindo a nossa motivação em realizá-las. Em suma, o que permanecerá será o que for feito para glória de Deus. Convém ressaltar que o texto de 1 Coríntios 3 tem um contexto, o que nos leva a concluir que Paulo não está falando de todos os crentes ali e sim daqueles que ensinam. Ele está tratando de uma divisão dentro da Igreja de Corinto em torno daqueles que eram líderes de Deus e que haviam passado por ali, mais Pedro, que era o líder dos apóstolos, e Jesus, que é o Senhor de todos.

Paulo está advertindo que aqueles que têm a incumbência de ensinar, devem fazê-lo com dedicação e com uma motivação correta, pelo fato de que tudo que fizerem será julgado e provado pelo fogo. Dá a entender, de certa forma, que, quando o crente for julgado e recompensado, aqueles que ensinaram receberão galardão por aquilo que ensinaram.

AS COROAS, O PRIMEIRO DOS GALARDÕES

Como já mencionado anteriormente, três serão os tipos de galardão que o crente receberá como recompensa no Tribunal de Cristo. O primeiro serão $\sigma\tau\acute{\epsilon}\varphi\alpha\nu\omicron\iota$ (stephanoi), coroas. A palavra $\sigma\tau\acute{\epsilon}\varphi\alpha\nu\omicron\varsigma$ (stephanos), era uma coroa de louro, que o atleta recebia por vencer os jogos olímpicos. Ela em si não tinha valor algum, mas tinha um valor simbólico para aquele que a recebia. Paulo vendo aquela premiação, usou-a como ilustração para a recompensa que o crente receberá no tribunal de Cristo. Cinco coroas são mencionadas no Novo Testamento, sendo quatro aplicadas aos crentes em geral e uma somente aos pastores.

A primeira é a COROA INCORRUPCIÓNVEL de 1 Coríntios 9.25. Pelo próprio contexto podemos entender que os crentes que lutam com perseverança e empenho na vida cristã é que a receberão. Paulo usa os termos esmurrar o corpo, dominar-se, e ter uma meta definida, para explicar a conduta do crente que está apto a receber tal coroa. O termo incorruptível vem como contraste ao aspecto corruptível da coroa de louro, que um atleta recebia após um período de dez

meses de completo empenho e concentração no treinamento, para correr cento e vinte metros e chegar em primeiro lugar. Tanto esforço, tanto empenho, tanta renúncia, chegar ao limite da capacidade física para receber um prêmio tão sem valor. “Nós, porém”, disse o apóstolo, para conquistar uma coroa incorruptível.

A segunda coroa é a COROA DA ALEGRIA de 1 Tessalonicenses 2.19. Esta é uma coroa que tem dois aspectos: O aspecto presente e o aspecto futuro. Paulo no verso 20 diz: “Sim, vós sois realmente a nossa glória e a nossa alegria!”, referindo-se aos tessalonicenses que eram frutos do seu ministério. A coroa da alegria será recebida pelos crentes que conduziram outros a Cristo. Estes dois aspectos podem ser facilmente descritos. Quando levamos alguém a Cristo somos tomados de uma alegria indescritível; aquela pessoa passa a ser nossa alegria por termos sido usados como instrumentos de Deus para a sua salvação. Mas o apóstolo também diz: “Coroa em que exultamos, na presença de nosso Senhor Jesus em sua vinda”, referindo-se a este galardão que receberemos por termos levado pessoas ao conhecimento de Cristo, aqui.

A terceira coroa é a COROA DA JUSTIÇA de 2 Timóteo 4.8: “Já agora a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, reto juiz, me dará naquele dia; e não somente a mim, mas também a todos quantos amam a sua vinda”. Esta é a mais difícil de entender pelo seu significado. Como ligar a justiça com amar a vinda de Jesus? E, além disso, há a dificuldade de se entender o que Paulo quer dizer com “amar a sua vinda”. Como podemos amar um evento? O verbo amar aqui usado é ἡγαπηκόσιν (egapekosin), traduzido “que amam”. No texto original é um tempo de verbo difícil de ser traduzido; ele está no “dativo, plural, masculino, particípio perfeito ativo de (agapao), amar. “Ágape” é amor que não é um sentimento e sim uma decisão de vontade; é dar o melhor de si, sem esperar nada em troca. O particípio é um adjetivo verbal, portanto, sendo adjetivo qualifica o sujeito e sendo verbo tem qualidade de ação, podemos dizer

que é alguém caracterizado por aquela ação expressada pelo verbo. Poderia ser traduzido “...todos quantos têm sido amantes da sua vinda”. Ainda mais um destaque que é o detalhe do “perfeito” no particípio. O perfeito é aquela qualidade da ação que é pontiliar, ou seja, uma ação completa, tida como completada e contínua, acontecendo, ao mesmo tempo, quer dizer, “algo completado, mas com efeitos duradouros”. Portanto, este amor não é algo passageiro, ou momentâneo, ou mesmo casual. É algo que caracteriza um crente no seu caráter persistente de aguardar Cristo a cada dia, na convicção que Ele pode chegar a qualquer momento; que não há profecias a serem cumpridas, não

há sinais, é iminente! Louvado seja o Senhor! Aleluia! Tudo isto numa simples palavra! Os pastores precisam aplicar-se mais no estudo e ensino da Escatologia. Se os crentes não estão amando a vinda do Senhor é porque eles não têm sido desafiados a tal. Nem mesmo entendem as profecias e o plano de Deus. Isto me põe a pensar; como Deus pode prometer uma coroa toda especial para seus filhos tendo como requisito o amor a algo tão controvertido e ambíguo nos seus conceitos, como é a vinda de Cristo? A conclusão é que Deus deu as informações suficientes na sua Palavra e que, de posse daqueles conceitos, os crentes amariam e desejariam a volta gloriosa do seu Filho. Que Deus possa despertar os pastores a desafiarem suas ovelhas para esta gloriosa atitude da vida cristã que é amar a vinda do nosso Senhor Jesus. Maranata, vem Senhor Jesus!

A quarta coroa é a COROA DA VIDA que é mencionada duas vezes no Novo Testamento por dois escritores diferentes, Tiago, (1.12) e o apóstolo João (Apocalipse 2.10), num mesmo contexto, o contexto da provação. Tiago nos diz: “Bem aventurado o homem que suporta com perseverança a provação; porque, depois de ter sido aprovado, receberá a coroa da vida, a qual o Senhor prometeu aos que o amam”. E o apóstolo João, na verdade citando Jesus numa das cartas as Igrejas da Ásia, escreve: “Não temas as coisas que tens de sofrer. Eis que o diabo está para lançar em prisão alguns dentre vós, para serdes postos à prova, e tereis tribulação de dez dias. Sê fiel até a morte, e dar-te-ei a coroa da vida”. Como o próprio contexto declara, receberão a coroa os que suportarem com perseverança as provações, bem como aqueles que sustentarão a sua fé até à morte, os chamados mártires. A relação do nome da coroa com o que a determina é direta e específica. Poderão até tirar a vida física de um crente, debaixo da permissão de Deus e normalmente para testemunho de outros que se renderão ao Senhor, mas não podem fazer mal à alma. A vida que receberão é a vida eterna prometida por Jesus, a qual Ele comprou com o seu próprio sangue.

E, por fim, a quinta coroa que é a IMARCESCÍVEL COROA DA GLÓRIA de 1 Pedro 5.4. É exclusiva aos pastores, porque Pedro está se dirigindo aos presbíteros: “Rogo, pois, aos presbíteros que há entre vós, eu, presbítero como eles... Pastoreai o rebanho de Deus que há entre vós...” (vv. 1, 2) e descrevendo a forma como devem pastorear o seu rebanho. Paulo escreve a Timóteo e dá as qualificações do Bispo, o Pastor; sua ênfase estava em “quem” almeja o Episcopado (1 Timóteo 3.1). Aqui Pedro está enfatizando “como” o presbítero, o pastor, conduz o seu rebanho. Entre as maneiras descritas, está a sua liderança como MODELO do rebanho que lhe foi confiado, porque: “...logo que o Supremo Pastor se manifestar, receberéis a imarcescível coroa da glória”. O

nome desta coroa é uma combinação de algo terreno com algo celeste. Imarcescível era o nome de uma flor que não murchava e glória é o aspecto visível de Deus, seu esplendor. Será que alguém pode encontrar algo mais esplendoroso do que um pastor que conduz o seu rebanho da maneira como está descrito neste trecho de 1 Pedro? Pedro está também fazendo um tipo de trocadilho quando usa os termos “se manifestar” e “Supremo Pastor”. A manifestação do Supremo Pastor vai ser em sua glória e majestade. Essa glória é manifestada quando o pastor age de acordo com aquela descrição de Pedro. Quantos de nós, pastores, seremos recompensados com essa coroa?

Essas coroas não serão para serem exibidas ou usadas para nossa ostentação e sim para serem depositadas aos pés dAquele que está assentado no trono. João teve esta visão e narrou em Apocalipse 4.10, 11: “Os vinte e quatro anciãos prostrar-se-ão diante daquele que se encontra assentado no trono, adorarão ao que vive pelos séculos dos séculos, e depositarão as suas coroas diante do trono, proclamando: Tu és digno, Senhor e Deus nosso, de receber a glória, a honra e o poder, porque todas as coisas tu criaste, sim, por causa da tua vontade vieram a existir e foram criadas”.

A CIDADE A SER GOVERNADA NO MILÊNIO, O SEGUNDO GALARDÃO.

O segundo galardão que o crente receberá no julgamento do tribunal de Cristo é a posição de governo no reino Milenar. Governo injusto e corrupto têm sido as marcas do governo humano desde a Queda. O homem com o seu pecado não consegue ser imparcial, honesto e satisfatório no exercício do poder sobre o seu semelhante.

Cristo será um Rei santo, justo e perfeito, mas se os governantes menores fossem naturais ali estaria a brecha no governo, onde certamente os homens se apegariam para se desculparem das suas condutas pecaminosas. Por isso, os governantes do Milênio serão os crentes da Igreja no seu estado de glorificados. Nas cartas às Igrejas da Ásia, de Apocalipse 2 e 3, dentre as recompensas mencionadas ao final de cada carta, temos esta: “Ao vencedor e ao que guardar até ao fim as minhas obras, eu lhe darei autoridade sobre as nações e com cetro de ferro as regerá, e as reduzirá a pedaços como se fossem de barro” (2.26, 27). É a mesma expressão usada para Jesus Cristo no seu reino.

Jesus pronunciou uma parábola narrada somente por Lucas, a parábola das dez minas (19.11-27). Naquela parábola, Ele compara o seu reino a certo homem

que partiu para uma terra distante para tomar posse de um reino, e confiou dez minas a dez servos; quando voltou pediu-lhes contas das suas minas. O primeiro respondeu: “Senhor, a tua mina rendeu dez”. Ao que lhe respondeu o seu senhor: “Muito bem, servo bom, porque foste fiel no pouco terás autoridade sobre dez cidades”. E assim por diante, até que chegou um e lhe devolveu a sua mina que havia guardado num lenço, o qual foi severamente advertido por aquele senhor que lhe tirou a mina e a deu ao que tinha dez. A parábola ilustra essa parte do galardão da Igreja.

Aquele senhor havia saído para tomar posse de um reino e usou como critério para escolher os governantes que o ajudariam a governar tal reino o dar-lhes “minas”. A mina era uma moeda grega que equivalia a 100 drácmas, e a drácula era o salário de um dia de trabalho (William Hendriksen, *The Gospel of Luke*, p. 859). Portanto, o valor era, em moeda de hoje, cerca de dez salários mínimos. A ideia era: Se eles souberem cuidar e administrar essa pequena quantia, poderão administrar uma cidade! Como seria bom se os nossos políticos fossem formados com esta mentalidade.

Jesus estava na verdade ensinando os seus discípulos a respeito do critério que Ele usaria para selecionar os governantes do seu reino. Quando o Senhor voltar, Ele constituirá os governantes menores do seu reino como resultado do julgamento do Tribunal de Cristo. Isto está ligado com os dons que temos recebido e exercido na Igreja, o corpo de Cristo. Se desenvolvermos os dons e formos fiéis neste pouco, Ele nos dará cidades para reinar.

Em Mateus 25.14-30, temos a parábola dos talentos, onde a recompensa para aqueles que foram fiéis no pouco era a entrada no reino: “Muito bem, servo bom e fiel; foste fiel no pouco, sobre o muito te colocarei: entra no gozo do teu senhor” (25.23). Ambas as parábolas tratam do mesmo aspecto, a recompensa do servo de entrar no reino e ser colocado sobre o muito, que será a autoridade sobre as cidades. Notar que nesta parábola, nas palavras do Senhor, a recompensa não é entrar no reino e sim a posição em que ele seria colocado no reino: “Sobre o muito te colocarei”.

Isto quer dizer que os crentes que forem fiéis no exercício dos seus dons, nesta época da Igreja, serão colocados como autoridade sobre as cidades mais importantes do reino de Cristo.

AS MANSÕES CELESTIAIS, O TERCEIRO GALARDÃO

O outro galardão que receberemos no julgamento do Tribunal de Cristo refere-se à eternidade, no Novo Céu e na Nova Terra; será uma mansão celeste.

Uma mansão nos moldes humanos é uma casa grande, espaçosa, luxuosa, valiosa e confortável. Destes adjetivos todos o que mais a qualifica é “valiosa”, no qual os demais funcionam como decorrentes. Quanto maior, mais confortável e mais luxuosa, ela será mais valiosa. Ou seja, para ela ser valiosa, tem de ter todos os outros atributos. Há hinos e escritos destacando a diferença entre as moradias celestes como resultado direto do desempenho do crente aqui neste mundo. Não há base bíblica para tal. O texto que trata deste galardão utiliza a palavra “moradas”; muitas moradas. A dedução é que o termo “muitas”, pode se referir a “muitos tipos”, mas é pura dedução. Na eternidade, tudo será perfeito e belo e não haverá lugar para diferenciação, principalmente que nos faça lembrar de coisas tristes ou ruins aqui da terra.

Embora não tenhamos muitas informações sobre esta mansão, ela é o galardão mais significativo do ponto de vista de durabilidade; será para toda a eternidade. Ele está diretamente ligado com a vida cristã diária. Ele está ligado ao valor que damos às coisas materiais versus as espirituais, aqui neste mundo. Não podemos afirmar categoricamente sobre a questão física desta mansão, visto que teremos corpos que não terão limitações espaciais, mas serão visíveis e estarão relacionadas individualmente com cada crente que as receberem.

O homem valoriza grandemente a estabilidade e o conforto proporcionados por uma moradia e nela investe boa parte do que consegue ganhar no seu período produtivo de vida. Apesar de tantas instruções e promessas no aspecto material financeiro, os crentes ainda assim investem grandemente em coisas terrenas, deixando de investir nas coisas espirituais que são de caráter duradouro.

Esse galardão foi prometido pelo Senhor Jesus aos seus discípulos pouco antes da sua morte e ressurreição, abrindo o longo discurso sobre o Consolador, que viria após sua partida, discurso esse que abrange os capítulos 14 a 16 de João. “Não se turbe o vosso coração; credes em Deus, crede também em mim. Na casa de meu Pai há muitas moradas. Se assim não fora eu vo-lo teria dito. Pois vou preparar-vos lugar. E quando eu for, e vos preparar lugar, voltarei e vos receberei para mim mesmo, para que onde eu estou estejais vós também” (14.1-3).

No sermão do monte, dentre as instruções dadas aos seus discípulos sobre o reino, Jesus os advertiu: “Não acumuleis para vós outros tesouros sobre a terra, onde a traça e a ferrugem corroem e onde ladrões escavam e roubam; mas ajuntai para vós outros tesouros no céu, onde traça nem ferrugem corrói, e onde ladrões não escavam nem roubam” (Mateus 6.19, 20). Era ao mesmo tempo uma instrução para que os discípulos se desgastassem em investir em algo duradouro

e não passageiro. Eles teriam pouco mais de 70 anos para investir o que desfrutariam por toda a eternidade. Mas o verso 21 traz a sustentação da diferença de investimento: “Porque onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração”. O homem dará valor no que colocar o coração dele.

O único lugar seguro e confiável para colocarmos o nosso coração é em Jesus, que pode nos sustentar aqui neste mundo e nos dar ainda uma mansão no céu para todo o sempre.

Uma última palavra antes de encerrar este assunto. Tem havido uma crescente ênfase de que neste julgamento serão tratados também os pecados não confessados. A base daqueles que assim defendem, tem sido 1 João 1.9: “Se confessarmos os nossos pecados, Ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda a injustiça”. O argumento está na condição “se”. Na língua grega, há quatro classes de sentenças condicionais diferentes com significados específicos, que diferem da condição em português.

A classe que se aplica a passagem em questão é: A condição “não determinada” mas com uma “probabilidade de determinação” (W.C.Taylor: 1986, p. 73). Sua característica gramatical é a conjunção *ἐάν* (ean), se, mais o subjuntivo, complementada por um verbo no futuro do indicativo, podendo ser usados outros tempos verbais. Exemplo: “Se (conjunção) me receberdes (subjuntivo) a mim, vós sereis (futuro do indicativo) meus discípulos”. Embora possam ser usados outros tempos verbais, o tempo comum é o futuro, porque fica explícita a probabilidade. Porém, no texto de 1 João, o tempo verbal que segue é o presente do indicativo “é” fiel e justo. O que dá um sentido diferente à condição. Quando pecamos, a incerteza entra no nosso coração, principalmente na reincidência, que é peculiar ao ser humano. Como consequência, ficamos inseguros quanto ao perdão de Deus e nos afundamos em culpa. Então, o texto divinamente inspirado, usou o presente para reforçar a ação de Jesus em nos purificar e não usou o futuro que reforçaria a condição. Quero dizer, se estivesse escrito que ele seria fiel e justo, colocaria como uma condição sem a qual não haveria perdão. Mas, usando o presente, como foi usado, a ênfase muda para a certeza do perdão mediante a confissão, não ficando implícito que se não confessarmos não seríamos perdoados.

Além do que, teologicamente, o sacrifício de Jesus cancelou a dívida toda, passada, presente e futura, independentemente de qualquer ação de nossa parte. A confissão simplesmente restaura a comunhão aqui na terra, que fora quebrada pelo pecado cometido, mas ele já está perdoado. Na parábola do Samaritano, ele paga antecipadamente os custos do homem que fora assaltado, ainda com a

garantia de que se faltasse algo ele pagaria quando voltasse. Aquele samaritano, na parábola, representava o Senhor Jesus!

E, ainda mais, 1 João 1.9 não está num contexto de salvação e sim exatamente de comunhão com Jesus em nosso viver diário, estabelecido no verso 7: “Se... andarmos na luz, como ele está na luz, mantemos comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo o pecado.” O contexto, portanto, é comunhão e não o perdão dos pecados como resultado da confissão.

Em resumo, o tribunal de Cristo é um julgamento recompensatório baseado nas obras que praticamos depois de convertidos; isto ficou estabelecido pelas palavras usadas por Paulo em 2 Coríntios 5.10, “bem ou mal”, que vimos anteriormente. Estas obras depois de apuradas serão os atos de justiça dos santos, o vestido de linho finíssimo da esposa do Cordeiro. Como resultado, receberemos galardões que serão três: um para depositarmos aos pés de Jesus em adoração e gratidão pela obra dEle, na cruz, a nosso favor; outro, de aplicação ao reino milenar, nossa posição de governo sobre cidades; e, um terceiro, eterno, que será a nossa morada eterna na presença de Jesus.

O JULGAMENTO DO TRONO BRANCO

Este é o julgamento mais conhecido entre os cristãos e, por conseguinte, nele residem os maiores equívocos. Para o amilenista este é o único e geral julgamento, sendo as demais referências a julgamentos apenas ângulos diferentes deste, aplicados aos diversos segmentos (anjos, crentes, incrédulos, nações, etc.).

O apóstolo João nos fornece a descrição deste julgamento em Apocalipse 20.11-15. Embora seja um texto curto, de apenas cinco versos, nos dá todas as informações necessárias para sabermos o seu caráter judicial, sua aplicação dentro do plano e o tempo em que ocorrerá. Neste texto, encontramos um elemento novo, o local do estado eterno do homem perdido, denominado lago de fogo e enxofre. Este lugar é referido apenas cinco vezes no Novo Testamento, todas em Apocalipse, sendo três delas aqui no relato do julgamento do grande Trono Branco.

O elemento é novo porque o lugar mais conhecido é o inferno. A palavra inferno na língua portuguesa é tradução de vários vocábulos: שְׁאוֹל (Sheol, transliterado do hebraico nas ocorrências no Velho testamento), γέεννα (Geena, 12 vezes), ᾍδης (Hades, 10 vezes), Τάρταρος (Tártaroo, lançar no inferno, 2 Pedro 2.4), sendo que no livro de Apocalipse há 4 ocorrências, todas traduzidas como Hades. Jesus tinha uma preferência por Geena, que era literalmente o lugar

do lixão da cidade de Jerusalém, um lugar que o fogo nunca apagava, havia vermes, o que serve para formar uma ilustração viva do lugar para onde os incrédulos irão após a morte. João não usa nenhuma das palavras nem no seu evangelho nem nas suas cartas. Pedro prefere Hades, usando duas vezes no discurso de Atos 2. Paulo usa apenas em 1 Coríntios 15.55. Uma observação especial deve ser feita no fato de Lucas usar 3 vezes, sendo 2 vezes Hades e apenas uma vez Geena. O fator especial é quanto à inspiração inerrante da narrativa. A ocorrência de Geena é da fonte comum de Mateus e Marcos, que usaram sempre Geena, e as duas ocorrências de Hades são da fonte exclusiva de Lucas. De fato, Cristo não poderia ter usado as duas ao mesmo tempo, na mesma ocasião narrada pelos evangelistas, nos relatos sinóticos (sinótico vem do grego, mesma ótica, para os textos que narram os mesmos acontecimentos da vida de Jesus).

Esta ênfase no lugar definitivo do perdido é um dos aspectos importantes do relato do julgamento do Trono Branco. De fato, veremos que o julgamento do Trono Branco é o julgamento de todos os incrédulos, desde Caim até o último que não se render aos pés do Rei que rege com vara de ferro, no Milênio, que se juntarão a Satanás na revolta final de Gogue e Magogue, de Apocalipse 20.7-9.

Mas convém que analisemos detalhadamente a passagem para que as conclusões surjam naturalmente e não de forma pré-concebida.

No relato, João viu primeiramente um grande Trono Branco e Aquele que nele se assentava. A palavra é θρόνος (thronos), usada em Mateus 19.28, para o trono do Filho do Homem, e os doze tronos para julgar Israel, o que dá à palavra esta conotação de trono de julgamento.

Em seguida, na narrativa está a visão dos mortos, todos, grandes e pequenos, isto é, tanto os de influência assim como os humildes. Quando o julgamento ia começar, foram abertos livros e também o livro da vida. A presença deste livro tem confundido a muitos no sentido de concluir ser este um julgamento geral, visto que o livro da vida é o livro dos crentes.

Contudo, devemos permanecer no texto: “E os mortos foram julgados, segundo as suas obras, conforme o que se achava escrito nos livros” (v. 12b). Aqueles eram livros que descreviam as obras dos que estavam arrolados neles. O livro da vida, por outro lado, é um livro de nomes, onde estão contidos os daqueles que pertencem ao Senhor; daqueles que foram escritos por Ele. É o que está descrito no verso 15: “E, se alguém não foi achado inscrito no livro da vida, esse foi lançado para dentro do lago de fogo”.

O verso 13 é um tanto difícil de interpretar, quando ele menciona o mar, a

morte e o além. Se o mar aqui é o mar literal, por que ele não menciona a terra também? Além do mais a alma de alguém que morreu no mar foi para o inferno desde que fosse de um incrédulo, e seu corpo permaneceu no fundo do mar. Assim o mar só poderia devolver o corpo!

O que temos aqui é o mar como símbolo das nações gentias, figura essa já vista em Daniel capítulo 7, apoiado por Isaías 57.20 e Apocalipse 17.15. Notem que há uma sequência cronológica no capítulo 20: (1) a rebelião de Satanás após sua soltura, reunindo as nações para a peleja, sendo mortos pelo Senhor (20.7-9); (2) Satanás é lançado para dentro do lago de fogo, onde já estavam a besta (o Anticristo) e o Falso Profeta (20.10); (3) a visão do Trono Branco (20.11-15). Os mortos que o mar deu são aqueles que foram mortos na rebelião de Gogue e Magogue. A morte e o além significam a mesma morte e inferno do verso 14.

A morte dos versos 13 e 14 é o segredo que desvenda a passagem. A morte entrou no jardim, sendo a separação da alma (do homem) de Deus. Esta é a morte espiritual que afetou Adão instantaneamente, trazendo como consequência a sua morte física. Desta forma, todas as pessoas que estão separadas de Deus espiritualmente, estão em poder da morte e habitam o inferno, chamado aqui também de além. Então, todos aqueles que foram vistos aqui, descritos de várias formas, são pessoas espiritualmente separadas de Deus, que não podem de forma alguma serem crentes. Toda a descrição é a de incrédulos.

Podemos entender que a presença do livro da vida aqui tem o propósito de garantir que não havia nenhum escolhido presente neste julgamento. É como se fosse feita uma chamada, lendo-se os nomes no livro da vida, apurando-se que não havia nenhum deles ali. Fecha-se o livro da vida e abrem-se os livros das obras e inicia-se o julgamento. Como punição, o lago de fogo, para habitarem por toda a eternidade, juntamente com Satanás, seus anjos, o Anticristo e o Falso Profeta. Nisto temos um quadro coerente: O céu e o lago de fogo são as habitações eternas de Deus e de Satanás respectivamente e morarão lá os que os seguiram; os que seguiram a Cristo habitarão com Ele eternamente, no céu; e os que seguiram a Satanás estarão com ele, no lago de fogo para todo o sempre. Alguém ainda poderia perguntar: Quem seguiria a Satanás para morar com ele? Seguir é o resultado direto de crer e obedecer. Aquele que não crê no Senhor Jesus e não O obedece, crê em Satanás e o obedece. Não há campo neutro, não há uma zona de neutralidade.

Há somente uma forma de não estar presente no julgamento do Trono Branco: estar inscrito no livro da vida do cordeiro. Todo aquele que se rende a Jesus como seu Senhor e bastante Salvador é inscrito no livro da vida.

O lago de fogo de acordo com o texto em questão é a segunda morte, a separação definitiva de Deus. A morte eterna é o oposto de vida eterna. Os incrédulos estarão num estado de separação completa e eterna de Deus. Cristo em um dos seus discursos declarou que haverá diferentes graus de punição, no lago de fogo: “Ai de ti, Corazim! ai de ti, Betsaida! porque se em Tiro e em Sidom se tivessem operado os milagres que em vós se fizeram, há muito que elas se teriam arrependido com pano de saco e cinza. E contudo vos digo: No dia do juízo haverá menos rigor para Tiro e Sidom, do que para vós outros” (Mateus 11.21, 22).

Portanto, o julgamento do Trono Branco é o julgamento de todos os incrédulos desde Caim até aqueles que se unirão a Satanás, no final do Milênio, contra Cristo. Não é um julgamento para determinar se são culpados ou inocentes. São todos culpados! Apenas receberão a pena eterna por aquilo que estiver escrito no livro das suas obras. Ouvirão a sentença do Juiz após o relato das circunstâncias atenuantes e das agravantes.

Neste momento em que você está lendo estas palavras não seria um momento bom para refletir em que julgamento você estará? Só há dois julgamentos: o tribunal de Cristo para aqueles que Ele vier buscar, e o julgamento do Trono Branco para aqueles que O rejeitaram. Em qual você estará?

CAPÍTULO ONZE

O ARREBATAMENTO DA IGREJA

E o próximo evento do plano futuro, sendo a bendita esperança do crente o ser arrebatado para o encontro com Jesus nos ares! É uma remoção física, sem passar pela morte; é iminente o seu cumprimento, isto é, não há profecias a serem cumpridas antes dele; não há sinais que o precedam, nos quais os crentes possam se basear para saber da sua proximidade.

O apóstolo Paulo em sua resposta à Igreja dos Tessalonicenses declara que de forma súbita e repentina, sob a ordem do Senhor, o arcanjo tocará a trombeta, o Senhor mesmo descerá até às nuvens para o encontro da sua noiva, a Igreja. Neste mesmo texto podemos notar o fato de que o próprio apóstolo Paulo, tão cedo quanto no ano 60 d.C, esperasse esse evento glorioso, usando o pronome pessoal e os verbos na primeira pessoa do plural: “nós, os vivos, os que ficarmos, seremos arrebatados... e assim estaremos para sempre com o Senhor” (1 Tessalonicenses 4.13-18 - ênfase minha).

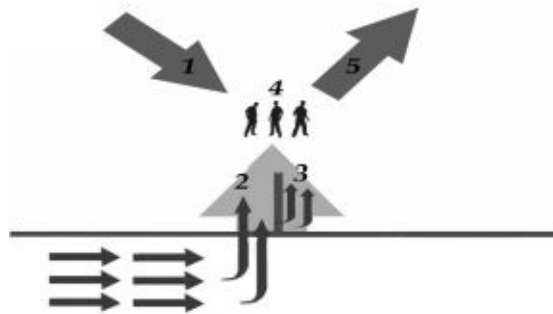
João Batista, quando interpelado pelos sacerdotes e levitas sobre quem ele era, prontamente respondeu que não era o Cristo e para os seus discípulos disse: “...Eu não sou o Cristo... o que tem a noiva é o noivo; o amigo do noivo que está presente e o ouve, muito se regozija por causa da voz do noivo. Pois esta alegria já se cumpriu em mim” (João 1.20; 3.28, 29). De igual forma, o apóstolo Paulo usa a figura do casamento para o relacionamento de Cristo e a Igreja, usando a palavra “virgem”, sinônimo de noiva: “...para vos apresentar como virgem pura a um só esposo, que é Cristo” (2 Coríntios 11.2). E, ainda, quando fala dos papéis dos cônjuges no casamento, associa Cristo ao marido, e a Igreja à esposa (Efésios 5.22-25).

Então, o Arrebatamento faz parte desta figura do casamento judaico, em que o noivo ia à casa da noiva buscar a noiva e a levava para sua casa para apurar o seu dote; ali havia a cerimônia do casamento e ambos voltavam para a casa da noiva, para encontrarem-se com os amigos do noivo e entrar na festa. Esta era, inclusive, a figura na mente de Jesus quando pronunciou a parábola das dez virgens, em Mateus 25.1-13, em que as virgens eram amigas da noiva, encarregadas de acenderem as lâmpadas do lugar da festa, quando os noivos chegassem. Elas representam Israel e não a Igreja, pois Cristo se casou com apenas uma virgem e não com dez! Assim como João como amigo do noivo representava os judeus, as virgens sábias nessa na parábola também.

Na figura do casamento da época de Jesus, o ir buscar a noiva em sua casa simboliza o Arrebatamento. Isto será mais explicado nos argumentos da Igreja em relação à Tribulação.

DEFINIÇÃO

O Arrebatamento é a remoção de todos os crentes vivos, no instante do ressoar da última trombeta, para o encontro com Cristo, nos ares, com seus corpos transformados; essa remoção será precedida da ressurreição dos corpos dos crentes mortos, desde o dia de pentecostes até o momento do Arrebatamento, tudo acontecendo num abrir e fechar de olhos.



- 1 - O Retorno de Cristo com os Santos Desincorporados
- 2 - A Ressurreição dos Santos que dormem em Cristo
- 3 - O Arrebatamento dos demais Santos em Cristo
- 4 - A reunião de todos os Santos da Igreja
- 5 - Início do Tribunal de Cristo - BEMA

O TEMPO DO ARREBATAMENTO

No capítulo intitulado “A Escatologia no Novo Testamento”, falei sobre harmonizar os textos e que as convicções e definições seriam naturais de forma dedutiva dos mesmos textos. Esta é uma questão forte quanto ao Arrebatamento. Defender-se, afirmando ser um mistério as divergências nas passagens com respeito à volta de Jesus, ou apelando para Deuteronômio 29.29, como alguns fazem, é ser simplista e não querer chegar às conclusões que demandariam uma mudança de posicionamento.

Em artigos, tanto em livros como na internet, atualmente, levanta-se uma questão sobre o aspecto secreto do Arrebatamento, como sendo uma

característica do dispensacionalismo. O que é interessante nestas atitudes, entre os colegas teólogos e escritores, é este ataque no campo das palavras e argumentações que são em realidade uma defesa pura das suas convicções pré-concebidas, sem uma análise destemida das passagens levantadas. A figura que vejo é de um duelo de duas pessoas entrincheiradas, atirando suas balas ao léu, não acertando o alvo determinado. Fazem falta os debates sobre estes assuntos, entre dois sentados à mesa, apenas com o texto bíblico aberto e suas ferramentas, seguindo bases comuns e buscando a direção do Espírito para interpretá-lo. Será que chegariam às conclusões que têm chegado hoje? É certo que não! Mas há muita coisa em jogo.

Quando estamos lendo nas páginas do Novo Testamento as passagens que tratam da Segunda Vinda de Cristo, encontramos certos conflitos que precisam ser resolvidos. Iniciando com a referência mais antiga, o Senhor Jesus Cristo afirmou para os seus discípulos que a sua vinda seria “...como o relâmpago sai do oriente e se mostra até o ocidente... Então aparecerá no céu o sinal do Filho do Homem; todos os povos da terra se lamentarão e verão o Filho do Homem vindo sobre as nuvens com poder e muita glória” (Mateus 24.27, 30). Então, o apóstolo Paulo escrevendo aos Coríntios diz, referindo-se ao Arrebatamento: “Nem todos dormiremos, mas transformados seremos todos, num momento, num abrir e fechar dos olhos, ao ressoar da última trombeta. A trombeta soar, os mortos ressuscitarão incorruptíveis, e nós seremos transformados” (1 Coríntios 15.51, 52). Ressaltando apenas que a palavra “momento”, aqui usada “átomo”, significa, na língua grega, “indivisível”. Tudo isto ocorreria num tempo indivisível. No trecho clássico do Arrebatamento, Paulo escreve: “Porquanto o Senhor mesmo,... descerá dos céus, e os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro; depois nós, os vivos, os que ficarmos, seremos arrebatados... com eles, entre nuvens, para o encontro com o Senhor nos ares, e assim estaremos para sempre com o Senhor” (1 Tessalonicenses 4.16, 17). Para acrescentar, temos o apóstolo João que, ao escrever o Apocalipse, diz: “Eis que vem com as nuvens, e todo olho o verá, até quantos o transpassaram. E todas as tribos da terra se lamentarão sobre ele” (Apocalipse 1.7). Por fim, temos a profecia de Zacarias, que afirma:

“ Naquele dia estarão os seus pés sobre o Monte das Oliveiras, que está defronte de Jerusalém para o oriente; O Monte das Oliveiras será fendido pelo meio, para o oriente e para o ocidente...” (Zacarias 14.4).

Estas passagens nos mostram pelo menos dois problemas que precisam de solução para uma definição acurada da Segunda Vinda de Cristo. Todas elas

indiscutivelmente tratam do assunto em questão. Os conflitos são:

Primeiramente, como entender que “todo olho o verá e lamentarão até os que o traspassaram” com, “num momento, num abrir e fechar de olhos”? O segundo conflito é de como harmonizar “descendo até as nuvens” com “seus pés estarão no Monte das Oliveiras”? O pós-tribulacionista tem uma boa resposta: As duas coisas são distintas, dizem, mas acontecem subsequentemente, ou seja, uma após a outra imediatamente! Mas ainda assim permanecem outros dois problemas: João, ao narrar as palavras de consolo de Jesus aos seus discípulos, quanto à sua partida, escreve: “E quando eu for, e vos preparar lugar, voltarei e vos receberei para mim mesmo, para que onde eu estou, estejais vós também” (João 14.3), dando base para as palavras de Paulo aos Tessalonicenses: “...entre nuvens, para o encontro com o Senhor nos ares, e assim estaremos para sempre com o Senhor.” Por que nos ares? Somente para descer com Ele, imediatamente? Foi assim com Elias e Enoque? Mas o ponto crucial é que na narrativa da 2ª vinda do Apocalipse, temos: “... são chegadas as bodas do Cordeiro, cuja esposa a si mesma já se ataviou, pois lhe foi dado vestir-se de linho finíssimo, resplandecente e puro. Porque o linho finíssimo são os atos de justiça dos santos” (Apocalipse 19.7, 8). Todos sabemos que estes atos de justiça, que farão a vestimenta da noiva, serão o resultado do julgamento do crente, o Bema, o Tribunal de Cristo. Mas quando ele ocorreu, se os dois momentos são distintos e sucessivos um ao outro e voltarão com Cristo já julgados? Quando ocorreu tal julgamento dentro da visão pós-tribulacionista?

Portanto, a harmonização é quando entendemos uma ocasião distinta da outra, separada uma da outra em 7 anos. Não são duas vindas, como alguns querem ridicularizar a posição. A segunda vinda é somente a segunda parte. Na primeira ocasião, Cristo vem nas nuvens, encontra a sua Igreja, a noiva, leva-a para o julgamento e volta com ela já julgada, cumprindo a segunda vinda propriamente dita; julga as nações e estabelece o reino! Por isso, esse momento do Arrebatamento é só para a Igreja, ninguém verá; e, enquanto a Igreja estiver sendo julgada no céu, se instalará a Tribulação aqui na terra, que é a 70ª Semana de Daniel.

Desta forma, fica claro também que a Igreja, que era um mistério no Velho Testamento, não substitui ou se torna o povo de Deus em lugar de Israel, mas é um povo separado com promessas distintas, posições no reino distintas, reinando juntamente com Israel e o Rei do reino. A Igreja, então, é um povo de propriedade exclusiva de Deus, povo escolhido, sacerdócio real, nação santa, que teve seu início no dia de Pentecostes, em Atos 2, e terminará com o

Arrebatamento dela, ao soar da última trombeta. Então, Deus passa a lidar com Israel para cumprir as promessas que estão “pendentes” das alianças Abraâmica, Davídica e da Nova Aliança de Jeremias. O Arrebatamento antes da Tribulação é algo totalmente necessário para o desenrolar do plano do Velho Testamento que não foi revogado e sim adiado.

A distinção não é feita pelos pré-tribulacionistas ou dispensacionalistas, a distinção foi feita quando os textos foram dados por inspiração divina. Associar o Arrebatamento à segunda vinda foi um erro teológico grave e que custou toda esta confusão que vemos na Escatologia. O Arrebatamento está relacionado com a Igreja somente. A segunda vinda relaciona-se a Israel e às nações. Por isso, o texto de Zacarias combina com o de Mateus e o de Apocalipse, porque os três referem-se ao mesmo evento. Zacarias não podia falar de Arrebatamento, se a Igreja era um mistério no seu tempo. A Igreja ficou oculta nas revelações de Daniel, estando escondida no intervalo das visões. Jesus fala para os seus discípulos fora do contexto do “pequeno Apocalipse” e Paulo dá a teologia do Arrebatamento. Ambos os acontecimentos serão exatamente como estão descritos nos textos!

Além disso, a expressão “Segunda Vinda” só é legítima se houver uma “primeira vinda”. Tecnicamente, não há segundo, se não houver primeiro; não há “B”, se não houve “A”. Para quem Ele veio na primeira vez? Para a Igreja? Absolutamente! Ela nem existia e não foi Jesus que a inaugurou na sua vinda. João expressa isso muito bem, quando diz: “Veio para o que era seu e os seus não o receberam. Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus; a saber: aos que creem no seu nome” (João 1.11, 12). O poder dado aos que creram não era de ser o povo de Deus no lugar de Israel e sim o de serem filhos de Deus, porque eram filhos do diabo (João 8.44). Jesus afirmou para Pedro que sobre a “pedra”, termo esse se referindo ao Senhor Jesus mesmo, confirmado por Pedro na sua primeira carta, edificaria sua Igreja e as portas do inferno não prevaleceriam contra ela. Israel no Velho Testamento nunca foi chamado de “o corpo de Deus” nem tão pouco de “o corpo de Cristo”. Então, a segunda vinda de Jesus é para estabelecer o que Ele não estabeleceu na primeira vinda; portanto, é exclusivamente para restaurar Israel e julgar as nações; a Igreja virá juntamente com Ele, conforme diz o Apocalipse.

DEFINIÇÃO DE TERMOS

Os escritores sagrados usaram certos termos para se referirem tanto ao Arrebatamento quanto à Segunda Vinda de Cristo, os quais merecem ser

descritos e analisados. São termos que elucidam ambos os fatos, visto que nas traduções temos certa perda natural de significado, devido às limitações das línguas para as quais foram traduzidas as Escrituras, no nosso caso, o português, que mesmo sendo uma língua rica, tem suas limitações em relação ao grego.

1. παρουσία (PAROUSIA); usado 24 vezes no Novo Testamento

a. Etimologia: ουσία (ousia), participio de εἰμί (eimi); ser, estar, daí o sentido de PRESENÇA. Com o prefixo para (para), ao lado de, significando “presença, ao lado de”.

b. É um termo genérico (1 Coríntios 16.17; Filipenses 1.26; 2 Tessalonicenses 2.9, etc.).

c. Termo usado em relação à Igreja - ARREBATAMENTO (1 Coríntios 15.23; 1 Tessalonicenses 2.19; 4.15; 5.23; 2 Tessalonicenses 2.1; Tiago 5.7, 8; 2 Pedro 3.4 e 1 João 2.28).

d. Termo usado quanto à volta de Cristo com a sua Igreja (Mateus 24.3, 27, 37, 39; 1 Tessalonicenses 3.13; 2 Tessalonicenses 2.8 e 2 Pedro 1.16).

e. Termo elástico; enfatiza a presença corpórea de Jesus! Isto quer dizer que quando Cristo vier nas nuvens buscar a sua Igreja, Ele não virá espiritualmente e sim fisicamente.

2. ἀποκάλυψις (APOKALYPSIS); usado 18 vezes como substantivo e 26 em forma de verbo!

a. Etimologia: καλύπτω (kalypto); encobrir, esconder, velar. Com o prefixo ἀπό (apo), preposição; partir de, afastar da parte de, de origem. Significando desvelar, descobrir, revelar e manifestar.

b. Quanto à Segunda Vinda de Cristo (1 Pedro 4.13; 2 Tessalonicenses 1.7; Lucas 17.30).

c. A volta de Cristo para sua Igreja (1 Coríntios 1.7; Colossenses. 3.4; 1 Pedro 1.7, 13).

d. Enfatiza mais a pessoa de Cristo na sua glória! Normalmente, o termo aparece neste contexto da manifestação da glória de Cristo na sua vinda, tanto para a Igreja como para Israel. Será uma manifestação, uma revelação gloriosa.

3. ἐπιφάνεια (EPIPHANEIA); usado 5 vezes no Novo Testamento.

a. Etimologia: φανερός (phaneros); manifestar, fazer brilhar, trazer à luz. Com a preposição ἐπί (epi), sobre; quando usado como prefixo de palavras,

intensifica o seu significado! Significando manifestar.

b. Usado para se referir à primeira vinda de Cristo (Lucas 1.79; 2 Timóteo 1.10).

c. Usado em torno do tema do Arrebatamento (1 Timóteo 6.14; Tito 2.13).

d. Usado referindo-se à segunda vinda, mas em um contexto do reino (2 Timóteo 4.1).

e. Enfatiza o aspecto da manifestação pessoal e visível.

4. ἐρχόμενος (ERCHOMENOS); Aquele que está vindo!

a. Etimologia: Particípio de ἔρχομαι (erchomai); vir ou ir.

b. Sendo o particípio um adjetivo verbal, qualifica a pessoa pela ação de vir; Aquele conhecido pela sua vinda; Aquele que vem.

c. Tornou-se um título para o Messias (Mateus 11.3).

d. A multidão exultante usou este termo na entrada triunfal (Mateus 21.9).

e. O Escritor de Hebreus usou-o especificamente referindo-se à segunda vinda (Hebreu 10.37, citando Habacuque).

5. καταβαίνω (KATABAINO)

a. Etimologia: κατά+βαίνω (kata+baino); deslocar para baixo, descer.

b. Indica a direção no ato de vir!

c. Usado no contexto da primeira vinda (João 6.38).

d. Usado para referir-se ao Arrebatamento (1 Tessalonicenses 4.16).

Os dois primeiros termos usados para o Arrebatamento bem como para a segunda vinda são substantivos e ambos os termos no gênero feminino. Isto tem uma importância também fora da Escatologia, na doutrina dos dons espirituais, em 1 Coríntios 13.10, com respeito à identidade do “perfeito”. Aqueles que acreditam que todos os dons da Igreja primitiva são vigentes hoje usam este texto como base da sua defesa, argumentando num primeiro momento que o “perfeito”, ali, se referia ao Senhor Jesus, por causa do verbo vir: “Quando vier o que é perfeito...”. Porém, o gênero da palavra τέλειον (teleion), perfeito, é de gênero neutro, não sendo usada para se referir a pessoas, acrescentando-se ainda que τέλειον significa completo; algo que passou por um processo e atingiu sua maturidade. Com isso, passou-se a argumentar que τέλειον ali, era Cristo na sua segunda vinda, apelando para o “evento de vir” que, como foi demonstrado acima, é referido no Novo Testamento com três palavras femininas e que em nenhum outro lugar o termo “perfeito” tem sido usado no contexto dos eventos

futuros.

A importância de se estudar cuidadosamente os termos usados em qualquer disciplina bíblica, além do fato de podermos saber com precisão o seu significado no tempo em que foi usado, é também a de nos impedir de fazer afirmações que têm como propósito apenas fundamentar pensamentos pré-concebidos.

OCORRÊNCIAS ANTERIORES E FUTURAS DE ARREBATAMENTO

A remoção de pessoas sem passar pela morte não é uma novidade nas Escrituras. No livro de Gênesis, num relato bem simples e objetivo, temos o traslado de Enoque. A narrativa de Gênesis não justifica o motivo de tal forma inédita de tirar alguém aqui da terra, quando a forma estabelecida por Deus como resultado do pecado era a morte. O escritor de Hebreus, na sua lista dos “heróis da fé”, no capítulo 11, reputa à fé exercida por Enoque, colocando o Arrebatamento como uma recompensa soberana de Deus por Enoque ter-Lhe agradado (Hebreus 11.5). Algo que ambos os textos não relatam é a maneira como ele foi trasladado; simplesmente diz: “... e já não estava, porque Deus o tomou para si” (Gênesis 5.24). Pela genealogia de Gênesis 5, Enoque foi trasladado antes do fim do primeiro Milênio da humanidade (987 anos depois da criação; 669 anos antes do Dilúvio, considerando-se a genealogia apresentada em Gênesis 5).

No período da monarquia em Israel, no reino dividido, Deus novamente dentro da sua soberania arrebatou Elias num carro de fogo à vista de Eliseu, seu sucessor. Foi um fato inesperado do ponto de vista de Eliseu e nosso, mas não o foi para o profeta Elias que preveniu o seu discípulo que, se ele visse quando ele fosse tomado o seu pedido difícil, de ter a porção dobrada do espírito de Elias, se cumpriria; de certa forma, Deus lhe antecipara o que estava para fazer. Eliseu não estava tendo uma visão, era real: “Indo eles andando e falando, eis que um carro de fogo, com cavalos de fogo, os separou um do outro; e Elias subiu ao céu num redemoinho” (2 Reis 2.11). Elias foi um profeta especial, com um ministério especial e foi levado à presença de Deus de um modo especial. No caso de Elias, as Escrituras nos dão detalhes de ter sido num carro de fogo; um Arrebatamento digno da grandeza do profeta. Em contra partida, Tiago nos encoraja, dizendo que Elias era um homem sujeito às mesmas paixões que nós. Sabemos que os seus feitos, como os de qualquer outro personagem bíblico,

eram pelo poder do Espírito Santo; também a forma de honrar a Deus ao deixar este mundo é decisão do próprio Deus, em sua soberania.

Encerrando a era do Velho Testamento, temos a ascensão de Jesus, diante dos olhos dos seus discípulos, narrada no livro de Atos: “Ditas estas palavras, foi Jesus elevado às alturas, à vista deles, e uma nuvem o encobriu dos seus olhos” (Atos 1.9). Embora os três textos mostrem certas diferenças nos três casos, usando terminologia diferente, foram três Arrebatamentos ocorridos: Enoque, Deus o tomou para si; Elias subiu num carro de fogo, num redemoinho; e, Jesus foi elevado ao céu. Podemos notar algo comum nos três casos, o aspecto passivo dos envolvidos: Deus tomou Enoque; o carro de fogo separou Elias de Eliseu, e Jesus foi elevado ao céu.

A Bíblia também dá certos detalhes do Arrebatamento da Igreja: será súbito; numa fração de tempo indivisível; entre nuvens (não será num dia de céu claro!). Isto indica que também será diferente das três ocorrências anteriores.

Mas, além das ocorrências do Velho Testamento e a promessa para a Igreja, haverá o Arrebatamento das Duas Testemunhas; suas identidades serão discutidas no próximo capítulo. João narra o fato no Apocalipse: “Mas, depois dos três dias e meio, um espírito de vida, vindo da parte de Deus, neles penetrou e eles se ergueram sobre seus pés... e as duas testemunhas ouviram grande voz vinda do céu, dizendo-lhes: Subi para aqui. E subiram ao céu na nuvem...” (Apocalipse 11.11, 12). Depois de cumprirem seu ministério de testemunhas do Cordeiro, serão mortos pela besta que surge do abismo, esquartejados e expostos em praça pública e, depois de três dias e meio, ressuscitarão e serão arrebatados por Deus.

Os quatro relatos nos mostram também semelhanças em termos do ambiente no mundo; um ambiente de decadência espiritual e afastamento de Deus. Mas o ponto mais importante desta comparação é que o Arrebatamento da Igreja é o único que envolve um grupo de pessoas. Porém, ao mesmo tempo, é um só corpo, conforme o relato de Paulo aos Tessalonicenses: “Os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro, depois nós, os vivos, os que ficarmos, seremos arrebatados juntamente com eles, para o encontro do Senhor nos ares...” (1 Tessalonicenses 4.16.17). “Mortos em Cristo” implica que são somente os de Atos 2 em diante. O detalhe importante é a precisão da narrativa: os mortos primeiro, depois os vivos, juntamente com “eles”, os mortos; ambos formando o corpo de Cristo, a sua noiva. Onde Israel entra nessa narrativa? Não há promessa de Arrebatamento para eles no Velho Testamento. O ensino é bastante claro: Deus iniciou a formação de “um corpo, composto de pessoas de várias nações,

inclusive da nação de Israel neste tempo de Atos 2, cinquenta dias após a morte do seu Filho”, e quando este corpo estiver completado, Ele virá buscá-lo nas nuvens, o Arrebatamento, para continuar o seu plano de restaurar o seu povo, adiado na rejeição de Jesus por parte da nação de Israel (Mateus 12). Esta é a razão do uso do termo “parêntesis” para a era da Igreja, porque ele abre e fecha, e continua de onde estava antes do “parêntesis”.

Deus planejou a Igreja distinta de Israel; o Arrebatamento demonstra esta distinção, e planejou o reino com os dois grupos em posições distintas, que veremos no capítulo do Milênio.

IMPLICAÇÕES E PROPÓSITO

Cristo vem buscar o seu corpo formado, a sua noiva (João 14.3); será a reunião de todos os crentes da Igreja como um só corpo (2 Tessalonicenses 2.1); Ele transformará os crentes da Igreja, porque carne e sangue não podem herdar o reino de Deus (1 Coríntios 15.50); será o cumprimento da promessa da redenção do corpo, o consumir da nossa adoção (Romanos 8.23) e será o completar da nossa salvação (1 Pedro 1.5).

Além do aspecto de recompensa, já discutido anteriormente, há outros propósitos de Cristo ao arrebatá-la a sua Igreja, tais como o relacionamento com a sua igreja, iniciando com o julgamento do tribunal de Cristo, para apurar os atos de justiça dos santos e preparar a sua noiva para a sua segunda vinda definitiva para os julgamentos do Anticristo, do Falso Profeta e das nações e estabelecer o seu reino. O Arrebatamento tem ainda como propósito a manifestação do seu poder e, por que não, a proteção da sua noiva da Tribulação, tempo este planejado e preparado para o seu povo Israel, onde ele será definitivamente curado e restaurado para ser finalmente o povo de Deus, como profetizado em Jeremias: “Porque esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o Senhor. Na mente lhes imprimirei as minhas leis, também no coração lhes inscrevereis; eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo... perdoarei as suas iniquidades, e dos seus pecados jamais me lembrarei” (Jeremias 31.33, 34). Como não enxergar esta distinção, diante de um texto tão esperançoso para um povo que fora formado exclusivamente para ser seu.

Cumprir as promessas feitas a Israel na Igreja, seria o mesmo que destruir o povo no deserto e fazer um novo povo através de Moisés! (Êxodo 32.10) Qual foi a resposta do líder de Deus? “Por que hão de dizer os egípcios: Com maus intentos os tirou, para matá-los nos montes, e para consumi-los da face da terra?” (Êxodo 32.12) Deus não substituiu Israel pela Igreja, nem tão pouco fundiu os

dois. Vimos na figura do casamento, usada no novo testamento, o lugar para os dois!

Paulo, em sua carta aos Romanos, ao expor o plano de salvação em Cristo, abre seu coração mostrando a sua tristeza pela situação da nação de Israel, seus compatriotas. Ele desenvolve minuciosamente o plano de resgate de Israel em três capítulos inteiros: capítulos 9, 10 e 11. Ele encerra o seu discurso sobre o futuro da nação, advertindo a Igreja de que Deus ainda tem um plano para o seu povo Israel, citando Isaías 59.20, 21 e Jeremias 31.33, 34, justamente a passagem que trata da nova aliança já mencionada anteriormente. Encerra aquela porção com um dos cânticos mais maravilhosos das Escrituras: “Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria, como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e quão inescrutáveis os seus caminhos... Porque dele e por meio dele e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém” (Romanos 11.33-36).

A IGREJA NÃO PASSARÁ PELA TRIBULAÇÃO

Ao longo de toda a discussão do assunto do Arrebatamento, tenho defendido que a Igreja será arrebatada antes do início da Tribulação, que é a 70ª Semana de Daniel 9. Esta defesa tem sido feita numa forma crescente, analisando as passagens que tratam do assunto no Novo Testamento. Os argumentos e a linha de pensamento não foram colocados de uma forma sistemática, como se costuma fazer, mas seguindo a progressão no tempo da revelação eles foram surgindo e tomando forma. Embora possa parecer repetitivo e redundante, a ênfase tem como objetivo não deixar lacunas para o levantamento de questões que possam neutralizar a verdade estabelecida nos relatos bíblicos.

Tenho procurado fugir do lugar comum das discussões que não levam a uma conclusão equilibrada e sóbria. Não tem sido meu objetivo defender uma “escola” teológica, embora não possa escapar de que me rotulem em alguma delas. Por isso, para finalizar este capítulo, preparei uma série de argumentos mais sistemáticos que ajudarão a eliminar dúvidas ainda restantes. O subtítulo não é uma simples premissa e sim um complemento, com um conjunto de argumentos em forma sistemática que podem auxiliar na compreensão do propósito do Arrebatamento e do seu lugar no plano geral de Deus.

Eles não estão alistados em nível de importância; alguns deles se edificam em outros ou servem de base para outros.

1. A TRIBULAÇÃO É UM TEMPO PREPARADO PARA ISRAEL

Não é necessário repetir aqui os argumentos e provas de que Israel é um povo distinto da Igreja e que todo o tratamento de Deus para ele é distinto também. Esta é uma premissa fundamental para a compreensão tanto do Arrebatamento quanto da segunda vinda propriamente dita. Por isso é importante que se tenha claro na mente esta distinção, e que na falta de clareza retorne-se à parte deste capítulo que trata do assunto e estude-se as passagens bíblicas com cuidado para depois prosseguir deste ponto.

Cronologicamente, a primeira menção da Tribulação na Bíblia está em Deuteronômio 4. Este é um texto que impressiona e causa temor, porque Israel estava ainda por entrar na Terra Prometida quando Moisés repete as leis para a segunda geração e Deus profetiza esse período de tribulação e angústia para Israel. Deuteronômio 4 não era apenas um aviso de alerta para o povo não se desviar, com uma lista de consequências que poderiam acontecer, e com a finalidade de amedrontá-los e impedi-los de pecar contra Deus. Deuteronômio era uma profecia do que aconteceria com o povo muito tempo depois de possuírem a terra. A linguagem é profética e não preventiva. Recomendo fortemente a leitura atenta de toda a passagem, do verso 22 ao 40. Nos versos 27 a 29, ele profetiza que o povo seria espalhado pelas nações. Isto implica de que ele não está se referindo ao cativeiro babilônico e sim a dispersão do ano 70 da nossa era, que se estende até hoje e só terminará quando Deus reunir novamente seu povo na época da Tribulação. O verso 30 é específico: “Quando estiveres em angústia, e todas estas coisas te sobrevierem nos últimos dias, e te voltares para o Senhor teu Deus, e lhe atenderes a voz, então o Senhor teu Deus não te desampará, porquanto é Deus misericordioso, nem te destruirá, nem se esquecerá da aliança que jurou a teus pais” (4.30, 31). A precisão é impressionante, onde temos aqui todos os elementos da Tribulação: Estarão espalhados entre as nações, angústia, nos últimos dias, não desampará... porque guarda a aliança jurada aos pais. Como alguém pode sustentar que Deus substituiu Israel pela Igreja, com uma profecia como esta? Deus sabia que o Egito não curaria seu povo da idolatria e da incredulidade; Deus também sabia que o cativeiro babilônico também não. Deus sabia que o mal estava no coração do povo e que só o derramamento do Espírito o curaria. Mas a rebeldia do povo, em não acreditar nas palavras do Senhor, o levaria a passar por todo o sofrimento que temos presenciado através dos tempos; e pior, o povo continua mais rebelde do que nunca. Por isso, o que devemos esperar... um acordar da nação? Não, e sim do cumprimento da profecia de que Deus derramará sobre o seu povo o seu

Espírito de graça (Zacarias 12.10).

Na profecia de Daniel, depois de 800 anos, Deus revelou que tinha determinado 70 semanas sobre “... o teu povo, e sobre a tua santa cidade...” (9.24 - ênfase minha). Desde que a Tribulação é a última semana, como detalhadamente exposto anteriormente, a Tribulação é exclusivamente para Israel. A clareza do texto é tão grande que os estudiosos e teólogos precisam defender o indefensável: que a Igreja é o Israel espiritual. Se Deus desistiu de Israel, porque eles não creram, desistirá de nós porque mesmo com tantas informações no Velho Testamento, para exemplo nosso (1 Coríntos 10.6), temos sido rebeldes como Israel o foi, o que nos torna piores do que ele.

Louvado seja Deus que não desiste de alguém; contudo, pagamos o preço da nossa incredulidade e rebeldia, tal como Israel tem pago e pagará ao passar por período tão terrível. Eis a razão porque Deus abreviou aquele tempo, porque ninguém dos eleitos restaria! (Mateus 24.22).

2. O TERMO “IRA” COMO TERMO TÉCNICO PARA A TRIBULAÇÃO

“Termo técnico” é uma expressão usada para uma determinada palavra, ou conjunto de palavras, que toma um significado específico dentro de certa disciplina ou matéria. Por exemplo, a palavra “stress” é uma palavra inglesa que significa literalmente “pressão”, mas dentro da medicina tem um sentido técnico de uma doença que é o esgotamento mental. Diz-se da pessoa doente: Ela está com “stress”. Então, o termo é inevitavelmente entendido naquele sentido, independente do seu significado etimológico. Outro exemplo do dia-a-dia é a expressão “curto circuito”. Circuito é uma palavra que significa caminho, porém, na eletrônica significa o caminho onde as correntes circulam de forma a fazer algo funcionar. Então, curto circuito é quando as duas polaridades, positivo e negativo são colocadas no mesmo caminho provocando uma faísca elétrica que, na maioria das vezes, é prejudicial. Qualquer pessoa, em qualquer língua, entende prontamente o que é um “curto circuito” e que ele “queima” os eletrodomésticos, por exemplo.

Assim, da mesma forma na Escatologia, podemos associar a palavra “ira” com a Tribulação, visto que no Velho Testamento esse termo foi usado em várias passagens naquele contexto, passando a qualificá-lo, tornando-se um termo técnico que ao aparecer no contexto profético se refere àquele tempo. Os textos

são: Isaías 13.9: “Eis que vem o dia do Senhor, dia cruel, com ira e ardente furor...” Isaías 26.20: “Vai, pois, povo meu, entra nos teus quartos, e fecha as tuas portas sobre ti; esconde-te só por um momento, até que passe a ira.” E, Sofonias 1.15,18: “Aquele dia é dia de indignação... Nem a sua prata nem o seu ouro os poderá livrar no dia da indignação...” Na LXX (Versão grega do Velho Testamento), o termo traduzido em Isaías “ira” e em Sofonias “indignação” é o termo grego ὀργή (orge).

No Novo Testamento, o apóstolo Paulo em duas de suas cartas usa esse mesmo termo “orge”) em relação à Igreja. Em Romanos 5.9: “Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira”. Em 1 Tessalonicenses 1.10: “E para aguardardes dos céus o seu Filho, a quem ele ressuscitou dentre os mortos, Jesus, que nos livra da ira vindoura”. E, ainda, no capítulo

5.9 da mesma carta: “Porque Deus não nos destinou para a ira, mas para alcançar a salvação mediante nosso Senhor Jesus Cristo”. Notar que o apóstolo foi enfático em dizer que a Igreja não tem qualquer ligação com a ira. Alguém pode interpretar os textos de Paulo dizendo que a ira a que ele se refere é o julgamento dos incrédulos, o que seria uma ênfase desnecessária na sua teologia. O ponto a salientar é que ele não está falando da ira de Deus, mas simplesmente “ira”. Ele dá a entender que “ira” está se referindo a um tempo; usa sempre o definido, “a ira” ou “da ira”. E mais ainda, duas vezes numa carta onde o contexto dela é a Escatologia.

3. A QUESTÃO DA IMINÊNCIA

Essa questão já foi discutida anteriormente, mas quero formar um argumento com ela. Na profecia das Setenta Semanas, Daniel afirma que o príncipe que haveria de vir, faria aliança com muitos por uma semana e que na metade da semana faria cessar o sacrifício, etc. (Daniel 9.26, 27). Vimos também que a profecia em si colocava um intervalo de tempo entre a 69ª e a 70ª pelos dois eventos que ocorreriam, que seria a morte do Ungido, do Príncipe, e que a cidade seria invadida por um príncipe de um povo que haveria de vir. A morte do Messias ocorreu no ano 33 d.C. e a invasão de Jerusalém ocorreu no ano 70 a.C. Isto implica que a 70ª Semana poderia começar a qualquer momento depois da invasão. Por que não começou imediatamente após? Porque na profecia estava declarado que a 70ª Semana começaria com a assinatura do pacto com Israel, o que não aconteceu até o presente momento.

Jesus, no seu discurso no Monte das Oliveiras, afirmou para os seus

discípulos que ninguém sabia o dia nem a hora da vinda do Senhor, nem mesmo Ele no estado de humilhação (Mateus 24.36). Em seguida citou o Dilúvio destacando o aspecto repentino que surpreendeu a todos. É bom lembrarmos que Deus havia dito para Noé que destruiria a terra em 120 anos!

Como vimos que o Arrebatamento é um evento que precede a Segunda Vinda de Cristo para o povo de Israel, e que não há e nunca houve alguma profecia por se cumprir antes do Arrebatamento, este será iminente, sem aviso. Isto quer dizer que se estivermos aqui quando o pacto for assinado entre o Anticristo e Israel poderemos datar a volta dEle, perdendo este aspecto de surpresa. Mesmo Noé sabendo que Deus mandaria chuva, não sabia o exato dia e nem a hora que o Dilúvio aconteceria.

Na passagem de Mateus 24, Cristo está se referindo à sua segunda vinda no Monte das Oliveiras, que ocorrerá sete anos depois do Arrebatamento. A iminência ali ressaltada é quanto aos incrédulos que não crendo nas Escrituras e nem no testemunho das Duas Testemunhas serão pegos repentinamente pela chegada do Filho do Homem. Novamente, o entendimento completo do discurso de Jesus só veio quando Paulo escreveu suas cartas, dando informações sobre o Arrebatamento, visto que a Igreja era um mistério no Velho Testamento. Jesus deu apenas as informações pertinentes ao povo de Israel, mesmo que os seus discípulos fossem fazer parte da Igreja e não de Israel no plano futuro.

Então, a Igreja será arrebatada antes que o Anticristo se manifeste como tal, embora ele possa estar vivo, o que discutiremos quando tratarmos da sua pessoa na Tribulação. Haverá um intervalo de tempo curto entre o Arrebatamento e esta assinatura do acordo que dará efetivamente partida ao relógio profético que no momento está parado.

4. A DIVISÃO DO LIVRO DE APOCALIPSE COM O VOCÁBULO IGREJA

Como já mencionei superficialmente, o livro do Apocalipse está dividido em três partes: “As coisas que viste, e as que são e as que hão de acontecer depois destas” (1.19). As coisas que viste, é a visão do capítulo 1; as coisas que são, são as sete cartas às sete Igrejas da Ásia, a época da Igreja em que vivemos, e as coisas que hão de acontecer depois destas, são respectivamente: a Tribulação, a Segunda Vinda de Cristo, a segunda parte da primeira ressurreição, o aprisionamento de Satanás, o Milênio, o Julgamento do Trono Branco e o Novo céu e a Nova terra; capítulos 4 a 22. Com isto em mente, ao ler as sete

cartas às sete igrejas, notamos ao final de cada carta, consistentemente, uma frase: “Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas...” Isto, como disse, ocorre ao final de cada carta consistentemente, nos versos: 2.7, 11, 17, 29; 3.6, 13 e 22; sete vezes!

No capítulo 13, (que faz parte da narrativa da Tribulação, que é totalmente descrita nos capítulos de 4 a 18), temos a narrativa da besta que surgiu do mar e da besta que surgiu da terra, falando do Anticristo e do Falso Profeta, respectivamente. Ao final da narrativa da besta que surgiu do mar, no verso 9 temos: “Se alguém tem ouvidos, ouça.”; na sequencia, faz o alerta que devia ser ouvido: “Se alguém leva para cativeiro, para cativeiro vai... Aqui está a perseverança e a fidelidade dos santos” (13.10). Por que João não completou a frase (“o que o Espírito diz às igrejas”) se tratava dos santos? A resposta é: porque a Igreja não estava mais aqui na terra naquela época!

5. AS FIGURAS USADAS POR JESUS EM LUCAS 17.26-30

Quando Cristo foi interrogado pelos fariseus sobre quando viria o reino de Deus, na sua explanação, destacou primeiramente a ilustração do relâmpago, que usaria novamente no discurso do Monte das Oliveiras. Em seguida, Ele disse que primeiro seria necessário que o Filho do Homem padecesse e fosse rejeitado por aquela geração. E, por fim, fez menção a dois momentos do Velho Testamento de forma comparativa. O primeiro, dos dias de Noé: “Assim como foi nos dias de Noé... até ao dia em que Noé entrou na arca, e veio o Dilúvio e destruiu a todos” (vv. 26, 27). O segundo, dos dias de Ló: “Comiam, bebiam, compravam, vendiam, plantavam e edificavam, mas no dia que Ló saiu de Sodoma, choveu do céu fogo e enxofre, e destruiu a todos” (vv. 28, 29). E completa: “Assim será no dia em que o Filho do homem se manifestar.” (v. 30). Embora os teólogos extraiam desta passagem o cotidiano, que Jesus estava apenas enfatizando que eles estavam vivendo as suas próprias vidas sem se importar com as coisas de Deus, o ponto crucial é que em ambos os casos, a destruição só ocorreu quando os salvos foram removidos!

Com que autoridade podemos afirmar que Cristo queria enfatizar uma e não a outra? Exegeticamente não podemos excluir esta possibilidade, pois ambas são um entendimento de contexto e não de gramática! Cristo de certa forma deu uma cronologia usando uma linguagem indireta semelhante a quando falou por parábolas. Podemos entender suas palavras com três eventos: Primeiro, a remoção dos salvos, neste caso a Igreja, que ainda era um mistério para os discípulos; segundo, haveria a destruição, o juízo, como nos dois casos citados,

e, por fim, a manifestação do Filho do homem. Mais uma razão porque a Igreja não passará pela Tribulação.

6. O TEMPO DO JULGAMENTO DA IGREJA, O BEMA DE CRISTO

Em Apocalipse, quando João narra o anúncio da volta de Jesus com sua esposa, a Igreja, ele enfatiza que ela já estava devidamente trajada para a ocasião das Bodas do Cordeiro e descreve sua vestimenta: “Cuja esposa a si mesma já se ataviou, pois lhe foi dado vestir-se de linho finíssimo, resplandecente e puro. Porque o linho finíssimo são os atos de justiça dos santos” (Apocalipse 19.7 e 8). Se a Igreja estava com os atos de justiça, quando foram eles apurados? De acordo com o apóstolo Paulo, todos (os crentes da Igreja) compareceremos diante do tribunal de Cristo, a palavra é βῆμα (bema), que significava uma plataforma elevada de onde o imperador assistia aos jogos olímpicos e premiava o vencedor. Paulo afirma em 2 Coríntos 5.10 que será apurado o que fizermos de bem ou mal. A palavra usada para mal é φαῦλος (phaulos), que tem o sentido de oco, inútil e não de mal moral (Thayer define também como “sem valor, de não se levar em conta” p. 650). Paulo teria usado κακός (kakos) que é mau, corrupto, moralmente mau ou ainda usado πονηρός (poneros) que significa mau, perverso, podendo ser traduzido “o próprio mau”. É neste julgamento que de todos os nossos atos restarão apenas aqueles que glorificaram a Deus, tornando-se os nossos atos de justiça, o adorno do vestido da noiva.

Esse julgamento não pode ser o Trono Branco, como creem os amilenistas, porque o Trono Branco acontecerá depois deste momento da volta de Cristo e sua narrativa está em Apocalipse 20.11-15, ao final do Milênio. Tem de ser um julgamento distinto, e, além disso, o caráter dos julgamentos será completamente distinto também.

O tribunal de Cristo, pelo termo usado, em si o caracterizava como um tribunal recompensatório; inclusive Paulo mantém a consistência quando fala das coroas que receberemos, usando a mesma palavra que era usada para a coroa do atleta que vencia, στέφανος (stephanos), coroa de louro. Por outro lado, a palavra usada para trono no relato do Trono Branco é θρόνος (thronos), o trono do rei, quando se sentava para julgar como está descrito no Apocalipse.

A Igreja será arrebatada antes da Tribulação e será julgada no céu durante o tempo em que a Tribulação estiver acontecendo aqui, na terra, e voltará com Cristo já julgada, com seu vestido de linho finíssimo, para o julgamento das

nações e reinará com Cristo no Milênio.

7. A SEQUÊNCIA ESCATOLÓGICA DE PAULO EM TESSALONICENSES

O apóstolo Paulo, quando escreveu sua primeira carta à Igreja de Tessalônica respondendo suas questões quanto aos crentes que morreram antes da volta de Cristo, por terem entendido que a volta de Cristo era tão iminente e breve que nenhum crente morreria antes dela acontecer, deu uma sequência em ordem dos eventos futuros.

No texto de 4.13-18, ele fala do Arrebatamento da Igreja e, no texto de 5.1-11, ele fala do Dia do Senhor, um dia escatológico de 1007 anos, compreendendo a Tribulação e o Milênio, como será exposto no próximo capítulo. Observar o uso dos pronomes pessoais e as pessoas dos verbos no capítulo 5, quando ele fala do Dia do Senhor. Paulo usa a 1ª e a 2ª pessoa do plural nos versos 2, 4-6 e 8-11. Nestes trechos, ele reflete com eles de que eles não pertencem àquele tempo do Dia do Senhor; que eles não foram destinados para aquele tempo. Paulo muda a pessoa do verbo para a 3ª pessoa nos versos 3 e 7, “eles”, deixando bem claro que eram pessoas distintas dos crentes que participariam daquele tempo. O Dia do Senhor é um termo teológico que se refere ao dia escatológico que foi predito no Velho Testamento para o seu povo Israel; só no texto de Zacarias capítulos de 12 a 14 ocorre 15 vezes a expressão “naquele dia”! Paulo cuidadosamente coloca em ordem os acontecimentos; primeiro, o Arrebatamento, depois, o Dia do Senhor. Isto ficará mais claro ainda no argumento a seguir.

8. A PROMESSA À IGREJA DE FILADÉLFIA

Filadélfia foi à sexta igreja da Ásia a receber uma carta de Jesus, transcrita no livro do Apocalipse. Esta igreja é uma das duas dentre sete sobre a qual não está relatada qualquer coisa por parte dela que desagradasse ao Senhor. A outra é Esmirna.

Em Apocalipse 3.10, temos: “Porque guardaste a palavra da minha perseverança, também eu te guardarei da hora da provação que há de vir sobre o mundo inteiro, para experimentar os que habitam sobre a terra”. Este é um texto significativo por ter vindo do próprio Senhor Jesus, sem deixar dúvidas a que tempo ele está se referindo e que a promessa é explícita: “... eu te guardarei da provação que há de vir sobre o mundo inteiro”. Teólogos que defendem o pós-

tribulacionismo utilizam este texto para defender que a Igreja estará na Tribulação apenas que será “guardada” como que protegida dela, por causa da palavra grega aqui usada. A palavra é o verbo τηρέω (tereo), guardar, proteger. Eles afirmam que Deus protegerá a Igreja dentro da Tribulação, porque a palavra pode ser ilustrada por um forte totalmente protegido, onde os inimigos estão em volta.

Mas observemos as palavras de Jesus. Ele usa duas vezes o mesmo verbo, a primeira vez, para a atitude da igreja e, a segunda, para a sua atitude em recompensa a ela. O entendimento que tivermos na primeira ocorrência, teremos de ter na segunda. Apliquemos a figura sugerida pelos pós-tribulacionistas à primeira ocorrência. Então, teríamos de entender que Jesus está dizendo que a igreja apenas cercou a palavra da sua perseverança não permitindo que ela fosse destruída. Todo o contexto anterior da própria carta, onde Ele usou outra vez a palavra guardar no verso 8, é de uma vida ativa em observar e cumprir a palavra do Senhor, mesmo em meio à perseguição. Um segundo destaque é o caso gramatical da frase na língua grega; o caso é genitivo, de posse: κἀγὼ σε τηρήσω ἐκ τῆς ὥρας τοῦ πειρασμοῦ (kago se teresso ek tes horas tou peirasmou) “também eu te guardarei da hora da provação”, guardaria do fato dela, do fato que pertencia a ela. Para ser legítima a ilustração do forte guardado, deveria estar no locativo “guardarei na provação”. Jesus vai tirar sua Igreja antes de acontecer a provação sobre o mundo inteiro. Existe um destaque a mais que é apenas um pequeno detalhe para se pensar. Nas sete cartas, duas vezes o judeu é mencionado: “Se declaram judeus, e não são” (2.9; 3.9). Na primeira, Ele promete uma “Tribulação” de 10 dias e o diabo poria na prisão alguns dentre eles. É pelo menos interessante que Ele faça esse trocadilho de palavras com a Tribulação que está proposta para os judeus, que não será de 10 dias e sim de 3.520 dias abreviados para 1260 dias. E, na segunda menção, que é nesta carta para a Igreja de Filadélfia, Ele menciona essa provação para o mundo inteiro da qual Ele livraria a sua Igreja. A Igreja definitivamente não passará pela Tribulação!

9. A QUESTÃO DA “APOSTASIA”

Dentro dos conceitos escatológicos do dispensacionalismo há a convicção de que por época do Arrebatamento a Igreja passará por uma época de esfriamento espiritual, conhecido como a Apostasia, conceito este aderido pelos pré-milenistas também. O texto é o de 2 Tessalonicenses 2.1-3 e o de 1 Timóteo 4.1-3, supondo que o apóstolo Paulo tenha ensinado que antes do fim viria a

apostasia.

Neste final de capítulo sobre esse assunto tão empolgante, que trata da nossa bendita esperança, quero desfazer tamanho equívoco teológico bem como grave erro interpretativo. Esta passagem de 2 Tessalonicenses 2.1-3 seria a passagem mais clara quanto ao Arrebatamento pré-tribulacional, não fosse esse erro grave de tradução da palavra “apostasia”, no verso 3. Seria tão forte que, se houvesse apenas ele em todo o Novo Testamento, eu creria no Arrebatamento antes da Tribulação. Analisemos o texto e o seu contexto.

Depois de receberem a primeira carta com as explicações do apóstolo que foram tão veementes quanto a uma vinda iminente, os tessalonicenses entenderam que o Dia do Senhor já havia chegado. Entenderam sobre a situação dos mortos em Cristo, mas a linguagem do capítulo 4, com Paulo se incluindo no Arrebatamento, levava-os a pensar que seria tão breve, que deveriam deixar seus afazeres e empregos para esperarem o Senhor, supondo que o Dia do Senhor havia chegado. Venderam tudo e passaram a gastar o dinheiro, criando uma situação constrangedora na igreja quando esses recursos foram se esgotando, passando a viverem desordenadamente, ao ponto de serem pesados uns aos outros até na alimentação. Essa é a razão da instrução ao final da segunda carta, em 3.6-12: “Nós vos exortamos, irmãos... que vos aparteis de todo irmão que ande desordenadamente... pois vós mesmos estais cientes do modo porque vos convém imitar-nos... porque, quando ainda convosco vos ordenamos isto: Se alguém não quer trabalhar, também não coma... A elas, porém, determinamos e exortamos, no Senhor Jesus Cristo, que, trabalhando tranquilamente, comam o seu próprio pão”.

Esta situação gerou a segunda carta aos tessalonicenses para lhes corrigir os pensamentos quanto ao Dia do Senhor. Todos concordam que o apóstolo Paulo está afirmando que o Dia do Senhor não acontecerá antes que aconteçam primeiramente dois fatos, a saber, a apostasia, que supostamente seria esse esfriamento geral da Igreja, e que o Anticristo seja manifestado. Na convicção dispensacionalista há dois eventos explícitos e um implícito. Seria, então, nesta ordem: A apostasia, a remoção do Espírito Santo no Arrebatamento (esta é a implícita) e, depois, o aparecimento do Anticristo. Logicamente soa uma argumentação forçada até por causa do aspecto nebuloso da identidade do que “o detém” dos versos 6 e 7.

Seria mesmo a apostasia, aqui mencionada pelo apóstolo, um esfriamento geral da igreja? No dicionário Aurélio, encontramos a definição de “apostasia”: “Do grego. Abandono da fé”. Vemos que o termo “apostasia” em português

tomou esta conotação de abandono de fé, acredito até que por influência dos renomados tradutores do Novo Testamento que interpretaram o seu significado como tal.

Quero levantar uma questão delicada aqui: O uso abusivo da transliteração nas traduções de certos textos onde são tratados assuntos que são divergentes no cristianismo. A transliteração é um recurso legítimo na tradução de textos para outras línguas, recurso este usado quando não se tem uma palavra na outra língua que expresse exatamente o seu significado. Porém, o que vemos algumas vezes no Novo Testamento é o uso da transliteração para se ocultar a clareza de determinada posição num assunto divergente. Creio que algumas vezes, e pode ser o caso aqui, do não entendimento por parte do tradutor do real sentido que o escritor estava querendo dar à frase. A transliteração é quando o tradutor “cria” uma palavra na língua para qual ele traduz o texto, usando as mesmas letras, com o mesmo som, forçando a pessoa que lê a ir ao original e buscar o significado da palavra lá, quando para se traduzir seria necessária uma frase explicativa.

No nosso texto de 2 Tessalonicenses 2.1-3, temos a explanação de Paulo sobre o Dia do Senhor, que seria precedido por dois acontecimentos, sendo um depois do outro. O primeiro é ἡ ἀποστασία (he apostasia), que foi transliterado APOSTASIA. Esta palavra é usada apenas duas vezes no Novo Testamento: aqui e em Atos 21.21: “Que ensinas a todos os judeus entre os gentios a apostatarem de Moisés”. Apostatarem ali traduzido é o mesmo vocábulo ἀποστασία (apostasia). A palavra ἀποστασία vem de ἀφίστημι (aphistemi), palavra composta de ἀπό+ῖστημι (apo+histemi) que significa sair da parte de, afastar. É digno de nota que com isto em mente as duas passagens podem ser traduzidas de igual modo, dando sentido exato em ambos os textos, mesmo que o assunto seja diferente. Em Atos 21.21 seria “... que ensinas a todos os judeus entre os gentios o afastamento de Moisés” (ênfase minha) e aqui, em 2 Tessalonicenses 2.3, seria “... sem que primeiro venha o afastamento, e seja revelado o homem da iniquidade...” Paulo está dizendo que o Dia do Senhor (dia escatológico de 1007 anos), não aconteceria antes que primeiro houvesse o Arrebatamento e o Anticristo se manifestasse.

Isto também lançaria luz a questão de “o detém” nos versos 6 e 7, que no texto grego o apóstolo se refere a uma coisa, distinta de uma pessoa. No verso 6, ele expressa: Καὶ νῦν τὸ κατέχον οἴδατε... αὐτὸν (kai nun to katekon oidate auton), literalmente: “e agora sabeis aquilo que o detém”, usando o gênero neutro, não podendo se referir a pessoas; está se referindo ao afastamento citado no verso 3. No verso 7, emprega o masculino μόνον ὁ κατέχων ἄρτι, ἕως (monon o katechon arti, ewos)

ho katekon arti heos), “somente aquele que o detém seja afastado”, referindo-se ao Espírito Santo. No que consistiria esse afastamento do Espírito Santo? Ele seria afastado com a Igreja. Mas assim como ele atuava antes da Igreja e em Pentecostes passou a formar o corpo de Cristo, no Arrebatamento Ele cessará o ministério de batizar no corpo de Cristo e continuará a sua atuação de salvar as pessoas na Tribulação. Isto nos leva ao tempo de Ló, quando Abraão intercedeu pedindo para Deus não destruir a cidade por causa dos justos. Deus removeu Ló e destruiu Sodoma e Gomorra. Quando Ele remover os crentes, “os justos”, daqui, derramará seus juízos sobre os perdidos, sobre o que veremos no próximo capítulo.

No texto de 1 Timóteo 4.1, temos: ἀποστήσονται τινες τῆς πίστεως (apostesontai tines tes pisteos) “Alguns sairão da fé”. Notar que o verbo “apostesontai” aqui é simplesmente “sairão”; o resto da frase “tines tes pisteos” é “alguns da fé”. O significado “da fé” não está implícito em “apostesontai”, está escrito palavra por palavra e letra por letra.

Assim, a apostasia não consiste de um abandono de fé generalizado e sim do afastamento da Igreja, o Arrebatamento que precederá a Tribulação. Quero justificar que esta exposição pode parecer enfadonha e desnecessária para alguns, porém, visa simplesmente mostrar que a convicção de um Arrebatamento pré-tribulacional é muito mais do que um pensamento de uma escola e sim o entendimento saudável da profecia do Senhor para esta bendita esperança do crente da Igreja. Maranata! Vem Senhor Jesus!

CAPÍTULO DOZE

A TRIBULAÇÃO

Período de 7 anos compreendido entre o Arrebatamento da Igreja, antes da 70a Semana de Daniel, e a Segunda Vinda de Cristo, quando Deus tratará com Israel para restaurá-lo completamente e derramará os seus terríveis juízos contra a humanidade perdida.

BASE BÍBLICA

1.Tratar com Israel para restaurá-lo: Deuteronômio 4.30, 31; Zacarias 12.1-14.21; 15 vezes “naquele dia”.

2.Julgar as Nações: Isaías 13.9-13; 26.20, 21; Jeremias 25.32, 33; Zacarias 14.2; Apocalipse 4 a 18.

CARACTERÍSTICAS

1.Será um tempo em que a ira de Deus se manifestará; dias de angústia, de dor, e de densas trevas, dias de morte e perseguição em âmbito mundial.

2.Guerras: Gogue e Magogue de Ezequiel 38 e 39, dando início à Campanha do Armagedom.

3.Manifestações demoníacas intensificadas, Apocalipse 9; no final deste período, Satanás, furioso, será expulso do céu e virá para a terra, porque pouco tempo lhe resta, Apocalipse 12.12.

4.As condições de vida na terra serão precárias; danos em todas as áreas do Globo e Universo!

DEFINIÇÃO DE TERMOS QUE SIGNIFICAM “TRIBULAÇÃO”

Tribulação é o termo mais comum usado para referir-se a este período. O termo, no entanto é utilizado em, pelo menos, 2 sentidos: (1) No sentido comum da palavra (João 16.21; Atos 7.10, 11; 11.19; 14.22; 1 Coríntios 7.28 e 2 Coríntios. 8.13; (2) No sentido

específico (Mateus 24.21; Apocalipse 7.14).

1.O Dia do Senhor

Outra expressão usada para se referir a este período é “O Dia do Senhor” (Isaías 11.10, 11; Zacarias 14.1; Malaquias 4.1, 5).

2.Tempo de Angústia

Esta época será marcada pela angústia, mal que assola a humanidade. E o que acontece hoje não pode ser comparado com o que ocorrerá naqueles dias (Jeremias 30.7; Daniel 12.1).

3.Dia de Indignação, Ira

Já falamos deste termo no capítulo anterior. Deus reservou sua ira por todos estes séculos, manifestando-Se ao homem das formas mais variadas e possíveis, com demonstrações de amor, tolerância e misericórdia; porém, naqueles anos, a sua ira será manifestada (Isaías 26.20; 1 Tessalonicenses 1.10 e Apocalipse 6.16, 17).

4.Outras Expressões

Outras expressões são usadas para referirem-se àquela época: “No fim dos anos” (Ezequiel 38.8); “Nos últimos dias” (Ezequiel 38.16); “No tempo do fim” (Daniel 11.40); “Consumação do século” (grego, αἰῶνος “era”), (Mateus 13.39); e, “Os últimos tempos” (1 Timóteo 4.1).

O ANTICRISTO

O Anticristo é a personagem central da Tribulação, período esse que terá início somente quando do surgimento dele e da sua aliança com muitos povos, dentre eles o povo de Israel. Há quatro textos mais importantes que tratam do Anticristo: Isaías 14; Daniel 7, 8, 9 e 11; 2 Tessalonicenses 2 e Apocalipse 13 e 17.

Arthur W. Pink descreve 25 nomes na Bíblia para o Anticristo. Alguns dos mais comuns são: O rei da Babilônia (Isaías 14.4); Chifre pequeno (Daniel 7.8); o príncipe que há de vir (Daniel 9.26); o homem da iniquidade, filho da perdição (2 Tessalonicenses 2.3); a besta que surge do abismo (Apocalipse 17), (The Antichrist , pp. 59-75).

Várias passagens descrevem a sua personalidade como sendo diferente de outros homens (Apocalipse 13.4); altamente inteligente (Daniel 7.8; Ezequiel 1.18; Apocalipse 4.6); grande orador e demagogo (Apocalipse 13.2); político persistente e esperto (Daniel 8.25; Apocalipse 17.3, 17); com carisma, porte e aparência (Apocalipse 13.3, 4; Daniel 8.23) e gênio militar (Apocalipse 6.1, 2; Daniel 7.24).

A origem do Anticristo tem sido largamente discutida e nestes dias as

possibilidades para os estudiosos e interessados no assunto têm se multiplicado. No passado foi Hitler, Mussolini e outros tantos. As informações bíblicas são precisas: Ele se levantará de uma nação gentia, uma vez que seus tipos na Bíblia foram de nações gentias (Daniel 9.26); na visão de Daniel 7, ele sai de um dos reinos do mar, e como já vimos, profeticamente, o mar simboliza as nações gentias. Geograficamente virá do continente Europeu (Daniel 8.8, 9, 21 e 23). Racialmente poderá ser judeu, porque em Daniel 11.37 אֱלֹהִי “elohi” traduzido “deuses” de seus pais, pode ser Deus também. Em Apocalipse 7.4-8 na lista dos 144.000 não aparece a tribo de Dã! Logicamente, isto é uma especulação de que a falta dela seja porque dela sairá o Anticristo. Em João 5.43, Jesus disse: “Eu vim em nome de meu Pai e não me recebeis; se outro vier em seu próprio nome, certamente o recebereis”. Tudo indica que Ele estava pensando no Anticristo que viria; o destaque é o pronome ἄλλος (allos) “outro igual”, da mesma qualidade, usado por Jesus; isto porque há outra palavra para “outro” que é ἕτερος (eteros) que significa “outro diferente”, de onde temos a palavra heterogêneo. Significa que outro se passaria por Jesus e teria de ter qualidades (raciais) iguais às dEle e os homens o receberiam, assim como receberão o Anticristo.

Quando Jesus chegar ao Monte das Oliveiras, matará o Anticristo com uma espada que sairá da sua boca, ferirá as nações e aprisionará a besta e, com ela, o Falso Profeta. “Os dois foram lançados vivos dentro do lago do fogo que arde com enxofre” (Apocalipse 19.20).

O DIA DO SENHOR

A expressão “o Dia do Senhor” é mais do que um dia literal de 24 horas. Tem havido várias interpretações quanto ao tempo a que se refere “o Dia do Senhor”.

A expressão “Dia do Senhor” ocorre nas seguintes passagens do Velho Testamento: Isaías 2.12; 13.6, 9; Ezequiel 13.5; 30.3; Joel

1.15; 2.1, 11; 3.14; Amós 5.18, duas vezes, 20; Obadias 15; Sofonias 1.7, 14, duas vezes; Zacarias 14.1 e Malaquias 4.5. E, no Novo Testamento ocorre nas seguintes passagens: Atos 2.20; 1 Tessalonicenses 5.2; 2 Tessalonicenses 2.2 e 2 Pedro 3.10. Além disso, as frases: “aquele dia”, “naquele dia”, “o dia”, e “o

grande dia” ocorrem mais de setenta e cinco vezes no Velho Testamento, também se referindo àquele tempo futuro.

Então, ao analisarmos todas as ocorrências da expressão, tanto no Velho Testamento quanto no Novo e as frases paralelas acima mencionadas, podemos ver que muitas destas passagens incluem o tempo da Tribulação, tais como Sofonias 1.14-18; Joel 1.15. A passagem de Zacarias 14.1-4 claramente inclui os eventos da Segunda Vinda de Cristo. Porém, 2 Pedro 3.10 se refere à era Milenar. A conclusão a que se chega é que “o Dia do Senhor” é um dia escatológico de 1007 anos, que engloba o tempo da Tribulação e o Milênio. Isto implica dizer que quando ocorrer o Arrebatamento, o Anticristo se manifestar e assinar um acordo com Israel restarão exatos 1007 anos e 75 dias até o Novo céu e a Nova terra.

Uma vez que em 1 Tessalonicenses 5.2 nos é dito que esse dia virá como “ladrão de noite”, inesperado e sem ser anunciado, tem de ser logo após o Arrebatamento, visto que a Segunda Vinda de Cristo, no Monte das Oliveiras, será precedida de vários sinais!

OS EVENTOS DO DIA DO SENHOR NO VELHO TESTAMENTO

É evidente, pelo exposto acima, que os eventos que compreendem este período são todos os que ocorrerão na Tribulação e no Milênio. Estes eventos são mencionados ou descritos em várias passagens do Velho Testamento, nos Evangelhos e em toda a porção de Apocalipse de 4 a 20. Na primeira parte deste livro, na exposição de Daniel, vimos com detalhes alguns deles, como o surgimento da confederação de estados de um Império Romano restaurado (Daniel 2 e 7) e o surgimento do governante político deste império, que fará um pacto com Israel (Daniel 9.27).

No livro de Ezequiel, temos a profecia do vale dos ossos secos que será a ressurreição da nação de Israel e sua volta para a Palestina. Essa volta será operada pelo Anticristo como parte do pacto com Israel (Ezequiel 37). A profecia de Gogue e Magogue se cumprirá como uma reação à volta de Israel para a terra (Ezequiel 38.14-16), a consequente queda de Gogue e Magogue (Ezequiel 39).

Há passagens que se referem a este período nos livros de vários profetas do Velho Testamento, como descritos anteriormente, tratando de forma genérica o sofrimento do povo de Israel e os juízos de Deus sobre as nações. Deus disciplinará seu povo através dos povos e julgará os povos pelas suas atitudes

contra Israel, como havia prometido para Abraão. Todas as passagens do Velho Testamento que tratam deste período salientam que Deus restaurará Israel neste tempo. Este Israel, como também já vimos, é o Israel histórico e não um Israel espiritual.

As profecias que tratam da disciplina de Deus para com o seu povo também têm duplo cumprimento: um imediato, no próprio Velho Testamento (incluindo o período dos Evangelhos, considerado Velho Testamento); e outro, no futuro, no fim dos tempos. As várias passagens já foram citadas pelo seu aspecto de ira, angústia, indignação e trevas.

Uma profecia que precisa ser destacada é a de Zacarias, nos capítulos 12 a 14. Ela descreve com detalhes os últimos dias da Tribulação. Inicia com o sítio de Jerusalém, quando se reunirão todas as nações da terra (12.3); Deus fará uma intervenção sobrenatural, fortalecerá a tribo de Judá: “... o mais fraco dentre eles nesse dia será como Davi, e a casa de Davi será como Deus, como o anjo do Senhor diante deles” (v. 8) e Deus destruirá todas as nações que vierem contra Jerusalém (12.4-9). Então, a profecia passa a narrar o arrependimento dos habitantes de Jerusalém pelo reconhecimento de Cristo como o Messias, o pranto de dor profunda que eles chorarão; e a remoção dos seus pecados por Deus. Deus eliminará 2/3 da população da terra pelos flagelos (estes serão descritos a seguir no Apocalipse 12.10 – 13.9). Finalmente, narra a Segunda Vinda do Messias, na época em que Jerusalém for invadida pelas nações. Então, o Senhor virá e pisará no Monte das Oliveiras e julgará as nações, deixando somente os salvos para entrarem no Milênio. Notar no capítulo 14, verso 5, que Ele virá com os seus santos. Na linguagem do Velho Testamento facilmente se entenderia como os anjos, mas Apocalipse 19 nos revela que é a Igreja, sendo este um trecho importante para o Arrebatamento antes da Tribulação! O Senhor estabelecerá o seu reino (14.1-9). Podemos ver aqui e nos demais textos uma linguagem firme de um Deus decidido que executará o seu plano cabalmente.

OS EVENTOS DO DIA DO SENHOR DESCRITOS NO NOVO TESTAMENTO

Nos evangelhos, principalmente em Mateus 24, e nas passagens paralelas, Cristo profetizou sobre esse período, predisse a destruição do Templo, a pregação do evangelho do reino no mundo inteiro, e o abominável da desolação de Daniel. Ele dá detalhes da vinda do Senhor como relâmpago; Ele revela que o tempo foi abreviado por causa dos eleitos; isto esclarece porque a quebra do

pacto do Anticristo com Israel ocorrerá no meio da Semana, proferida pelo anjo a Daniel (9.27).

Nas parábolas de Mateus 25, Cristo ensina sobre o papel de Israel durante a sua segunda vinda; o parêntesis da parábola dos talentos, como um possível parêntesis para mencionar o julgamento da Igreja e, por fim, a parábola da separação dos cabritos dentre as ovelhas, o critério do julgamento das nações, que será o tratamento dado a Israel na Tribulação. Aparentemente, numa leitura descuidada, pode parecer que se trata de salvação pelas obras, mas no contexto da perseguição por parte do Anticristo a Israel, que se espalhará pelo mundo, em fuga, somente os crentes (salvos na Tribulação) darão abrigo a Israel sem temer as consequências da retaliação pelo Anticristo. Abrigarão a Israel por serem salvos e não para serem salvos!

O apóstolo Paulo em 2 Tessalonicenses 2.7-12 dá algumas características do Anticristo, sua aparição e derrota pelo Senhor Jesus por época da sua vinda, matando-o com o sopro da sua boca. O Anticristo agirá segundo a eficácia de Satanás, com poder, sinais e prodígios da mentira e engano de injustiça. Paulo de forma inédita nos dá a informação de que as pessoas que rejeitaram a Jesus nesta época da Igreja não terão uma segunda chance na Tribulação. A informação é estarrecedora e desmonta a possibilidade que alguns levantam que o Arrebatamento causará um reavivamento e que muitos se converterão, pela maravilha dele ou mesmo das catástrofes que se supõe aconteceriam como queda de aviões, acidentes de automóveis, etc.

Os textos nos mostra que o Anticristo trará sua explicação que será totalmente convincente e que eles darão crédito à mentira, como não deram crédito à verdade antes da Tribulação. Veja atentamente o que o apóstolo diz: “e com todo engano da injustiça aos que perecem, porque não acolheram o amor da verdade para serem salvos. É por este motivo, pois, que Deus lhes manda a operação do erro, para darem crédito à mentira, a fim de serem julgados todos quantos não deram crédito à verdade; antes pelo contrário, deleitaram-se com a injustiça” (2 Tessalonicenses 2.10-12).

OS EVENTOS DO DIA DO SENHOR NO APOCALIPSE

Como dito anteriormente, toda a porção de Apocalipse de 4 a 18 é uma revelação detalhada dos eventos da Tribulação, os quais serão descritos e comentados capítulo por capítulo.

Ao iniciar esta parte do livro, que é a mais importante no aspecto

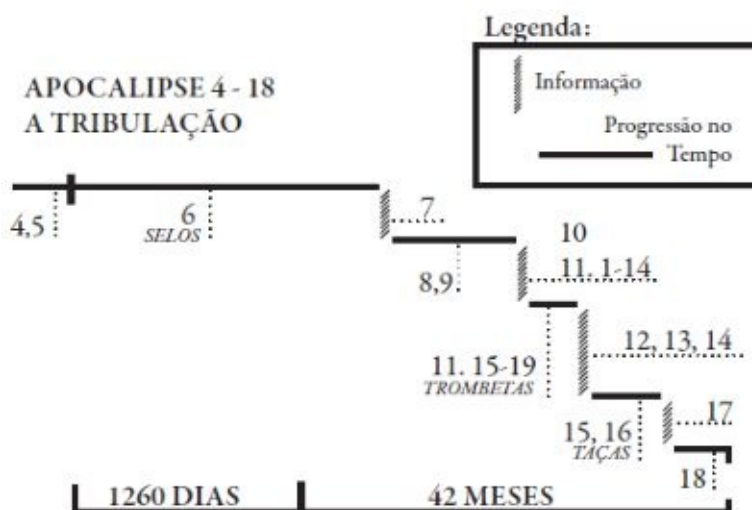
escatológico, é necessário delinear o formato e estilo do escrito.

A visão se refere a um período longo, de 1007 anos, ou seja, os 7 anos de Tribulação mais o Milênio, e, ainda, com informações sobre os novos céus e a nova terra, sendo que a maior parte das informações corresponde aos 7 anos de Tribulação que é a 70ª Semana de Daniel, capítulo 9.

O estilo do Apocalipse não é de uma narrativa sequencial dos eventos. Os eventos descritos no Apocalipse formam dois conjuntos distintos: Um conjunto forma uma sequência cronológica; o outro, é formado com situações que ocorrerão em momentos específicos da Tribulação, mas não exatamente naquele momento em que está narrado, considerando-se o conjunto cronológico.

Exemplo: Os selos do capítulo 6 marcam o início da Tribulação e se estenderão até pouco depois da metade da Tribulação. Ao chegar ao capítulo onze, encontramos a visão das Duas Testemunhas. O ministério das Duas Testemunhas não começará no tempo das trombetas, que foi a última visão descrita no capítulo 9, a qual adentra quase à metade da segunda metade da Tribulação. O ministério das Duas Testemunhas terá início na abertura da Tribulação, pois são os dois primeiros convertidos daqueles sete anos!

Tenho classificado os eventos das visões do Apocalipse em dois grupos denominados: INFORMAÇÃO E PROGRESSÃO NO TEMPO. A figura à frente torna mais fácil a compreensão



Na figura, nota-se pelas linhas diferentes a distribuição de todo o livro dentro do período de sete anos, divididos em duas partes de 3 anos e meio, ou 42

meses ou, ainda, 1260 dias, ou mesmo pela designação “um tempo, tempos e metade de um tempo”. Todas estas formas de se referir aos períodos aparecem na Bíblia.

A linha horizontal destaca os capítulos ou textos que formam a progressão na história, ou seja, destaca o aspecto cronológico do livro, enquanto a linha vertical destaca os textos que nos dão informações do que acontecerá na Tribulação, mas em período distinto do que fora narrado anterior ou posteriormente.

O próprio livro não esclarece o porquê de tal arranjo de material. Não é necessariamente um estilo específico, mas a forma que o Espírito Santo, ou mesmo o Senhor Jesus narrou. Talvez uma explicação possível seja uma evidência da forma que Deus vê os fatos; para Ele é essencial que todos os fatos tenham acontecido, não importando a ordem. Esta compreensão é fundamental para um entendimento adequado do livro de Apocalipse. Estas informações soltas no livro funcionam como parêntesis na narrativa, de forma a não alterar ou interferir no andamento do tempo do período da Tribulação.

AS COISAS QUE HÃO DE ACONTECER DEPOIS DESTAS – (4 A 18)

O capítulo 4 inicia com a expressão “Depois destas coisas...” indicando o início da terceira parte da visão de João dada por Jesus conforme 1.19. São três os destaques do capítulo 4 de interesse do nosso estudo: O primeiro está no verso 1, quando João ouve uma voz como de trombeta, semelhante a que ele tinha escutado no princípio dizendo: “Sobe para aqui, e te mostrarei o que deve acontecer depois destas coisas”. Isto forma um quadro claro do Arrebatamento da Igreja.

João estava na terra quando teve a visão do capítulo 1, que era a primeira parte da visão, também estava na terra quando receberam as sete cartas às sete igrejas, nos capítulos 2 e 3, sendo a segunda parte da visão, as coisas que são. Mas quando vai começar esta terceira parte, João recebe a ordem de subir para o céu de onde assistirá tudo que vai acontecer no futuro.

Então, se seguirmos a sequência do próprio livro de Apocalipse, tomando João como o ancião representando a Igreja, podemos concluir que a Igreja será arrebatada antes de começar a Tribulação. A voz de trombeta combina com o relato de Paulo na primeira carta aos tessalonicenses, no capítulo 4.13-18.

O segundo destaque são os 24 Anciãos sentados em 24 tronos, vestidos de branco, com coroas de ouro na cabeça (v. 4). Quem são eles e o que significa o número 24? Muitos têm interpretado como sendo as 12 tribos de Israel, representando o Velho Testamento, e os 12 apóstolos, representando o Novo Testamento, mas sem nenhuma base de argumento a não ser a coincidência do número 24.

No entanto, ao observarmos os detalhes podemos associar estes 24 Anciãos com a Igreja. Primeiramente o termo “ancião”, que é a tradução de πρεσβύτερος (presbíteros), um superlativo que significa “o mais velho”; é também um dos nomes dado ao pastor líder da igreja, conforme Atos 20.17. Vestidura branca é a vestimenta da Igreja, no capítulo 19 de Apocalipse.

Eles tinham coroas na cabeça. A palavra grega aqui para coroa é στέφανος (stefanos), a mesma usada para as coroas que os apóstolos Paulo e Pedro relataram como galardões para a igreja. O termo “stefanos” denota uma coroa de vitória recebida nos jogos olímpicos pelo vencedor. Ela é diferente de διάδημα (diadema), a coroa do rei, do capítulo 19, na cabeça de Jesus. Sentados em tronos, junto com o trono do Senhor instalado para o julgamento; isto confere com 1 Coríntios 6.2, 3 “Ou não sabeis que os santos hão de julgar o mundo?... Não sabeis que havemos de julgar os próprios anjos?”

Finalmente, o significado do número 24. O número vinte e quatro é um número representativo de um todo. Assim foi o sacerdócio dividido no Velho Testamento. Davi dividiu o sacerdócio em 24 turnos de sacerdotes para ministrarem no templo (1 Crônicas 24). Pedro diz em sua primeira carta que somos uma raça de sacerdotes! Então, os 24 Anciãos de Apocalipse 4 são representantes da Igreja, assentados em tronos para julgar o mundo, o que foi dito pelo apóstolo Paulo em 1 Coríntios 6. Eis aqui outro argumento de que a Igreja não passará pela Tribulação, visto que estará no céu participando do julgamento do mundo. O verso 11 diz que eles depositarão as coroas aos pés dAquele que está assentado no trono.

O terceiro destaque são os quatro seres vivos relatados nos versos de 6 a 9. São querubins, seres angelicais que assistem à presença de Deus, conforme o relato de Isaías 6. O ponto a salientar é que suas aparências são semelhantes às do Senhor Jesus apresentadas nos evangelhos: Mateus apresenta Jesus como o rei, é associado ao Leão; Marcos o apresenta como o servo, representado pelo novilho; Lucas, como homem; e João, como Deus, representado pela águia. Isto tem me marcado. Por que estes seres vivos têm a mesma aparência do Filho do homem? A resposta é pela sua exposição constante ao Filho. Isto faz-nos

lembrar de quando Moisés ficou 40 dias no monte, na presença do Senhor para receber as tábuas da lei. Quando ele voltou, seu rosto brilhava e ele precisou cobri-lo (Êxodo 34.29, 30, 33). Quanto mais expostos ao Senhor Jesus mais parecido com Ele podemos ficar. Conta-se de um homem, chamado Sadu Sunder Sing, que, não podendo lembrar-lhe o nome, uma menina disse dele ao seu avô: ele se parece com Jesus! Que desafio para cada um de nós de gastarmos tempo expostos às Escrituras, aprendendo do Senhor Jesus, para nos parecermos mais com Ele.

OS PRIMEIROS JUÍZOS, OS SETE SELOS

Este é um capítulo fundamental no livro de Apocalipse. A interpretação destes selos, principalmente do cavaleiro no cavalo branco, determina toda a linha a ser seguida na interpretação das visões do Apocalipse.

Os selos estão divididos em dois grupos: um de quatro e um de três, para formarem os sete. Os quatro primeiros são quatro cavalos com seus respectivos cavaleiros que saem para derramar seus juízos sobre a terra.

O PRIMEIRO SELO (6.2)

João viu um cavalo branco, o seu cavaleiro com um arco; foi-lhe dada uma coroa; ele saiu vencendo e para vencer.

O aspecto “branco”, a coroa e a vitória facilmente poderiam nos confundir e nos levar a uma conclusão errada de interpretar o cavaleiro como sendo Cristo e sua verdade, na conquista do julgamento, e como um cumprimento da carta a Laodicéia em 3.21, como faz Joseph A. Seiss, no seu livro *The Apocalipse* (p. 129). Cristo é o cordeiro que abre o selo, como pode Ele mesmo ser o cavaleiro do cavalo branco?

Mais dois detalhes devem ser ressaltados quanto a este cavaleiro. A coroa que lhe foi dada é *στέφανος* (stefanos), coroa de louro, enquanto que a coroa do cavaleiro de capítulo 19, que indiscutivelmente é Cristo, é *διάδημα* (diadema) a coroa de realaleza. Outro fator é a expressão “vencendo e para vencer” que não confere com as palavras do próprio Senhor Jesus aos seus discípulos, em João 16.33, onde Ele afirma: “Eu venci” o mundo!

Então quem é? É sem dúvida o Anticristo que se passa por Cristo. É o tempo de 3 anos e meio de paz aparente, quando ele sairá a conquistar as nações fazendo os seus acordos, iniciados com o acordo com Israel, conforme previsto na profecia de Daniel 9.27: “Ele fará firme aliança com muitos”. É, portanto, a

preparação para a grande Tribulação que será os 3 anos e meio restantes de intenso sofrimento e dor.

O SEGUNDO SELO (6.3, 4)

O segundo cavalo era vermelho e ao cavaleiro foi-lhe dado tirar a paz da terra... Também lhe foi dada uma grande espada. Isto combina com o cavalo branco anterior que era a falsa paz trazida pelo Anticristo. O oposto de paz é guerra. Mas há também um detalhe aqui que é “matar uns aos outros”. Há uma possibilidade de que esta guerra seja uma guerra civil, porque, quando o Anticristo fizer seus acordos, ele promoverá um desarmamento mundial. Para que armas quando há um governo central e somos todos concidadãos?

O TERCEIRO SELO (6.5, 6)

O terceiro cavalo era preto e o seu cavaleiro com uma balança na mão. Ainda João ouviu uma voz entre os seres viventes dizendo: “Uma medida de trigo por um denário; três medidas de cevada por um denário; e não danifiques o azeite e o vinho”.

Sem dúvida, a escassez decorrente da guerra civil. Numa guerra civil, uma estratégia é o ataque aos suprimentos. Um denário era o salário de um dia de trabalho braçal; uma jornada. Isto quer dizer que um dia de trabalho dava para comprar somente uma medida de trigo ou três medidas de cevada. Tudo indica que a escassez do azeite e do vinho era maior ainda, pois não se diz o preço e se pede para não danificar o que existia. Sem dúvida, será um tempo de tremendo sofrimento!

O QUARTO SELO (6.7, 8)

O quarto cavalo era amarelo, literalmente “verde”. Seria um erro de tradução? Não necessariamente. A palavra significa “pálido”; é a cor amarelo-esverdeada que uma pessoa fica quando está com mal estar. A expressão comum é: “Fulano, você está verde!” O cavaleiro chamava-se Morte, e o inferno o estava seguindo; foi-lhe dada autoridade sobre a quarta parte da terra para matar à espada, pela fome e por meio das feras da terra. É o resultado natural da ação dos cavalos anteriores, agravado pelas feras da terra. Estamos falando de aproximadamente um bilhão e meio de pessoas mortas nesta primeira fase!

O QUINTO SELO (6.9-11)

Passamos para o segundo grupo dos selos, não mais com os cavalos. Neste quinto selo, o cenário também muda, pois sai da terra e vai para o céu. Este selo nos mostra o segundo propósito desta época chamada Tribulação, a restauração de Israel.

Paralelamente ao sofrimento das nações, dos povos perdidos, haverá a perseguição dos salvos. À medida que uma pessoa se converter, passará a ser perseguida, e grande parte dos salvos morrerão quase que após sua conversão, nesta perseguição dirigida pelo Anticristo. Isto o versículo 9 deixa claro: “Vi debaixo do altar as almas daqueles que tinham sido mortos por causa da Palavra de Deus e por causa do testemunho que sustentavam”.

O SEXTO SELO (6.12-16)

No sexto selo, encontramos um problema que precisa ser resolvido e que demonstra ao mesmo tempo a força da interpretação literal. Os símbolos começam a aparecer na visão e se tornam uma tentação ou um campo vasto para se vagar e multiplicar as possibilidades nos significados. Em momento algum é legítimo mudar o método de interpretação, muito menos pelo gosto do intérprete. É aqui que o método literal se mostra seguro para dar confiança ao crente no entendimento das figuras, ficando definitivamente claro que não se pode dar qualquer significado às figuras que não tenha base na própria Palavra revelada de Deus.

Lenski's interpreta este selo simplesmente como um relato do fim dos tempos. Ao mesmo tempo em que afirma que terremoto, sol, lua e estrelas devam ser tomados literalmente, não vê como relevante os detalhes de cada um no texto, e toma todo o quadro como um simples relato do fim de tudo: “Aqui temos uma figura do fim. As figuras são simplesmente figuras. Terremoto, sol, lua cheia, céu, estrelas, montanhas e ilhas devem ser entendidas literalmente... Aqui obtemos apenas uma noção do fim do mundo” (p. 239).

Seiss interpreta as estrelas caindo do céu como uma menção a uma chuva de meteoritos como a ocorrida em 1833 (p. 154, 155).

Quando lemos a narrativa do sexto selo, entendemos que João está tendo uma visão de um fenômeno que afeta os céus e abala a terra. As mudanças no sol e na lua, bem como o terremoto, não são difíceis de definir. Na guerra do Golfo, quando da queima dos postos de petróleo, tudo ficou escuro em pleno meio dia pela fumaça e houve até um esfriamento no clima pela cobertura do sol.

Contudo, quando lemos que as estrelas caíram do céu como figos caem da figueira agitada pelo vento, temos um problema, pois a menor estrela é mil vezes maior do que a terra! Daí a interpretação de que seja meteorito, alegando que o

povo da época não saberia distinguir estrela de meteorito. Difícil de defender isto, pois muito do que temos na astronomia hoje, mesmo com os equipamentos mais sofisticados, foi definido pelos gregos antes de Cristo.

Com isto posto, qual seria o significado deste selo? Visto que não poderia ser uma estrela literal, é legítimo pelo próprio método de interpretação poder passar para uma interpretação figurada desde que tenhamos uma base de comprovação. Na Bíblia o termo estrela já foi usado para designar satanás, em Isaías 14.12: “Como caíste do céu, ó estrela da manhã...” Além disto, no capítulo 9 de Apocalipse aparece uma estrela que tinha uma chave na mão e que abriu o abismo. Acrescente-se ainda que, no capítulo 12, o dragão arrasta um terço das estrelas do céu como uma menção do diabo e seus anjos caídos, fatos que veremos com mais detalhes na explanação dos respectivos capítulos.

Então, as estrelas caindo aqui são manifestações demoníacas intensas que abalarão os céus e a terra. O tormento será tão intenso que as pessoas procurarão a morte, como descrito nos versos 15-17, para fugirem da ira do Todo Poderoso.

O cenário vai se formando! Guerras, fome, feras, terremotos e manifestações espirituais. Que época para se viver! E o mais triste é que os homens pedem para os montes caírem sobre eles, para as pedras os cobrirem, reconhecem ser a ira do que está assentado no trono, mas não se arrependem do seu pecado.

OS 144000 SELADOS DE ISRAEL E A VISÃO DOS GLORIFICADOS

O capítulo 7 é o primeiro parêntesis na revelação do Apocalipse. Nele encontramos dois assuntos que ocorrem em momentos distintos durante a Tribulação. O primeiro assunto é sobre os selados do povo de Israel e o segundo uma visão dos mártires da Tribulação. Os primeiros três versos dão a entender que esta separação dos 144000 ocorre antes de começar o juízo sobre a terra, ou seja, no início da Tribulação. João ouviu o número e diz que são de todas as tribos de Israel. Mas quando analisamos mais atentamente a lista, vemos que falta a tribo de Dã e está inclusa a tribo de Levi. Há quem justifique essa ausência afirmando que o Anticristo, ou o Falso Profeta, virão da tribo de Dã! Mais adiante teremos outras informações mais específicas quanto a estes 144000 selados.

A partir do verso 9, João passa a narrar outra visão, a dos mártires da Tribulação. João viu uma multidão de pessoas de todos os lugares, em pé diante

do trono, adorando com cânticos. Um primeiro destaque é o fato de que eles não estavam dormindo o sono da alma como afirmado por alguns.

A identidade deles é revelada no verso 14: “São estes os que vêm da grande Tribulação, lavaram suas vestiduras, e as alvejaram no sangue do Cordeiro”.

Aqui dois destaques: a) haverá salvação durante a Tribulação e no mundo inteiro, em todas as tribos, raças e línguas. b) Isto desmonta o falso ensino de que o Espírito Santo vai subir junto com a Igreja no Arrebatamento.

O propósito da visão corresponde aos últimos versos. João é consolado por vê-los em adoração diante do Senhor, visto que durante suas vidas na terra naquele período sofrerão grande perseguição e serão mortos pelos seus testemunhos. Esta descrição dos redimidos da grande Tribulação, vindos de todas as partes do mundo, combina com a afirmação de Jesus, em Mateus 24.14: “E será pregado este evangelho do reino por todo o mundo, para testemunho a todas as nações. Então virá o fim”.

Hoje a palavra de ordem é missões e a expansão do reino de Deus para apressar a vinda de Jesus. A base para isso é o fato de acreditarem que, quando o evangelho for pregado no mundo inteiro, Cristo voltará. Mas esta afirmação não procede, pois Mateus 24 nada tem a ver com a Igreja, que terá sido arrebatada nos tempos do cumprimento do que está escrito ali. Além disto, o evangelho que pregamos não é o do reino e sim que Cristo morreu, foi sepultado e ressuscitou no terceiro dia, também chamado o evangelho da graça!

O que a igreja não conseguiu fazer em 2000 anos, os 144000 farão em apenas 7 anos, muito embora eu acredite que por volta do ano 60 da nossa era o evangelho tenha alcançado o mundo inteiro, conforme Colossenses 1.6, 23 e Romanos 10.18. Esta segunda parte do capítulo sete, portanto, refere-se aos mártires da segunda metade da Tribulação, a grande.

O SÉTIMO SELO SÃO AS SETE TROMBETAS

O capítulo 8 é a continuação do capítulo 6 com a abertura do sétimo selo por parte do Cordeiro. O sétimo selo constitui a visão dos sete anjos que se preparam para tocar suas trombetas, as quais funcionam como autorização para se derramar outros juízos sobre a terra.

Mas o verso 3 cita na visão outro anjo, um oitavo anjo, com um incensário com incenso e as orações dos santos. Tanto a fumaça como as orações subiram até a presença de Deus. Em seguida, o anjo atira à terra o incensário com fogo provocando trovões, relâmpagos, vozes e terremoto.

O significado da visão é uma ligação da oração dos santos que subiram até a presença de Deus e a ira de Deus se manifestando contra os habitantes da terra. Podemos notar, então, que os juízos derramados por Deus no tempo da Tribulação são a resposta de Deus para as orações dos santos que sofreram e foram perseguidos. Mais uma referência do cuidado e vingança de Deus contra aqueles que maltratam ou perseguem seus filhos.

A seguir João passa a narrar os juízos das sete trombetas.

A PRIMEIRA TROMBETA (8.7)

O castigo divino sobre a terra com problemas atmosféricos e meteorológicos. Houve uma chuva de pedras, granizo com fogo. Uma tempestade desta proporção é uma consequência do encontro de massas extremamente frias com as massas extremamente quentes. Isto provocará desequilíbrio sem precedentes na terra.

A vida na terra se complicará com a terça parte da terra, árvores e toda erva verde queimadas.

A SEGUNDA TROMBETA (8.8, 9)

O castigo divino sobre o mar. A expressão “como... montanha” indica que não era necessariamente uma montanha literal. Pode ser um meteoro incandescente. É provavelmente um envenenamento nas águas do mar que matará um terço da vida existente no mar, bem como destruirá um terço das embarcações.

Nota-se que à medida que o tempo passa no tempo da Tribulação a dificuldade de sobrevivência vai aumentando.

A TERCEIRA TROMBETA (8.10, 11)

O castigo divino sobre a água potável. Como na interpretação do sexto selo, a estrela era um demônio, aqui também a estrela deve ser interpretada como um demônio que cai e tem como atuação o envenenamento da terça parte dos rios e das fontes das águas. As águas se tornaram amargas matando muitos homens que dela beberam.

Mesmo que interpretemos literalmente, não teria a estrela como cair em vários lugares ao mesmo tempo, sendo um meteorito ou uma estrela. O texto diz uma grande estrela. Isto implica em que era um demônio ou anjo caído muito poderoso que envenena as águas das fontes.

Dá para imaginar como a vida na terra vai ficando extremamente complicada. Ao mesmo tempo, as informações até aqui nos mostram que a população da terra vai diminuir rápida e acentuadamente. Esta época de Tribulação será uma época de intensa atividade demoníaca. Hoje, nestes nossos dias, temos visto o homem pactuando, servindo e até se utilizando dos poderes das trevas para seu viver diário; eles não sabem que isto tudo será cobrado um dia com os devidos “juros e correção monetária”. Nada que o diabo dê é de graça! A graça é uma prerrogativa exclusiva do nosso Deus.

A QUARTA TROMBETA (8.12, 13)

Esta quarta trombeta completa o ciclo de terra, mar, água e, agora, o firmamento. Aqui estamos falando do firmamento literal, o sol, a lua e as estrelas. Um terço deles foi afetado com consequências trágicas para a vida humana.

O sol e lua serem afetados em um terço significa menos luminosidade e calor no sol e menos luminosidade na lua. Visto que a lua controla as marés, haverá uma consequência de enchentes. Da mesma forma, as estrelas diminuirão o seu brilho.

O resultado prático é o esfriamento, as enchentes e a escuridão. Então, a violência noturna e a insegurança da população tomarão conta do cenário. Se a temperatura cair em um terço, haverá a morte de milhares de pessoas por causa do frio.

A QUINTA TROMBETA (9.1-12)

Uma invasão de demônios na terra! A estrela do verso 1 é um poderoso anjo que tem a chave do abismo. Uma estrela, literalmente falando, não tem chave e nem abre portas! O abismo de acordo com a história do Rico e Lázaro é o lugar entre o Paraíso e o Inferno, no Hades ou Sheol. É o lugar de prisão dos anjos caídos (2 Pedro 2.4) que estão esperando o tempo do seu juízo.

Quando Satanás se rebelou, arrastou a terça parte dos anjos com ele e de certa forma Deus aprisionou muitos deles e os conserva presos no abismo para o juízo do fim, que ocorrerá neste tempo da Tribulação. Uma possibilidade é que este seja o destino de demônios que possuem pessoas e não deixam o corpo delas antes que elas morram. Sendo assim, se a pessoa morre antes que o demônio tenha passado para outro corpo ele é mandado para o abismo. É o caso dos demônios que entraram nos porcos que se precipitaram na água, nos dias de Jesus (Mateus 8.28-34). Os demônios pediram para entrar nos porcos e Jesus

permitiu, mas os porcos morreram. Se eles soubessem que os porcos morreriam, será que pediriam para possuir seus corpos? Mas, isto são apenas conjecturas!

O anjo abre o poço do Abismo e sai uma nuvem de gafanhotos que provoca um eclipse solar. Estes gafanhotos são simbólicos: a) Não fazem mal aos vegetais, ao contrário dos gafanhotos literais; b) atormentam os homens, o que não acontece com os literais. O tormento é comparado à picada de escorpiões; c) não se parecem com gafanhotos literais; d) possuem um rei, o que não acontece com os literais (Provérbios 30.27); e) as características deles não são as dos gafanhotos literais, tais como: (1) Semelhantes a cavalos; símbolo da guerra que farão aos homens. Os gafanhotos jamais atacam homens, apenas os vegetais; (2) na cabeça têm como que coroas; possuem autoridade para agir contra os homens por cinco meses (v. 10); (3) têm rostos como o de homens; são seres inteligentes, o que não ocorre com os literais; (4) possuem cabelos como o de mulheres. Isto mostra que são sedutores. (5) Têm dentes como os de leões, couraças como de ferro, indicando a sua força e invencibilidade; (6) asas com barulho de carros e cavaleiros. São muito numerosos. O verso 2 fala em serem como fumaça que provoca um eclipse solar. Os gafanhotos aqui simbolizam demônios que serão soltos do poço do abismo, com a permissão de Deus para atormentarem a humanidade na segunda metade da Tribulação. Em 9.20 diz que a humanidade rebelde da Tribulação adorará os demônios. Assim Deus usará o próprio objeto de culto deles para atormentá-los.

A SEXTA TROMBETA (9.13-21)

Existem várias interpretações para o significado desta trombeta. Os preteristas, “1. Alguém cujo interesse primário está no passado; alguém que considera o passado com muito prazer ou estima. 2. (Teologia) Alguém que crê que as profecias do Apocalipse já foram cumpridas” (Jay Rodgers), interpreta como sendo acontecimentos históricos, tais como a invasão dos sarracenos, ou dos turcos, ou o surgimento do islamismo. Os místicos e alegorizadores interpretam como poderes demoníacos ou satânicos em qualquer época. Os pré-milenistas, como uma guerra de demônios ou de um grande exército de homens, na segunda metade da Tribulação. Pré-milenistas famosos, tais como Hal Lindsay, Pentecost (p. 276), Scofield (Bíblia Scofield, p. 1292), Thompson e outros acreditam tratar-se de uma guerra literal dos reis do oriente.

Durante anos entendi ser um grande exército, como os escritores acima citados, principalmente o Dr. Pentecost e o Dr. Scofield. Contudo, estudando mais atentamente, vejo que as dificuldades da interpretação são muitas e

intransponíveis. Foi a tentativa de se manter a consistência na literalidade. Mesmo tendo a China o número de soldados para cumprir esta visão, teria ela os 200.000.000 de cavalos? E como interpretar a aparência dos cavalos? João está vendo algo que não eram cavalos, mas pareciam cavalos, com rosto de leão e cauda de serpente. Poderiam ser tanques de guerra? A descrição mais parece ser uma figura do tanque de guerra, usando o cavalo que era o meio de transporte da época nas batalhas, acrescido da força e aparência do leão, a fumaça na boca, e até a cauda de serpente não seria difícil de associar ao tanque. Mas a questão ainda permanece, teria a China duzentos milhões de tanques?

Então, voltando a esta aparência, a conclusão mais aplicável é de que seria um grande exército do maligno para atormentar a humanidade. O exército está relacionado com os quatro anjos caídos (vv. 14, 15), conforme explana Biederwolf, em sua obra *The Second Coming Bible*: “Alguns dizem ser anjos bons (Hen. Wor.), mas é muito melhor pensar deles como anjos maus, pelo fato de estarem amarrados e estarem liderando um exército do inferno e também por causa da sua posição, isto é, sobre o Eufrates”.

Fogo, fumaça e enxofre são características do inferno e serão usados como armas para a matança de 1/3 dos homens. Novamente, estamos falando de cerca de 1,5 bilhão de pessoas.

O verso 20 nos dá uma informação que pode ser fundamental no entendimento. Quando o diabo estiver atuando através do Anticristo, todas estas hostes serão uma forma de exército que combaterá contra aqueles que resistirem ao comando do Anticristo. Assim, Deus estará derramando juízos pelo próprio Anticristo. Isto significa dizer que 2/3 dos homens estão apoiando o Anticristo, pelo menos neste momento, e que 1/3 se rebelou e foram mortos.

A ORDEM DE MEDIR O SANTUÁRIO (11.1-2)

No início do capítulo 11, temos esta narrativa da ordem de medir o santuário. Lembrando que estamos num parêntesis dentro do Apocalipse, esta informação refere-se à segunda metade da Tribulação, quando o átrio exterior do santuário será pisado pelos gentios durante 42 meses. Este é o tempo em que o Anticristo se assentará no trono de Jerusalém depois de quebrar o pacto com Israel.

AS DUAS TESTEMUNHAS (11.3-14)

Embora 1260 dias citado no verso 3 seja o mesmo que 42 meses, refere-se a

período diferente na Tribulação. Lá, é a segunda metade, aqui é a primeira metade, o início da Tribulação.

As Duas Testemunhas citadas aqui são objeto de muita controvérsia quanto a sua identidade. Quem são afinal? O texto diz que são duas oliveiras e os dois candeeiros que se acham em pé diante do Senhor da terra. Seiss (p. 243-254) defende serem Elias e Enoque, enquanto Biederwolf, Elias e Moisés (p. 613). Seus respectivos argumentos são quanto a não terem morrido no Velho Testamento e os milagres descritos em Apocalipse onze. Obviamente, o primeiro para Elias e Enoque, e o segundo para Elias e Moisés.

Alguns que defendem ser Elias e Enoque, baseiam-se equivocadamente em Hebreus 9.27, como sendo um princípio todos terem de morrer uma vez. Daí, a rejeição de que seja Elias e Moisés, visto Moisés ter morrido, sem sombra de dúvidas.

Contudo, a premissa é totalmente falsa, pois milhares de pessoas no Arrebatamento não experimentarão a morte nenhuma vez.

Toda a descrição aqui, no capítulo onze, para as Duas Testemunhas é representativa, ilustrativa. Por exemplo: As “duas oliveiras”, em Zacarias 4.3 são Zorobabel e Jesua. Isto implica em dizer que as Duas Testemunhas do Apocalipse onze farão o mesmo papel de Zorobabel, de Jesua, de Elias e de Moisés, mas que não serão eles literalmente.

De fato, há uma profecia em Malaquias 4.5: “Eis que eu vos enviarei o profeta Elias, antes que venha o grande e terrível dia do Senhor”, que afirma a vinda de Elias no final dos tempos. No entanto, quando Elias e Moisés apareceram no monte da transfiguração e falaram com Jesus, os discípulos indagaram Jesus quanto a esta passagem e Jesus não somente confirmou que Elias viria e restauraria todas as coisas, mas também que Elias já tinha vindo e eles não o reconheceram. Então, eles entenderam que Jesus falava de João Batista (Mateus 17.1-13). Na narrativa de Lucas sobre nascimento de João Batista, quando revelou a Zacarias que Isabel lhe daria um filho, o anjo, dentre outras coisas, disse: “E irá adiante dele no espírito e poder de Elias, para converter os corações dos pais aos filhos...” (Lucas 1.17). Logo, João Batista era o cumprimento de Malaquias 4.5, na primeira vinda de Jesus! E, do mesmo modo, como João Batista não era o Elias histórico e sim um judeu no espírito de Elias, podemos concluir que as Duas Testemunhas serão dois judeus que se converterão no início da Tribulação, e terão os mesmos poderes de Elias e de Moisés e a mesma determinação de Zorobabel e Jesua, que promoveram a restauração da adoração ao Senhor no Templo. Elas terão um ministério de 1260

dias de demonstração de poder, mas serão perseguidas pela besta que surge do abismo, o Anticristo, que as matará ao final dos 1260 dias. No entanto, elas ressuscitarão após três dias e meio de exposição dos seus corpos em praça e subirão à presença de Deus. Tudo indica que serão elas que selarão as outras 144000 testemunhas que apareceram no capítulo 7 e que são mencionadas novamente no capítulo 14. Este era também o segundo ai.

A SÉTIMA TROMBETA (11.15-19)

A sétima trombeta é uma visão no céu do anúncio da Segunda Vinda de Cristo para dar início ao seu reino Milenar. Não é a segunda vinda, mas sim o anúncio dela. Como vimos na visão do capítulo 10, falta pouco tempo para acabar a grande Tribulação e que a sétima trombeta anuncia um tempo em que o mistério de Deus se cumprirá. É uma visão da repercussão do assumir do reino por parte do Senhor Jesus. Primeiramente, por grandes vozes (v. 15), depois, pelos vinte e quatro anciãos (vv. 16-18), todos em forma de cântico.

No verso 18 está mencionado o julgamento dos mortos e o galardão prometido aos profetas. Isto combina com Isaías 40.10: “Eis que o Senhor Deus virá com poder, e o seu braço dominará: eis que o seu galardão está com ele, e diante dele, a sua recompensa”. Da mesma forma, o cumprimento da promessa feita a Daniel, no fim do seu livro (12.11, 13): “Depois do tempo em que o costumado sacrifício for tirado, e posta a abominação desoladora, haverá ainda mil duzentos e noventa dias. Tu, porém, segue o teu caminho até o fim; pois descansarás e, ao fim dos dias, te levantarás [ressuscitarás, na LXX] para receber a tua herança”.

No verso 19, a arca da Aliança é mencionada, estando dentro do santuário de Deus que está no céu. Seguramente esta arca não é a mesma que foi construída por Moisés no deserto no Velho Testamento. Aqui é uma visão onde o santuário e a arca deve ser entendida como o símbolo de uma obra já completada. Lembre-se que no Velho Testamento a arca ficava no Santo dos Santos, atrás do véu, e não podia ser vista. Aqui, João viu o santuário aberto e a arca da aliança, simbolizando a presença de Deus, agora não mais fechada pelo véu. Como afirma Lenski's: “O fato de importância é que o Santuário ‘estava aberto’ que a arca ‘era vista’. Não havia véu” (Lenski's, p. 358).

A VISÃO DA MULHER E DO DRAGÃO (12.1-6)

O Capítulo 12 também é um capítulo fundamental no livro de Apocalipse. Sua interpretação também define a linha que se tem seguido na Escatologia.

Amilenistas interpretam a mulher como sendo a igreja local, visível; e o filho, a Igreja Invisível (Seiss, p. 307). A mulher não pode ser a igreja, porque a igreja é chamada de virgem e não pode ter tido um filho; porque nem casou ainda, é virgem!

A descrição da mulher aqui é semelhante à de Gênesis 37.9, num dos sonhos de José. Lá, quando Jacó ouviu o sonho, ele mesmo indagou: “Acaso, viremos eu e tua mãe e teus irmãos, a inclinar-nos perante ti em terra?” (37.10) Então, Jacó entendia que o sol a lua e as estrelas falavam do povo de Israel!

Em segundo lugar, toda a descrição do filho é inegavelmente associada a Jesus: “Nasceu-lhe, pois, um filho varão, que há de reger todas as nações com cetro de ferro” (v. 5a). Portanto, a mulher é Israel, e o filho que ela deu a luz é o Senhor Jesus. A visão é a primeira vinda de Cristo e a perseguição no deserto por parte do dragão, a segunda metade da Tribulação após a quebra do pacto do Anticristo com Israel.

Nos versos 4 e 5, temos a descrição do outro sinal visto no céu; um dragão, grande, vermelho, com sete cabeças, dez chifres e, nas cabeças, sete diademas. A visão ainda menciona que sua cauda arrasta a terça parte das estrelas do céu, as quais lançou para a terra.

Já vimos que as estrelas são os anjos caídos e os demônios. Notar que o texto diz que foram lançados para a terra. Isto combina com a interpretação do sexto selo, da quinta e sexta trombetas como sendo os demônios agindo na terra durante o tempo da Tribulação. O verso 6 pode bem se referir à primeira metade da Tribulação, quando Israel terá paz pela aliança com o Anticristo. Isto porque o verso 13 em diante falará da segunda metade, quando Israel será perseguido pelo diabo.

A BATALHA NO CÉU ENTRE MIGUEL E O DRAGÃO (12.7-12)

Embora esta batalha nos lembre da queda do diabo no início da criação, ela não se refere àquela e sim a uma batalha que ocorrerá quase ao final da Tribulação, para intensificar os juízos sobre a humanidade perdida.

Quando Satanás foi expulso da presença do Senhor, conforme Isaías 14 e Ezequiel 28 lhe foi permitido acesso a esta presença, o que vemos claramente no livro de Jó. E também Paulo, na sua carta aos Efésios, nos declara que a nossa luta é contra os principados e potestades, contra as hostes espirituais nas regiões celestes. Neste momento da Tribulação, o próprio diabo e todos os seus anjos serão expulsos da região celeste para estarem somente aqui na terra. Deus estará limitando ainda mais o âmbito de ação de Satanás. Ao mesmo tempo,

dificultando a vida aqui na terra. O resultado desta batalha e expulsão é uma grande cólera por saber que pouco tempo lhe resta (v. 12).

A situação aqui na terra ficará insustentável. Mas aqui temos algo para refletir. Muitos têm tido problemas com o Milênio quando glorificados conviverão com naturais; às vezes, até ridicularizam o pré-milenismo nestes pormenores. Mas aqui está claro que o diabo e seus anjos conviverão diretamente com a população durante a Tribulação.

Para os crentes, por outro lado, é o motivo de júbilo, pois o papel do diabo, de acusador dos crentes diante de Deus, cessará. A vitória foi toda atribuída ao sangue do Cordeiro.

A PERSEGUIÇÃO DA MULHER POR PARTE DO DRAGÃO (12.13-17)

Nos versos de 13 a 17, vemos novamente Israel sendo perseguido pelo diabo. A linguagem é toda figurada, não devendo ser interpretada nos seus detalhes.

Nesta perseguição Israel será preservado. Então, temos o quadro completo do cenário dos salvos na Tribulação. As almas dos decapitados e dos que foram mortos pelo testemunho da Palavra eram todas de gentios convertidos. Neste sentido, em Mateus 25, na parábola da separação dos cabritos dentre as ovelhas (25.31-46), temos a dica. “Os pequeninos” ali é referência ao povo de Israel que fugirá do Anticristo (ilustrada pela terra, v. 16, e areia do mar, v.18) e buscará abrigo no mundo inteiro. Pela parábola fica claro que só os salvos ajudarão os judeus, por isso serão recompensados. Do contrário, seria salvação pelas obras. Como resultado, milhares de crentes morrerão pela ação do Anticristo, porém o povo de Israel será preservado para serem salvos ao final da Tribulação, constituindo o remanescente de Romanos 11.26: “E assim todo o Israel será salvo”.

A BESTA QUE EMERGE DO MAR (13.1-10)

Vimos no estudo da Escatologia, no livro de Daniel, que “mar”, quando não é literal, é uma referência às nações gentias (Isaías 57.20; Apocalipse 17.15). Os versos 1 e 2 descrevem esta besta, como animais com chifres exatamente como na profecia de Daniel 7, apenas numa ordem invertida. Outra informação importante no final do verso 2 é que esta besta recebe o poder, a autoridade e trono do dragão, o diabo.

A interpretação da besta que surge do mar é dupla. Ela é, ao mesmo tempo, o Império Romano restaurado e o Anticristo. Isto implica em dizer que governante e governo estão numa ligação muito forte, que se misturam! O ocorrido no verso 3 tem o mesmo duplo sentido. A cabeça golpeada de morte é o Império Romano que caiu e vai se reerguer, assim como uma possível simulação de uma ressurreição do Anticristo pelo poder do diabo, para seduzir as pessoas com seu poder (v. 12).

Neste capítulo, temos a descrição da mais ousada atuação e estratégia do diabo, a formação de uma trindade satânica para atuar aqui na terra. É a realização do grande desejo que originou a queda do diabo, o de ser igual a Deus. Aqui ele realizará isto. O diabo se passando por Deus Pai; o Anticristo, pelo Filho; e o Falso Profeta (a besta que surgiu da terra) pelo Espírito Santo com suas atribuições. É o extremo da ousadia!

“Foi-lhe dado que pelejasse contra os santos e os vencesse.” Pode ser uma alusão às Duas Testemunhas bem como aos crentes que serão mortos na perseguição.

O verso 7 declara que cada tribo povo, língua e nação estará sob a autoridade do Anticristo, reforçado por todo aquele que não for achado inscrito no livro da vida do Cordeiro.

A BESTA QUE SURTIU DA TERRA (13.11-18)

João viu outra besta que emergia da terra. Na profecia de Daniel, terra era símbolo da terra da Palestina em contraste com o mar que são as nações. Parecia cordeiro, mas falava como dragão. Sem dúvida um judeu!

O verso 12 descreve o papel desta besta no plano do diabo. “Exerce toda a autoridade da primeira besta na sua presença. Faz com que a terra e os seus habitantes adorem a primeira besta, cuja ferida mortal fora curada.” Isto somente para começar. Toda a descrição destes versos quanto à atividade da segunda besta, o Falso Profeta, é semelhante à atuação do Espírito Santo no plano divino. Opera sinais, faz até fogo descer do céu para a terra, seduz os habitantes para fazerem uma imagem à besta... Comunica fôlego à imagem para falar e matar aqueles que não a adorassem.

Ela marca as pessoas com o sinal da besta, o número 666. É o sinal para comprar e vender. É o sinal de propriedade. Nós fomos comprados por um preço que foi o sangue de Jesus, nos tornamos livres para adorar a Jesus e ao Pai. Mas, ali, eles são obrigados e marcados para exercerem os seus papéis de adoradores da besta. Dá para entender por que o Falso Profeta será um judeu; porque um

judeu jamais seguiria um gentio. Então, um judeu os conduzirá e os levará a adorar o Anticristo.

É motivo de louvor e gratidão a Deus por não fazermos parte de uma época como esta. Será o limite do diabo antes da sua derrota por Jesus, quando Jesus voltar ao final da Tribulação, para resgatar definitivamente seu povo escolhido, o povo de Israel.

O CORDEIRO E OS 144000 NO MONTE SIÃO (14.1-5)

Esta é outra visão das 144.000 testemunhas, com outros detalhes. Eles estão entoando um novo cântico diante do trono, dos quatro seres vivos e dos anciãos. Uma característica dos 144.000 que tem intrigado a muitos é a de que não se macularam com mulheres (v. 4). Achar que a palavra macular é muito forte para o relacionamento sexual que foi dado por Deus ao homem na sua criação. O que o texto está querendo dizer é simplesmente o mesmo que o apóstolo Paulo afirmou em 1 Coríntios 7.26, 27, 32, 33: “Quem não é casado cuida das coisas do Senhor...”

O verso 4 sugere que estes são os primeiros convertidos na Tribulação, usando a expressão “primícias para Deus e para o Cordeiro”. Primícias, o primeiro de outros, era uma festa no Velho Testamento quando acontecia primeira colheita e que passou a caracterizar tudo o que é primeiro de uma série, como Cristo ser as primícias dos que dormem (1 Coríntios 15.20).

AS VOZES DOS ANJOS (14.6-13)

Os versos de 6 a 13 constituem-se de quatro vozes de anjos anunciando uma mensagem. Esta mensagem vem da parte de Deus para os homens.

A primeira voz é a de um anjo voando pelo meio do céu, tendo um evangelho eterno para pregar. No original, o vocábulo “evangelho” está enfatizado aparecendo como substantivo e verbo, separados pelo advérbio “eterno”: εὐαγγέλιον αἰώνιον, εὐαγγελίσαι (euaggelion aionion euangelisai), literalmente “um evangelho eterno para evangelizar”. Lenski’s destaca que o substantivo e o infinitivo repetem e, assim, enfatizam o evangelho e a ideia de boas novas (p. 428).

O segundo anjo anuncia a queda da Babilônia que tem dado a beber a todas as nações do vinho da fúria da sua prostituição. Este assunto será tratado de maneira minuciosa nos capítulos 17 e 18.

A terceira voz é na verdade uma advertência aos seguidores da besta e a

adoração à sua imagem. Estes recebem na sua fronte ou na mão a marca da besta e beberão do vinho da cólera de Deus. O cenário dos versos 10 e 11 é a descrição do tormento no inferno para os seguidores da besta.

Curiosamente, ele termina esta mensagem com uma palavra sobre os santos na sua perseverança. Ele dá a entender que muitos no início não se submeterão à besta, mas não perseverarão e passarão a adorar e seguir a besta, permitindo que neles seja feita a marca na fronte e na mão. Somente os verdadeiramente salvos é que perseverarão em guardar os mandamentos de Deus e a fé em Jesus.

A quarta voz é uma voz do céu, diferente das três anteriores que eram de anjos. A voz manda escrever uma bem-aventurança para os mortos no Senhor, porque descansam das suas fadigas. Viver em meio à perseguição é uma vida de fadiga. Lutas, oposições, escárnio, prisões, acusações, injustiça são alguns dos exemplos de fadiga que levam muitas vezes o crente ao cansaço espiritual que é, em vários casos, aliviado pela morte!

A CEIFA E A VINDIMA (14.14-20)

Estes versos descrevem duas ceifas, primeiramente a dos eleitos e a segunda dos ímpios. No verso 14, Aquele que está assentado sobre a nuvem branca é Jesus, que tem uma foice afiada na mão e recebe do anjo a ordem de tomar a foice e ceifar.

Aqui, como já temos visto em outros lugares, há uma divergência quanto à identidade deste que está sobre a nuvem branca. Alguns intérpretes associam o “outro” anjo do v. 15 com o que está assentado na nuvem no v. 14, definindo-o como um anjo. O outro argumento é quanto à ordem para ceifar no v.15. Se o que está assentado sobre a nuvem for Jesus, Ele estaria recebendo ordem de um anjo para ceifar.

Por outro lado a descrição do verso 14 é muito detalhada como: filho do homem, a coroa de ouro na cabeça e a nuvem branca. Além disto, esta ceifa é dos eleitos e está sendo efetuada pelo próprio Senhor Jesus. Quanto à ordem recebida do anjo, não pode constituir um problema, pois o Cordeiro recebe das mãos do anjo o livro selado para ser aberto. O anjo aqui é aquele que traz a ordem do Pai e a transmite ao Filho. Esta expressão “filho do homem” só foi usada para Jesus, na sua forma de humilhação, quando veio aqui para nos resgatar.

O verso 17 em si realça a diferença quando diz que o anjo mesmo tem a foice afiada na mão, fazendo distinção da foice anterior que estava na mão do filho do homem. Esta ceifa efetuada pelo anjo com a figura do lagar da cólera de

Deus está ligada com a batalha do Armagedom, que terá início com o Gogue e Magogue, de Ezequiel 38 e 39. Esta é seguida do rei do Norte e do rei do Sul contra o Anticristo, de Daniel 11.40-45, culminando com um ajuntamento para lutar contra Cristo, quando Ele vier no Monte das Oliveiras. Apenas relembrando o que está em Daniel 11: Os reis do Norte e do Sul lutarão contra o Anticristo, mas se unirão para lutarem contra Cristo quando da sua chegada no Monte das Oliveiras.

Quanto a esta medida do freio do cavalo por cerca de 1600 estádios muito tem sido discutido. A discussão é se a medida se refere à altura do freio do cavalo ou à medida do freio que se estende lado a lado da boca do cavalo, que seria de uns 20 cm. Mesmo que seja este último, seria uma profundidade de 20 centímetros por cerca de mais de 200 km. É muito sangue! Aqui é a linguagem do lagar quando se produzia o vinho; à medida que se põem uvas e se pisa o nível sobe. Nesta profecia diz que transbordou e formou um rio de sangue. Será para fora da cidade, porque o Vale do Armagedom é no norte do país e se estende até o sul, nas terras de Edom.

O ANÚNCIO DOS SETE FLAGELOS (15.1-8)

O capítulo 15 é uma forma de introdução ao capítulo 16, que narra o derramamento das sete taças da ira de Deus. Intérpretes relacionam as sete taças com as sete trombetas, como se fossem o mesmo acontecimento, mas visto de um ângulo diferente.

Mas logo na abertura do capítulo está escrito: “Vi no céu outro sinal grande e admirável: sete anjos tendo os sete últimos flagelos, pois com estes se consumou a cólera de Deus”. As palavras de João deixam claro que é um outro sinal grande e admirável e que são os sete últimos flagelos e, ainda, que com eles se consuma a cólera de Deus.

Quando vimos os selos no capítulo 6, notamos que o sétimo selo eram as sete trombetas. De certa forma, aqui ocorre o mesmo, ou seja, a sétima trombeta são as sete taças. Só que aqui é quanto ao tempo, ao ambiente. As sete taças ocorrem no tempo, clima e ambiente da Segunda Vinda que está próxima.

Ao analisarmos as sete taças, notaremos que elas acontecem num período bem curto de tempo, pois nos céus, desde a narrativa da sétima trombeta, há um alarido entre os santos apenas aguardando os últimos acontecimentos para que o mistério de Deus, o Milênio, possa ser instalado.

Vimos no capítulo 10 bem claramente: “Nos dias da voz do sétimo anjo, quando ele estiver para tocar a trombeta...” Os dias a que a trombeta se refere é a

Segunda Vinda de Cristo propriamente dita, no Monte das Oliveiras, para definitivamente aniquilar o Anticristo e seus exércitos.

Como tem acontecido desde o capítulo 11.15, segue-se outra visão dos redimidos vindos da Tribulação: “E os vencedores da besta, da sua imagem e do número do seu nome...” entoavam um cântico que era o Cântico de Moisés com o Cântico do Cordeiro. Não eram dois cânticos e sim um cântico dos dois cânticos, que está descrito logo em seguida.

A visão que João teve do início do derramamento das sete taças é como um culto de adoração a Deus. É semelhante ao cerimonial do Velho Testamento, quando os sacerdotes se vestiam de linho e cingiam o peito e ofereciam o sacrifício, então, a glória de Deus enchia o lugar com fumaça (Êxodo 40.13, 14, 34, 35).

Para finalizar este período da Tribulação, o próprio Deus derrama sua cólera sobre os homens que O rejeitam e blasfemam contra Ele. E sua ira cessará somente quando as taças forem derramadas, ou seja, ninguém pode impedir Deus de completar sua obra.

O DERRAMAMENTO DAS SETE TAÇAS DA CÓLERA DE DEUS (16.1-21)

A grande característica destas sete taças é que está totalmente relacionada com a besta e seus seguidores. Isto é definitivamente o que difere as taças dos selos e das trombetas. Num sentido, os outros dois conjuntos de sete funcionaram como uma preparação para este último.

É o momento no qual Deus vai julgar ao mesmo tempo a besta, o Falso Profeta e os seus adoradores. De certa forma, o conteúdo destas taças tem semelhança com as pragas derramadas no Egito. A grande semelhança está no fato de que o Egito, que representava o poder do mundo de então, perseguia e maltratava Israel e Deus libertou seu povo trazendo juízo sobre todo o reino e seu governante, o Faraó.

Agora estamos falando de algo semelhante, mas que abrange o mundo inteiro que está governado pelo Anticristo, e que também está perseguindo e maltratando Israel.

AS PRIMEIRAS TRÊS TAÇAS (16.2-4)

Na primeira taça vemos que úlceras malignas e perniciosas sobrevêm aos adoradores da imagem da besta; aos homens portadores da sua marca. Veja a

semelhança com Êxodo 9.10.

As duas próximas taças implicam na transformação da água em sangue, tanto no mar como nas fontes das águas (potáveis). O mesmo ocorrido em Êxodo 7.17-21. Notar também a diferença da trombeta, quando caiu uma estrela ou uma montanha para o envenenamento das águas. Aqui é Deus operando diretamente como o fez nos dias de Moisés. Lá, os demônios atormentavam os homens; aqui, os adoradores dos demônios e da besta são castigados pela sua idolatria e rejeição.

Novamente, em seguida, nos versos de 5 a 7, temos a manifestação de um anjo naquele clima de alegria pela atuação de Deus em vingar seus filhos e profetas, que durante tantos séculos foram perseguidos e maltratados como se Deus mesmo nunca existisse. Este é um sentimento que está no livro de Apocalipse: o respirar aliviado de anjos e filhos de Deus pela atuação final do soberano Deus, que prometera todo tempo que agiria, mas que pela sua misericórdia adia seu juízo, como que dando tempo para que se arrependessem, o que não ocorria.

A QUARTA TAÇA (16.8, 9)

Derramou a taça sobre o sol que queimou os homens com seu intenso calor. Quando aconteceram as pragas do Egito, houve uma chuva de pedras. A chuva de granizo ocorre quando há um intenso calor formando massas de ar quente que se encontram com massas de ar frio. Em Êxodo 9.23 diz que desceu fogo do céu.

Mas aqui nesta taça também temos algo novo: a reação dos homens que se queimaram com intenso calor. Eles blasfemaram o nome de Deus e nem se arrependeram para Lhe darem glória. Isto desmonta aquela velha crença de que uma pessoa em sofrimento é mais sensível às coisas de Deus. Nestas taças ficará bem evidente essa atitude de rebeldia e que, mesmo debaixo de intenso sofrimento, a reação é voltar-se ainda mais contra o Senhor.

A QUINTA TAÇA (16.10, 11)

Esta taça é sobre o trono da besta, tornando o reino dela em trevas. A semelhança é com Êxodo 10.21, a praga das trevas. O sofrimento se intensificou ainda mais, pois remordiam a língua por causa da dor que sentiam.

Aqui há outro detalhe novo. A informação de que a dor que sentiam era das úlceras (v. 11) dá a entender que as ações das taças eram cumulativas e não momentâneas. As úlceras da primeira taça ainda permaneciam, somando-se às ações das outras taças que estavam sendo derramadas. Este é um aspecto distinto

das pragas do Egito em que uma era retirada antes da outra ser derramada, evidenciando o endurecimento de Faraó.

Novamente, blasfemaram contra o Deus do céu por causa da angústia e das úlceras e não se arrependeram das obras. A angústia aqui pode bem ser como resultado das trevas!

A SEXTA TAÇA (16.12-16)

A sexta taça foi derramada sobre o rio Eufrates. Aqui uma explicação importante. O verso 12 tem confundido a muitos ao determinar o tempo desta taça e associá-la a sexta trombeta, que também menciona o secar das águas do Eufrates, em preparo do caminho para a vinda do exército dos reis do nascimento do sol. Entendo que o verso doze é apenas a descrição do que está na sexta trombeta, narrado como um fato já ocorrido para apenas identificá-lo, isto é, a secagem do Eufrates não é o teor da sexta taça.

A sexta taça é o que vai ocorrer nos versos 13 em diante, que é o ajuntamento das nações para serem julgadas por Cristo na Batalha do Armagedom ao final da Tribulação. Quando o Monte das Oliveiras for fendido ao meio, por época da Segunda Vinda de Cristo, o vale se estenderá até ao deserto no sul na região de Edom numa extensão de quase 200 quilômetros.

A BATALHA DO ARMAGEDOM (16.14-16)

Em Apocalipse 16.14-16 está descrito um ajuntamento de exércitos para lutar contra o Senhor na sua vinda. É conhecido como a Batalha do Armagedom. A palavra batalha não expressa bem o que está narrado aqui, visto que o termo usado é τὸν πόλεμον (ton polemon) que traduz a ideia de guerra, campanha militar; diferente de μάχη (mache), combate, batalha, que não foi utilizado aqui.

Nos textos proféticos do Velho Testamento em que este evento é citado, são descritos vários locais distintos: Vale de Josafá (Joel 3.2, 13); Edom, Idumeia (Isaías 34, 63) e Jerusalém (Zacarias 12.2-1).

Armagedom vem de Megido, um vale ao norte de Israel onde houve muitas batalhas no Velho Testamento, como Débora e Baraque contra Sísera; Gideão e os midianistas (Juízes 4, 5 e 7). Local também da morte de Saul na batalha contra os filisteus; Acazias morto por Jeú e a morte de Josias, na invasão dos egípcios (Juízes 4,5,7; 1 Samuel 31.8; 2 Reis 9.27 e 2 Reis 23.29, 30).

Visto que todos estes textos se referem ao mesmo acontecimento futuro, podemos concluir que esta campanha militar acontecerá num grande vale

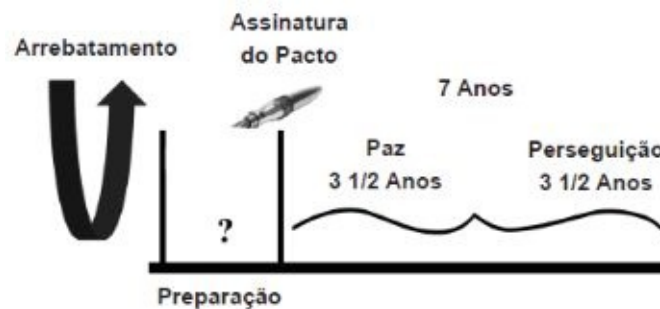
localizado a 24 km do Mar Mediterrâneo, desde a planície de Esdraelom (Norte), 16 km ao sul de Nazaré, passando por Jerusalém, estendendo-se ao Vale de Josafá, a leste, até Edom, ao Sul.

A visão nos mostra que o dragão, o Anticristo e o Falso Profeta convocarão todos os reis da terra para a peleja no final da Tribulação, chamada a peleja do grande Dia do Deus Todo-Poderoso. É neste momento que vai ocorrer o que está descrito no capítulo 14.20!

A SÉTIMA TAÇA (16.17-21)

Estamos agora a poucos dias do fim da Tribulação. É a consumação da cólera de Deus, pois no final do verso 17, ele diz: “Feito está”. Aqui são catástrofes naturais finais que antecedem a efetiva Segunda Vinda de Cristo. A sétima taça não é algo de momento e sim uma sucessão de catástrofes que começam aqui, mas que se estendem até a destruição total da Babilônia.

É o clímax da ira de Deus. A ideia é que algo começou que não pode parar mais até completar-se o que está determinado. A ira de Deus atingiu de tal forma o universo que tudo parece despencar. O verso 21 fala de saraivada com pedras pesando cerca de 40 quilos. Como das outras vezes, a reação dos homens foi de blasfêmia contra Deus porque o flagelo era grande.



A DESTRUIÇÃO DA GRANDE MERETRIZ

A visão ocorre quando da sétima taça; esse anjo é provavelmente o que derramou a última taça. O julgamento da Babilônia, que já fora anunciado por duas vezes em 14.8 e 16.19, se consumará nos capítulos 17 e 18. Para alguns é uma só Babilônia, para outros a do capítulo 17 é a eclesiástica, e a do 18 é a política. Para alguns, a mística e a material, o que pode ser apenas uma terminologia diferente.

Em primeiro lugar, é preciso definir o termo Babilônia. Não é a cidade

literal que fica na região do rio Eufrates que hoje é Bagdá. A Babilônia, que era uma cidade literal nos dias de Daniel, representa da pelo Leão, em Daniel 7, tornou-se a cidade de Roma no governo romano. Nos dias de Jesus, Roma era a capital do Império, portanto um aspecto apenas político. Mas com o imperador Constantino pela primeira vez as duas funções, a de Chefe de estado e Bispo da igreja, foram ocupadas por uma mesma pessoa. Babilônia passa a ser um sistema político-religioso em total oposição a Deus e sua Palavra. Em 1457, com a queda de Constantinopla, deixou de existir este poder político, restando apenas o eclesiástico denominado catolicismo romano.

No entanto, de acordo com as profecias e visões de Daniel, esse Império Romano vai ressurgir e ser restaurado, porque no capítulo 9 Daniel prevê a destruição de Jerusalém por um príncipe, que haveria de vir de um povo do qual viria o Anticristo, no futuro. Como o príncipe foi o General Tito, cidadão romano que invadiu Israel, o Anticristo será um cidadão romano. Então, Babilônia aqui é esse sistema político- religioso que se opõe a Deus, onde Roma será sua capital. Esse é o governo romano restaurado da profecia de Daniel. Sendo assim, o capítulo 17 é a descrição deste governo no seu ressurgimento em sua forma dupla de política e religião, mas que formam um só governo. A religião será usada numa parte do processo e depois descartada, porque o Anticristo é que será adorado através da imagem que terá fôlego dado pelo Falso Profeta.

No capítulo 18 está sua destruição efetiva e o lamento por parte dos reis que se prostituíram com ela no seu sistema mundano.

A DESCRIÇÃO DA BABILÔNIA (17.3-18)

Os versos de 3 a 6 a descrevem como sendo uma mulher montada numa besta escarlata; a mulher é uma meretriz vestida de púrpura e de escarlata e adornada de ouro e pedras preciosas e de pérolas. Tinha um nome, um mistério: **BABILÔNIA, A GRANDE, A MÃE DAS MERETRIZES E DAS ABOMINAÇÕES DA TERRA.** A besta tinha sete cabeças e dez chifres e era repleta de nomes de blasfêmia.

Do verso 8 em diante, o anjo vai dar a interpretação para João do que é a visão. “A besta que viste, era e não é, está para emergir do abismo e caminha para a destruição.... As sete cabeças são sete montes... também sete reis...” O anjo fala usando o presente momento de João, portanto, cinco dos sete já haviam caído, um estava nos tempos de João, que era Domiciano e ainda viria mais um, provavelmente seria Constantino que faria a unificação que realmente não durou

muito.

A besta, que era e não é, também é ele, o oitavo rei. O oitavo rei é o Anticristo de Daniel 7, o pequeno chifre que derruba três dos dez, tornando-se o oitavo. Os dez chifres são 10 reis, os quais ainda não receberam reinos, são os do tempo do fim. Eles são os mesmos 10 dedos da estátua de Daniel capítulo 2, os 10 chifres do capítulo 7, que receberão o poder da besta, o oitavo rei. Os reis serão todos derrotados pelo Cordeiro e pelos eleitos e fiéis.

O anjo ainda vai dar mais duas informações: o significado das muitas águas, como sendo povos, multidões, nações e línguas e que os 10 chifres e a besta odiarão a meretriz e a matarão (v. 16).

O verso 17 diz que Deus incutiu no coração dos reis e da besta que executem o seu pensamento e deem à besta o reino, até se completar as palavras de Deus. No verso 18, a mulher é a grande cidade que domina sobre os reis da terra.

A interpretação geral é que Roma vai governar em conjunto com o Anticristo e que o Anticristo destruirá o sistema religioso, depois de servir-se dele para conquistar as nações, a fim de que ele mesmo seja adorado no segundo período da Tribulação. O catolicismo romano se encaixa perfeitamente em toda a descrição e, com certeza, fará parte desta profecia. Apenas não afirmo ser o papa a pessoa do Anticristo. O reino ressurgirá politicamente e provavelmente não será um papa que fará este papel e sim um estadista, porque este governo centralizado terá proporções mundiais. Mas o catolicismo certamente fará o seu papel.

A DESTRUIÇÃO DA BABILÔNIA E O LAMENTO DOS REIS DA TERRA (18.1-24)

Os versos 1 e 2 introduzem o conteúdo do capítulo, ao falar de um anjo com autoridade que iluminou a terra com sua glória. Isto mostra no Apocalipse, durante todo o livro, que os anjos são uma ordem de seres com patentes diferentes em poder e glória. Eles têm poderes distintos para funções distintas que vão desde simplesmente anunciar mensagens, como Gabriel, como lutar por toda uma nação, como é o caso de Miguel, o arcanjo.

Este capítulo 18, embora com muitos versos, é simplesmente o anúncio por parte do anjo da queda definitiva da Babilônia, o sistema político, visto a religião ter sido destruída pela besta no capítulo anterior. Em seguida, outra voz é ouvida e pede a retirada do povo de Deus do meio da cidade, antes que os flagelos fossem executados sobre a cidade. Dos versos 9 a 20, temos uma narrativa do

lamento por parte dos reis de toda a terra por causa da destruição da Babilônia. E no restante do capítulo, os quatro últimos versos trazem uma visão de um anjo arrojando uma grande pedra de moinho para dentro do mar, como símbolo do desaparecimento desta cidade da face da terra.

Mas quero me ater um pouco no verso 18: “Então, vendo a fumaceira do seu incêndio, gritavam: Que cidade se compara à grande cidade?” Ao estudarmos profecia tendo como base o método literal e que as figuras devem ser interpretadas pela própria Bíblia, tenho me convencido cada vez mais que as histórias do Velho Testamento são na verdade a grande “despensa” com os ingredientes necessários para uma conclusão adequada destas profecias.

Sendo assim, este verso eu associo à destruição de Sodoma e Gomorra. Por que Deus destruiu aquelas cidades? Será que nunca houve outra cidade que tenha pecado tanto quanto elas? A descrição da Babilônia é muito mais profunda em termos de pecado do que Sodoma. Portanto, creio que a cidade de Roma será destruída aqui neste tempo do capítulo 18 porque será o local do trono da besta, quando não lhe for permitido reinar em Jerusalém. Ele se instalará em Roma e de lá governará o mundo, numa imitação de Cristo quando governará de Jerusalém. A sua destruição será com fogo e enxofre e sua fumaça será para testemunho das nações.

Esta breve exposição dos acontecimentos descritos no Apocalipse sobre a Tribulação nos dá uma visão do que será aquele período de sete anos, no qual Deus restaurará Israel para a entrada no Milênio bem como derramará seus juízos sobre a humanidade que tem se rebelado contra Ele.

Este capítulo, embora chocante pelo seu conteúdo, pode ser um grande instrumento de Deus na vida de pessoas que talvez estejam lendo e sendo confrontadas com a realidade de que não pertencem ao Senhor Jesus Cristo, o Senhor de toda a terra. Portanto, é uma oportunidade de refletirem e se entregarem a este Senhor e tornarem-se parte da sua Igreja, a sua noiva que Ele apresentará a Si mesmo, pura e sem defeito para viver e reinar com Ele para toda a eternidade.

CAPÍTULO TREZE

O MILÊNIO

O termo Milênio surge da expressão “mil anos”, de Apocalipse 20. Ali, nos primeiros sete versos a expressão aparece seis vezes. A passagem se refere a um tempo específico em que acontecerão alguns eventos importantes ali narrados, entre eles o aprisionamento de Satanás. A questão que se levanta é se esse tempo de “mil anos” é um tempo literal ou não. Pelas premissas aqui estabelecidas e por todo o conteúdo apresentado eu poderia simplesmente responder que é um tempo literal e passar a descrever os acontecimentos descritos nas inúmeras passagens que aparecem tanto no Velho Testamento como no Novo. Porém, como em todas as partes da Escatologia tratadas até aqui, a explanação foi dentro de uma Teologia Bíblica, fruto de estudo acurado dos textos em que as conclusões são alcançadas naturalmente. Com o Milênio não será diferente.

O Milênio é mais um exemplo da infelicidade de se tratar o assunto da Escatologia como uma “doutrina”. Quando em qualquer círculo você menciona a palavra Milênio, você naturalmente é rotulado por uma escola teológica, seja o dispensacionalismo ou o pré-milenismo. É típico de exame de candidato ao ministério: “Defenda sua posição sobre o Milênio; ou o que você crê sobre o Milênio?” Então, o candidato passa a explicar sua convicção e, em seguida, é bombardeado com uma série de perguntas. Então, qualquer que seja a posição que se tome com respeito ao Milênio, ela será, ou incorreta, ou injusta, ou incompleta!

O que veremos é que a passagem de Apocalipse 20 é simplesmente uma passagem complementar que encerra um assunto começado no jardim do Éden, em Gênesis, e que contém detalhes do reino e a fixação do tempo que ele abrangerá. Portanto, começar pelos “mil anos” não é de forma alguma uma abordagem teológica saudável. Depois de tudo que temos visto sobre a teologia bíblica no seu tratamento histórico-progressivo da revelação, seria uma grande incoerência tratarmos o Milênio pela sua última referência na revelação. E isto certamente surpreenderá aqueles que são da posição “não Milênio”, porque afirmam eles, entre outras coisas, que este é o único lugar no qual o Milênio é tratado. Sim, quero concordar com eles que o termo Milênio nasceu aqui, por isso não compartilho da definição tradicional do Milênio. A Bíblia não fala de um Milênio e sim de um reino que os santos possuirão; de um reino que será dado aos santos e que jamais passará a outro povo! Afinal, é exatamente isto que

temos visto desde as primeiras páginas deste livro.

Veremos na conclusão deste capítulo que o Milênio é uma época necessária, prometida, específica e que completará o plano de Deus, dando-lhe a característica de perfeito; demonstrando que Deus sempre teve controle do seu plano, que nada pode frustrar o seu plano e que ele aconteceu tal como Deus o idealizou. Isto quer dizer que tirar o Milênio do plano é mutilá-lo, é torná-lo sem sentido, é torná-lo um plano meramente humano, como os planos que estamos acostumados a fazer, aonde as coisas vão fugindo ao nosso controle e vamos “costurando”, tentando chegar a um final satisfatório. Isto pode chocar você, mas o jardim foi como Deus pensou. O Salmo 40, nas palavras de Davi, é um cântico que relata o que aconteceu na eternidade passada, quando Deus planejava criar o homem e a Queda era um fato inevitável. Ali, as palavras do salmista eram na verdade as palavras da Segunda Pessoa da Trindade, dispondo- Se a fazer parte do plano de resgate do homem que cairia (Salmos 40.4-10). O mesmo ocorre na grande passagem de Isaías 6.8, 9, que é a narrativa do diálogo entre as duas pessoas da trindade, o Pai e o Filho: “A quem enviarei, e quem há de ir por nós? Disse eu: Eis me aqui, envia-me a mim”. A Queda era inevitável, e a solução para a Queda estava na vinda de uma das pessoas da trindade para resgatar o homem. O plano consistia em Deus dividir sua glória com o homem que Ele criaria, mas esse ser se rebelaria e rejeitaria a comunhão com Deus, então Deus mesmo o resgataria para garantir seu propósito de dividir sua glória com o homem. De forma que tanto o jardim estava no plano como o reino dos santos estava neste mesmo plano; o começo e o fim. O reino precederia apenas a eternidade, mas a eternidade só viria quando o reino fosse implantado nesta terra, plena e definitivamente. O primeiro Adão foi criado para dominar sobre todas as coisas, o último Adão virá para reinar com vara de ferro sobre as nações.

O CONCEITO DO REINO

O escritor de Hebreus, citando o Salmo 8, atesta o domínio original do homem por sua posição na criação (Hebreus 2.6-8, citando Salmo 8.4-6). Em Gênesis 1.26 está escrito que Adão iria dominar toda a terra, onde o verbo רָדָה (rãdâ) dominar, é o mesmo que foi usado no Salmo 110.2, referindo-se ao Messias, o enviado do Senhor, que é o Senhor Jesus Cristo. O homem, então, foi um rei na terra. Seguindo o conceito do “último Adão”, Cristo, tudo indica que o “primeiro Adão” teria tido uma posição especial como cabeça da raça; porém, outros dominariam a terra com Adão. Neste sentido, é importante notar que o

domínio original do homem foi derivado e medianeiro em caráter, porque Adão só podia exercer esse direito de dominar sob a orientação direta de Deus. Adão rejeitou a orientação de Deus trocando-a pela de Satanás e perdeu o direito de exercer esse domínio de forma absoluta. Também é preciso destacar que o domínio original do homem foi sobre uma terra perfeita; “tudo era bom”.

Esse reino derivado e medianeiro, portanto, era o plano de Deus para o homem sobre a sua criação. Deus não criou o mundo sem um plano e um propósito definido. Ele planejou o homem para reinar sobre toda a sua criação. Podemos definir nesta altura que o reino medianeiro é o governo de Deus por um representante divinamente escolhido, que não somente fala e age por Deus, mas também representa o povo perante Ele (R.H.S. Material não publicado). O governante sempre será um membro da raça humana e o governo será exclusivamente sobre o mundo.

Esse reinado medianeiro descrito nas Escrituras é apresentado em três funções diferentes: Profeta, Sacerdote e Rei. Melquizedeque exerceu duas destas funções, sacerdote e rei (Gênesis 14.18); Moisés seria o tipo mais perfeito do Messias nestas três funções, não fosse sua relutância; exerceu também apenas duas, a de “rei” e de profeta (Deuteronômio 18.15). Samuel passou a ser o tipo mais próximo exercendo limitadamente as três funções, com uma ênfase bem evidente como profeta e sacerdote, e um governo apenas consequente das duas anteriores, fazendo a transição dos juízes para a monarquia. Fica claramente estabelecido que somente Cristo pode realizar perfeitamente estas três funções.

O conceito de reino requer três elementos indispensáveis, sem os quais ele não pode existir. Estes elementos são: Um rei, estabelecido por Deus e membro da raça humana; um espaço físico para governar, que é um pedaço de terra, neste caso, a terra toda; e os súditos, que são os demais habitantes do mundo criado. Tudo isto podemos ver no jardim, nas palavras de Deus ao homem, após sua criação: “Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que rasteja pela terra” (Gênesis 1.28). Mas por causa de sua rebeldia e rejeição, ele perdeu esse direito de exercer o domínio absoluto.

Desta perspectiva, a Bíblia passa a ser o livro que narra o desenvolvimento do reino medianeiro de Deus sobre sua criação, seguindo suas características e caráter próprios. A coisa se torna séria quando pensamos na pessoa de Deus, o Criador, seu caráter santo, seus atributos que incluem onipotência, onisciência e onipresença e é insinuado que a Queda do homem impossibilitaria Deus de realizar o que Ele tinha planejado desde antes da fundação do mundo! Não é esta

a convicção do apóstolo Paulo ao escrever para os efésios, no capítulo primeiro, quando afirma a decisão soberana de Deus de havê-los escolhido antes da fundação do mundo. Sim, Deus já havia se deparado com a Queda lá na eternidade passada e solucionado seus efeitos, antes mesmo que o plano fosse posto em prática. Deus reinaria sobre sua criação através de um representante que Ele escolheria, dentre a raça humana, através dos tempos, até chegar o tempo de governá-la através do seu Filho, a quem enviaria como único e perfeito mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo, Deus-homem.

O reino do Messias tem de apresentar todas as características e elementos dos reinos anteriores, desde Adão, inclusive nos aspectos terreno e físico. Para tanto, na sua primeira vinda, tornou-se homem, a fim de satisfazer a exigência de ser um membro legítimo da raça humana. Na sua primeira vinda, deixou claro na trajetória do seu ministério, principalmente na narrativa de Mateus, que o reino precisava ser adiado para que fosse estabelecido quando todos os elementos estivessem presentes. Havia a terra, havia o rei com todos os direitos legais, mas não havia súditos. Os súditos não reconheceram o seu Rei e clamavam: “Não temos rei, senão César”. Mais uma vez o relato sagrado deixa, sem sombra de dúvidas, o controle completo de Deus sobre seu plano. Cristo anuncia o adiamento da implantação do reino quando ficou claramente demonstrado, diante dos milagres realizados pelo Rei para libertar a nação espiritualmente do poder das trevas, que os súditos ainda estavam em rebeldia de coração e que rejeitariam seu reinado sobre eles.

O adiamento do reino era necessário porque a rebeldia da nação escolhida estava evidente pela simples atitude de não terem anunciado Deus, Jeová, para as demais nações; não somente rejeitaram a Deus, mas impediram outros de recebê-Lo. Inicia-se o “interregnum”, um reino intermediário através de um novo “povo”, um corpo dentre os gentios para testemunhar de Deus para o seu próprio povo, até a volta do Rei para a implantação do reino.

O controle de Deus fica ainda mais evidente pelo fato de que nas visões de Daniel, através da linguagem simbólica, o quarto reino que se levantaria sobre a terra era sempre visto em dois momentos distintos. O mesmo reino, ao ser descrito nas suas campanhas e movimentos, era descrito por um movimento imediato e outro distante, no fim dos dias. Entre estes dois movimentos, estava implícito o “interrégnum”, o tempo da Igreja, mistério no Velho Testamento. Deus não disparou um plano “B” quando Jesus foi rejeitado e crucificado pelos Judeus. Tudo tinha que ser cumprido, como disse o poeta: “Mas tudo assim, Deus planejou...”

O REINO MEDIANEIRO NO VELHO TESTAMENTO

Podemos ver o reino medianeiro de Deus no Velho Testamento em vários momentos distintos com suas subdivisões: (1) Do Éden até o Dilúvio; (2) do Dilúvio até Babel; (3) os Patriarcas; (4) de Moisés a Samuel, até os dias de Saul; (5) de Davi até o cativeiro babilônico; (6) do cativeiro até os dias de Jesus.

O reino se desenvolveria e se formaria dentro de um plano elaborado por Deus, sempre com o foco de demonstrar para o homem que ele estava afetado pelo pecado e se tornara escravo dele. Obviamente, o homem, como parte do sintoma, rejeitaria completamente a ideia e insistiria em querer caminhar sua jornada de distanciamento do Criador. Deus poderia ter interferido lá mesmo no jardim, mas soberanamente e num ato de misericórdia e amor, passa a demonstrar de forma paciente e cuidadosa uma lição básica para o homem: “Ninguém te faz pecar; o pecado jaz no coração”. Quando o Rei do reino veio, Ele mesmo declarou: “Porque do coração procedem maus desígnios, homicídios, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos, blasfêmias” (Mateus 15.19).

O primeiro movimento deixaria claro para o homem que ele precisava de um governante. Do Éden ao Dilúvio, Deus governou sua criação através da própria consciência do homem. Caim mata Abel, seu irmão, e se torna um errante e fugitivo; Lameque mata 77 homens sem qualquer punição e a pecaminosidade do homem atinge um ponto máximo quando Deus interfere e declara para Noé: “...os seus dias serão cento e vinte anos... viu o SENHOR que era continuamente mau todo desígnio do seu coração...” (Gênesis 6.3,5). O Senhor escolheu Noé, para preservar a humanidade e recomeçar. Guarde aqui uma informação importante. Poderia Deus destruir toda a raça e começar de novo ou até mesmo parar por ali? O que evidenciaria? Teria Deus perdido o controle da sua criação? Essa é sem dúvida a conclusão mais absurda e blasfema que alguém poderia chegar. Mas este conceito não está longe das nossas igrejas hoje. A teologia moderna dos liberais proclama esta conclusão com a maior naturalidade e esses mesmos conceitos brotam no coração do crente que não tem a Bíblia como a Palavra inspirada de Deus. Deus não poderia pôr fim na sua criação ali, porque tudo estava caminhando como planejado, tanto quanto o Milênio está planejado!! O Dilúvio era o que Deus preparara para aqueles dias.

No segundo movimento, Deus estabelece o governo humano. Após o Dilúvio, dois eventos importantes: A promessa de Deus que não mais feriria os homens destruindo-os com o Dilúvio; Deus sela sua promessa com o arco-íris (Gênesis 9.12-17) e instituiu o governo humano. O homem não precisava temer

o julgamento de Deus, porque Deus mediará seu governo através de governantes humanos (Gênesis 9.6).

O homem quis um só governo, mas Deus não permitiu. Confundiu as línguas e espalhou-os por toda a terra, constituindo assim várias nações; isto conteria o mau desígnio do coração dentro da própria raça pela fronteira da linguagem do povo.

Não demorou muito para que as nações se esquecessem da existência do único Deus, substituindo-O por outros, criados pelos seus corações corrompidos. Enquanto tempo de Adão até o Dilúvio durou quase dois milênios, 1656 anos para ser exato, o tempo de Noé até Abraão – quando Deus o chamou para uma terra distante e o tirou do meio da idolatria dos seus pais – foi de apenas 352 anos. Nem quatrocentos anos haviam se passado depois do Dilúvio e a idolatria era prevalecente na terra. Então, Deus passa a falar através dos Patriarcas, criando um povo exclusivamente seu. Ele determina que através desse povo viria o Messias prometido, o Servo do Senhor.

Na desobediência de Jacó, a nação de Israel, ainda com apenas 70 pessoas, desce para o Egito e permanece ali cerca de 400 anos, como tinha sido antecipado para Abraão numa visão. Ali, mesmo sendo um ato permissivo de Deus, a nação seria disciplinada, mas se tornaria uma grande nação com cerca de 2 milhões de pessoas. A peregrinação no deserto, no caminho de volta para a Terra Prometida (que duraria 40 anos), seria o tempo suficiente para que Deus transformasse aquele bando de escravos em uma nação organizada, com condições de conquistar a terra que havia sido deixada séculos antes.

Na pessoa de Moisés, temos efetivamente o primeiro governante medianeiro na história. O modelo instituído com Moisés é o modelo do governo de Deus sobre seu povo, um governo teocrático: Deus governa o seu povo através de um membro da raça humana. Esse governante executa a vontade de Deus, Deus Se revela a ele e ele representa o povo diante de Deus. A rebelião de Coré contra Moisés era considerada rebelião contra Deus mesmo (Números 16.28-30). Deus defendia seu governante perante seus governados (Números 12.1-3). Deus escolheu Moisés, e Deus escolheu seu sucessor Josué (Números 27.18-20). A forma poderosa com que Deus agiu através de Moisés e de Josué diante do povo de Israel e das demais nações autenticava o modelo teocrático e destacava a nação de Israel como o povo escolhido.

AS ALIANÇAS INCONDICIONAIS DE DEUS COM ISRAEL

A base testamentária do reino está ligada com as alianças feitas por Deus no

Velho Testamento. Cada aliança tinha uma ênfase, mas elas tinham uma particularidade que as tornavam iguais, que era o aspecto INCONDICIONAL. A aliança com Abraão incluía uma semente numerosa com uma continuidade na história sob a proteção divina. Deus dava um título irrevogável da terra da Palestina à posteridade de Abraão e lhes garantia uma posição singular no mundo (Gênesis 12.2, 3; 13.14-17; 15.3-5, 18; 17.7, 8). A aliança Davídica era em certo sentido uma reafirmação da aliança feita com Abraão, mas estreitava no aspecto do reino em relação ao Rei, garantindo a Davi que a linhagem não se apartaria da sua família, que duraria para sempre. Era INCONDICIONAL; era o favor de Deus para com a casa de Davi, o rei segundo o coração de Deus (2 Samuel 7.1-16; 23.1-5; 1 Crônicas 17.1-14). Aqui temos dois destaques digno de nota. O primeiro é que, na narrativa de 2 Samuel, fica explícito que Deus não falava exclusivamente de Salomão, mas também do Messias. E o segundo destaque, que pode passar despercebido, é que por causa da desobediência de Salomão, que aparenta ser uma condição ali no texto, a aliança com Davi foi mantida por Deus caracterizando seu aspecto incondicional, no filho de Davi, Natã, de onde descendeu Maria, mãe de Jesus (Lucas 3.31). Em Mateus 1, na outra genealogia, a de José, Jesus é ligado com Salomão, que tinha o direito LEGAL do trono, mas Jesus não tinha ligação humana com José como tinha com Maria. Desta forma, Jesus preenchia todos os requisitos de herdeiro do trono, o legal e o divino! A aliança Mosaica, a única CONDICIONAL, deve ser distinguida de todas as demais. Deus, no seu relacionamento didático com o seu povo, deixa evidente que qualquer aliança feita com o homem em que este tenha uma parte a cumprir, tal aliança não prevalecerá porque o homem falhará na sua parte. A aliança Mosaica era condicionada à obediência do povo (Deuteronômio 7.12), o que não ocorreu. Em Deuteronômio 4, Deus declara para o povo que eles seriam dispersos pelas nações, sofreriam perseguições por causa da sua desobediência e rebeldia, mas que Ele não os desampararia, nem os destruiria e não se esqueceria da ALIANÇA feita com os pais (Deuteronômio 4.31); era necessário uma NOVA ALIANÇA.

A nova aliança é chamada assim porque é uma substituição da Aliança Mosaica que foi revogada pelo descumprimento por parte da nação. Portanto, NOVA em relação à Mosaica e não em relação às outras (Jeremias 31.31, 32). Esta aliança com Israel é de extrema importância para o entendimento da época do Milênio. Deus refez a aliança com Israel, agora baseada apenas no seu amor e graça (Jeremias 30.12-15; 31.3), onde a garantia é Deus mesmo. O sucesso dela está no fato de que Deus escreverá a lei nos seus corações (Jeremias 31.33, 34) e

a sua realização está firmada num contexto histórico que jamais pode ser desprezado: (1) Com a nação dispersa, mas depois de um ajuntamento (31.8-10); (2) a terra é a Palestina (31.5, 23); (3) a cidade é Jerusalém (31.38-40); e, (4) gozando os benefícios da terra (31.12-14). A nova aliança declarada pelos profetas está firmada sobre as alianças anteriores (Isaías 55.1-3; Jeremias 33.15-26).

Se estas alianças são incondicionais e irrevogáveis e visto que não encontramos o seu cumprimento nos tempos do Velho Testamento, acrescido ainda de que no fim da monarquia, antes do cativo, Deus as reafirmou, quando será o seu cumprimento? Os amilenistas, de forma bastante simplista, transferem para a Igreja o cumprimento, passando por cima dos ricos detalhes do texto das alianças e usando uma interpretação totalmente descabida para textos de contratos. O Senhor Jesus afirmou para os seus discípulos que nem um jota ou um til passariam da lei sem que tudo fosse cumprido. Também o Senhor Jesus em nenhum momento afirmou que Israel estava descartado do plano do Pai, mas pronunciou um discurso onde renovou a esperança para o povo de Israel do seu retorno, em tempo futuro, para tal cumprimento.

A VINDA DO REINO PROFÉTICO

Temos visto que o conceito de reino não é algo novo do Novo Testamento e muito menos em Apocalipse 20. Mesmo que numa forma panorâmica, temos caminhado pelo Velho Testamento tomando consciência de que o reino já era para ter sido implantado no Jardim do Éden e que a questão do pecado tem sido o fator trabalhado por Deus ao longo dos milênios. Estou lembrando sempre que Deus não alterou o seu plano como uma reação pela rebeldia da sua criação e sim que o plano tem sido desenvolvido em sua condição íntegra e original.

Isto fica ainda mais claro nas páginas dos profetas, incluindo os salmos com este teor. Chegando o tempo, Deus passa a revelar para o seu povo (que vivia numa condição lastimável de idolatria e sob o jugo das nações sobre quem na realidade tinha de dominar) que viria um Rei libertador, o qual estabeleceria o reino e que os santos reinariam para sempre. Sua origem foi natural (Isaías 49.1, 6), no seu nascimento e crescimento (Isaías 9.6; 53.2), tanto quanto sobrenatural, de uma virgem e desde a eternidade (Isaías 7.14; Miquéias 5.2). O caráter santo, justo, de mãos limpas, coração puro, sem falsidade, que amaria a justiça, cheio de graça, não necessitando Ele mesmo de salvação e sendo odiado sem motivo fazia parte dos escritos dos mesmos profetas (Salmos 24.4; 45.6, 7; 69.4; Isaías 11.5; 12.6; Zacarias 9.9-11). Não param por aí as informações dos profetas: eles

proclamam a capacidade do Rei vindouro de governar (Ele sábio e reto, firme e forte, capaz de exercer seus poderes); e as funções plenamente exercidas de profeta, sacerdote e rei, que até então normalmente eram exercidas separadamente por pessoas distintas (Deuteronômio 18.15-18; Salmos 110.1-7; Isaías 11.1-4; 28.16; 42.1-4; Zacarias 6.13; 9.10; Atos 3.22,23). Mas havia um mistério a ser desvendado; Ele seria um servo sofredor, ferido e morto pelas iniquidades de pecadores. Ele é o bom pastor, mas castigado pelas iniquidades das ovelhas. Quem acreditaria? “Ao Senhor agradou moê-lo...” Como conciliar o paradoxo de Isaías 2, o rei reinando plenamente, com descrito em Isaías 53, o rei sofredor? E o do Salmo 22 com o Salmo 72? Um total silêncio nas Escrituras proféticas, mesmo com a tentativa sem êxito deles (1 Pedro 1.9-11).

Por fim, chegamos às profecias de Daniel que foram expostas na primeira parte deste livro! As profecias de Daniel são exclusivamente sobre o reino e o Rei do reino. A vinda do Rei foi datada (9.24-27), ao mesmo tempo em que deixa em aberto o tempo do estabelecimento do reino, no verso 26.

Embora a profecia de Daniel seja direta, cobrindo toda a história a partir de Daniel até o tempo do fim, há um grande paralelo com as profecias de Isaías, que também nos mostram que o reino seria implantado depois da desolação de Israel, depois da dispersão da nação entre os povos (Isaías 6.11, 12; 32.13-18). Neste sentido Isaías traz mais detalhes sobre este tempo antes do reino com suas guerras de proporções mundiais (Isaías 24.1-13). Um governante político se levantará no poder mundial, demonstrado por uma passagem que tem sido aplicada quase que exclusivamente à queda de Satanás, mas que literalmente se refere aos governantes da época como tipo do Anticristo, ao mesmo tempo se referindo ao que ocorreu na queda do diabo (Isaías 14.16).

Outros profetas trazem detalhes daquele período que não podem de forma alguma ser desconsiderados. Eles localizam a chegada do reino depois de Israel ficar muito tempo sem o rei, o príncipe e os sacrifícios (Oséias 3.4, 5). O reino é apresentado como vindo de repente e de forma catastrófica (Malaquias 3.1-5; 4.1, 2; Joel 3.1-4); de forma sobrenatural (Salmos 44.1-4; Isaías 52.7-10; Ezequiel 20.33, 34), mas também visível (Isaías 33.17; 40.5; 52.7-10). A nação do pós-cativeiro sendo presente às inúmeras e imensas batalhas por um período superior a 400 anos, até a chegada do Rei para o estabelecimento do reino. O Rei chegou, não O reconheceram, não O receberam e até O mataram. Mas como previsto nas profecias do Antigo Testamento, Israel precisaria primeiramente experimentar uma grande dispersão, um novo ajuntamento, um derramamento do Espírito de graça para, então, reconhecerem o rei (Zacarias 14). As páginas

do Novo Testamento foram escritas no final de um período de silêncio profético, silêncio este quebrado pelo anúncio, por parte do anjo a Zacarias, do nascimento daquele que seria o precursor do Messias, o Elias prometido nas últimas páginas de Malaquias.

O CONCEITO DO REINO NO NOVO TESTAMENTO

O período Neotestamentário começa com alguns anúncios do reino: (1) Pelos anjos à Maria (Lucas 1.32, 33); (2) achado no cântico de Maria (Lucas 1.46-56); (3) antecipado pelos Magos (Mateus 2.1-6); (4) pregado por João Batista (Mateus 3.1, 2); (5) pregado pelo próprio Jesus (Mateus 4.17); (6) pregado posteriormente pelos 12 apóstolos (Mateus 10.5-7); e (7) pregado também pelos 70 discípulos (Lucas 10.9, 11).

Na narrativa dos evangelhos encontramos várias expressões para indicar o reino: (1) Boas Novas, ou Evangelho (Marcos 1.14); (2) Reino do céu (Mateus 3.2); (3) Reino de Deus (Mateus 12.28); (4) teu Reino (do Pai) (Mateus 6.9, 10); (5) meu Reino (Lucas 22.30).

NOS EVANGELHOS

Os evangelhos apresentam Jesus como o Rei deste reino, que aparece com as credenciais do Rei predito nos profetas, que eram os seus milagres e seu ensino com autoridade. Logo, o impacto no povo podia ser visível e sua fama se espalhava; todos O procuravam e num primeiro momento queriam aclamá-Lo rei. Mas o Rei lhes conhecia o coração e sabia que sua motivação não era produzida pela confiança na identidade e caráter do Rei e sim pelos benefícios trazidos, pelas curas e pela multiplicação dos pães; neste ponto, então, o Rei passa a ser mais veemente nos seus discursos, realçando a ligação que Ele esperava dos súditos. O discurso marcante está registrado em João 6. Nesse mesmo tempo, a rebeldia e incredulidade, que pareciam estar erradicadas, surgem num ato de afronta ao Rei do reino atribuindo seus feitos a Belzebu, o maior dos demônios (Mateus 12.24).

O Evangelho de Mateus é de suma importância para um melhor entendimento do reino. Ele tem como enfoque apresentar Jesus como o Rei de Israel. Sendo assim, em seu esboço podemos ver detalhado todo este plano de Deus. O livro de Mateus é como se fosse um resumo do Velho Testamento na apresentação do reino de Deus e seu Rei presente. Ele apresenta a genealogia que liga Jesus a Davi, para estabelecer seu direito ao trono; seu batismo, o

grande momento em que o Rei do reino se identifica com o reino a ser implantado. João Batista anunciava o reino de Deus como tendo chegado e convidava os súditos ao arrependimento e a identificação com esse reino. Subitamente, Cristo surge e pede para ser batizado por João, que tomado de surpresa não entende a atitude do Rei. Mas o batismo é simplesmente esse ato simbólico de identificação, completamente legítimo para Jesus. O Rei passa a viver no meio dos súditos facilitando-lhes a vida, compadecendo-se das suas dificuldades e de terem estado perdidos, como ovelhas sem pastor (Mateus 9.35-38).

Mateus narra a perseguição por parte dos líderes, culminando com a blasfêmia contra o Espírito Santo, referida por Jesus como o único pecado imperdoável. Nesta altura, Jesus passa a falar sobre um novo aspecto do reino que são os mistérios do reino. Jesus pronuncia sete parábolas no capítulo 13, explanando sobre o reino dos céus, numa linguagem diferente e misteriosa. Ele também justifica aos seus discípulos, quando indagado, que o objetivo era de ocultar a mensagem do reino para a nação, preparando o terreno para a introdução de outro conceito novo, um novo corpo, um ajuntamento que ele denominou “minha igreja”.

Chegamos novamente no tempo em que estamos vivendo, a Igreja de Jesus Cristo, edificada sobre o fundamento que é Ele mesmo, também denominado o corpo de Cristo (1 Coríntios 12.12, 13). A Igreja também tem uma ligação com o Reino. Mateus 16.19 diz: “Dar-te-ei as chaves do reino dos céus... tudo que ligares na terra, terá sido ligado nos céus...” Para não perdermos o fio da meada, relembremos que o reino é medianeiro, isto é, Deus governando sua criação através de um representante escolhido da raça humana, um governo teocrático.

Este é um dos meus lamentos para estes dias atuais. Tanta divergência no corpo de Cristo quanto à forma de governo. Democrático, monárquico, oligárquico e episcopal. Os dois primeiros são muito fáceis de definir, devido aos governos no mundo. Oligarquia é o “governo de poucos”, é o regime presbiteriano, em que a igreja é governada pelo presbitério. Episcopal é o sistema de governo em que há a função do bispo. A palavra bispo é a tradução de ϵ piskopo ς (episcopos), que literalmente é aquele que olha de cima, daí o sentido de supervisor. É um dos termos usados para o líder da igreja, junto com presbíteros e pastor.

Cada grupo procura justificar o seu sistema, buscando apoio nas Escrituras, e o irônico é que o texto base para todos eles é Atos 15. Todos conseguem encontrar ali o seu sistema, mesmo sendo diametralmente opostos uns aos

outros. Mas como temos visto desde Gênesis, o sistema de governo no reino de Deus é um só, o sistema TEOCRÁTICO, Deus governando através de um representante humano, que no reino futuro será o próprio Filho de Deus. No episódio de Atos 15, podemos ver de forma nítida esse governo teocrático exercido pelo pastor Tiago, meio-irmão de Jesus. Não foi Pedro quem deu o veredicto, mesmo sendo o líder dos apóstolos, responsável pela inauguração da Igreja nas três instâncias, Jerusalém, Samaria e gentios (Atos 2, 8 e 10). Não foi uma decisão da assembleia, como o sistema democrático batista! Nem tão pouco foi uma pessoa que tivesse autoridade sobre mais de uma igreja para receber o título de Bispo. Após todos terem falado e esclarecido os fatos, Tiago tomou a palavra e determinou o que deveria ser feito, reconhecendo o ministério de Paulo e instruindo-o sobre como deveria proceder entre os gentios (Atos 15.13-20). A autoridade constituída por Deus sobre o corpo local é o pastor que alimenta, é o presbítero, o ancião pela sua maturidade, que é também o supervisor, o bispo na sua função de líder. Encontramos estas três palavras e seus derivados aplicados ao mesmo grupo em Atos 20.17, 28.

Agora voltamos ao relato de Mateus. Depois de introduzir o assunto da igreja, Jesus passa a preparar os seus discípulos, comunicando-lhes a necessidade da sua morte e ressurreição para cumprir as Escrituras. Certamente era um discurso que os discípulos não podiam e não queriam entender. Como entender que Aquele que tinha todo o poder seria morto? Sobre isto temos as passagens gloriosas do Evangelho de João, a partir do capítulo 14: “Não se turbe o vosso coração... e quando eu for e vos preparar lugar, voltarei e vos receberei para mim mesmo, para que onde eu estou estejais vós também” (João 14.1, 3).

Por fim, Jesus faz seu último discurso no livro de Mateus, relatando os aspectos da época da sua segunda vinda para a implantação definitiva do reino. Jesus segue o mesmo curso de todos os relatos já tratados aqui. Antes do reino haverá uma grande Tribulação com o fim de provar os que habitam sobre a terra, então, o Filho do Homem virá e libertará o seu povo (Mateus 24). No capítulo seguinte, Cristo conta mais três parábolas sobre o reino: (1) A parábola das virgens (25.1-13); (2) a parábola dos talentos (25.14-30), e (3) a parábola da separação dos cabritos dentre as ovelhas (25.31-46). Temos aqui, como já afirmado, todos os elementos anteriores e os elementos novos com respeito à Igreja, o mistério oculto que foi revelado.

NO LIVRO DE ATOS E NAS EPÍSTOLAS

No livro de Atos, vemos claramente o choque cultural e racial quando os

judeus são confrontados com a inauguração da Igreja. Estava inaugurado o “interregnum”. O que é o “interregnum”? Significa entre reino, justamente porque o reino medianeiro que fora efetivamente implantado com Moisés, apontando para o Rei eterno, encontrava-se adiado para o tempo da segunda vinda desse Rei.

Deus alargaria as fronteiras do seu reino temporal para os gentios, o que deveria ter acontecido no Velho Testamento com Israel como testemunha e arauto. Os milagres narrados no livro de Atos se assemelhavam aos ocorridos no reino histórico. A ênfase do reino estava nos sermões pregados pelos apóstolos que se concentravam na personagem histórica de Jesus de Nazaré; é o Senhor e Cristo da profecia (2.36; 8.30-35); o Santo e Justo (3.14-16); um profeta como Moisés (3.22-26); a pedra de Israel (4.11, 12); e o Filho de Davi (13.22, 23).

O termo “reino” é usado oito vezes em Atos (1.3; 8.12; 14.22; 19.8; 20.25; 28.23 e 31). O reino poderia ter sido estabelecido, mas não foi. Em paralelo temos a Igreja. Notar que a mensagem do reino era para advertência de Israel, enquanto a Igreja se espalhava para todo canto. O termo “Igreja” aparece 19 vezes em Atos, principalmente dos capítulos 8 a 20. A princípio era composta principalmente de judeus e não ficava clara a distinção entre judeus e gentios por causa do seu início, em que o reino tinha a primazia na mensagem. A distinção fica clara nas epístolas com as instruções específicas para a Igreja.

Nas Epístolas, a Igreja tem a primazia; enquanto o termo foi usado apenas 3 vezes nos evangelhos e 19 vezes em Atos, é usado 67 vezes nas epístolas e mais 20 vezes em Apocalipse, totalizando 87 vezes. As epístolas apresentam o caráter terrestre da Igreja, isto é, humilhação, perseguição, sofrimento, aperfeiçoamento, conflitos e tudo para um alvo futuro (Romanos 8.18-23; 2 Coríntios 4.8,9; Filipenses 3.12-14, 21; 1 Timóteo 6.12; 2 Timóteo 4.7 e Tiago 1.2- 4). Tudo isto apresenta um grande contraste com o reino de paz e bênção.

O termo “reino” é usado poucas vezes nas epístolas; usado apenas oito vezes (Romanos 14.17; 1 Coríntios 4.20; 6.9, 10; 15.50; Gálatas 5.21; Colossenses 4.11; e 2 Tessalonicenses 1.5). Sete vezes é usada a expressão “o reino de Jesus Cristo” e mais três de forma genérica.

As distinções quanto ao reino medianeiro são dignas de nota. Certamente Jesus reina sobre sua Igreja, mas é chamado de cabeça e não rei. Igualmente é certo que Jesus reina sobre o seu reino universal, como sempre reinou desde a criação, mesmo antes do reino medianeiro e paralelamente nas nações, controlando o seu plano. Estamos desfrutando hoje de algumas bênçãos profetizadas para o reino, como perdão de pecados, justificação pela fé,

regeneração, etc. Veja a analogia: um rei pode ser rejeitado pela sua nação, pode até ser expulso do seu reino, e no exílio estender anistia aos que não se rebelarem mais, mas seu reino não pode ser estabelecido até que ele volte ao seu país, possua seus direitos e exercite suas funções. Há um paralelo impressionante com Davi. Este foi escolhido rei (1 Samuel 16.1, 13), porém, ele não assumiu de imediato o trono, tornando-se um exilado do reino para o qual fora ungido. Preparou um grupo de homens durante o período de exílio, para o futuro reino com ele em Jerusalém. “Foi o tempo que Davi reinou sobre Israel quarenta anos: sete anos em Hebrom e em Jerusalém trinta e três” (1 Reis 2.11).

NO LIVRO DE APOCALIPSE

Sem sombra de dúvida, Apocalipse é um livro do Reino! A palavra θρόνος (thronos), trono, ocorre 41 vezes, 38 vezes falando do reino divino e 3 vezes do reino satânico. A palavra βασιλεία (basileia), reino, ocorre 7 vezes, 3 das quais fala do reino de Deus e 4 do reino de maldição. O verbo βασιλεύω (basileuo), reinar, ocorre 7 vezes, sempre falando do reino divino e as palavras κρίνω (krino), julgar, e κρίσις (krisis), julgamento, ocorrem 14 vezes, sempre tratando do governo divino.

Apocalipse é também o livro da Segunda Vinda de Cristo; ele começa com ela (1.7) e termina com ela (22.20). O Apocalipse só pode ser entendido à luz do Velho Testamento, especialmente das profecias do reino. Dos 404 versos de Apocalipse, 265 manifestam características de linguagem do Velho Testamento e há cerca de 550 referências a passagens do Antigo Testamento (R.H.S. O reino, p. 33). Os conceitos da Escatologia do Velho Testamento são compatíveis com o Apocalipse: (1) Um período de julgamento (4-18); (2) estabelecimento do Reino Messiânico aqui na terra (19-20); e, (3) um reino universal sem fim (21-22). É exatamente a mesma sequência do último discurso de Jesus: Um período de Tribulação (Mateus 24.21-26); o Segundo Advento de Jesus (Mateus 24.29, 30); o estabelecimento do reino sobre as nações (Mateus 25.31-34); por fim, os julgamentos do reino se estendendo até o estado eterno (Mateus 25.41,46).

O REINO MEDIANEIRO EM APOCALIPSE 20.1-7

Depois deste passeio por toda a Escritura chegamos ao nosso ponto de partida, o Milênio de Apocalipse 20! Pudemos ver que todo o Velho Testamento fala de um reino com um Rei, que é o Messias prometido, que é também Jesus de Nazaré, o Cristo. Pudemos ver ainda a consistência dos relatos quanto à ordem dos acontecimentos para a instauração deste reino: (1) Um período de

Tribulação, sofrimento e angústia, seguido (2) pela chegada do Rei com a derrota da besta, o pequeno chifre de Daniel 8 e (3) os julgamentos decorrentes das nações aliadas contra o povo santo liderados pela besta, culminando com o estabelecimento do reino medianeiro, físico, visível com todas as características resultado da somatória de todas as profecias, um reino de paz e prosperidade aqui na terra!

Esta é também a sequência exata do relato de Apocalipse: (1) a Tribulação, já vista em detalhes, inclusive no livro de Apocalipse no capítulo anterior, (Apocalipse 4-18); (2) a Segunda Vinda de Cristo com os santos da Igreja (Apocalipse 19.11-16); (3) a derrota da besta (Apocalipse 19.17-21); (4) os tronos de julgamento (Apocalipse 20.4) e finalmente, (5) o estabelecimento do reino medianeiro (Apocalipse 20.2-7). Há um paralelo nítido entre Apocalipse 20.1-7 com Isaías 24.21-23: Há a prisão de certas pessoas (vv. 21, 22); depois da prisão haverá punição (v. 22) e o Senhor reinará no Monte Sião e em Jerusalém (v. 23). Lembrando ainda das características da Teologia Bíblica, esta é cronologicamente a última referência que se edifica sobre todas as anteriores, a que acrescenta os detalhes finais.

O primeiro destaque é o tempo do reino claramente indicado; o reino será de 1000 anos! É a primeira e única vez que o tempo é determinado. Soa estranho depois de longa e detalhada exposição no assunto do reino? É certo que não! Era apenas o detalhe que estava faltando. Sabemos quem é o Rei do reino, sabemos quem são os súditos do reino, Israel, e sabemos onde será a sede do reino, Jerusalém. Sabemos ainda quem serão os governantes menores no reino, a Igreja, a esposa do Rei (Apocalipse 2, 3; 19.7). Só faltava o tempo do reino, visto que nas profecias o reino terreno se torna, no final, o reino universal eterno (Apocalipse 21-22).

Mesmo que toda esta explanação seja suficiente para demonstrar que o Milênio era uma época necessária dentro do plano de Deus, ao mesmo tempo que nada será suficiente para aqueles que decidiram de antemão uma hermenêutica espiritualizante da profecia, quero fazer uma análise pormenorizada da passagem em questão.

A expressão τὰ χίλια ἔτη (ta chilia ete), os mil anos, aparece seis vezes neste texto: (1) Satanás preso por mil anos; (2) as nações não serão mais enganadas por mil anos; (3) os mártires reinarão por mil anos; (4) os outros mortos não viverão por mil anos; (5) os da primeira ressurreição (a ressurreição para vida eterna) serão sacerdotes e reinarão com Cristo por mil anos; e, (6) Satanás será solto depois dos mil anos. Observar o artigo definido em quatro ocorrências, que

fica subentendido nas outras duas.

1.Como em tantas outras profecias, fatos e acontecimentos diversos na mesma profecia podem ser simplesmente alistados. Mas aqui em Apocalipse 20, nitidamente o Escritor sagrado quis enfatizar o aspecto tempo, “mil”, repetindo-o a cada fato.

2.Sendo a informação inédita, ela acompanha os fatos que precisavam ser destacados, como o aprisionamento de satanás, o que será explicado posteriormente; a ressurreição dos santos do Velho Testamento combina com a informação de Daniel 12.13, acontecendo após a Tribulação juntamente com os mártires da Tribulação.

3.O julgamento de todos os incrédulos é enfatizado como algo que ficará para depois deste período de mil anos, visto que haverá ainda incrédulos, mesmo em menor escala, durante o reino. Isso está detalhado no texto seguinte de Apocalipse 20.11-15.

Os espiritualizadores das profecias interpretam a presente passagem como sendo um termo que indica tão somente um longo período de tempo, usando duas outras passagens para dar apoio à sua interpretação. Os dois textos são: Salmos 90.4 “Pois mil anos, aos teus olhos, são como o dia de ontem que se foi”; e, 2 Pedro 3.8 “Há, todavia, uma coisa, amados, que não deveis esquecer: que, para com o Senhor, um dia é como mil anos, e mil anos como um dia”. Como já explanado e comentado, isto é típico de um argumento fraco de uma teologia sistemática. Primeiramente, porque o que está evidente é somente uma coincidência do termo “mil anos”. Ambas as passagens poderiam usar qualquer medida de tempo, como dez mil anos, por exemplo, e serviria para a ênfase que os autores queriam dar ao seu contexto.

Em segundo lugar, há essa questão de contexto. Contexto é algo totalmente desprezado por aqueles que trazem tais passagens ao nosso cenário. Como é próprio da hermenêutica alegorizante, o contexto é totalmente irrelevante. Mas para uma interpretação saudável ele é fundamental, vejamos: Ambas as passagens estão se referindo à eternidade de Deus; pois, para o nosso Deus, no seu atributo de não ter começo e nem fim, não sendo afetado pelo tempo, um dia e mil anos são a mesma coisa. Se este argumento fosse válido, qualquer medida de tempo nas Escrituras poderia ser interpretada como sendo apenas uma mera ilustração. Exemplo: os dias da criação; os anos de governo dos reis de Israel; os anos da vida de Jesus, e assim por diante.

As medidas de tempo em Apocalipse são muitas e são sempre literais. Há um total de vinte e cinco, sendo: Duas que têm interpretação figurativa (6.17 e

15.7). A primeira, referindo-se ao Dia do Senhor como sendo “o grande dia”, já vimos que se refere a um dia escatológico de 1007 anos, o que torna esse dia grande. O segundo refere-se à eternidade de Deus como aquele “que vive pelos séculos dos séculos”. Há sete que têm relação com a 70ª Semana de Daniel: (2) 1260 dias (11.3; 12.6); (2) 42 meses (11.2; 13.5); (1) “um tempo, tempos e metade de um tempo (12.14), as três referindo-se aos três anos e meio. (1) “pouco tempo”, de 6.11, que é pouco em relação aos sete anos que seriam sete tempos na linguagem simbólica;

(1) “o pouco tempo”, de 12.12, com relação aos 42 meses, de 13.5. Há outras seis relacionadas acima se referindo aos mil anos (Apocalipse 20.2-7). E há outras dez diversas: (1) “meia hora” (8.1); (1) “cinco meses” (9.5); (1) “dias da voz do sétimo anjo” (10.7); (2) “três dias e meio” (11.9, 11); (1) “a mesma hora” (11.13); (2) “uma

hora” (17.12; 18.19); (1) “um dia” (18.8); e, (1) a precisão do tempo descrito em 9.15.

Estas são provas mais do que suficientes para demonstrar a literalidade do tempo a que se refere o texto de Apocalipse 20.2-7, estabelecendo que o reino de Cristo aqui na terra, a ser implantado após a sua Segunda Vinda, será de mil anos! Então, Milênio não é um termo que identifica uma escola escatológica e sim um termo integrante de uma profecia, que completa todo um quadro de informações proféticas, que se estenderam por mais de seis milênios de história e 1600 anos de revelação escrita. Será a época de ouro do plano de Deus. “Bem-aventurados os mansos, porque eles herdarão a terra” (Mateus 5.5) foram as palavras de Jesus, citando o Salmo 37 nas palavras de esperança vindas do Senhor para Davi.

Em resumo, o Milênio é o cumprimento do reino medianeiro que foi histórico no Velho Testamento a partir de Moisés, atingiu seu auge durante os reinados de Davi e Salomão, quando foi prometido um Rei eterno da linhagem de Davi. Esse reino seria implantado na primeira vinda do Messias, mas foi adiado para sua segunda vinda, no fim dos tempos, que durará mil anos literais, em que Cristo reinará pessoalmente e com vara de ferro, de Jerusalém sobre toda a terra. Passemos a detalhar esse tempo que engloba tantas profecias e desfrutemos das promessas de um Deus que não pode mentir nem revogar suas alianças com os patriarcas.

DEFINIÇÃO E PROPÓSITO

DEFINIÇÃO

Milênio é o Reino Medianeiro que será implantado aqui na terra por um período literal de mil anos, o qual terá início após a Segunda Vinda de Cristo, quando Ele mesmo reinará pessoalmente e com vara de ferro sobre as nações. Um reino de paz e prosperidade entregue aos santos, o qual se tornará o Reino Universal que se estenderá por toda a eternidade nos Novos Céus e na Nova Terra.

PROPÓSITO

Tempo em que Deus demonstrará definitivamente ao homem que o mal está nele mesmo (no coração), numa época especial, onde será tirado qualquer álibi possível para o homem se escusar. O homem terá todas as condições para obedecer e realizar a vontade de Deus, pois o diabo, o sedutor, estará acorrentado pelos mesmos mil anos. O Milênio é também o tempo que Deus cumprirá as promessas feitas a Israel nas suas Alianças Incondicionais no Velho Testamento.

O MILÊNIO E AS ALIANÇAS INCONDICIONAIS DE DEUS COM ISRAEL

Embora esse assunto tenha sido mencionado na parte inicial deste capítulo, dentro do esboço da justificativa da legitimidade do Milênio, é importante ressaltar a sua ligação vital com esse período. A distinção entre Israel e a Igreja é uma premissa básica e fundamental para aquele que quer entender o plano de Deus, consequentemente, o Milênio.

Como já dito anteriormente, Deus não está pondo em prática um plano “B”. Quando lemos a história do Velho Testamento, encontramos passagens onde o Senhor afirma para o seu povo, e mesmo para os inimigos, que em última análise era Ele quem estava agindo, conduzindo seu plano. Isto é visível no caso de Senaqueribe e no relato de Ezequiel sobre a invasão de Gogue e Magogue. Deus tem agido e conduzido seu povo desde quando Ele criou o homem. Deus nunca desistiu da sua criação. Em Gênesis 6, quando Ele diz para Noé que se arrependia de ter criado o homem, não era o sentimento de arrependimento que nós homens temos, porque na mesma revelação, no livro de 1 Samuel, está registrado as palavras da boca do próprio Deus com a afirmação: “Também a Glória de Israel não mente nem se arrepende; porquanto não é homem, para que se arrependa” (1 Samuel 15.29). Mas, no mesmo episódio, no início da narrativa, está escrito: “Então veio a palavra do SENHOR a Samuel, dizendo: Arrependo-

me de haver constituído rei a Saul; porquanto deixou de me seguir, e não executou as minhas palavras” (15.10, 11). O que o texto quer dizer, então, quando diz que Deus se arrependeu? Em teologia, chamamos de antropopatismo e antropomorfismo, que são respectivamente, sentimentos e formas humanas atribuídas a Deus. Por exemplo, Isaías 59.1 declara: “Eis que a mão do Senhor não está encolhida... nem surdo o seu ouvido...” E, então, nos deparamos com a afirmação de Jesus para a mulher, no poço, em João 4.24: “Deus é espírito; e importa que os seus adoradores o adorem em espírito e verdade”. Se Deus é espírito, Ele não tem corpo, como pode ter mãos? É, pois, uma linguagem antropomórfica, ou seja, uma forma de expressão que podemos entender, visto que nossas mentes não poderiam captar a infinitude de Deus. O Milênio é uma época que não pode faltar no plano de Deus, exatamente devido a este atributo de imutabilidade, associado a sua santidade e justiça. O pecado, que era inevitável no jardim, só poderia ser reparado nos seus efeitos totais diante de tais atributos, através de um plano onde o preço estabelecido por Deus só poderia ser pago por Deus mesmo e, ainda mais, Ele próprio teria de ser o preço. Essa foi a obra de Jesus relatada no Novo Testamento. Deus estabelece o preço que é impagável pelo homem, Deus paga o preço impagável, e Ele é o preço na segunda Pessoa da Trindade, o Filho. Mas quem creu na nossa pregação? Deus poderia simplesmente determinar todas as coisas, afinal, Ele é Deus. No entanto, com todo este plano, os próprios crentes, por não entenderem esse plano da graça, colocam na responsabilidade do homem a escolha, para não atribuir injustiça a Deus. Como nas parábolas, Deus oculta dos homens, mas revela aos seus, como fez com os apóstolos, ainda que eles não pudessem entender naquele momento.

A história narrada na Bíblia é, portanto, a história do Reino em que Deus prepara cada peça. Assim são as alianças do Velho Testamento e toda a história do Novo Testamento incluindo a Igreja. As alianças determinavam a participação de Israel no reino e o Novo Testamento determina a participação da Igreja no reino. São papéis distintos, para dois povos distintos, formados de maneiras distintas, com programas distintos, mas alicerçados no mesmo fundamento que é a pessoa do Messias, o Cristo, o Cordeiro de Deus, o Noivo, o Juiz, o Senhor! A história bíblica é a narrativa de uma história de amor; tudo está baseado nesse amor de Deus pela sua criação, diante da rejeição da sua criação.

O significado dos termos que usamos muitas vezes se perde com o tempo e é necessário ser resgatado. O que implica em dizermos “Escrituras” e “Testamento”? As palavras γραφή (grafe), Escritura, e διαθήκη (diatheke),

Testamento, ou Aliança, têm também sentido jurídico. Eles estão interligados de certa forma, porque as alianças firmadas entre pessoas eram escritas para serem mantidas e terem seu devido valor. Assim, podemos dizer que temos dois “Testamentos”. O testamento é o documento para fazer prevalecer o desejo do testador após sua morte. O Velho Testamento é a vontade do testador com relação à herança para o povo de Israel quanto ao reino futuro. O Novo Testamento é a vontade do testador com relação à herança para a Igreja quanto ao reino futuro. Ambos os testamentos passaram a vigorar depois da morte do Testador, o Senhor Jesus Cristo. O termo “Escritura” pode ser aplicado, como temos hoje num sentido cartorial, pois é o documento que garante a posse de um pedaço de terra de forma definitiva. Assim, a Escritura do Velho Testamento é a garantia da posse da Terra da Palestina para Israel de forma definitiva, da qual eles se apropriarão no MILÊNIO, enquanto que a Escritura do Novo Testamento garante a posse do restante da terra para a Igreja, que a governará com vara de ferro, juntamente com Cristo no MILÊNIO. É digno de nota que no Salmo 37, também já citado, o Senhor afirmou para Davi que “os mansos herdarão a terra”, referindo-se à Palestina, onde Davi vivia e Jesus, no Sermão do Monte, pronunciou numa das bem-aventuranças a mesma coisa: “Bem-aventurados os mansos, porque herdarão a terra”. Ali, Jesus estava falando do perfil do cidadão do reino, podendo ser aplicado para a Igreja, que seria inaugurada pouco tempo depois.

Uma aliança incondicional significa um pacto entre duas partes, sem a condição “SE”. A parte que é ativa na aliança promete algo, que é o objeto da aliança, sem nenhuma condição da outra parte. Para melhor entender, podemos caracterizar este tipo de aliança pela expressão: “Eu farei...” Enquanto que a aliança condicional é caracterizada pela expressão: “Eu farei, ‘se’...” Esta é a distinção básica entre as Alianças Abraâmica, Davídica, Palestínica e da Nova Aliança com a aliança Mosaica, onde as quatro primeiras são incondicionais e a última é condicional. Não foram as únicas feitas por Deus; antes de Abraão, temos a Aliança Noética, após o Dilúvio, quando Deus promete que nunca mais destruiria a terra com água. Normalmente, na aliança incondicional a garantia está no próprio caráter de Deus, visto não ter nada maior do que Ele mesmo para ser dado como garantia. O arco-íris não é apenas um fenômeno da refração da luz! De acordo com Apocalipse 4, ele é parte da glória de Deus, é uma manifestação visível das cores dessa glória. Isto implica em dizer que Deus deu algo de Si para garantir a sua aliança com Noé.

As demais alianças incondicionais seriam garantidas pela vinda do Messias,

que ao morrer e derramar o seu sangue tornou-se a garantia do pacto entre Deus e a nação. Israel não entendeu a necessidade da morte do Ungido. Ele precisava garantir o relacionamento eterno entre Deus e o povo, e isto seria possível somente pela sua morte.

A Aliança Abraâmica foi a primeira a se referir ao povo de Israel. Deus estreitou a promessa do Messias até chegar num povo escolhido dentre os povos da terra. A primeira revelação, lá no jardim, era que Ele seria um membro da raça humana. As tentativas de frustração do plano por parte de Satanás não tardaram a chegar; o homicídio de Abel, bem como o Dilúvio, eram ações do inimigo para que o Messias não viesse.

Assim, Deus chama Abraão para fazer dele uma nação escolhida, e dela vir o Messias prometido. De igual forma, não tardaria a ação do diabo para tentar impedir a concretização desta promessa. Quero apenas que o leitor tome consciência de que o relato bíblico é todo ligado dentro de um plano do Reino. Por que Ismael? Era a tentativa satânica de fazer com que a nação de Israel não acontecesse. A desobediência de Jacó, na sua ligação profunda com José, ao descer para o Egito, facilmente poderia contaminar a raça, tornando-a como qualquer outra. Mas da mesma forma que vemos o inimigo agindo, vemos Deus sustentando e executando o seu plano, como tanto tem sido demonstrado nesta explanação da Escatologia.

A aliança incluía como o objeto a terra onde Abraão pisaria, uma numerosa descendência, como as estrelas do céu e a areia do mar, e bênçãos materiais. Além das referências de Gênesis no pacto original, temos: Isaías 10.21,22; 19.25; 43.1; 65.8,9; Jeremias 30.22; 32.38; Ezequiel 34.24, 30, 31; Miquéias 7.19, 20; Zacarias 13.9 e Malaquias 3.16-18, como passagens complementares nos profetas, onde Deus de certa forma mantém vivo na mente da nação o motivo pelo qual Ele insiste em agir através deles, mesmo diante da sua rebeldia e incredulidade.

A Aliança Davídica estreita ainda mais a profecia sobre a vinda do Messias em dois aspectos. O primeiro aspecto de fato foi declarado ainda no tempo dos patriarcas, quando Deus reafirmou a Aliança feita com Abraão e com seus descendentes, Isaque e Jacó. Em Gênesis 49.10 Jacó, na sua bênção para os seus filhos, profetiza que o cetro de Israel não se apartaria de Judá, ficando estabelecido que o Messias viria daquela tribo. Esta era a terceira pista sobre a identidade do Messias: (1) Ele seria um descendente da mulher, portanto, da raça humana; (2) Ele viria do povo de Israel, descendência de Abraão; e, (3) na nação de Israel, viria da tribo de Judá.

A aliança Davídica era a quarta pista; dentro da tribo de Judá, Ele viria do clã de Jessé, da família de Davi. A aliança também determinava que o Messias não somente seria um judeu, mas seria o Rei dos judeus, descendente de Davi. E como em outras oportunidades, Satanás de posse desta informação tentaria novamente frustrar o plano de Deus. Isto ocorreu de várias maneiras no reinado de Davi, mesmo com consequências e sequelas nos seus filhos, mas o ato mais significativo foi nos dias de Atalia, quando esta mandou matar a todos da linhagem real (2 Reis 11.1-3): “Vendo Atalia, mãe de Acazias, que seu filho era morto, levantou-se, e destruiu toda a descendência real. Mas Jeoseba, filha do rei Jorão, irmã de Acazias, tomou a Joás, filho de Acazias e o furtou dentre os filhos do rei... e o pôs a ele e a sua ama numa câmara... e não foi morto”. Atalia mandou executar seus próprios netos e parentes! Este é um daqueles textos em que a adversativa “mas” é a prova viva da intervenção de Deus para manter o seu plano. A linhagem real, a família de Davi, ficara por apenas um membro, uma criança de apenas um ano de idade, porquanto ficou escondido na casa do Senhor por seis anos e começou a reinar com sete (2 Crônicas 24.1). Que lugar melhor para um rei de Israel ser preparado para reinar do que a casa do Senhor! “Fez Joás o que era reto perante o SENHOR todos os dias do sacerdote Joiada” (2 Crônicas 24.2b).

A aliança determinava o Rei e seu direito perpétuo ao trono de Israel, nunca se apartando da casa de Davi para sempre. A aliança foi mencionada inúmeras vezes pelos profetas: Isaías 11.1,2; 55.3,11; Jeremias 23.5-8; 33.20-26; Ezequiel 34.23-25; 37.23,24; Oséias 3.5 e Zacarias 12.7, 8.

A Aliança Palestínica é provavelmente a menos evidenciada entre as alianças incondicionais de Deus com o seu povo. No entanto, ela é de suma importância na Escatologia e, em particular, no aspecto do Reino. Ela acontece na transição entre a liderança de Moisés, totalmente aprovada por Deus e experimentada pela nação por um período de 40 anos, para a liderança de Josué, designada por Deus, mas não experimentada pelo povo. O povo estava diante da terra dominada por inimigos que estavam dispostos a impedir a entrada de Israel nas suas terras, surgindo à questão: A terra da Palestina ainda era propriedade do povo de Israel? Visto que a Aliança Mosaica tinha um caráter condicional, baseado na falta de obediência demonstrada pelo povo, teria ela revogado a aliança Abraâmica? Então, o Senhor reafirma em termos definitivos a Escritura de posse da terra da Palestina a Israel perpetuamente, numa confirmação do pacto Abraâmico original.

A Aliança Palestínica se encontra em Deuteronômio 30.1-10. O Dr.

Pentecost faz uma análise da passagem, onde podemos encontrar toda uma profecia do futuro de Israel com todos os elementos escatológicos em ordem: (1) A nação seria tirada da terra por sua infidelidade (Deuteronômio 28.63-68); (2) haveria um arrependimento futuro de Israel (Deuteronômio 30.1-3); (3) o seu Messias regressaria em sua segunda vinda (Deuteronômio 30.3-6); (4) Israel seria restaurado na terra (Deuteronômio 30.5); (5) Israel se converteria como nação (Deuteronômio 30.4-8 comp. Romanos 11.26,27); (6) os inimigos de Israel seriam julgados (Deuteronômio 30.7); (7) a nação receberia, então, a plena bênção (Deuteronômio 30.9). (Pentecost, 1977, p. 75, citando Chafer, Systematic Theology, Vol. IV, pp. 317-323).

A aliança inclui, portanto, a posse da terra e bênçãos materiais, também mencionadas pelos profetas: Isaías 11.11,12; 65.9; Ezequiel 16.60-63; 36.28,29; Oséias 1.10-2.1; Miquéias 2.12 e Zacarias 10.6.

A Nova Aliança é uma aliança que aparece apenas nos profetas, feita por Deus com Israel em bases puramente proféticas. De certa forma é uma aliança que serve como a base para todas as outras, porque todo o adiamento de Deus em cumprir as promessas feitas nas alianças anteriores deveu-se ao fato da realidade do pecado e a corrupção no coração humano. A nação estava prestes a ser levada para o cativeiro babilônico onde permaneceria por 70 anos, onde também o Senhor se manifestaria profeticamente numa intensidade jamais vista em tão curto período de tempo.

A aliança era em realidade a promessa de Deus de que Ele operaria eficazmente na nação com o derramamento e plenitude do Espírito, dando-lhes um novo coração, com uma consequente conversão da nação. Deus se tornaria definitivamente o seu Deus e eles se tornariam o seu povo. Esta aliança aponta para o fim do processo: Jeremias 31.31-34; 32.35-39; Ezequiel 11.18-20; 16.60-63; 37.26 e Romanos 11.26-29.

O MILÊNIO E SATANÁS

Satanás é um dos álibis mais usados entre crentes e incrédulos para se escusarem da responsabilidade dos seus atos, pensamentos e palavras pecaminosos. Desde muito cedo, o ser humano aprende acerca da existência deste personagem bíblico. Por ser ele mau em seus desígnios e caráter, carrega a culpa dos pecados dos homens, não por parte de Deus, mas por parte do homem, que acredita de fato ser Satanás o responsável último por todos os pecados do mundo.

Nos meios pentecostais e carismáticos isto tem se tornado uma doutrina

evidente, com práticas que vão desde o exorcismo ao ungimento de pessoas e lugares, na falsa esperança de resolver problemas causados por atitudes e omissões dos homens. Tome por exemplo um casal com problemas na área conjugal, que estão ao ponto de se separarem, vivendo diariamente um relacionamento insustentável. Na busca por uma solução são informados de que a causa verdadeira e real é a presença e ação de demônios, das hostes do mal, com citações de passagens bíblicas totalmente alienadas dos seus contextos para dar embasamento “bíblico” ao diagnóstico.

Logicamente, todo diagnóstico requer um tratamento adequado, que neste caso seria a libertação de tais ações demoníacas. Nem os que ensinam e nem os que acreditam neste veredicto percebem que isto é transferir a responsabilidade da culpa de cada parte envolvida no processo, por estarem transgredindo preceitos explícitos na Palavra, para seres que não têm nenhuma participação ativa naquela situação. Confundem o papel do diabo e suas hostes, de tentar, de induzir e de influenciar, com as suas próprias transgressões aos princípios aprendidos e não praticados. Não é incomum a unção de leitos matrimoniais, quartos, casas e até quarteirões inteiros como meio de libertação e solução para tais casos.

O paradoxo é que ao mesmo tempo em que muitos deles defendem o amilenismo, isto é, que hoje estaríamos vivendo no Milênio, a palavra de ordem, sem qualquer ironia da minha parte, é “amarrar” ou “está amarrado”. Como pode o diabo estar amarrado e ao mesmo tempo ser o responsável pelos pecados de tantos nesta terra? Satanás tem tentado frustrar o plano de Deus, como temos visto anteriormente, e até no presente século, cegando o entendimento dos incrédulos (2 Coríntios 4.4), mas ele não é responsável pela incredulidade do homem. Ao contrário, o ensino claro do Senhor Jesus é que o pecado tem origem no coração e devemos dominá-lo pelo poder do Espírito que em nós habita. “A alma que pecar, essa morrerá” (Ezequiel 18.4).

Pois bem, nesta época, o Milênio, uma das diferenças em comparação com qualquer época já vivida será o aprisionamento de Satanás, no abismo: “Então vi descer do céu um anjo; tinha na mão a chave do abismo e uma grande corrente. Ele segurou o dragão, a antiga serpente, que é o diabo, Satanás, e o prendeu por mil anos” (Apocalipse 20.1, 2). Com a prisão de Satanás, o homem não poderá usá-lo como álibi para justificar o seu pecado; durante todo o tempo do Milênio, ele estará amarrado no abismo. No Milênio, a justiça de Deus será manifestada plenamente: Isaías 11.5; 32.1; Jeremias 23.6 e Daniel 9.24. Com Satanás na prisão, a humanidade terá as mais ideais condições de vida e Deus provará a

pecaminosidade do homem.

AS CARACTERÍSTICAS ESPIRITUAIS DO MILÊNIO

O Milênio não é um reino espiritual onde Cristo reina nos nossos corações neste período compreendido entre a sua primeira e a sua segunda vinda como alguns defendem usando passagens fora do seu contexto como é o caso de João 14.23 “... e meu Pai o amará, e viremos para ele e faremos nele morada”, como se esse habitar no coração fosse a volta espiritual dele para dentro do crente e passasse a reinar nos crentes. O reino milenar é um reino literal, físico, universal e terrestre. Mas mesmo sendo terrestre, o Milênio terá um aspecto ESPIRITUAL de grande importância. O Dr. Pentecost alista cinco características espirituais para esta época: Justiça, obediência, santidade, verdade e plenitude do Espírito (Eventos Del Porvenir, p.366-369).

1.Será caracterizado pela JUSTIÇA, pelo fato de que somente gentios JUSTOS entrarão no Milênio (Mateus 25.37); somente judeus JUSTOS entrarão no Milênio (Isaías 60.21); os JUSTOS entrarão em Sião (Isaías 26.2); e um dos nomes do MESSIAS será JUSTIÇA (Malaquias 4.2). Outros textos: Salmo 110.4; Isaías 46.13, 51.5; Hebreus 7.2, etc.

2.Na criação Deus estabeleceu um relacionamento de obediência com o homem da qual dependia sua comunhão com o Criador e a sua permanência no estado de santidade. Se obedecesse viveria, se desobedecesse morreria (Gênesis 2.16, 17). Ainda assim deveria ser uma obediência plena e voluntária, mas o pecado entrou em cena e a consequente morte espiritual deu partida ao plano de resgate do homem perdido. Por isso, o Milênio também será caracterizado pela OBEDIÊNCIA. A obediência foi um requisito essencial na primeira vinda do Messias, em que Cristo viveu o que Adão deveria ter vivido a obediência. No Milênio Deus sujeitará a Cristo todas as coisas (Hebreus 10.13). No Milênio haverá total condição para o exercício da obediência: (1) Israel com coração e mentes renovados, conforme a Nova Aliança (Jeremias 31.33); (2) o Espírito Santo derramado sobre toda a carne (Joel 2.28-32 e Ezequiel 36.25-31);

(3) Satanás preso e os homens que não se arrependerem serão mortos depois de cem anos (Isaías 65.20).

3.O Milênio será caracterizado pela SANTIDADE que é um dos atributos do Messias que estará governando com vara de ferro. Os restantes de Sião serão santos; haverá um caminho santo; Jeová possuirá Judá; Jerusalém e a terra serão

santas (Isaías 4.3, 4; 35.8- 10; Joel 3.17; Zacarias 2.12).

4.O Milênio será caracterizado pela VERDADE. O Senhor em verdade pronunciará o seu direito (Isaías 42.3); o Senhor será Deus de Israel em verdade (Zacarias 8.8).

5.O Milênio será caracterizado pela PLENITUDE DO ESPÍRITO, época na qual será cumprido integralmente Joel 2.28,29. A obra do Espírito Santo será ampla, abundante mais do que em qualquer época anterior (Ezequiel 36.27; 37.14; Jeremias 31.33). A plenitude do Espírito será a parte gloriosa da restauração de Israel, conforme Ezequiel 36.24-30. A plenitude do Espírito será o aspecto comum dos habitantes salvos do Milênio, em contraste com as demais épocas (Isaías 32.15; 44.3; Ezequiel 39.29). O derramamento do Espírito terá como uma das suas evidências o fato de que o Milênio será a única época em que sempre haverá mais salvos do que incrédulos. Isso será resultado do governo austero do Messias, o Rei dos reis.

O GOVERNO E OS GOVERNANTES NO MILÊNIO

1.O GOVERNO NO MILÊNIO

O sistema de governo no Milênio será uma TEOCRACIA, uma teocracia monárquica. Como já discorrido anteriormente, desde a criação Deus havia determinado este tipo de governo, mas o homem se rebelou, pecando e rejeitando a forma de governo estabelecida por Deus, substituindo-a por outras, onde o homem tem a proeminência e a evidência. No Milênio, este governo será instalado na pessoa de Jesus, o segundo Adão. Dá para se notar que o Milênio é uma época necessária, porque Deus finalmente promoverá aqui na terra todas as condições que havia no jardim, onde o homem exercerá o seu papel de adorador e estará submisso ao Senhor de forma plena, entendendo que somente neste modelo de dependência ele pode partilhar da glória de Deus.

2.OS GOVERNANTES DO MILÊNIO

Descrevendo do maior para o menor, temos mencionados nas Escrituras vários tipos de governantes no Milênio. O MESSIAS será o Rei no Milênio, será um Rei universal, que terá a sede do seu governo em Jerusalém, no trono de Davi. Dali sairá as leis que serão observadas no reino milenar (Isaías 2.2-4; 9.3-7; Daniel 2.44; 7.15-28; Miquéias 4.1-8, etc).

DAVI será REGENTE no Milênio, citado em inúmeras passagens do Velho

Testamento que estão alistadas a seguir. Surgem duas posições diferentes quanto à verdadeira identidade desse regente mencionado em tais passagens. Seria o Davi histórico, posição adotada aqui nesta explanação ou seria um título do Messias como tipo de Cristo no Velho Testamento? Os textos são: Isaías 55.3-4; Jeremias 30.9; 33.15-17; Ezequiel 34.23; Amós 9.11. A relação do Messias com Davi em todas as passagens é a do Messias como seu descendente, alguém da sua linhagem, nunca chamado diretamente de Davi. Dentre tantas recompensas para aquela época especial e futura para a nação de Israel temos a profecia de que o Davi histórico reinará sobre a terra da Palestina. Cristo nomeará os governantes, que serão os integrantes da Igreja, e os distribuirá pelo mundo para regerem juntamente com Ele. A Palestina não estará entre esses lugares por já ter sido prometida a Davi. Se estiver correto o pensamento de que o Velho Testamento é a Escritura de posse da Palestina para o povo de Israel, é totalmente normal que o seu regente não seja alguém da Igreja e sim de Israel. Os textos também mencionam que NOBRES E GOVERNADORES reinarão sob a direção de Davi, na Palestina, sobre Israel (Isaías 32.1; Ezequiel 45.8,9), assim como os doze apóstolos, que eram todos israelitas, terão autoridade sobre as doze tribos de Israel determinado em Mateus 19.28.

A IGREJA governará com Cristo no Milênio. Isto deixa estabelecido que todos os governantes do Milênio serão glorificados agindo como AUTORIDADES MENORES. No julgamento da Igreja, no Bema de Cristo, ou o tribunal de Cristo, os crentes serão recompensados com misqo ç (misthos) galardão, recompensa. Os galardões serão de três tipos diferentes, a saber: (1) As coroas a serem depositadas aos pés dAquele que está assentado no trono (Apocalipse 4.10, 11); (2) as mansões celestes que estão sendo preparadas por Jesus neste tempo presente (João 14.1-3); e, (3) a posição que teremos no reino Milenar, governando com Cristo (Mateus 5.19; 11.11; 13.43a; 18.1; Lucas 19.16-19; 1 Coríntios 6.2,3; Apocalipse 2.26,27).

ISRAEL NO MILÊNIO

Há dezenas de profecias do Velho Testamento e outras no Novo Testamento que falam de uma restauração de Israel, como Nação, bem como de uma conversão nacional. As profecias sempre tratam de um afastamento completo de Israel, de uma dispersão pelas nações, de um tempo de perseguição, tribulação e angústia, mas, por fim, da vinda do Messias para restaurar Israel e punir as nações que o subjugaram. O templo será reconstruído na Tribulação, após o pacto com o Anticristo, será destruído novamente quando o Anticristo quebrar o

pacto e passar a perseguir Israel e muitos morrerão. Mas o Espírito de Graça será derramado sobre o remanescente da nação e eles reconhecerão a Cristo como o Messias, eles se arrependerão e se converterão. Israel será totalmente restaurado e entrará no Milênio, como súditos do rei e sacerdotes do reino, porque os sacrifícios voltarão a ser realizados (Isaías 27.12; 33.17; 43.5-7; 44.6; Jeremias 23.5; 24.6; Ezequiel 20.42; Daniel 4.3; 7.14, 22, 27; Miquéias 2.13; 4.7).

OS SACRIFÍCIOS NO MILÊNIO

Introdução

Os amilenistas reduzem o pré-milenismo ao absurdo por estes crerem que os sacrifícios retornarão durante o Milênio. Mas como conciliar as passagens nos profetas (Ezequiel 43.18 - 46.24; Zacarias 14.16; Isaías 56.6-8; Jeremias 33.15-18; Ezequiel 20.40, 41), que descrevem e regulamentam os sacrifícios e outras práticas da lei Mosaica no tempo do Milênio, com o conceito ensinado nas igrejas de que Cristo cumpriu os sacrifícios na sua morte, sepultamento e ressurreição?

A verdade é que em nenhum lugar do Novo Testamento está escrito que não há sacrifícios nesta época da Igreja devido do sacrifício de Cristo. O livro de Hebreus nos instrui que os sacrifícios eram transitórios e não podiam resolver o problema do pecado de forma definitiva, por isso era necessário que fossem repetidos interminavelmente naquela economia. O sacrifício de Cristo desta forma foi suficiente para satisfazer e apaziguar a ira do Pai, acontecendo uma única vez. Mas cobrir o pecado não era a única razão de eles serem realizados.

O PAPEL DOS SACRIFÍCIOS NO PLANO DE DEUS

Os sacrifícios começaram logo após a Queda, quando Deus reprovou as vestimentas feitas por Adão para cobrir sua nudez e de sua mulher e lhes fez vestimentas de pele de animal. Qual o entendimento que Adão tinha do que lhe tinha acontecido após comer o fruto? Quanto Adão e Eva entendiam do significado da morte a que eles estavam condenados? O que era morte para Adão naquele instante? Adão teve sintomas novos, nunca vividos antes, como medo, insegurança, tristeza, mas isto não ilustrava nem de perto a morte que era o salário do pecado e o último inimigo a ser vencido.

O primeiro contato efetivo de Adão e Eva com a morte foi quando o próprio Deus sacrificou os animais para lhes cobrir a nudez. As folhas de figueira só

cobriram o que incomodava o homem e a mulher, a sua nudez, mas não cobriam o que incomodava a Deus, o pecado deles, que operara a morte espiritual, a separação entre eles e Deus. Adão certamente não entendia a necessidade da morte daqueles animais inocentes, pois sua agonia e sua consequente ausência no rebanho eram percebidas a cada dia que se seguiu.

Se observarmos, os relatos do livro de Levítico são detalhados e intrincados. Embora eles apontassem para Cristo, eles realmente têm o papel de nos mostrar o que o pecado significa para Deus. Os sacrifícios são didáticos em nos mostrar a gravidade e a extensão do nosso pecado. Os pais ensinavam os filhos sobre os sacrifícios, mas ensinavam o quê? Como sacrificar, ou o que eles significavam? O ensino era do por quê Deus havia exigido tais práticas; Ele não queria sacrifício humano, porque não seriam eficazes. Apenas um iria morrer em lugar de todos: o seu Filho Amado.

De geração em geração este ensino era passado e incorporado na lei de Moisés com toda sua regulamentação. Os sacrifícios não tiveram sua origem na lei e sim foram incorporados a ela. Detalhe a ser acrescentado é que ele não podia ser oferecido em qualquer lugar ao prazer do adorador e sim no tabernáculo, durante a peregrinação até a construção do primeiro templo, feita por Salomão. Isto implica dizer que o sacrifício está ligado ao templo. Quando o templo foi destruído, na invasão de Nabucodonosor, o povo cessou de sacrificar e só retornou quando o segundo templo foi construído, o de Zorobabel. Nos dias de Antíoco Epifânio, quando ele profanou o altar e o templo, os sacrifícios cessaram por 2300 dias, até que o templo foi purificado.

A única época de toda a história da humanidade que não há sacrifícios é nesta época da Igreja, exatamente porque o templo está destruído, razão pela qual o povo judeu se julga imundo. Quero dizer que, se hoje houvesse o templo, todos sacrificaríamos pelos mesmos motivos que os habitantes do Milênio sacrificarão. Devo ressaltar que indiscutivelmente os sacrifícios voltarão na Tribulação!

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE O SISTEMA MOSAICO E MILENAR

As SEMELHANÇAS entre o sistema Mosaico e Milenar podem ser facilmente descritos: (1) Haverá um altar de sacrifícios; (2) levitas servirão no templo; (3) observação das luas novas, sábados, páscoa, festa dos tabernáculos, o ano do Jubileu; (4) regulamentos para os sacerdotes.

As semelhanças mostram que o Milênio não está sendo cumprido pela Igreja. O templo de Ezequiel e todo o seu sistema de culto nada têm a ver com o Israel histórico nem com a Igreja. Ele foi idealizado para Israel no Milênio. Isto é conclusivo na Bíblia. Hebreus 7.5 nos mostra que Cristo é ministro de uma nova ordem de sacerdotes.

Quando comparados os relatos dos profetas com os relatos dos livros da Lei, notamos DIFERENÇAS entre o sistema Mosaico e o Milenar. Em muitos pontos o templo do Milênio será diferente de todos os outros do passado. Só os descendentes de Zadoque exercerão o sacerdócio no Milênio; os demais levitas serão os guardadores do templo. Muita coisa do sistema mosaico será erradicada do Milênio: (1) A arca, o maná, a vara de Arão, as tábuas da Lei, os querubins, e o propiciatório no lugar santíssimo. (2) Os candelabros, os pães da proposição e o véu no lugar santo. (3) A inacessibilidade ao Lugar Santíssimo. (4) O sumo sacerdote e o sacrifício da tarde. (4) O sistema Mosaico girava em torno do dia da expiação e este será tirado.

Outras coisas serão adicionadas ao sistema milenar: (1) A glória do Senhor habitará para SEMPRE no Templo; (2) um rio sairá do templo; (3) haverá uma nova distribuição de terras diferente da que fez Josué. Mas a maior mudança no sistema Milenar é a PESSOA e o MINISTÉRIO DO PRÍNCIPE que terá prerrogativas REAIS e SACERDOTAIS.

O PROPÓSITO DOS SACRIFÍCIOS NO MILÊNIO

O Milênio será a época em que Deus provará para a humanidade, de um modo bastante especial, que o homem é pecador e mau em si mesmo e que tem de depender única, completa e exclusivamente de Deus. No Milênio não haverá nada do sistema tenebroso e mundano atual, pois Satanás e suas hostes estarão aprisionados, aguardando o seu julgamento final após os mil anos.

As condições de vida da humanidade serão plenamente favoráveis para se fazer a vontade de Deus. Cristo estará reinando pessoalmente, com todos os subgovernantes, num estado de glorificados; não haverá quem não tenha o seu pedaço de terra para plantar e viver; as condições climáticas estabilizadas, os animais na condição original do jardim. A topografia da terra alterada pelas catástrofes ocorridas durante a Tribulação. Todos terão de ir uma vez por ano a Jerusalém para sacrificar e adorar o Messias.

Os sacrifícios não terão nenhuma relação com a questão de expiação. A salvação no Milênio será pela fé, como em todas as épocas anteriores. Eles não serão comemorativos do sacrifício de Cristo, como alguns querem sugerir. Os

sacrifícios estão relacionados com aqueles que nascerem no Milênio e com aqueles que chegarem vivos ao fim da Tribulação e que entrarem naturais no Milênio.

Como os habitantes do Milênio terão uma consciência precisa da gravidade do pecado? O pecado será reduzido ao mínimo nesta época; a humanidade do Milênio não conhecerá a extensão do pecado e sua terrível ação; a humanidade não terá uma ideia plena da morte expiatória de Cristo, os sacrifícios darão a eles esta visão. Os sacrifícios no Milênio terão como propósito o culto, o louvor e o evangelismo.

OS HABITANTES DO MILÊNIO

O Milênio será o período de Ouro do plano de Deus. Ele cumprirá as promessas feitas nas alianças com o seu povo no Velho Testamento e será o tempo em que a Igreja reinará com Cristo, num reinado de paz e prosperidade em condições jamais vividas.

Deus preparou esta época porque o seu plano não pode ser frustrado. Todos aqueles, de todas as épocas da existência da humanidade, que pertencerem ao Senhor como resultado da sua eleição incondicional e soberana viverão juntos em plena harmonia, os glorificados e os naturais. Os amilenistas não podem entender a convivência entre glorificados e naturais no Milênio. Mas pensemos um pouco. Nos dias de Jesus houve manifestações demoníacas como em nenhuma outra época, em que as pessoas presenciavam o estado de calamidade que os possessos se encontravam, viram Jesus exercer o poder de expulsá-los, não estranharam e também não creram!

Na economia do Velho Testamento, anjos apareciam e se comunicavam com os naturais, como foi o caso de Abraão, Ló, Manoá, e tantos outros. Não podemos desprezar a incredulidade do coração humano. Temos assistido a filmes de ficção onde seres extraterrestres governam com os humanos; seres com aparências bizarras, seres mutantes, como alguns são chamados.

A população será composta de todos os salvos do Velho Testamento, glorificados, que ressuscitarão ao final da Tribulação, juntamente com os mártires também ressuscitados, igualmente glorificados. Estes são os glorificados da Igreja, que retornarão com Cristo após o julgamento do Bema, nos céus (que terá acontecido enquanto a Tribulação ocorria na terra). Eles serão os governantes espalhados pelo mundo inteiro. Os naturais estarão divididos em dois grupos distintos: As ovelhas de Mateus 25, que são todos os salvos vivos ao final da Tribulação, que entrarão como naturais, mas selados para não mais

pecarem. Estes procriarão e formarão o segundo grupo dos naturais, aqueles que nascerão durante o Milênio. Como em todas as épocas eles nascerão incrédulos e terão um período de 100 anos para crerem, ao final dos quais morrerão, se não crerem no Rei que governa em Jerusalém.

Presume-se que os que crerem não morrerão, visto que não há ressurreição de salvos após o Milênio. Os primeiros que nascerem neste período chegarão ao final com cerca de 1000 anos; convém lembrar que Matusalém morreu com 969 anos! Então, chegar aos 1000 anos não será nenhuma novidade!

O Milênio será ao mesmo tempo um primeiro estágio da eternidade, principalmente para os glorificados de todas as épocas! “Bem-aventurado o que espera e chega até mil trezentos e trinta e cinco dias. Tu, porém, segue o teu caminho até ao fim; pois descansarás, e, ao fim dos dias, te levantarás para receber a tua herança” (Daniel 12.12, 13). Amém. Vem Senhor Jesus!

Capítulo 14

O Novo Céu, A Nova Terra e A Nova Jerusalém

O cânon começa com a criação do céu e da terra: “No princípio criou Deus o céu e a terra” (Gênesis 1.1). Tudo foi criado em perfeição e plena harmonia para ser o lugar de habitação do homem, que foi feito à imagem e semelhança de Deus. A ordem de Deus foi para que eles, homem e mulher, se multiplicassem e enchessem a terra. Mas o pecado, a desobediência e a rebeldia contra Deus entraram no coração do homem, afetando toda a criação que passou a gemer e a aguardar sua restauração para o estado original. Como se trata, então, do plano de Deus para essa restauração, temos o que era de se esperar, nos últimos capítulos do cânon, a descrição do Novo Céu e da Nova Terra.

Os dois últimos capítulos do livro de Apocalipse nos falam, portanto, desta Nova Terra e do Novo Céu bem como da Nova Jerusalém. Não são muitos os detalhes que são descritos de uma forma bem sucinta no verso primeiro desta porção: “O primeiro céu e a primeira terra já passaram, e o mar já não existe”. Embora sucinto, o verso um nos traz informações relevantes e dignas de nota. Quando ele diz “primeiro” para céu e “primeira” para terra, ele lança de forma definitiva luz sobre a questão da criação descrita em Gênesis. Há uma teoria que defende a narrativa de Gênesis como sendo a descrição de uma recriação a partir do verso 2 do capítulo 1. A criação original seria o relatado no verso 1, mas que teria sido deformada pela rebelião de Satanás e seus anjos. Os versos seguintes descreveriam uma segunda criação. Essa questão do relato de Gênesis detalhar uma recriação cai por terra, porque a Terra em que vivemos seria uma segunda Terra e não a primeira.

Outro debate que tem sido travado em torno do novo céu e da nova terra é se eles são resultados de uma destruição total dos atuais ou de uma “reforma”. Apega-se muito ao relato de Pedro quanto aos elementos se desfazerem e etc. Joseph Seiss, na sua exposição de Apocalipse, explica de forma clara o que ocorrerá numa análise da palavra “passaram” de Apocalipse 21.1: “Assim naquelas passagens que falam passaram da terra e dos céus (veja Mateus 5.18; 24.34, 35; Marcos 13.30, 31; Lucas 16.17; 21.33; 2 Pedro 3.10; Apocalipse 21.1), a palavra original nunca tem o significado de terminação de existência, mas *parerxomai* que é um verbo muito amplo e de significado geral, tais como ir ou vir para uma pessoa, lugar ou ponto...” (p. 484). A ênfase é, portanto, nas mudanças que haverá nos céus e na terra e não em que eles serão completamente

destruídos e refeitos.

Uma destruição completa tem implicações teológicas de uma vitória de Satanás na criação. Além disso, o apóstolo Paulo fala para a igreja dos coríntios sobre a nossa regeneração e ele usa o mesmo termo nova: “E assim, se alguém está em Cristo, é nova criatura: as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas” (2 Coríntios 5.17). Neste texto, Paulo emprega as mesmas palavras, tanto para passaram, quanto para nova. O que quero afirmar é que não fomos totalmente destruídos e refeitos, mas transformados. E mesmo a nossa transformação final para habitar estes novos céus e a nova terra ainda manterá esta aparência, como foi a transformação de Cristo após a ressurreição.

Podemos acrescentar a tudo isto o entendimento adequado do que significa “o fim do mundo”, expressão que aparece dezenas de vezes no Novo Testamento. Ainda nas palavras de Seiss: “Haverá de fato um ‘fim do mundo’. A Bíblia muitas vezes se refere a isto. Mas os homens se enganam quando supõem que o mundo falado em tais passagens é a terra como um planeta. Os nossos tradutores têm interpretado ‘mundo’ de três palavras diferentes: *gh*, que significa a terra propriamente, o solo, essa órbita material na qual habitamos; *kosmos* que significa o que constitui a habitação, a ornamentação, beleza, cultivação, a ordem externa, *fashion* do mundo, mas não a substância da terra como um globo terráqueo; e *aiwn* que é usado mais do que cem vezes no Novo Testamento, mas sempre com referência ao tempo, duração, eras, dispensações...” (p. 484).

Isto implica em dizer que nenhum lugar da Bíblia fala de uma aniquilação do planeta e sim do sistema com seus habitantes, como aconteceu no Dilúvio, passagem usada por Pedro no mesmo contexto da sua referência aos novos céus e a nova terra. O que de fato houve no Dilúvio? Uma destruição do planeta? Certamente que não, mas sabemos que as transformações foram profundas, assim como as que ocorrerão no final do Milênio, por ocasião da revolta final do diabo.

Será que alguém pode imaginar como era o Éden? Temos uma pequena pista em Ezequiel 28, com uma descrição de inúmeras pedras preciosas; é tudo a que podemos nos referir. Quando andamos por lugares fascinantes que nos enchem os olhos pelo seu glamour, paisagens, cachoeiras, montanhas e mares, nas palavras do salmista: estas coisas “anunciam a glória de Deus”. Logo imaginamos: como será o novo céu e a nova terra? Isto porque tudo o que vemos está maculado pelo pecado e ali será tudo imaculado! Sim, será esta terra, com toda a sua beleza e exuberância sem a presença do pecado em nenhuma forma possível.

Antes de avançar aos versos à frente, para apenas alguns poucos comentários, quero ainda abordar sobre a expressão “e o mar já não existe”. Alguns intérpretes entendem que na nova terra não haverá mar, como John Phillips ao afirmar: “A palavra ‘novo’ não significa meramente novo para o tempo, mas também para o tipo. É um novo tipo de céu e um novo tipo de terra, prova disto é o fato de que a nova terra não terá mar” (Exploring Revelation, p. 263, 264). Contudo, o que João está afirmando é que o mar não existia, assim como a terra e o céu haviam passado. Se voltarmos ao relato de Gênesis, veremos o seguinte: No segundo dia, Deus criou os céus, nome dado ao firmamento; no terceiro dia, Ele criou a porção seca, chamando-a de terra e ao ajuntamento das águas, mares, de forma que a criação consistia de céus, terra e mares, e Deus viu que isso era bom. Logo, o conjunto da criação em termos físicos era composto de três partes: céus, terra e mar. São três as partes que formam o “ambiente” da habitação do homem que Ele criaria no sexto dia.

Então, assim como a primeira terra e o primeiro céu haviam passado, o mar não existia mais, sendo substituído pelo “novo” tanto quanto a terra e o céu o foram. Alguém poderia argumentar que no novo céu não haverá sol, que fazia parte da criação original. O argumento não procede pelo fato de que o sol, bem como a lua e as estrelas foram adornos colocados para iluminar a terra, o céu e os mares, que serão substituídos pelo esplendor do Senhor. O mar não apareceu em algum tempo durante a história da humanidade e nem mesmo foi resultado da Queda. Ele é parte integrante da criação de Deus para esse lugar de habitação do homem e será para sempre. Haverá também um novo mar!!

No verso oito há uma menção sobre aqueles que não farão parte do novo céu e da nova terra. A eles cabe o lago que arde com fogo e enxofre, a segunda morte, que é a separação eterna de Deus. Viverão eternamente juntos com Satanás, seus anjos e todos aqueles que o seguiram neste mundo e não creram em Jesus.

No relato destes dois últimos capítulos, temos um quadro breve, mas suficiente do futuro da eternidade. Tudo será novo! Novo céu, uma nova terra, um novo mar, a nova Jerusalém e todos os habitantes, que serão novas criaturas transformadas e em perfeição.

Nos versos restantes deste capítulo, temos uma descrição da Nova Jerusalém que é interpretada na própria visão. Um destaque é que o anjo disse que mostraria a noiva, a esposa do Cordeiro, que sabemos é a Igreja, e levou João em espírito à Nova Jerusalém. Isto implica em dizer que a Nova Jerusalém será a habitação eterna da Igreja.

Alguns detalhes da cidade: Alta muralha com 12 portas que o verso 21 nos diz serem de 12 pérolas, cada uma de uma só pérola, com um nome das 12 tribos de Israel. Tinha também doze fundamentos e sobre estes os nomes dos 12 apóstolos. Uma questão que tem sido discutida: Quem será o 12º apóstolo no fundamento? Paulo ou Matias? Há defensores de ambos os lados.

A cidade descia do céu e pairava sobre a Jerusalém da terra. Sua forma possivelmente será de um prisma com medidas iguais na largura, comprimento e altura de 2.400 quilômetros.

Uma lista de pedras preciosas adornava os fundamentos da cidade. Nela não há santuário, não há sol, nem lua, pois a glória de Deus a iluminou e o Cordeiro é a sua lâmpada. Aqui o Cordeiro e a Palavra são um (Salmos 119.105). Não haverá noite e dia e nela não penetrará coisa contaminada.

A praça da cidade é de ouro (21.21); o rio da água da vida, brilhante como cristal (22.1) e no meio da praça a árvore da vida que produz doze frutos, dando o seu fruto de mês em mês e suas folhas são para cura dos povos. Aqui temos um problema que nos leva a pensar que esta é uma menção do Milênio, pois dá a entender que não havendo sol, nem dia, nem noite, na eternidade não haverá tempo, meses, etc. E como entender esta parte? Da mesma forma, as folhas para cura dos povos quando não haverá contaminação. Ainda a melhor explicação seria a utilização de uma linguagem que podemos entender ou uma forma simbólica de se lembrar de toda a história passada, mas sem dor e sofrimento.

Nela estará o trono de Deus e do Cordeiro. Nós trabalharemos, servindo e adorando eternamente.

João encerra sua visão com uma palavra de advertência e uma palavra de bem-aventurança. A advertência de que desde aquele momento que João recebia a visão até o tempo determinado, tudo seria normal, o injusto na injustiça, o imundo na imundícia e o justo na prática da justiça, bem como o santo numa santificação contínua. Tudo seria recompensado no devido tempo que seria sem demora.

A bem-aventurança é para aqueles que alvejaram as vestes no sangue do Cordeiro, que teriam o direito de entrar na cidade Santa pelas portas, isto é, pela mensagem dos apóstolos na herança recebida de Israel.

Um encerramento de convite: “O Espírito e a noiva dizem: Vem. Aquele que ouve, diga: Vem. Aquele que tem sede venha, e quem quiser receba de graça a água da vida” (v. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem da Escatologia como foi apresentada visa despertar o servo de Deus para uma vida cristã atuante no corpo da Igreja, pelo exercício dos seus dons e não apenas para o conhecimento intelectual das profecias bíblicas.

Jesus afirmou que as Escrituras testificam dEle e quando Ele pronunciou tal afirmação se referia às Escrituras do Velho Testamento, no seu aspecto profético que estavam se cumprindo. De igual forma, quando olhamos para as passagens do Novo Testamento com tanta ênfase nos eventos por vir, devemos ter em mente que elas não estão simplesmente expondo eventos, elas estão declarando as atividades do Nosso Senhor Jesus Cristo, no cumprimento do plano eterno estabelecido pelo Nosso Pai Celestial.

Uma vida cristã vibrante só será alcançada pelo entendimento das profecias dentro deste propósito soberano do nosso Deus. Estudar as profecias foi muito mais do que alistar uma porção de passagens e explicá-las sob um ponto de vista qualquer. Foi uma aventura emocionante, colocando-nos ao lado dos nossos irmãos do passado que fizeram parte desta trajetória, vivendo com eles os seus dias, entendendo a Palavra de Deus e vendo a demonstração do poder de Deus como eles viram e experimentaram.

A Escatologia tem um poder transformador que é o poder da Palavra. Saber que Jesus virá a qualquer momento nos leva a vigiar, a nos envolver com o plano de Deus de resgate dos seus filhos, no tempo, nos lugares; ver bebês nascendo e tendo seus olhos e ouvidos abertos para entenderem a beleza da Bíblia, essa é nossa regra de fé e prática.

Faz diferença quando Cristo vai voltar? Faz uma tremenda diferença se pensarmos no que está em jogo. Quantos crentes vivem vidas de medo por não entenderem o que a Bíblia fala sobre os acontecimentos futuros? Outros tantos vivem sem querer saber, sob aquela filosofia de que o que os olhos não veem o coração não sente! Sem saber, estão vivendo vidas cristãs parciais. Como poder afirmar que anunciamos todo o conselho de Deus, se a Escatologia é um assunto tão negligenciado? Não estamos fazendo o que Paulo afirmou para os líderes da Igreja de Éfeso, em Atos 20. A Escatologia cobre seguramente mais da metade do conteúdo bíblico.

Meu anelo é que todos possam se apropriar destas verdades que libertam. Estes textos tratam do nosso futuro junto a Cristo e a todos aqueles que viveram

neste mundo e se renderam ao nosso Deus, alcançados pela sua maravilhosa graça, recebendo perdão eterno, cancelamento da dívida impagável e ainda tendo elementos para viver em comunhão e harmonia com os santos na era presente. Que o acesso de forma simples, mas profunda, a essas informações possa ser um encorajamento para deixar as coisas terrenas que tanto ocupam o tempo dos filhos de Deus e investir na leitura e estudo da Bíblia.

O resultado será uma vida mais parecida com a de Jesus. Será uma vida diferente, semelhante àquela daqueles que nos precederam. Quantas vezes os crentes ao lerem a Bíblia se sentem lendo uma história distante, de um povo distante, com acontecimentos que têm a única função de tirá-los por alguns poucos minutos do ambiente terrível em que eles vivem. Não! Aquelas coisas foram preparadas e escritas para exemplo nosso. Deus continua agindo, continua sustentando o seu plano. Deus continua com o completo controle da situação. O vento pode estar forte, a tempestade está à frente e quantas vezes ela já está nos assolando, o barco está sendo jogado de um lado para o outro, a qualquer momento; ele não resistirá. Talvez você esteja lendo estas palavras num quadro como este e, se isto for uma realidade, eu garanto que você já foi confrontado por Deus pelas páginas anteriores de que o curso do barco pode mudar, o vento vai cessar e ele chegará ao porto seguro. Você sabe por quê? Porque as promessas e profecias são verdadeiras, elas se cumprirão uma a uma, cada qual a seu tempo e pelo seu propósito. A Escatologia demonstrou que o sofrimento pode vir de duas fontes distintas: Como resultado da desobediência e rebeldia ou pelo ato amoroso do Pai em nos fazer semelhantes ao seu Filho Amado. As palavras de instrução das Epístolas para a vida cristã têm como parâmetro a vida de Jesus e nos preparam para reinar com Ele na sua volta.

Quando os discípulos estavam enfrentando a tempestade e quase indo a pique, Jesus observava lá do monte onde orava e intercedia por eles, e logo veio ao socorro deles, entrando no barco e chegando ao outro lado do Mar da Galiléia em segurança. Podemos extrair daquele episódio lições que se aplicam as partes proféticas da Bíblia.

Os discípulos estavam no mar porque Jesus ordenou a eles que entrassem no barco e fossem para o outro lado do lago, enquanto Ele iria orar. Estamos no mar das nações onde a tempestade nos assola, mas estamos cumprindo a sua ordem de viver no mundo sem ser contaminado por ele. O senhor Jesus estava no monte orando por eles e vendo-os de longe. Hoje Jesus está à direita do Pai e intercede por nós diante das acusações do inimigo de Deus. Na quarta vigília da noite, Jesus veio em socorro deles e entrou no barco. Ele voltará para nos buscar e nos

levar com Ele para a sua morada!

O que vimos nestas páginas foi Deus querendo abençoar o seu povo, compartilhar sua glória com o homem que Ele criou. Vimos que o sofrimento do seu povo foi resultado de desobediência, de um andar por caminhos tortuosos, rejeitando as soluções dEle. Mas a história não é o fim do plano, o fim do plano está na Escatologia, naquilo que está predito, naquilo que está por vir, nas bênçãos profetizadas de um Deus que nunca desiste dos seus e não pode negar sua aliança. Ele voltará, restaurará todas as coisas, reinará e nós reinaremos juntamente com Ele! Amém!

Você fará parte daquele reino? **Maranata! Vem Senhor Jesus!**

Bibliografia

Adams, Jay E. The Time is at Hand. Greenville: A Press, 1987 Bancroft,

Emery H. Teologia Elementar. São Paulo: Imprensa

Batista Regular, 1979

Berkhof, Louis. Princípios de Interpretação Bíblica. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

Biederwolf, William E. The Second Coming Bible. Grand Rapids: Baker, 1972.

Bloomfield, Arthur E. O Futuro Glorioso do Planeta Terra. Belo Horizonte: Editora Betânia, 1987.

Brown, A. Philip., ed. A Reader's Hebrew Bible. Grand Rapids: Zondervan, 2008

Carson, D.A. Os Perigos da Interpretação Bíblica. São Paulo: Vida Nova, 2007.

DeHaan, M.R. Daniel the Profet. Grand Rapids: Zondervan, 1978.

Hendriksen, William. New Testament Commentary The Gospel of Luke. Grand Rapids: Baker, 1978 Hodges, Zane C., ed. The Greek New Testament. Nashville: Nelson, 1982

Hoehner, Harold W. Chronological Aspects of the Life of Christ. Grand Rapids: Zondervan, 1977.

Hoyt, Herman A. The End Times. Chicago: Moody Press, 1969 Jones, Russell Bradley. What, Where, and When is the Millennium? Grand Rapids:

Baker, 1975

Lenski, R.C.H. The Interpretation of John's Revelation. Columbus, Ohio: Watburg, 1943

Leupold, H.C. Exposition of Daniel. Grand Rapids: Baker, 1969

Lockyer, Herbert. Apocalipse: O Drama dos Séculos. São Paulo: Editora Vida, 1988

Lund, Eric. Hermenêutica: Princípios de Interpretação das Sagradas Escrituras. São Paulo: Vida, 2007

Murray, G.L. Millennial Studie. Grand Rapids: Baker, 1948 Pentecost, J. Dwight. Eventos Del Porvenir. Maracaibo: Editorial Libertador, 1977

Phillips, John. Exploring Revelation. Chicago: Moody Press, 1974

Ryrie, Charles C. Basic Theology. Weaton: Victor Books, 1986

. Biblical Theology of the New Testament. Chicago: Moody Press, 1970

Scofield, C.I., ed. The Scofield Reference Bible. New York: Oxford University Press, 1909

Seiss, Joseph A. The Apocalypse Exposition of the Book of Revelation. Grand Rapids: Kregel, 1987

Shedd, Russel, Philip. A Escatologia do Novo Testamento. São Paulo: Vida Nova, 1983

Thayer, Joseph Henry, trans. Greek-English Lexicon of the New Testament. Grand Rapids: Baker, 1977

Virkler, Henry. Hermenêutica Avançada. São Paulo: Vida, 2007

Obras Não Publicadas

Biork, Israel C. Apostila O Apocalipse. São Paulo: SEBARSP, 1980

Cuthbert, Ernest. Apostila Os Julgamentos Escatológicos. São Paulo: SEBARSP, 1983

Sterkenburg, Richard H. Apostila de Daniel. São Paulo: SEBARSP, 1983

. Apostila Teologia IV O Reino. São Paulo: SEBARSP, 1983

Sites:

http://www.monergismo.com/textos/pos_milenismo/a-historia-amilenismo_deventer.pdf

http://www.monergismo.com/textos/preterismo/definicao-preterista_rogers.pdf

<http://pt.wikipedia.org>